



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo
sobre as TVs Legislativas Estaduais**

Bruna Mastrella

Brasília
Fevereiro de 2026



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo
sobre as TVs Legislativas Estaduais**

Bruna Mastrella

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de pesquisa: Poder e processos comunicacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Liziane Guazina

Brasília

Fevereiro de 2026

**Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo
sobre as TVs Legislativas Estaduais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Sociedade

Linha de pesquisa: Poder e processos comunicacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Liziane Guazina

Aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Liziane Guazina – UnB
Orientadora

Profa. Dra. Cláudia Lemos – Cefor
Examinadora

Profa. Dra. Juliana Gagliardi – INCT-DSI/UFF
Examinadora

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino – UnB
Examinador

Profa. Dra. Nélia Del Bianco – UnB
Examinadora Suplente

AGRADECIMENTOS

Esta tese é o meu maior e mais surpreendente sonho realizado! Há bem pouco tempo, eu jamais poderia sequer supor que chegaria tão longe. Venho de uma família que, por força das circunstâncias, principalmente a dureza da vida, não tem tradição em estudo. Com muito esforço, e mesmo assim para poucos(as) de nós, a educação formal se encerra na graduação. Por isso, ter essa conquista na minha trajetória de vida é um feito que merece ser celebrado.

Para que esse caminho fosse pavimentado, não posso deixar de mencionar minha família. Aos meus pais, Hugo e Marina, agradeço pelos exemplos diários de dedicação e generosidade. Minhas irmãs e cunhados também fazem parte disso. Aline e Francisco, agradeço pelo encorajamento, por terem trazido a Olívia para ficar com a titia e por terem me “emprestado” a casa para deslanchar a fase final da escrita. Natália e Túlio, vocês foram minha casa e rede de apoio em Brasília, além de ombros amigos para meus desabafos!

Produzir uma tese carrega um paradoxo engraçado. É um percurso solitário e ainda assim uma construção coletiva. Não se chega ao fim dessa jornada sem a contribuição de muita gente. Sou especialmente grata às minhas orientadoras. Com a professora Dione Moura, a quem agradeço pela compreensão, paciência e parceria, dei os primeiros passos desta pesquisa. Agradeço à professora Liziane Guazina pela generosidade em me receber e me guiar já na reta final, pelas valiosas referências bibliográficas e pelo olhar atento.

Os desafios para colher informações sobre as emissoras legislativas foram superados com a ajuda de Alessandra Anselmo (Rede Legislativa de TV Digital), Gerson de Castro, presidente da Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (Astral), e de tantos(as) mais que foram ponte para contatos com TVLs em diferentes estados: Jéssica Libânio, Matheus Schuch, Marcos Urupá, Clécia Santos, Jairo Rodrigues e Fran Ferreira. Deixo um agradecimento especial à Patrícia Porto (TV ALMG), Michele Gramacho (TV Alba) e Eduardo Gonsalves (TV Alesc), às chefias que participaram das entrevistas estruturadas e também aos(às) jornalistas que gentilmente toparam ser fonte desta pesquisa. Destaco, ainda, a Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública), que foi uma ótima fonte de informações, de contatos para a rodada pré-teste do questionário e até para amizade e parceria acadêmica, como a Ana Rachel Gonçalves.

Não posso me esquecer do PPG-Com/FAC, que me trouxe tanta gente querida: Tarcilla Mariano e o pessoal que segurou comigo os desafios da Representação Discente. Juana Lucini, Serena Veloso, Francisco Leali e Lucas Jansen: obrigada pelas trocas diárias e

pela descontração em meio ao caos! Um salve à Kariane Costa, que me trouxe Michele Moreira, além de muita alegria nas rodas de samba e nas festinhas *indie rock*. Meu obrigada à Ana Maria Teles pela generosidade em compartilhar conhecimento e pelas ótimas sugestões sobre a aplicação de questionários. Graças ao PPG fiz amigas para a vida toda, como a querida Gabriela Meneses, sempre presente e disponível para conversas profundas, discussões acadêmicas ou para celebrarmos a vida. Você é maravilhosa! Ali também tive o imenso privilégio de conhecer Vicente de Paula, uma criatura tão extraordinária quanto breve.

Meu agradecimento pela torcida e apoio de meus colegas da Assembleia Legislativa de Goiás: Patrícia Lee, Stefany Fonseca, Katy Godoi, Vinícius Vilela, Fran Rodrigues e Gabriela Gouvêa. Um abraço forte ao meu núcleo goiano que me acompanhou nesta travessia: Larissa Andrade, Riva Kran, Vânia Savioli, Karine Pinheiro, Yara Galvão e Alessandra Lessa.

Dizem que Brasília é hostil com forasteiros. Essa cidade-rodoviária tem um movimento próprio, e é preciso saber navegar por ele. Por isso, passei a dar ainda mais valor às amizades, pois elas tornaram essa jornada possível. Sou especialmente grata à Ana Beatriz Lemos pelo acolhimento, pela escuta atenta, pelos momentos leves e por ter me apresentando tanta gente legal: Mariana, Sara, Felipe, Silvinha, Sofia, Tiago e Carol.

Toda minha gratidão àqueles(as) que vêm de fora e formam redes de apoio para acolher recém-chegados(as): Julia Schiaffarino, agradeço por sua generosidade, presteza e pelos rolês aleatórios com os “recifriends”, assim como agradeço pela companhia de Flávia Freire, Maria Rita e Ana Rita Guedes! E se hoje Brasília tem cara de casa para mim, devo isso ao meu amado trio: Carlinha, Jussara e Ana Paula. Vocês são incríveis! Por fim, agradeço aos professores que prontamente aceitaram compor a banca avaliadora desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho busca responder como o avanço da extrema direita repercute nas TVs Legislativas Estaduais e é percebido por seus jornalistas. O principal objetivo é compreender como e em que medida esse contexto político influencia as rotinas de produção e interfere em aspectos editoriais. O estudo adota uma triangulação metodológica que combina entrevistas estruturadas, a aplicação de um questionário, observação participante em três assembleias legislativas (Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina) e entrevistas em profundidade. Conforme a análise dos dados, os jornalistas percebem o atual contexto político negativamente, pois ele influencia o comportamento parlamentar e gera a ocorrência de mais obstáculos à produção do noticiário das TVLs. Essa dinâmica pode ser resumida em três eixos: 1) empobrecimento do debate público; 2) aumento das zonas de tensão e dilemas éticos e editoriais para jornalistas e as emissoras; 3) interferências e subordinação coexistem com estratégias de autonomia e resistência. Essas influências, contudo, dependem da relação de forças políticas e profissionais nos parlamentos, pois entre as emissoras do Nordeste, os constrangimentos organizacionais foram menos relatados.

Palavras-chave: TV Legislativa Estadual; jornalistas legislativos; populismo autoritário; extrema direita; parlamentos subnacionais

ABSTRACT

This study seeks to answer how the rise of the far right affects State-Level Legislative Broadcasters and is perceived by their journalists. The main objective is to understand how and to what extent this political context influences production routines and interferes with editorial aspects. The study adopts a methodological triangulation that combines structured interviews, a questionnaire, participant observation in three legislative assemblies (Minas Gerais, Bahia, and Santa Catarina), and in-depth interviews. According to the data analysis, journalists perceive the current political context negatively, as it influences parliamentary behavior and creates more obstacles in the production of news on these TV stations. This dynamic can be summarized in three axes: 1) impoverishment of public debate; 2) increase in areas of tension and ethical and editorial dilemmas for journalists and broadcasters; 3) interference and subordination coexist with strategies of autonomy and resistance. These influences, however, depend on the relationship between political and professional forces in parliaments, as organizational constraints were less reported among broadcasters in the Northeast.

Keywords: State-Level Legislative Broadcasters; legislative journalists; authoritarian populism; far right; subnational parliaments

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- <i>Feed</i> do programa no <i>YouTube</i> ilustra a atualidade de temas em debate.....	87
Figura 2 - Variedade de conteúdo produzido pela Alece TV	88
Figura 3 - Diagrama da triangulação metodológica da pesquisa.....	96
Figura 4 - Exemplo de codificação de entrevista no <i>Atlas.ti</i>	134
Figura 5 - Ranking dos temas mais comuns entre os PLs	147

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Correspondência no desempenho partidário Congresso Nacional x ALs	77
Gráfico 2 – Comparativo de ranking partidário Brasil x Nordeste.....	79
Gráfico 3 - Distribuição das categorias funcionais.....	116
Gráfico 4 - Comportamento parlamentar diante de alguns temas	130
Gráfico 5 -Temas que mais geram mobilização parlamentar	131
Gráfico 6 - Ranking de recorrência dos códigos identificados nas entrevistas	135
Gráfico 7 - Percepção da influência política sobre as TVLs	142
Gráfico 8 - Grau de autonomia das equipes.....	150
Gráfico 9 - Percepção de autonomia conforme categoria profissional.....	152
Gráfico 10 - Percepções sobre possíveis influências parlamentares	153
Gráfico 11 - Condutas editoriais diante de desinformação em saúde.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Estimativa do número de jornalistas das TVLs	111
Tabela 2 - Distribuição geográfica dos(as) respondentes	114
Tabela 3 - Faixas salariais dos(as) respondentes	117
Tabela 4 - Posicionamento político-ideológico	118
Tabela 5 - Distribuição de entrevistados(as) por função.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Assunto rendeu manchetes críticas e até debochadas	24
Quadro 2 - TVLs Estaduais e seus respectivos anos de fundação.....	27
Quadro 3 – Países que transmitem sessões plenárias	30
Quadro 4 - Tipologia de emissoras legislativas mundo afora	31
Quadro 5 - Listagem das pesquisas selecionadas	48
Quadro 6 - Valores que alicerçam a retórica bolsonarista	70
Quadro 7 - Modelo administrativo adotado pelas TVs	106
Quadro 8 - Códigos gerados por categoria.....	133
Quadro 9 - Breve dicionário dos códigos criados	133
Quadro 10 - Eixos analíticos derivados da análise dos dados e do <i>corpus</i>	162

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. TEVÊS LEGISLATIVAS – SURGIMENTO, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO.....	19
1.1 A saga da cabodifusão	19
1.2 O surgimento das primeiras TVLs no Brasil	22
1.2.1 A midiáticação dos parlamentos subnacionais brasileiros	25
1.2.2 A midiáticação dos parlamentos no exterior	28
1.3 Mídias legislativas: mais que aparatos de comunicação institucional.....	32
1.3.1 O papel das TVLs nas democracias representativas: um debate transnacional.....	34
1.3.2 Limites e controvérsias.....	38
1.4 A omissão do legislador e o debate conceitual.....	40
1.4.1 Uma TVL faz comunicação pública?	43
1.5 As TVLs como objeto de pesquisa	47
1.5.1 Análise preliminar	50
1.5.2 Abordagens preferenciais	51
1.5.3 Um campo a ser explorado	54
1.6 Síntese do capítulo.....	55
2. O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E OS IMPACTOS SOBRE OS LEGISLATIVOS ESTADUAIS.....	57
2.1 O que é populismo?	57
2.2 Características do populismo autoritário	60
2.2.1 Ressentimento, pânico moral e outras ideologias.....	62
2.3 Populismo autoritário à brasileira.....	64
2.3.1 As novas direitas.....	66
2.4 A retórica populista autoritária de Jair Bolsonaro	70
2.4.1 O populismo digital	73
2.5 O avanço da extrema direita nas assembleias legislativas.....	76
2.6 Síntese do capítulo.....	80
3. O MUNDO DO TRABALHO DOS(AS) JORNALISTAS LEGISLATIVOS(AS)	82
3.1 Estruturas de comunicação do Poder Legislativo no Brasil	83
3.2 O papel do jornalismo nas TVLs brasileiras	85
3.2.1 Jornalista legislativo: um novo subgrupo profissional?	92
3.3 Síntese do capítulo.....	94
4. PERCURSO METODOLÓGICO	95
4.1 Desenho da pesquisa.....	95
4.2 Etapa empírica 1: mapeando as TVLs Estaduais.....	96

4.3 Etapa empírica 2: observação participante e entrevistas em profundidade	98
4.4 Etapa empírica 3: elaboração do <i>survey</i>	101
4.5 Síntese do capítulo.....	105
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	106
5.1 Panorama atual das TVs Legislativas Estaduais: gestão e mão de obra.....	106
5.1.1 Ponderações sobre os modelos de gestão	109
5.2 O planejamento da observação participante	118
5.2.1 TV ALMG	120
5.2.2 TV Alba	124
5.2.3 TV AL	127
5.3 Análises dos dados: como os(a) jornalistas percebem a cena política local.....	129
5.3.1 Critérios para a análise qualitativa das entrevistas profundidade	132
5.4 Bloco 1: Comportamento político-parlamentar	135
5.4.1 Código acirramento/ polarização.....	135
5.4.2 Código Interferência	140
5.4.3 Código antipolítica/antissistema.....	143
5.4.4 Códigos pauta moral e desinformação/negacionismo	146
5.5 Bloco 2: Ação profissional	149
5.5.1 Código autonomia	149
5.5.2 Código subordinação	155
5.5.3 Códigos resistência e atenuação/mitigação	158
5.6 Discussão dos resultados	161
6. CONSIDERAÇÃO FINAIS	168
REFERÊNCIAS	172
DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA.....	184
APÊNDICE A	185
APÊNDICE B.....	186
APÊNDICE C.....	187

INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização, os parlamentos brasileiros nunca estiveram tão conservadores como agora. As eleições de 2018 chamaram atenção para esse processo, que se acentuou ainda mais no disputado pleito de 2022. Partidos de direita ocupam mais de 60% das cadeiras do Congresso Nacional, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enquanto o centro se viu esvaziado e o campo progressista, enfraquecido numericamente, embora tenha conquistado mais representatividade nos Estados. Longe de ser homogêneo, pois no Nordeste esse movimento tem particularidades, as assembleias legislativas (ALs)¹ replicam esse cenário conservador e polarizado.

Por conservador e polarizado, nos referimos a um bloco político-ideológico hoje reunido em torno da extrema direita (Borges, 2024; Bolognesi; Ribeiro; Codato, 2023; Caldeira Neto; Forti, 2023). Esse bloco, que abrange partidos políticos autodeclarados de centro-direita e direita, se caracteriza por cultivar, ainda que em diferentes níveis, práticas, valores e discursos imoderados² que buscam se firmar neste momento de crise de representatividade política (Rocha, 2021; Nobre, 2022). Como estruturas pertencentes ao patrimônio do Poder Legislativo, as emissoras instaladas nas ALs, conhecidas como TVs Legislativas Estaduais (TVLEs Estaduais), são testemunhas oculares privilegiadas desse endurecimento dos tempos atuais e, claro, não passariam incólumes a ele. O trabalho dos(as) jornalistas que atuam nestas emissoras é o objeto de pesquisa desta investigação.

As emissoras legislativas são uma cadeia de canais que desde 1995 integram os serviços de radiodifusão pública de sons e imagens inicialmente ofertados via TV a cabo e desde a segunda metade dos anos 2000 passam também a transmitir em sinal aberto. Elas são definidas como um conjunto de programação audiovisual que tem as atividades do parlamento como a principal temática de suas transmissões (Santos, 2006) e integram um grupo de

¹ O termo “subnacional” empregado no título da tese faz referência aos órgãos legislativos que atuam dentro de jurisdições geográficas limitadas. Ele representa os legislativos estadual e distrital (ALs e Câmara Legislativa do Distrito Federal) e municipais (câmaras municipais). Empregamos o termo por uma questão estilística. Juntos, “assembleia legislativa” e “TV Legislativa” tornariam o texto repetitivo. Além disso, assumimos a interpretação de Durazo-Herrmann e Pereira (2022) ao compararem a influência que a política nacional/federal desempenha sobre a cobertura que mídias subnacionais fazem. Isso significa considerar que os arranjos político-partidários locais são mais relevantes que as questões políticas nacionais.

² Caldeira Neto e Forti (2023) advertem que um dos desafios de se estudar as direitas radicais é a multiplicidade de formas de expressão e atuação desses movimentos. Eles se articulam, muitas vezes, fora das esferas formais e dos espaços tradicionais da política, como os partidos políticos. Esse desafio se soma à dificuldade de distinção ideológica dos partidos políticos brasileiros, pois seus conteúdos programáticos até são razoáveis, mas, na prática, seus filiados podem ter atuações autoritárias e antidemocráticas (Borges, 2024).

dispositivos de comunicação institucional no interior dos parlamentos conhecidos como mídias legislativas.

Os discursos que buscam legitimar essas TVs apontam que elas promoveriam um noticiário próprio, sem as barreiras dos filtros da mídia privada (Barros; Bernardes; Lemos, 2008), dariam espaço à pluralidade de fontes e opiniões (Paulino, 2018), cumpririam o princípio constitucional da publicidade ao ampliarem a transparência dos atos legislativos (Barros; Bernardes; Rodrigues, 2011; Barreto, 2019), e são ligadas, ainda, à promoção da *accountability* parlamentar (Jardim, 2008; Melo, 2014) sobretudo pelo destaque dado à transmissão das sessões plenárias ao vivo e sem cortes, expondo “as veias e os intestinos do Parlamento” (Sant’Anna, 2020, p.12). Há, ainda, pesquisas como a de Barreto (2019) e Carvalho (2020) que fazem uma ponte entre a missão de transparência e *accountability* desses canais e ideias-chave da democracia representativa, como a redução de assimetrias informacionais para que a sociedade tenha condições de decidir e de opinar sobre os assuntos públicos.

As TVLs surgem a partir da Lei do Cabo (Lei nº 8.977/1995), seu principal e até hoje único marco legal. Trata-se de uma legislação contraditória em sua origem porque deu base legal para a formação de um conjunto numeroso e importante de emissoras não comerciais no Brasil, mas garantiu o acesso a elas somente a quem poderia pagar por uma assinatura de TV. Entretanto, ao longo de três décadas de existência, as TVLs romperam com esse passado excludente, pois a grande maioria conseguiu universalizar o acesso às suas programações por meio de canais abertos e digitais e agora se prepara para adentrar a TV 3.0.

Isso posiciona o Brasil ao lado de mais de cem países de todos os continentes que também passaram a transmitir as deliberações de seus parlamentos. Porém, ao contrário de alguns países europeus, além de Estados Unidos e Canadá, cujas emissoras legislativas vivenciam altos graus de autonomia e independência, as TVLs Estaduais são estruturas públicas dependentes administrativa e financeiramente das casas de leis. Reside justamente nessa característica um dos pontos de maior controvérsia em relação aos canais legislativos brasileiros. Desde que foram criados e até hoje perdura a imagem de que se tratam de meros veículos de promoção pessoal de parlamentares: o Estado de Narciso (Bucci, 2015).

É necessário admitir que essas críticas são pertinentes. Jardim (2008) e Melo (2014) – os primeiros pesquisadores a mapearem os modelos de funcionamento das TVLs Estaduais, enfatizam a vulnerabilidade desses canais por estarem à mercê do fisiologismo político atávico da política brasileira, ainda muito movida por negociação de cargos e favores. Mesmo as mídias legislativas do Congresso Nacional, que possuem mais recursos, capacidade técnica,

material e força de trabalho, além de instrumentos normativos próprios que estabelecem critérios editoriais, não estão completamente livres de pressões externas. As observações de Sant’Anna (2018) sobre a TV Senado e as pesquisas de Bernardes (2013; 2015) sobre a Câmara dos Deputados evidenciam tensionamentos entre jornalistas e parlamentares – questões que repercutem diretamente nas rotinas produtivas e níveis de autonomia e independência percebidos por seus profissionais.

De alguma maneira, se extrapolam para as mídias legislativas as contingências e controvérsias que envolvem os parlamentos, que convivem sob um permanente paradoxo de visibilidade, segundo Leston-Bandeira (2012). Trata-se de um paradoxo porque os parlamentos são o poder de Estado que mais mostram publicamente seus processos internos de dissenso e de desacordo. Essa transparência, contudo, em vez de interpretada como uma abertura ampliada ao escrutínio público, pode gerar uma má-fama e uma sensação coletiva de ineficiência. Há um descompasso entre as cobranças da sociedade e o tempo necessário para o processo legislativo, que é naturalmente lento.

Voltando às TVLs brasileiras, é justamente o quesito transparência que acrescenta outra camada ao debate: para além de usos políticos escusos, as TVLs no Brasil têm uma existência autônoma baseada na função de documentar e transmitir em tempo real os trabalhos legislativos. Isso as coloca numa zona híbrida em termos de categorização porque cumprem uma função institucional, mas também prestam um serviço público. Sem esse serviço, os parlamentos brasileiros se tornariam ainda mais opacos ao olhar e controle externos.

Considerando a escassez de estudos sobre a realidade dos canais legislativos estaduais e, principalmente, abordagens que contemplem as vozes dos(as) jornalistas que neles atuam, esta pesquisa pretende responder à seguinte pergunta: *como o avanço da extrema direita repercute nas TVLs Estaduais e é percebida por seus jornalistas?* O principal objetivo é compreender como e em que medida esse contexto político influencia as rotinas de produção e interfere em aspectos editoriais.

Para responder ao problema de pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: **1)** mapear os modelos de gestão e funcionamento das 26 TVLs estaduais e da TV Câmara Distrital; **2)** traçar o perfil sociodemográfico e identificar as categorias funcionais dos(as) jornalistas que trabalham nas TVLs Estaduais; **3)** compreender como o contexto político é percebido pelos(as) jornalistas e como isso influencia as rotinas de trabalho e critérios editoriais que guiam a construção do noticiário dessas emissoras; **4)** identificar, por meio das práticas e percepções dos jornalistas, aspectos que revelem como a autonomia profissional é percebida e negociada no interior dos parlamentos estaduais.

Por se tratar de um estudo sobre percepções de um grupo de jornalistas, não se pretende medir empiricamente a intensidade da polarização ou do conservadorismo no campo político, mas compreender como esse acirramento é interpretado e vivenciado no cotidiano profissional. Para cumprir esses objetivos, optou-se por uma investigação multimétodos com inspiração etnográfica que combina entrevistas estruturadas complementadas por pesquisa documental, a aplicação de um questionário *on-line* e entrevistas em profundidade feitas com jornalistas destes canais durante observação participante nas ALs de Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa empírica, de abordagem quali-quantitativa e de caráter indutivo, pois parte da análise de um universo mais particular (a realidade dos jornalistas de cada TVL) para se compreender e conceber um quadro geral mais representativo (de trabalhadores(as) em suas respectivas emissoras). A fundamentação teórica é feita a partir do conceito de populismo autoritário (Mudde, 2004; 2021; Mudde; Kaltwasser, 2019; Laclau, 2009, 2013; Urbinati, 2019; Mouffe, 2020; Zicman de Barros; Lago, 2022; Cesarino, 2020; Mazzoleni, 2023; Gagliardi; Guazina; Albuquerque, 2024) que entendemos como um quadro de referência útil para se compreender o recrudescimento da extrema direita no Brasil.

Quanto à pertinência e relevância deste trabalho, enumero as seguintes justificativas:

1) ampliar o entendimento sobre possíveis impactos do avanço da extrema direita em uma mídia que exerce uma função institucional, mas que também cultiva práticas e valores da comunicação pública. Há um conjunto de pesquisas que busca compreender como a imprensa *mainstream* e jornalistas do segmento reagem a esse cenário polarizado e quais os enquadramentos adotados para tratar o assunto (Silva *et al*, 2020; Fernandes *et al*, 2021; Guerreiro, 2023). Por outro lado, não se encontra interesse semelhante em relação aos veículos do campo público da comunicação. Pretende-se preencher essa lacuna ao trabalhar uma proposta de pesquisa ainda pouco explorada academicamente no Brasil;

2) fortalecer os estudos acerca da presença de jornalistas como parte do sistema político-institucional legislativo. Acreditamos que esse enlace entre dois mundos que cultivam valores, normas, ideologias e pretensões tão diferentes e em rota de colisão produzem forças mutuamente transformadoras. Entender como os jornalistas elaboram e adaptam as próprias convenções em ambientes com diferentes forças políticas merece ser estudado. Apesar dos apontamentos esclarecedores de pesquisas já feitas sobre os jornalistas legislativos e que ajudam a dimensionar o papel do jornalismo no Poder Legislativo, ainda há espaço para investigações sobre o que se passa nos parlamentos estaduais;

3) em tempos de discussão sobre como aperfeiçoar mecanismos de controle social de instituições e agentes públicos e de aprofundar a ideia de parlamento aberto, dar destaque para o funcionamento das TVLs pode ser uma forma de contribuir em termos de transparência. A ausência de leis complementares que disciplinem e regulem o funcionamento desses canais impede que eles atuem dentro de determinados padrões e que estejam abertos ao escrutínio público, o que parece um contrassenso em se tratando de uma emissora pública estatal;

4) justifica-se, ainda, esta investigação como forma de fortalecer os estudos sobre as transformações contemporâneas do jornalismo. Isso significa compreender as práticas jornalísticas para além dos redutos simbólicos e míticos da profissão, como as redações dos veículos de mídia tradicionais. Isso permite entender a dinâmica de formação de segmentos, condução de carreiras, bem como as formas de ingresso e continuidade, os meios de ascensão e até mecanismos de pertencimento dos jornalistas que atuam fora da mídia.

No capítulo 1, trazemos a trajetória evolutiva das mídias não comerciais no Brasil até a criação das TVLs e como se deu o processo de midiaticização dos nossos parlamentos. Em seguida, trazemos uma discussão conceitual para definir as TVLs e situá-las no campo público da comunicação. Problematicamos a associação entre canais parlamentares como ferramentas das democracias representativas tendo em vista que essas estruturas também existem em países de governos autoritários. Propomos, em seguida, uma tipologia de modelos de TVLs mudo afora. Encerra o capítulo uma revisão de estudos sobre esses canais no Brasil.

O capítulo 2 discute o avanço da extrema direita e os impactos sobre os legislativos estaduais. Um debate conceitual sobre populismo autoritário é feito em seguida para introduzir as ideias-chave, elementos discursivos e práticas que o definem. Optamos por destacar, na sequência, do que é feita a retórica bolsonarista porque ela ilustra com clareza esses elementos, assim como os grupos sociais que lhes dão sustentação: a nova direita ultraliberal e conservadora, evangélicos neopentecostais e militares. Encerram o capítulo definições sobre o neopopulismo e como deputados(as) estaduais/distritais incorporam o receituário populista autoritário.

O terceiro capítulo discute os papéis que o jornalismo vem exercendo no interior do Poder Legislativo, e como a presença de jornalistas nesses espaços representam modificações importantes na maneira como essa instituição dissemina o próprio trabalho à sociedade. Agregamos ao debate o resultado de pesquisas que mostram pontos de conflito e embates entre jornalistas legislativos e parlamentares, além do que já se sabe sobre o perfil identitário desses profissionais. O capítulo 4 expõe o desenho metodológico da pesquisa e detalha como as três fases empíricas foram executadas. O quinto capítulo apresenta os dados coletados

durante as etapas empíricas. Buscamos confrontar e relacionar essas etapas para ampliar as discussões e aprofundar as interpretações.

O conjunto de dados trabalhado por esta tese permite concluir que os(a) jornalistas percebem negativamente o atual contexto político, evidenciando que as ALs reproduzem as disputas nacionais embora essa tendência não seja homogênea, pois os estados do Nordeste são mais influenciados pelas alianças políticas locais. Esse cenário repercute no comportamento parlamentar, marcado por condutas mais autoritárias, misóginas, resistentes ao diálogo, que desqualificam adversários, as instituições políticas e o próprio fazer político.

As tribunas, redutos simbólicos da persuasão e do debate, se tornam secundárias diante das redes sociais, onde muitos parlamentares depositam mais energia em busca de engajamento. Essa dinâmica afeta diretamente as rotinas de produção, sujeitas a diferentes tipos de interferência que se revelam em decisões editoriais mais complexas. Apesar dos limites impostos pela natureza institucional das TVLs, jornalistas buscam meios ativos de reação. Sintetizamos esse arranjo em três diferentes eixos: **1)** empobrecimento do debate público; **2)** aumento das zonas de tensão e dilemas éticos e editoriais para jornalistas e as emissoras; **3)** interferências e subordinação coexistem com estratégias de autonomia e resistência.

Por fim, e agora de uma forma mais posicionada: é preciso dizer que este trabalho nasce da perplexidade. A TV Legislativa onde eu atuava como repórter foi cooptada por um grupo político alinhado à extrema direita que reuniu forças para assumir o comando do País em 2019. Nessa jornada, vi colegas que, sob o pretexto de “cumprir ordens”, endossaram acriticamente posturas antiprofissionais e antidemocráticas. Porém, vi também colegas buscarem meios abertos ou velados de subversão e de não se dobrarem a ideais autoritários. Isso me ensinou que o jornalismo, mesmo praticado em ambientes institucionais, pode ser um meio de resistência e de posição contra o arbítrio.

1. TEVÊS LEGISLATIVAS – SURGIMENTO, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO

Este capítulo se inicia com a trajetória evolutiva das TVLs brasileiras. Assim como as demais mídias não comerciais no Brasil, o surgimento dessas emissoras foi guiado por interesses empresariais – sempre privilegiados na constituição do nosso sistema de radiodifusão. As disputas e o longo processo que culminou na Lei do Cabo, assunto da primeira seção, corroboram essa constatação.

A seção 1.2 traz um histórico sobre a inauguração das primeiras TVLs brasileiras e como a combinação de alguns eventos, como a implantação do sistema de TV digital, aliado à tecnologia multiprogramação, favoreceu a midiaticização dos parlamentos subnacionais. A seção 1.4 traz uma perspectiva comparada das experiências de emissoras legislativas estrangeiras. Em seguida, discute-se a definição dessas emissoras com base nas funções sociais que cumprem, principalmente a transparência e *accountability* parlamentares.

Essas definições se ligam ao histórico debate sobre a classificação das mídias não comerciais no Brasil – tema da seção subsequente. O deserto normativo que acomete o segmento é abordado e serve de fio condutor para se refletir sobre as TVLs como um vetor de comunicação pública. Em seguida, discute-se a formação dos aparatos de comunicação nas casas de leis. Uma revisão sistemática sobre o estado atual da pesquisa científica acerca das TVLs no Brasil encerra o capítulo.

1.1 A saga da cabodifusão

Em termos legais, o marco fundacional das TVLs é a Lei do Cabo (Lei Federal nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995), que regulamentou o funcionamento dos serviços de TV a cabo no Brasil (Brasil, 1995). A literatura especializada, que refaz a cronologia dos principais eventos acerca deste processo, converge sempre para o mesmo ponto: a Lei do Cabo existe graças à atuação obstinada da sociedade civil, especificamente do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), antiga Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação, que se impôs como um grupo de interesse nesse embate.

Atualmente, grande parte do eixo norteador da Lei do Cabo já foi revogada e substituída pela Lei da TV Paga (nº 12.485, de setembro de 2011) ou Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAc). Além disso, o Brasil está em pleno processo de implantação da TV 3.0, que vai alterar bastante as formas de consumo de conteúdos da TV aberta. Apesar

disso, é graças à Lei do Cabo que um consistente campo de mídias não comerciais, como as tevês parlamentares, existe no Brasil.

As primeiras tentativas de se implantar a cabodifusão por aqui, um dos mais importantes meios de distribuição de TV por assinatura³, datam dos anos 1970, quase sempre capitaneadas por interesses políticos e empresariais de conglomerados de comunicação (Herz, 1983; Ramos; Martins, 1995; Maciel, 1997). O FNDC foi o principal polo de resistência às intenções do governo federal por apostar na cabodifusão como vetor de desenvolvimento social e democrático das telecomunicações no Brasil.

Em 1975, durante o governo do general Ernesto Geisel, o Ministério das Comunicações elaborou o primeiro projeto de regulamentação desse serviço no Brasil. Segundo Herz (1983), o decreto fora produzido de forma unilateral, sem levar em conta as sugestões e contribuições técnicas e práticas de universidades, pesquisadores e outros segmentos interessados em qualificar o debate acerca dessa tecnologia. As inúmeras críticas contra a norma levaram Geisel a desistir de sua implantação.

O início legal da cabodifusão no Brasil viria quase duas décadas depois por meio de duas portarias, uma editada no fim do governo de José Sarney (portaria nº 250, de 13 de dezembro de 1989), e outra durante o governo de Fernando Collor (portaria nº 51, de 3 de junho de 1991). Ambas eram vagas e apenas davam um ar de legalidade a um “fato consumado” (Renault, 2004, p.38), pois, na prática, iniciativas isoladas e clandestinas de implantação de sistemas de tevê a cabo foram registradas desde os anos 1970.

Outra crítica era sobre o caráter “especial” que a portaria nº 51 atribuía ao serviço de TV a cabo, logo, sem benefícios para o público em geral. Segundo Ramos (1995), segmentos sociais cobravam que as futuras regulamentações dessa natureza deveriam seguir o mesmo rito das outorgas convencionais de radiodifusão, isto é, uma autorização do Congresso Nacional na forma de lei, e não um simples ato administrativo, que é o caso de uma portaria.

Esse ideal democratizante norteou um projeto de lei elaborado pelo FNDC e apresentado pelo deputado Tilden Santiago (PT-MG). O documento colocava o interesse público como objetivo indissociável do modelo de cabodifusão, sendo este classificado como mais um serviço de telecomunicação tal qual a radiodifusão tradicional, portanto, sem o status de “especial”.

³ A TV a cabo, sobretudo como modalidade de TV por assinatura, surgiu nos Estados Unidos na década de 1940, inicialmente como um recurso técnico que corrigia interferências dos sinais radioelétricos de TV. Com o passar do tempo, ao incorporar a fibra óptica, as operadoras de TV a cabo também passaram a transmitir sinais telefônicos e audiovisuais. (Ramos; Martins, 1995)

A proposta final, batizada de Lei do Cabo, foi finalmente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no dia seis de janeiro de 1995. A norma inovou ao trazer o princípio *must-carry* (ou carregamento obrigatório), que determinava aos operadores dessa modalidade de serviço que ofertassem acesso gratuito a um conjunto básico de canais, o que foi definido pelo artigo 23 da nova lei:

- a) canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo;
- b) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembléia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões** (grifo da autora);
- c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões;
- d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões. (Brasil, 1995).

Neste pacote básico também foram incluídos canais educativo-culturais, comunitários, e canais reservados às universidades e ao Supremo Tribunal Federal (STF)⁴. Se comparadas as intenções iniciais do FNDC desde o início das mobilizações com o texto final que deu origem à lei, o êxito é evidente. A obrigatoriedade de outorgas regulamentadas por lei e não mais por simples portarias é um deles, assim como a definição do caráter público da rede de cabodifusão, isto é, as operadoras não poderiam impedir que outros agentes tivessem acesso a ela – justamente o que garantiu a oferta obrigatória de canais de acesso gratuito; e a criação de uma rede única que padronizou o conjunto de tecnologias para conectividade. Essa última característica permitiu que a rede de cabodifusão fosse originalmente concebida já com vistas à integração de serviços para além da TV a cabo, como telefonia e internet banda larga.

A vigência da Lei do Cabo e, posteriormente, a ampliação do acesso aos canais públicos que ela criou, permitiu a definição dessa nova mídia. Em termos legais e técnicos, as TVLs são entes públicos sem personalidade jurídica própria, dependentes administrativa e financeiramente das casas de leis, e têm como função precípua a transmissão e documentação dos trabalhos parlamentares.

Desde 1995, elas integram os serviços de telecomunicações, ofertados via TV a cabo, e a partir da segunda metade dos anos 2000, com a transmissão via sinal aberto, elas também

⁴ O canal destinado ao Poder Judiciário foi acrescentando posteriormente pela Lei nº 10.461/2002.

passam a compor os serviços de radiodifusão pública de sons e imagens, de recepção livre e gratuita, explorados diretamente pela União com base no princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Ao avaliar os 22 anos que levaram à sanção da Lei do Cabo, o professor e pesquisador da UnB, Murilo Ramos (1995;1998; 2004), que participou das articulações durante todo esse tempo, considera a participação do FNDC histórica e pioneira porque, pela primeira vez, uma entidade tão plural se firmou como interlocutora formal na definição de uma política pública de comunicação no Brasil. A produção de um legado teórico e de articulação política no âmbito das telecomunicações, um campo historicamente conservador, refratário ao debate público e a mecanismos regulatórios, é outro feito notável, segundo o professor.

Por outro lado, é também inegável que a Lei 8.977/1995 carrega uma contradição de origem porque, ainda que tenha trazido avanços, o serviço estava disponível apenas para quem podia pagar por ele. Renault (2004), entretanto, contemporiza:

“[...] uma parte do sistema privado de televisão foi obrigada a operar cooperando com outro interesse que não o próprio. Um interesse que passou a ser traduzido pela programação produzida por novos atores: os parlamentos, a comunidade acadêmica [...] Até então, esses atores dependiam, prioritariamente, da boa vontade das redes privadas para ter algum acesso ao espaço de visibilidade proporcionado pela televisão. (Renault, 2004, p.41).

1.2 O surgimento das primeiras TVLs no Brasil

Com a regulamentação dos canais fechados, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) inicia o movimento de inaugurações de TVLs ao instituir o próprio canal em novembro de 1995; seguida pelo Senado Federal, que colocou sua emissora em funcionamento, em caráter experimental, em fevereiro de 1996. Já a TV Câmara começou a funcionar em janeiro de 1998. Apesar do alcance restrito, já que estavam disponíveis apenas para assinantes de TV a cabo, esses canais foram considerados um avanço:

A lente da câmera de televisão tinha, enfim, sido posta a serviço de uma cena completamente nova em conteúdo e formato: a rotina interna das casas legislativas, sem intervalos comerciais, começava a ser trazida para dentro da vida doméstica do brasileiro (Renault, 2004, p.38)

A possibilidade real de os parlamentos se apropriarem de um veículo de comunicação de massa transformaria consideravelmente o regime de visibilidade ao qual eles estiveram historicamente submetidos. Em outras palavras, instaurar um modelo de televisão alternativo ao modelo comercial predominante no País significaria estabelecer um canal de informação com a sociedade sem intermediários ainda que com alcance limitado. Esse é justamente um dos motes do discurso de inauguração da TV ALMG proferido pelo então presidente da Casa, deputado Agostinho Patrús (PDT):

Iniciamos aqui uma comunicação direta através da televisão entre o Poder Legislativo e a comunidade mineira [...] Vamos estabelecer aqui uma via de mão dupla, uma verdadeira parceria, ligando a sociedade a seus representantes na Assembleia (Minas Gerais, 1995).

Renault (2004) relata que logo após o discurso inaugural, a transmissão da TV ALMG veiculou imagens da mesa diretora, então ocupada por três deputados. Eram imagens gravadas, pouco convidativas, feitas com câmeras fixas e se limitavam apenas à mesa diretora e tribuna. Nos dias seguintes é que as transmissões foram feitas em tempo real. Os telespectadores mineiros puderam acompanhar parlamentares discursando na tribuna, discutindo sobre a derrubada ou manutenção de vetos do governo, encaminhando votos etc.

Se hoje transmissões televisivas como essas estão normalizadas e bem estabelecidas, em 1995 eram novidade absoluta. Até então, a veiculação de imagens dos trabalhos legislativos, discursos e debates parlamentares eram praticamente um monopólio da imprensa. Já na nova mídia, esse fluxo de acontecimentos passa a seguir outra lógica, pois chegava “ao telespectador sem passar pelas tradicionais perguntas dirigidas pelos repórteres, sem a seleção prévia de imagens e falas feita na edição, sem o texto escrito para “casar” perfeitamente com as imagens” (Renault, 2004, p.49).

Enquanto a estreia da TV ALMG recebeu atenção discreta por parte da mídia local e nacional, a inauguração da TV Senado e também da TV Câmara, em 1998, foi alvo de considerável cobertura negativa. Além do DF, o sinal da nova emissora chegava a 45 cidades que dispunham de sistema de TV por assinatura. Renault (2004) e Sant’Anna (2009) relatam inúmeras outras críticas da imprensa à iniciativa: ela não atenderia a qualquer interesse público, promoveria gasto desnecessário do erário e seria uma mera mídia institucional para promoção de parlamentares. O compilado de manchetes abaixo reflete essa onda negativa:

Quadro 1 - Assunto rendeu manchetes críticas e até debochadas

- **Senado vive ‘clima de palanque’ com sua TV a cabo** (Jornal do Brasil, 25 fev.1996, p.4)
- **Deputados vão ganhar canal de TV a cabo** (O Estado de S. Paulo, 12 out. 1997, p.A13)
- **Produtora independente receberá R\$ 140 mil/mês para manter emissora** (Folha de S. Paulo, 08 jan. 1998, p.5)
- **TV chapa-branca** (Folha de S. Paulo, 22 jan. 1998, p.2 – artigo de Nelson de Sá sobre a inauguração da TV Câmara)
- **TV pública ou palanque?** (Folha de S. Paulo, 22 jan. 1998, p.2 – editorial também sobre a inauguração da TV Câmara)
- **Deputados Pop-Star** (Revista IstoÉ, 28 jan., p.8)
- **Deputados se arrumam para aparecer na TV Câmara** (Correio Braziliense, 22 jan. 1998, p.10)
- **Rede Congresso busca audiência; Deputados criam e expandem sua própria rede de comunicação, sofisticada e cara** (Folha de S. Paulo, 22 mar. 2001, p.6)

Fonte: reprodução de Gonçalves (2015, p.44)

Naquele momento, a visão de que as emissoras legislativas poderiam trazer alguma contribuição positiva partiu, em grande parte, segundo Sant’Anna (2009), do meio acadêmico e sindical, principalmente da Fenaj, para quem esses canais concretizavam o direito constitucional de acesso à informação. Curiosamente, houve boa recepção também por parte de sindicatos patronais, como Abert, Associação Nacional de Jornais (ANJ) e Associação das Televisões por Assinatura (ATA), que creditavam às novas emissoras uma maior abertura do Poder Legislativo à sociedade, o fortalecimento da democracia e até mesmo um serviço complementar ao da imprensa (Sant’Anna, 2009).

Parte desses elementos estão entre as razões que motivaram a criação das TVLs, que podem ser resumidas em três discursos predominantes: **1)** publicidade e transparência de atos oficiais; **2)** oferta de um noticiário alternativo ao da mídia *mainstream*; **3)** aprofundamento e visibilidade dos trabalhos legislativos desconhecidos por parte da sociedade. Alguns desses aspectos estão no discurso inaugural da TV Senado feito pelo então senador José Sarney:

Nos tempos em que vivemos hoje, um dos instrumentos colocados a serviço de fortificar as instituições é, sem dúvida, dar transparência aos trabalhos das instituições legislativas. A televisão do Senado tem este objetivo: o de servir ao povo brasileiro. Dando a ele a capacidade de criticar o Senado Federal, criticar o

Legislativo, mas criticar assistindo ao seu trabalho, ao que ele faz, qual é a sua tarefa diuturna, qual é essa aprendizagem. (Brasil, 2022)⁵

Jardim (2008) observa que mesmo antes da Lei do Cabo já havia uma demanda social para que os parlamentos constituíssem os próprios canais televisivos. A busca por uma interlocução mais direta com a sociedade também atendia a um certo descontentamento dos legislativos, pois estavam sujeitos unicamente aos enquadramentos propostos pela mídia comercial.

Freitas (2014; 2020) relata que a Central de Vídeo do Senado Federal, criada em 1993 para publicizar os trabalhos legislativos, produzia boletins gravados diariamente repassados às emissoras abertas, mas “o êxito do projeto estava sempre dependente da boa vontade da mídia tradicional” (Sant’Anna, 2009, p. 339). A criação da primeira emissora congressual promoveu um ponto de virada nesse sentido, pois permitiu a divulgação de conteúdos que não eram considerados atrativos pela imprensa.

1.2.1 A midiaticização dos parlamentos subnacionais brasileiros

Amparadas pela Lei do Cabo e de olho no pioneirismo da TV ALMG, tanto assembleias legislativas quanto câmaras municipais começaram a instalar as próprias TVs a partir do final dos anos 1990. Depois da ALMG, a Assembleia Legislativa de São Paulo fundou, em 1996, a TV Alesp (Melo, 2014), seguida pelas TVs das Assembleias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – ambas criadas em 1999 (Monteiro, 2011; Melo, 2014). Contudo, o processo mais consistente e acelerado de midiaticização dos parlamentos regionais começa a partir de 2003, quando a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) é fundada.

A entidade é fruto dos congressos da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), nos quais servidores dos parlamentos perceberam a necessidade de uma instituição que incentivasse e facilitasse o processo de expansão das TVLs. A entidade acabou se tornando decisiva para a expansão dos canais parlamentares, pois, em termos práticos, fornece amparo técnico e informações necessárias para a solicitação de canal de rádio e TV,

⁵ Trecho de transcrição do discurso de José Sarney. Fonte: Agência Senado. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/02/04/tv-senado-completa-25-anos>. Acesso em 3 jun 2023.

como especificações técnicas de equipamentos, orientações sobre editais de licitação e elaboração de pareceres jurídicos⁶.

Atualmente, a Astral reúne 40 associados entre TVs e rádios legislativas de assembleias (AL), câmaras municipais (CM), além dos dois canais congressuais, e tem atuação importante nas discussões sobre políticas públicas de comunicação, como a TV digital no Brasil – outro marco referencial da expansão e consolidação das emissoras legislativas.

Foi durante o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, em maio de 2007, que se aprofundaram os debates sobre o Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T), instituído por meio do decreto presidencial nº 5.820/06. A norma estabeleceu o padrão japonês como o modelo tecnológico de transição do sinal analógico para o sinal digital a ser adotado pelo nosso sistema de radiodifusão de sons e imagens. Melo (2014) explica que o evento foi bastante importante porque houve convergência entre TVs do campo público em reivindicar, a partir da implantação do SBTVD-T, “a criação de uma infraestrutura digital única e pública, acessível a todas as emissoras” (Melo, 2014, p.87).

Para as TVLs, seria a chance de expandirem suas programações para além da TV por assinatura⁷ porque a nova tecnologia em curso introduziria a multiprogramação. Trata-se de um canal de radiofrequência com largura de banda de 6 mega-hertz que, por meio da compressão de dados digitais, consegue transmitir até quatro faixas de programação em alta definição (HD - *high definition*) ou até oito em definição padrão (SD - *standard definition*) (Maurício, 2022). Conforme o decreto presidencial, a multiprogramação⁸ ficou restrita às emissoras públicas, e a União atribuiu ao Ministério das Comunicações a competência de consignar, em seu nome, os canais digitais com esse recurso.

Essa medida dissipou o entrave burocrático que impedia as TVLs de transmitir em canal aberto mesmo com sinal analógico: até então as outorgas de exploração desse serviço só podiam ser concedidas a entes com personalidade jurídica própria, o que o Poder Legislativo

⁶Fonte: Astral. Disponível em <https://www.astralbrasil.org/index.php/historia/>. Acesso em 05 jun 2023.

⁷ Em entrevista a Pieranti (2020), a jornalista da TV Câmara e ex-presidente da Astral (2008-2009), Evelin Maciel, conta que a criação de uma rede de emissoras públicas interessadas em transmitir em canal aberto já estava sendo pensada antes do SBTVD-T por um grupo de profissionais das TVLs federais, que mais tarde dariam origem à Rede Legislativa de TV. Partiu de Maciel, com o auxílio de consultores legislativos da Câmara dos Deputados, as primeiras tratativas, com participação do Senado, e também a concepção de um modelo de multiprogramação, mas pensado para o sinal analógico. Segundo Maciel, foi cogitada uma parceria com outros canais públicos, como a TV Brasil, a NBR e até a TV Justiça.

⁸ Em abril de 2020, o governo federal editou o decreto nº 10.312 permitindo a multiprogramação para TVs digitais comerciais para transmitir conteúdos de educação, ciência, tecnologia, inovações e cidadania. Após prorrogação em 2022, a autorização valeu até dezembro de 2023.

não possui. Esse impedimento foi então contornado a partir de outubro de 2012 com a criação da Rede Legislativa de TV por meio do Ato da Mesa Diretora nº 52/201, da Câmara dos Deputados.

Em seu artigo 5º, o documento determina que a Câmara Federal estabeleça parcerias com as emissoras de rádio e TV do Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais (CM). Assim, o Ministério das Comunicações, em nome da União (que possui personalidade jurídica própria), consigna o canal de TV à Câmara dos Deputados, que então firma a parceria com a AL ou CM interessadas.

Essa medida propiciou a universalização dos canais legislativos para o sinal aberto digital e gratuito⁹, iniciativa que impõe o compartilhamento de custos financeiros e de responsabilidades entre os entes envolvidos. Por meio da multiprogramação, um único canal consignado ao Poder Legislativo federal permite a transmissão simultânea, 24 horas por dia, das programações de até quatro canais: dois nacionais (TV Câmara e TV Senado), um estadual (TV Assembleia Legislativa do Estado) e um local (TV da Câmara Municipal). Abaixo, um quadro atual de emissoras legislativas estaduais e do DF:

Quadro 2 - TVLs Estaduais e seus respectivos anos de fundação

Estado	Emissora	Implantação
Minas Gerais	TV Assembleia	1995
São Paulo	TV Alesp	1996
Rio Grande do Sul	TV Assembleia	1999
Santa Catarina	TV AL	1999
Amazonas	TV ALE	2000
Espírito Santo	TV Assembleia	2001
Mato Grosso	TV Assembleia	2001
Mato Grosso do Sul	TV Alems	2001
Pernambuco	TV Alepe	2002
Rio Grande do Norte	TV Assembleia	2003
Sergipe	TV Alese	2003
Paraíba	TV Assembleia	2004

⁹ Essa expansão também foi impulsionada pelo Programa Digitaliza Brasil (PDB), instituído em 2021 pelo Ministério das Comunicações para acelerar a digitalização dos sinais de televisão analógica. A meta é cobrir todos os municípios brasileiros. Fonte: Ministério das Comunicações. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ekCFT>. Acesso em 13 jan. 2025.

Piauí	Alepi TV	2004
Rio de Janeiro	TV Alerj	2004
Ceará	TV Alece	2006
Goiás	TV Alego	2006
Pará	TV Alepa	2006
Alagoas	TV Assembleia	2007
Bahia	TV Alba	2007
Paraná	TV Sinal	2007
Rondônia	ALE TV	2010
Maranhão	TV Alema	2011
Acre	TV Aleac	2012
Amapá	TV Alap	2012
Tocantins	TV Assembleia	2012
Roraima	TV Assembleia	2015
Distrito Federal	TV Câmara Distrital	2021

Fonte: elaboração da autora a partir de Melo (2014), Astral e Rede Legislativa de TV Digital

Até janeiro de 2026, a Rede Legislativa de TV Digital, a primeira e maior rede de televisão formada no Brasil por meio do recurso multiprogramação, reunia 77 emissoras geridas por ALs e CMs. Conforme mapeamento realizado para esta pesquisa – e que será detalhado no capítulo metodológico – todas as ALs obedecem à determinação de transmitir os trabalhos legislativos em tempo real, ainda que nem todas tenham estruturas televisivas e algumas usem exclusivamente o *streaming* disponível nos próprios portais ou em perfis próprios no *YouTube*, como a TV Aleac (Assembleia Legislativa do Acre).

A atuação da Rede Legislativa de TV foi determinante para a universalização das TVLs Brasil afora, o que significou a interiorização dessas emissoras – por muitos anos restritas apenas às capitais e à TV por assinatura – além de proporcionar melhorias da qualidade da imagem e som. Com algumas exceções, elas conseguem preencher 24 horas de programação com conteúdo próprio intercalado com a cobertura das atividades parlamentares e a produção de programas sobre cidadania, direitos humanos, cultura, educação, aspectos regionais e até esporte.

1.2.2 A midiaticização dos parlamentos no exterior

Assim como no Brasil, os canais legislativos são uma iniciativa consolidada mundo afora independentemente da estrutura do Poder Legislativo do país, seja unicameral ou bicameral. O sistema de governo também não é um fator condicionante, pois há TVLs em repúblicas e monarquias parlamentaristas, repúblicas presidencialistas e semipresidencialistas. Porém, antes da constituição de canais de televisão dedicados aos trabalhos legislativos, alguns parlamentos tinham outros meios de divulgação audiovisual de suas atividades. Há, portanto, uma diferença entre transmitir e televisionar sessões plenárias, mas optamos por chamar de TV Legislativa qualquer modelo de transmissão em tempo real de deliberações parlamentares para evitar muitas terminologias diferentes, o que também facilita a escrita do texto.

Foi na América do Norte que todo esse processo começou e ele coincide com a criação da televisão como veículo de comunicação de massa. Crain e Goff (1988) contam que os primeiros registros de sessões televisionadas começam entre os anos 1940 e 1950 em alguns estados dos Estados Unidos, mas de forma esporádica. Apesar desse pioneirismo, foi o Canadá, em 1977, o primeiro país a permitir o televisionamento consistente das deliberações da *House of Commons* (equivalente à nossa Câmara dos Deputados).

As transmissões começam a ser feitas pela *Canadian Cable Television Association*, tarefa depois assumida pela *Canadian Broadcasting Corporation* (CBC), emissora pública de TV e rádio que foi extinta em 1991. As transmissões só foram retomadas em 1992 após a fundação do *Cable Public Affairs Channel* (CPAC), formado por um consórcio de 25 empresas de TV a cabo¹⁰. Curiosamente, os trabalhos do Senado canadense só começaram a ser transmitidos pelo CPAC em 2019 (Carvalho, 2020).

O segundo canal legislativo a operar foi o *Cable-Satellite Public Affairs Network* (C-SPAN), dos Estados Unidos, que, em março de 1979, fez a primeira transmissão de uma sessão plenária da *House of Representatives* (Crain; Goff, 1988). Em 1986, a emissora passou a veicular as sessões do Senado. Atualmente, há ainda o C-SPAN 2, que transmite outras deliberações, como audiências públicas. Assim, como o Brasil, alguns estados dos EUA também televisionam os trabalhos de seus parlamentos. Foi possível identificar TVLs nos estados de Minnesota (*The Minnesota House of Representatives*), Flórida (*The Florida Channel*), Rhode Island (Capitol TV), Kansas (*Kansas Legislative Broadcast*), Texas (*Capitol Channel*), Ohio (*The Ohio Channel*), Nebraska (*Nebraska Public Media*), entre outros.

¹⁰ Fonte: CPAC. Histórico disponível em <https://www.cpac.ca/about-cpac>

Outro marco dessa trajetória evolutiva se deu no Reino Unido com a criação do canal público *Parliamentary Channel*, em 1992, como resultado da união de empresas de TV a cabo. Em 1998, o canal foi assumido pela celebrada emissora pública *British Broadcasting Corporation* (BBC) e passou a se chamar *BBC Parliament*. A partir dos anos 2000 é que a fundação de emissoras legislativas foi replicada de forma mais consistente por outros países, e a internet, pontua Carvalho (2020), foi um catalisador desse processo. Atualmente, televisionar ou permitir alguma forma de transmissão em vídeo dos trabalhos legislativos é uma realidade bastante consolidada em todo o mundo. Abaixo, um quadro com mais de países que têm pelo menos uma forma de transmissão:

Quadro 3 – Países que transmitem sessões plenárias

África	África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Egito, Etiópia, Gana, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Ruanda, Uganda, Zâmbia
América	Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela
Ásia	Bangladesh, Índia, Coreia do Sul, Singapura, Japão, Israel, China, Taiwan, Indonésia, Timor-Leste, Malásia, Tailândia, Turquia
Europa	Áustria, Alemanha, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Croácia, Escócia, Eslovênia, Estônia, Eslováquia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia, Suécia, Suíça, Ucrânia
Oceania	Austrália, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné

Fonte: elaboração própria a partir de IPU (2024), Carvalho (2020), Parlamento Europeu (2025), Pan-Africa Parliament (2026)

Os modelos de transmissão não seguem um padrão, mas três formatos predominam:

1) transmissão digital e *streaming* de vídeo – transmissões em tempo real (ou *on demand*) disponibilizadas nos portais dos parlamentos na internet ou em plataformas digitais, como *YouTube* ou *Vimeo*, ou até em redes sociais; **2) televisão legislativa**: canal de TV em senso estrito, com produção própria de conteúdo e grade de programação que não se limita apenas às deliberações legislativas. Ela opera em modelo *broadcast* seja em sinal analógico ou digital, por meio de canais abertos ou não, e transmite também por meio de plataformas digitais. Podem ser patrimônio dos parlamentos ou não; **3) webtv**: canais de TV com produção própria de conteúdo e grade de programação, mas com transmissão restrita à internet.

Levantamento da Inter-Parliamentary Union (IPU)¹¹ de outubro de 2024 sobre 115 parlamentos de 86 países mostra que 79% deles fazem transmissões digitais e 40% têm webtv. Em 54% desses países, há emissoras legislativas dedicadas, ou seja, exclusivamente criadas para produzir conteúdo sobre Poder Legislativo, mas não há informação se são propriedade dos parlamentos ou não. Algo bastante disseminado é um modelo híbrido no qual se combina a transmissão digital com radiodifusão, seja pública ou privada.

Quando os parlamentos disponibilizam as transmissões na modalidade **digital e streaming de vídeo**, elas podem ser diferenciadas quanto ao nível de intervenção em busca de inteligibilidade: inclusão de caracteres para identificar data, número da sessão/deliberação, ordem do dia (informações básicas sobre o assunto tratado ou proposição discutida/votada) e, em alguns casos, os nomes dos(as) oradores. De modo geral, elas são feitas por câmeras estáticas e baixa variação de enquadramento.

Quanto às **webtvs legislativas**, elas associam as transmissões em tempo real com uma produção ativa de conteúdo que compõem uma grade de programação. Esse conteúdo é feito pelos próprios parlamentos. Já as **televisões legislativas**, que interessam mais a esta pesquisa, apresentam muitas distinções, tornando bastante desafiador classificá-las:

Quadro 4 - Tipologia de emissoras legislativas mundo afora

Modelos	Descrição	Financiamento	Autonomia	Exemplos
Canal público estatal/institucional	A emissora é uma diretoria ou departamento oficial dentro da estrutura do parlamento.	Orçamento do parlamento (recursos do Tesouro Nacional/Estadual)	Baixo a médio: interações da mesa diretora	Brasil, Angola, Marrocos
Canal público independente	O parlamento fornece o sinal, mas a gestão e transmissão é feita por uma rede pública de TV externa.	Taxas de Licença (paga pelo cidadão) e subsídios estatais	Alto: segue critérios jornalísticos da emissora pública	Reino Unido, Canadá
Canal privado independente	Serviço de utilidade pública, sem fins lucrativos, custeado por empresas de TV a cabo	Financiado por operadoras de cabo e satélite	Muito alto: sem vínculo institucional e financeiro com entes públicos	Estados Unidos
Canal terceirizado	O parlamento contrata produtora ou canal privado para gerir a transmissão e programação.	Contrato de prestação de serviço pago pelo Poder Legislativo	Médio: segue os termos de referência do contrato estabelecido	Israel, Chile

Fonte: elaboração própria a partir de Parlamento Europeu (2025), IPU (2024), Carvalho (2020)

¹¹ Fonte: *Informe mundial de 2024 sobre el parlamento electrónico*. Disponível em <<https://encurtador.com.br/kReeu>>.

O quadro acima expõe quatro diferentes modelos de canais legislativos, mas não é exaustivo porque não esgota todas as formas de funcionamento das TVLs no mundo e nem aponta qual ou quais são predominantes. Além disso, há modelos que possuem tantas singularidades que dificultam sua categorização nessa proposta de tipologia. É o caso da França, onde a rede de TV *La Chaîne Parlementaire* (LCP), instituída em 1999, comanda os canais *LCP-Assemblée nationale* e o *Public Sénat*. Esses canais têm personalidade jurídica de direito privado, capital pertencente às duas casas legislativas e não têm fins lucrativos. Ambos têm dotação orçamentária própria, mas os recursos vêm do repasse anual do Estado francês ao parlamento. Apesar disso, por lei¹², os canais têm total autonomia editorial, o que permite que seu conteúdo jornalístico seja crítico à atuação parlamentar, e seus dirigentes cumprem mandatos de três anos.

Outro modelo peculiar é quando os trabalhos legislativos são transmitidos por emissoras públicas nacionais, isto é, que não pertencem exatamente a nenhum poder de Estado e também não são especializadas em cobertura do legislativo. Japão, Jamaica e Suíça adotam esse modelo. No continente americano, mais da metade dos países da América Latina possuem canais próprios dedicados que produzem conteúdo próprio que preenchem 24 horas de programação diária e reúnem equipes que fazem uma cobertura com base em parâmetros jornalísticos. Segundo Molina (2019), a criação de canais legislativos dedicados está ligada às políticas públicas de radiodifusão de cada país.

Essas experiências reunidas aqui de maneira sucinta demonstram que a abertura das atividades parlamentares ao olhar público é uma demanda mundial, inclusive de organismos internacionais, como o Parlamento do Mercosul, Parlamento Pan-Africano e o Parlamento Europeu, que divulgam na Internet suas deliberações¹³.

1.3 Mídias legislativas: mais que aparatos de comunicação institucional

No Brasil, as estruturas de comunicação do Poder Legislativo de todas as esferas, como propriedade das casas de leis, normalmente são chefiadas por pessoas escolhidas pela

¹² Fonte: Fiche n°35, La Chaîne Parlementaire (LCP-Assemblée nationale et Public Sénat). Disponível em: <https://encurtador.com.br/JPCr>

¹³ O Parlamento Europeu divulga suas deliberações por meio de diferentes mídias, incluindo transmissões via streaming (<https://multimedia.europarl.europa.eu/pt/webstreaming?view=day>). As reuniões do Parlamento do Mercosul (<https://www.youtube.com/@PARLASUR>) e do Parlamento Pan-Africano (<https://www.youtube.com/AUCommission>) podem ser vistas no YouTube

Mesa Diretora ou por arranjos e negociações que favorecem grupos políticos dominantes. Com raras exceções, essa prática é corriqueira nas TVLs (Jardim, 2008; Melo, 2014). Esse modelo de gestão carrega consigo um vício de origem, que, como será discutido adiante, estimula a quebra do princípio constitucional da impessoalidade para favorecer aliados políticos.

Não há legislação específica que determine as atribuições e imponha vedações às TVLs, então cada casa de leis age conforme os próprios interesses. Essa é uma das razões que negativam a imagem dessas emissoras, desqualificando todo o trabalho que fazem, pois praticamente as reduzem à pecha de chapa-branca. Apesar dessa fragilidade institucional, na prática as TVLs demonstram ter construído coletivamente, de forma tácita, uma espécie de identidade própria. A pesquisa acadêmica sobre o segmento evidencia como as programações se parecem e são quase que exclusivamente focadas em temas educativo-culturais e ligados à cidadania (Carvalho, 2014; Canabarro, 2015; Pinto, 2021; Souza, 2021).

Além disso, as TVLs, junto às demais mídias legislativas, cumprem funções que posicionam o Brasil dentro das práticas de comunicação preconizadas mundialmente para as instituições legislativas. Isso pode ser constatado por meio da atuação de uma rede de organismos internacionais sem fins lucrativos¹⁴ e também nacionais, como o Interlegis, ligado ao Senado Federal. Essa rede produz estudos, relatórios técnicos, mapeamentos e também atuam como observatórios para aprimorar os mecanismos que o Poder Legislativo em todo o mundo deve buscar para se comunicar melhor com cidadãos(ãs) e provê-los(as) de mecanismos de participação social, oferecer diferentes meios de acesso às deliberações, e forçar que representantes sejam compelidos a prestar contas de seus mandatos.

Nesse sentido, a Declaração para a Abertura e Transparência Parlamentar, lançada em 2012, é um verdadeiro compêndio de princípios e exemplos de medidas práticas para tornar os parlamentos nacionais e regionais mais responsivos. Elaborado pela organização *Opening Parliament*, da qual o Brasil é associado, o documento é enfático: “[Os parlamentos] devem envidar esforços para proporcionar aos cidadãos acesso aos trabalhos parlamentares em tempo real e a arquivos sob pedido através de rádio, televisão e Internet”¹⁵. Assim, as mídias legislativas integram uma espécie de arquitetura comunicativa com múltiplas

¹⁴ *Portal for Parliamentary Development (Agora)*, *Inter-Parliamentary Union (IPU)*, que congrega parlamentos de 193 países, incluindo o Brasil e *ParlAmericas* (entidade que reúne 35 legislaturas nacionais da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe).

¹⁵ Fonte: *Opening Parliament*. Disponível em: <<https://openingparliament.org/static/pdfs/portuguese.pdf>>. Acesso em 10 jul 2023.

ramificações, incluindo a oferta de dados abertos, mas que visam à mesma finalidade: abrir os parlamentos ao olhar e controle externos.

Os aparatos de comunicação legislativa se tornaram indicadores mundialmente consolidados para aferição de transparência e abertura. Esse é justamente um dos critérios incorporados pela organização não-governamental *Transparência Internacional - Brasil* para medir o Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) dos Poderes subnacionais. Conforme o ranking divulgado pela entidade em 2023 sobre o Poder Legislativo e Distrital brasileiro, o indicador “Comunicação” obteve média total de 71 pontos (numa escala de zero a cem) – o melhor resultado entre oito indicadores analisados para o ITGP¹⁶.

O nível de oferta de canais de comunicação dos parlamentos é periodicamente medido pela *Inter-Parliamentary Union* (IPU). Segundo o relatório *World e-Parliament*, de 2024, que analisou 115 parlamentos e câmaras legislativas de 86 países, desde 2016 as redes sociais são o canal de comunicação mais adotado, mas as TVLs permanecem influentes.

Em síntese, o que se propõe com esse debate é que é necessário descolar as mídias legislativas, mesmo as TVLs, da ideia de que elas atendem unicamente à sanha narcísica e mal-intencionada de parlamentares. Elas precisam e devem ser aperfeiçoadas, mas essa visão determinista dificulta compreender que elas integram um ecossistema informacional que cumpre finalidades maiores e mais complexas.

1.3.1 O papel das TVLs nas democracias representativas: um debate transnacional

Como já pontuado, a vertente de pesquisas que define as TVLs como instrumentos que ampliam a abertura do Poder Legislativo ao escrutínio público em sociedades democráticas segue sendo majoritária embora essas emissoras também estejam presentes em países de governos autoritários. No Brasil, e também no exterior, vieram da ciência política e ciências sociais aplicadas as primeiras pesquisas mais robustas sobre as emissoras e demais mídias legislativas (Crain; Goff, 1988; Sepúlveda, 2002; Mixon; Gibson; Upadhyaya, 2003; Mixon; Treviño; Minto, 2005; Santos, 2006; Jardim, 2008; Rodrigues, 2010; Bernardes, 2011; Silva, 2012), que relacionam as TVLs ao funcionamento das democracias liberais representativas e das normas procedimentais das democracias deliberativas.

¹⁶ Fonte: Transparência Internacional – Brasil. Resultado disponível em: <https://indice.transparenciainternacional.org.br/>.

A construção dos princípios básicos da democracia representativa, na qual cidadãos(ãs) elegem representantes para tomar decisões em seu nome em vez de participarem diretamente dos processos decisórios, vem de uma longa trajetória marcada pela contribuição de diversos pensadores ocidentais desde o século XVIII (Pitkin, 2006). As ideias de Jean-Jacques Rousseau, John Locke, Montesquieu, Alexis de Tocqueville, James Madison e John Stuart Mill fundamentaram os pontos basilares desse sistema político: eleições livres e justas, liberdade e direitos individuais, separação dos poderes, soberania popular e pluralismo político.

Apesar de apontar as limitações das democracias representativas em relação à democracia direta, o teórico político francês Bernard Manin é bastante mencionado quando se enumeram as contribuições sociais das TVLs (Barreto, 2019; Carvalho, 2020), principalmente o conceito de democracia de público, que se refere à possibilidade de candidatos se comunicarem com seus eleitores via meios de comunicação de massa, sem a intermediação das relações partidárias. Além de mencionar a importância dos fundamentos básicos desse sistema político, o autor enfatiza o papel crucial dos debates fomentados por representantes eleitos antes das tomadas de decisão.

Os meios de comunicação de massa promoveriam maior visibilidade destes debates e, por consequência, ajudariam a formar uma opinião pública, além de aumentar a transparência e publicidade sobre os assuntos políticos (Manin, 1997). Soroka, Redko e Albaugh (2015) seguem essa linha ao considerarem que esse regime de visibilidade é benéfico para o processo democrático representativo porque incentiva uma conexão mais direta entre representantes e eleitores.

Para Manin (1997), as mídias nas democracias contemporâneas tornam os ocupantes de cargos eletivos mais sensíveis às expectativas do eleitorado, sendo mais compelidos a trabalhar o poder argumentativo dos debates políticos. É com o intuito de discutir a influência que os meios de comunicação de massa exercem nas deliberações políticas que alguns pesquisadores extrapolam, para o campo das TVLs e das demais mídias legislativas, o pensamento de Manin sobre representação (Sepúlveda, 2002; Jardim, 2008; Bernardes, 2011).

As informações e outros subsídios que as TVLs oferecem à audiência são um ponto recorrente quando se posiciona essas emissoras como dispositivos das democracias representativas (Sepúlveda, 2002; Jardim, 2008; Barreto, 2019). Além de Manin, costumam fundamentar essa corrente os trabalhos dos filósofos John Rawls e Jürgen Habermas acerca dos debates argumentativos entre cidadãos como meio de sensibilizar autoridades políticas a

respeito dessas deliberações. Para participar desses debates argumentativos, contudo, é preciso que os eleitores acessem as discussões que antecedem as decisões políticas.

As imagens em tempo real e sem cortes das deliberações em plenário, os discursos, discussões e demais aspectos do trabalho legislativo renovariam a ideia de representação política ao desvincular a aparição parlamentar do período eleitoral unicamente. Esse papel atribuído a uma TVL dialoga com a ideia de Urbinati (2006) de que a representação não se encerra no voto, pois a legitimação do(a) representante segue sendo construída e regulada constantemente – algo que uma emissora parlamentar de certa forma proporciona. Outra função social importante é diminuir a distância entre o Poder Legislativo e a sociedade quando as barreiras físicas se impõem.

É fácil perceber isso na prática. Embora as casas legislativas majoritariamente funcionem no sistema “portas abertas” e haja recintos exclusivos para a presença da população¹⁷, visitar esses espaços exige um custo do eleitorado que não pode ser desconsiderado. Há um controle prévio de identificação por questões de segurança, pode haver restrições quanto à vestimenta e até de calçados, as galerias dos plenários têm tamanho limitado etc. Logo, há, sim, barreiras de acesso à participação popular.

Ao permitir que saibamos dos processos decisórios ainda que a distância, as TVLs se convertem em uma modalidade de controle político da sociedade, que concede temporariamente, por meio do voto, um mandato político a um(a) parlamentar que o(a) represente no Poder Legislativo (Manin, 1997). Essa representação, entretanto, e novamente retomando Urbinati (2006), não se refere unicamente ao processo eleitoral, mas ao exercício do poder político durante todo o cargo eletivo. Esse é um dos pontos que alicerça a ideia – claramente entre as mais difundidas – das TVLs como ferramentas de transparência e *accountability* dos parlamentos. Sem uma tradução precisa em português, o termo *accountability* no âmbito da administração pública vem sendo entendido como

[...] a necessidade de uma pessoa física ou jurídica que recebeu uma atribuição ou delegação de poderes prestar informações e justificações sobre suas ações e seus resultados, podendo ser sancionada política e/ou juridicamente pelas suas atividades (Robl, 2013, p.18).

¹⁷ Segundo o *Informe mundial de 2024 sobre el parlamento electrónico*, 93% dos parlamentos são abertos à visitação popular. Disponível em <https://encurtador.com.br/kReeu>.

Isso significa criar meios de submeter a administração pública e seus agentes diretos e indiretos ao controle por parte da sociedade. Segundo Filgueiras (2011), o termo carrega um sentido normativo, pois supõe a responsabilização de agentes públicos. Desse termo deriva a *accountability* horizontal, quando esse controle é interno, pois parte do próprio estado, enquanto na *accountability* vertical o controle é exercido por entes externos ao estado (O'Donnel, 1998). A *accountability* se aprimora quando, entre outras medidas, “os eleitores devem poder saber a quem atribuir de fato responsabilidade pelo desempenho do governo; os eleitores devem poder votar para destituir do governo os partidos responsáveis por mau desempenho” (Filgueiras, 2011, p.71).

Esses mecanismos de responsabilização de agentes públicos dialogam com a ideia de democracia monitorada (Keane, 2009), que se refere a inúmeros dispositivos de vigilância pública que recaem sobre as instituições representativas e que ultrapassam mecanismos tradicionais, como eleições e direito ao voto. Partindo desse raciocínio, Jardim (2008) entende que agentes públicos eleitos por voto popular devem usar as TVLs para “prestar contas políticas (informar, deixar-se fiscalizar e explicar), direta ou indiretamente, aos seus representados, sobre suas ações no desempenho do mandato” (Jardim, 2008, p.25). Esse também é o entendimento de Carvalho (2014), para quem a prática de *accountability* garante a legitimação social do aparato de comunicação legislativa.

Renault (2004) entende que essa função dá mais legitimidade à representação política na medida que aproxima eleitores dos parlamentares eleitos com seus votos, possibilitando, assim, uma “relação” que se estende para além do período eleitoral, como já pontuado. Ademais, segundo a pesquisadora, a mídia eletrônica legislativa pode ser uma ferramenta que reduz as assimetrias de informação sobre os ritos legislativos.

Os Estados Unidos são um grande celeiro de pesquisas sobre as TVLs. Essas pesquisas apontam as mesmas razões para a criação dessas mídias, mas se distanciam dos estudos latino-americanos e europeus ao buscarem outra base teórica para debater o assunto, geralmente em total confronto com o ideário básico de uma democracia representativa. Essa vertente de estudos tem forte influência de teorias econômicas da democracia. Seus ideólogos, sobretudo Joseph Schumpeter (1961) e Anthony Downs (1957), buscaram igualar economia e política e rejeitavam a ideia de soberania popular ou bem comum.

Os estudos de Crain e Goff (1988) e Mixon Jr *et al* (2001, 2002, 2003) se baseiam na Teoria da Escolha Pública (TEP), que extrapola para o processo político os elementos considerados ideais do capitalismo competitivo das sociedades liberais. Resumidamente, a democracia funcionaria como um mercado no qual os políticos seriam empreendedores que

“vendem” promessas, e eleitores seriam o equivalente a consumidores que “compram” essas promessas por meio de votos. Além disso, eleitores, de modo generalizado, seriam desinformados e incompetentes para tomar decisões complexas.

Por essa razão, o C-SPAN seria uma ferramenta revolucionária ao reduzir, para eleitores, o custo de obtenção de informações políticas. Mixon, Hobson e Upadhyaya (2001) acrescentam que o canal também se tornou uma importante ferramenta de visibilidade e dividendos políticos. Apesar desse desencontro teórico entre as correntes de pesquisa das TVLs, os pontos consensuais predominam.

1.3.2 Limites e controvérsias

A midiaticização das casas de leis nunca foi unânime entre parlamentares. Renault (2004) revela que a estreia da TV ALMG foi vista com desconfiança por parte dos deputados mineiros, que temiam não saber como se comportar diante das câmeras e de uma transmissão que ocorreria ao vivo, sem edição e cortes. Segundo Crain e Goff (1988), alguns congressistas americanos temiam que seus pares comesçassem a atuar, quase que de forma teatral, para chamar a atenção do público. A recepção positiva ao televisionamento, contudo, prevaleceu.

Ainda assim, Frantzich e Sullivan (1996) relatam inúmeras dificuldades que o C-SPAN encontrou no início das transmissões porque os parlamentos restringiam muito o que podia ou não ser captado pelas câmeras. A ampliação do acesso aos trabalhos do congresso dos EUA só melhorou, segundo os autores, a partir de 1994, quando foi permitida a filmagem de reuniões das comissões, das reações das galerias aos discursos parlamentares, de imagens panorâmicas dos plenários etc. Segundo Le Torrec (2005), a mesma resistência aconteceu na França, onde parlamentares temiam a forma como as atividades legislativas seriam apresentadas na TV.

De modo geral, as consequências dessa midiaticização ainda são incertas. Pesquisa-se pouco sobre isso embora alguns estudos apontem resultados similares. Um ponto pacificado é que as sessões televisionadas provocaram mudanças no comportamento parlamentar. Após a entrada da C-SPAN no Senado americano, Crain e Goff (1988) constataram que os *Special Orders Speeches*¹⁸ se tornaram mais longos e eloquentes, enquanto Mixon (2002) e Mixon,

¹⁸ Etapa de uma sessão plenária/deliberativa dedicada aos pronunciamentos e discursos mais longos. Sua duração depende de norma estabelecida pela casa de leis. Seria o equivalente, nos parlamentos brasileiros, do Grande Expediente.

Gibson e Upadhyaya (2003) demonstraram, por meio de modelos estatísticos, que houve um aumento considerável do número de obstruções das votações. Uma das consequências dessa manobra é o aumento da visibilidade parlamentar perante o eleitorado, o que incrementa o capital político desses agentes.

No Brasil, o estudo de Freitas (2004) associa o advento da TV Senado a uma maior produtividade dos senadores, constatada pela maior assiduidade em plenário e em reuniões de comissões temáticas, mais projetos de leis elaborados e apresentados, aumento de oradores inscritos e até da duração dos discursos na tribuna. Já Barreto (2019) observou transformações nos discursos dos deputados estaduais mineiros durante as transmissões ao vivo. Nas tribunas, parlamentares alternam entre a teatralidade e a performance, e buscam atingir pontos de contato com eleitores e impactar os próprios pares em plenário.

Por outro lado, ao verificar a produção legislativa do parlamento canadense entre 1957 e 2004, Soroka, Redko e Albaugh (2015) não detectaram alterações significativas no comportamento parlamentar – sugerindo que os efeitos da televisão legislativa podem variar de acordo com o contexto político de cada país. Yildirim (2019) demonstrou isso empiricamente ao analisar os impactos da televisão legislativa da Grande Assembleia Nacional da Turquia (um parlamento unicameral).

O estudo mostra que por se tratar de um país que adota um sistema de eleições proporcionais de lista fechada, no qual eleitores votam no partido político e não em candidatos(as), não há incentivos para que parlamentares busquem mais visibilidade nas transmissões da TVL. Esse esforço é vantajoso apenas para parlamentares jovens de partidos menos competitivos e que precisam se tornar mais conhecidos do eleitorado.

Há controvérsias, também, sobre a real dimensão da transparência parlamentar promovida pelas TVLs. Fora da zona televisionada, que é onde grande parte do processo legislativo acontece, nem sempre é possível mensurar o grau de transparência. Em outras palavras, a exposição trazida pelas TVLs não impede que muitas outras atividades dos parlamentos aconteçam fora do alcance do julgamento público, o que relativiza os princípios da publicidade, transparência e *accountability* do Poder Legislativo. E mesmo as atividades gravadas e transmitidas ao vivo são fruto de uma “imagem disciplinada” (Renault, 2004, p.73) porque ainda que acompanhemos uma sessão plenária completa desde sua abertura, passando pelas etapas regimentais e ritos para votação, as imagens estão sujeitas a um controle de áudio e de enquadramentos.

Grande parte dessas controvérsias decorrem da escassez de estudos empíricos sobre as TVLs, seja no Brasil ou em outros países. Além dessas limitações nas pesquisas do

segmento, é inevitável questionar a relação entre TVLs como ferramentas das democracias representativas levando em consideração a existência dessas emissoras em países de governos considerados autoritários e que, não raro, minam a autonomia do Poder Legislativo. Na América, por exemplo, Nicarágua, Venezuela e El Salvador televisionam as deliberações de seus parlamentos. Em diferentes proporções, todas essas nações possuem indicadores de populismo autocrático, segundo o informe de 2024 do Latinobarômetro¹⁹, assim como Hungria, Polônia e Turquia.

Conclui-se que é prudente estabelecer, no máximo, uma correlação entre as transformações ensejadas pela midiaticização dos parlamentos, e não uma relação direta de causalidade. Tampouco podemos condicionar a existência das TVLs à solidez democrática de seu país de origem ou mesmo como um elemento democratizante.

1.4 A omissão do legislador e o debate conceitual

Embora as definições trabalhadas nas seções anteriores reúnam consenso entre as pesquisas do campo, elas se concentram nas funções, nos papéis que as TVLs vêm exercendo ao longo do tempo, mas não há uma chancela jurídico-legal que defina o que elas são no Brasil. A Lei do Cabo, excessivamente lacônica, se limita a estabelecer a função essencial dessa nova mídia, que é documentar os trabalhos legislativos, mas nada mais. A maior controvérsia, contudo, vem da Constituição Federal, mesmo dedicando de forma inédita um capítulo à Comunicação Social e, principalmente, mencionando a radiodifusão pública no artigo 223:

Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos **sistemas privado, público e estatal** (grifo da autora) (Brasil, 1988).

A princípio, a menção direta à radiodifusão pública foi considerada uma conquista, mas com o passar do tempo, mais que ambígua e vaga, constatou-se que se tratava de uma redação equivocada²⁰. Além de o texto constitucional não apresentar uma definição taxativa

¹⁹ Fonte: *Informe Latinobarómetro* 2024. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

²⁰ O texto da lei partiu de proposta do senador constituinte Arthur da Távola. Nos anais da Assembleia Nacional Constituinte, as falas do parlamentar demonstram preocupação em evitar que as emissoras públicas fossem instrumentalizadas pelo Estado – algo intensificado nos governos militares. Seu intuito era diferenciar o estatal,

do que seriam “sistemas privado, público e estatal”, ele sugere que “público” e “estatal” são polos dissociados. Ramos (2008, 2015) também entende ser uma “anomalia” o conceito de “sistema privado de radiodifusão”, pois, a rigor, isso não existe. A radiodifusão é um serviço público que pode ser explorado diretamente pela União ou por ela outorgado a terceiros mediante concessão, permissão ou autorização. Logo, não há serviço privado de radiodifusão sonora e de sons e imagens no Brasil. Em síntese:

[...] a idéia, inscrita na Constituição, de sistemas complementares, estatal, público e privado, separa equivocadamente o público do estatal, como se um pudesse existir sem o outro, além de induzir a uma confusão conceitual entre Estado e governo, como se aquele pudesse se reduzir a este. Ainda mais, a idéia inscrita na Constituição isola o privado do estatal e do público, como se aquele pudesse existir sem a licença e o controle regulatórios destes. (Ramos, 2008, p.5)

De qualquer forma, apesar dessa “anomalia”, subentende-se facilmente que “sistema privado” representa as mídias comerciais voltadas à obtenção de lucro. Contudo, essa dedução simples não se aplica aos sistemas público e estatal, e a aprovação de leis complementares que regulamentassem essa “complementaridade” nunca veio. Isso foi parcialmente concretizado quase 20 anos após a Assembleia Constituinte, quando o governo federal, por meio da medida provisória nº 398/2007, depois convertida na Lei 11.657/2008, criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A norma estabeleceu princípios e diretrizes da nova empresa, um modelo de financiamento com recursos provenientes diretamente da União, um fundo de contribuição pago pelas operadoras de telefonia, e, pioneiramente, instituiu o Conselho Curador como um meio formal de contribuição da sociedade na construção editorial da nova mídia em questão²¹. Essa medida, conforme Valente (2013, p. 40), “estabeleceu as bases para um modelo de comunicação pública” no âmbito da radiodifusão brasileira, pois trouxe importantes direcionamentos na definição do que seria uma TV pública.

As obras que se dedicam à natureza e atribuições desses veículos apontam um conjunto de características classificatórias: **1)** independência editorial; **2)** mecanismos de

como um sistema de radiodifusão para dar visibilidade às ações governamentais, do sistema público, que deveria funcionar com autonomia e independência em relação ao Estado.

²¹ Após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016, o novo governo empossado extinguiu o Conselho Curador por meio de medida provisória e também o mandato de quatro anos para a presidência da EBC. Após anos de apelos dos empregados da empresa e de segmentos da sociedade, o colegiado deu lugar, a partir de 2024, ao Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (Sinpas), que reúne comitês de participação social escolhidos por votação popular. Fonte: Agência Brasil. Disponível em <https://encurtador.com.br/JQCi>

controle e participação social; **3)** dirigentes que cumpram mandatos estabelecidos por lei; **4)** transparência e prestação de contas junto ao público; **5)** modelo de gestão que garanta independência administrativa e financeira em relação ao Estado (Miola, 2017; Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012; Pinheiro, 2015; Valente, 2009; 2012; OCDE, 2020; Scorsim, 2008).

Levando em consideração as melhores práticas internacionais, Mendel (2012) acrescenta a diferenciação (conteúdos não disponíveis nas mídias comerciais), a liberdade de expressão, pluralismo e diversidade (oferta de diferentes perspectivas pelos meios de comunicação) e a ampliação de tecnologias de acesso (programação disponível por diferentes meios, conteúdos sob demanda, gravados etc.).

Tomando por base unicamente sua origem, uma TVL é uma TV pública porquanto é parte integrante de um poder de Estado: o Poder Legislativo. É possível também inseri-la no chamado campo público de televisão (Bolaño; Brittos, 2008; Diniz, 2013; Ramos, 2013; Carvalho, 2014) porque não tem fins lucrativos, recebe financiamento público e prioriza conteúdos educativos e culturais. Por outro lado, considerando as diretrizes trazidas pela norma que instituiu a EBC, bem como os modelos internacionais, as TVLs estão numa zona de indefinição. Com exceção das emissoras geridas por fundações públicas e privadas, não há autonomia financeira e administrativa para gerir bens e recursos, e seus dirigentes não cumprem mandatos, pois são nomeados, via de regra, pelas mesas diretoras das casas de leis.

As demais características costumam ser cumpridas, mas de maneira heterogênea se compararmos todas as TVLs estaduais. A questão primordial deste debate é a busca por livrar as TVs públicas de interesses, pressões e influências de governos, pois por razões históricas já mencionadas, permanece no Brasil uma visão muito pejorativa sobre os veículos públicos estatais. Por isso, há bastante esforço na literatura especializada em diferenciar a natureza dessas mídias:

[...] o sistema estatal é mantido pelo Estado, dedicando-se à comunicação institucional de governo. Por sua vez, o sistema público é de responsabilidade de entidades públicas, porém sujeitas a mecanismos de governança permeados por atores externos ao Estado; conta com fontes de financiamento que vão além do orçamento público; e sua programação, orientada por valores como a construção da cidadania e a promoção do debate público, não se confunde nem com conteúdos institucionais de governo, nem com aqueles cujo foco central é a simples busca de audiência. (Pieranti, 2018, p.28-29).

Tendo em vista o dever de transmitir conteúdos institucionais, as TVLs são classificadas como TVs estatais por Bucci (2012). Bolaño e Brittos (2008) optam por

simplificar esse imbróglio, pois para eles não há sentido em se opor público X estatal, mas sim público X privado. Assim, eles propõem que as emissoras do campo público sejam classificadas como *públicas estatais* ou *públicas não estatais*.

Com base nesse critério, endossado por Carvalho (2014), Pereira (2022) e por esta pesquisadora, as TVLs são **TVs públicas estatais** cuja missão essencial é a transmissão e documentação dos trabalhos legislativos e a divulgação de ações institucionais, mas também de conteúdos focados em cidadania e interesses coletivos diversos não necessariamente relacionados à casa legislativa e tampouco aos parlamentares que nelas exercem seus mandatos. Além disso, assim como as TVs públicas não estatais, devem “submeter-se também a formas democráticas de controle público, evitando concentração de poder e uso político dos meios” (Bolaño; Brittos, 2008, p. 10).

Mais que discutir questões normativas (ou a ausência delas) e as estruturas da radiodifusão pública, uma outra corrente de pesquisadores opta por pensar a contribuição das mídias legislativas para o campo da comunicação pública (Bruno, 2016; Mattos, 1999; Weber, 2007; Miola, 2007), assunto da próxima subseção.

1.4.1 Uma TVL faz comunicação pública?

Se há um ponto pacificado nas pesquisas sobre Comunicação Pública (CP) é a existência de entendimentos diferentes, às vezes até conflitantes, acerca do termo a depender do objeto de estudo, da base teórica empregada e até da tradição de cada país. Uma síntese que elucida bem as razões dessa polissemia é que CP “é um conceito confortável porque sua liquidez serve a diferentes abordagens teóricas e sua complexidade só aparece no momento de sua exequibilidade” (Weber, 2007, p.24). Nesta subseção, pretende-se abordar os conceitos mais recorrentes de CP para problematizá-los à luz das práticas das TVLs.

Após realizar um comparativo transnacional, Brandão (2012) identificou cinco vertentes relacionadas à CP predominantes: Comunicação Organizacional; Comunicação Científica; Comunicação de Estado/Governamental; Comunicação Política e Estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, que representa grupos de fora do poder público que reivindicam para si certas responsabilidades que acreditam não serem atribuição exclusiva dos governos, a exemplo de entidades de 3º Setor.

A diferença mais evidente entre essas vertentes é o emissor, ou seja, o fluxo comunicativo parte de promotores distintos sejam eles estruturas do poder público ou não. Já

os pontos de convergência entre esses emissores e a intenção de suas mensagens é o foco na coletividade e que está presente na definição proposta pelo francês Pierre Zémor – referência dos estudos da área no Brasil. Para o autor, CP:

É troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais. Ela contribui para a conservação dos laços sociais. A responsabilidade disso compete às instituições públicas; ou seja, às administrações do Estado, aos serviços das coletividades territoriais, aos estabelecimentos, empresas, organismos encarregados de cumprir uma missão de interesse coletivo. (Zémor, 2009, p.189)

Dessa forma, enfatiza-se um processo comunicativo relacional que coloca os cidadãos e as demandas coletivas em primeiro plano:

[...] não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades, do estímulo à participação ativa, racional e corresponsável. Portanto, é um bem e um direito de natureza coletiva [...] os instrumentos de comunicação são utilizados a partir do ponto de vista do cidadão em sua plenitude e não apenas em suas faces de consumidor, eleitor, usuário. Praticar comunicação pública implica assumir espírito público e privilegiar o interesse coletivo em detrimento de perspectivas pessoais e corporativas” (Duarte, 2012, p.61)

É um entendimento semelhante ao de Brandão (2012), que define CP como “um processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociações entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública do país” (Brandão, 2012, p.31). Para a autora, a construção da cidadania é o principal paradigma da CP.

Embora haja ampla aceitação dessas definições, elas dificilmente esgotam o debate e tampouco afastam as divergências e fragilidades conceituais. Algumas ideias se repetem, como a associação entre CP e interesse público, e as tentativas de se diferenciar comunicação pública, estatal e governamental. Isso se dá porque, historicamente, a CP é também reconhecida como comunicação institucional de Estado e comunicação governamental devido ao aparelhamento ideológico e propagandístico que os governos brasileiros vêm fazendo de veículos de comunicação de massa ao longo da história (Matos, 1999; Weber, 2017; Maduro; Miola, 2023).

Por isso, restam controvérsias em torno da comunicação institucional no setor público porque ainda que a publicidade de atos oficiais seja ação indispensável, os usos indevidos e a autopromoção de agentes públicos nesses canais acabam por manchar sua

reputação. Quando endereçamos a discussão à radiodifusão pública, sobretudo a pública estatal, como as TVLs, as dificuldades se intensificam:

A retomada do debate sobre o que é, como se faz, quem financia, quem faz as regras e quem controla a radiodifusão pública, que marcou os trabalhos sobre o tema, conduz, mais uma vez, às disputas entre as concepções de comunicação pública, estatal, governamental. Para aqueles que visitaram a história da regulação da radiodifusão no Brasil, a associação negativa da comunicação estatal com a propaganda de governo, e com a instrumentalização de modo geral, foi tão forte que requer dos pesquisadores até hoje que enfatizem a dimensão pública da comunicação praticada no âmbito do Estado como distinta das então conhecidas TVs estatais. (Miola; Marques, 2024, p.24-25)

Esse é, seguramente, um dos pontos mais sensíveis quando pensamos a CP no universo das emissoras legislativas. Não à toa, Bucci (2010, 2015) faz as críticas mais ácidas aos modelos de funcionamento das TVLs, classificando-as como estritamente estatais. Embora compor o conjunto de emissoras estatais não seja, em si, problemático, ele argumenta que estas geralmente são vulneráveis à quebra do princípio da impessoalidade com vistas ao enaltecimento dos mandatários da ocasião e de seus grupos políticos.

Não há como negar essa constatação, mas endossar esse argumento simplesmente por seu valor de face é ignorar que esse favorecimento não é uma regra editorial, pois as TVLs destinam grande parte de suas programações à construção da cidadania e à transparência legislativa, entre outros serviços relevantes (Melo, 2014; Carvalho, 2014; Freitas, 2020; Pereira, 2022). Enfatizo as afirmações de Eugênio Bucci sobre a quebra da impessoalidade e ideia de um “estado de Narciso” para elaborar as razões de um incômodo sobre a visão atávica de que TVs públicas estatais, em princípio, não praticam comunicação pública.

Como já pontuado, as características principais de uma TVL não estão no rol práticas de CP consagradas nos sistemas públicos de comunicação no mundo (Intervozes, 2009; Mendel, 2012), de outros critérios notoriamente reconhecidos (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012), e nem mesmo nas diretrizes trazidas pela criação da EBC em 2008. Se considerarmos exclusivamente esses requisitos, dificilmente algum veículo brasileiro do campo público da radiodifusão, herdeiros da Lei do Cabo ou não, comporia o rol de quem faz CP, incluindo até a própria EBC, que sistematicamente tem suas atribuições legais desvirtuadas por diferentes governos.

Obviamente que critérios como diretorias que cumprem mandatos, fontes alternativas de receita e, principalmente, mecanismos de controle e participação social são pontos

essenciais (e reconhecidamente incipientes ou até inexistentes nas TVs públicas brasileiras), além de uma meta a ser alcançada, mas reduzir os critérios classificatórios da CP a uma espécie de *checklist*, que faz bastante sentido no contexto europeu, parece pouco propositivo. Ademais, ignora as contribuições positivas que existem no segmento. Diante deste dilema, as reflexões de Miola e Marques (2023; 2024) são um contraponto direto a essa visão determinista. Eles propõem outro caminho para se pensar a CP exercida no âmbito dos poderes de Estado.

O primeiro ponto essencial da CP de Estado é o estímulo e criação de meios para a participação social como forma de conhecer e, principalmente, interferir nas instâncias de decisão. Conselhos de políticas públicas e audiências públicas são alguns exemplos. Outra ação importante se refere a mecanismos de responsabilização de agentes públicos, ou seja, meios de cobrar responsividade, transparência e prestação de contas. Facilitar e promover o acesso aos serviços públicos também é uma iniciativa essencial.

Essa forma de pensar a CP parece mais completa e, de alguma maneira, consegue contemplar as boas iniciativas do campo público da radiodifusão. Além disso, amplia o escopo de práticas e entendimentos para enfatizar a natureza da comunicação da CP. Essa escolha dialoga diretamente com as atribuições das TVLs e também com argumentos que já vinham sendo trabalhados por outras pesquisadoras(es). Matos (1999), por exemplo, considera a CP como um processo facilitador da prática de cidadania – característica que ela atribui ao aparato de comunicação do Poder Legislativo. Esses procedimentos seriam, ainda, indicativos de “bem-estar democrático” (Matos, 1999, p.9) ou “qualidade democrática” na visão de Weber (2017, p.26).

Os mecanismos de responsabilização mencionados por Miola e Marques (2024) são, possivelmente, os que mais posicionam as TVLs no âmbito da CP. Ao expor os acontecimentos e publicizar os trabalhos dos parlamentos e, principalmente, a atividade legislativa para além do período eleitoral, as mídias legislativas contribuiriam, mesmo indiretamente, para incrementar o debate público. Apesar dos desencontros conceituais que acometem a CP, cuja definição mais consensual segue ainda em construção, resta evidente, em relação às TVLs, o foco na coletividade e na criação de meios para que cidadãos(ãs) conheçam as ações do poder público. Considerando os processos de comunicação que visam à cidadania, o comprometimento com valores democráticos e com princípios de ampliação da transparência, é possível afirmar que as TVLs fazem, sim, CP.

1.5 As TVLs como objeto de pesquisa

Nesta seção, serão apresentados os resultados de uma revisão sistemática da produção acadêmica sobre as TVLs no Brasil. O *corpus* desta revisão é formado estritamente por pesquisas que têm as TVs legislativas como objeto de estudo. Esta etapa foi inicialmente feita nos meses de junho e julho de 2023, e atualizada em fevereiro de 2025. Por se tratar de uma mídia pública relativamente recente, optou-se por não estabelecer nenhum recorte temporal específico de seleção, de maneira que foram coletados trabalhos publicados a partir de 1995 em diante (quando a 1ª TVL foi fundada).

O mapeamento foi feito, principalmente, com base no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para ampliar os achados desta primeira etapa, foram feitas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), um repositório mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Embora seja menos abrangente que o catálogo da Capes, a BDTD serviu como um bom complemento porque retornou resultados mais precisos, com trabalhos realmente inseridos nos critérios propostos. Foram usadas, ainda, duas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa: *Research Rabbit*, que faz uma varredura em diversos repositórios e bases de dados acadêmicas e retorna um grafo com trabalhos interligados pelo tema ou que compartilham referências, e *Consensus*, que busca as mais relevantes evidências científicas nas bases de dados mais consolidadas.

Utilizou-se as seguintes variações de palavras-chave para buscar os trabalhos: TV legislativa, TVs Legislativas, televisão legislativa, TV Assembleia, tevês legislativas, tevê legislativa, emissora legislativa, TV parlamentar e emissora parlamentar. O primeiro critério de seleção é que esses termos precisariam estar nos títulos, palavras-chave ou resumo dos trabalhos. Em alguns casos, foram detectadas pesquisas que continham esses critérios, mas além das TVLs, abordavam outras mídias legislativas, como rádios, portais de notícias e redes sociais, então decidiu-se excluí-las porque ampliariam muito o escopo inicial desta pesquisa.

O segundo critério para filtrar os trabalhos foi selecionar produções de faculdades e programas de pós-graduação dos campos das ciências sociais e ciências sociais aplicadas. Desta etapa exploratória, os repositórios mapeados trouxeram 37 resultados, mas após a aplicação do primeiro critério de seleção, restaram 23 trabalhos.

Quadro 5 - Listagem das pesquisas selecionadas

Título	Categoria	Universidade	Área	Autor/a	Ano
Comunicação e Política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil	Dissertação	UFMG	Comunicação	Letícia Renault	2003
A midiaticização do Parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro	Dissertação	UnB	Comunicação	Luiz Carlos Santana Freitas	2004
Tv Câmara de Bauru: papel social do canal legislativo e suas relações com a comunidade local	Dissertação	Umesp	Comunicação	Carlos Jorge Barros Monteiro	2004
Jornalismo institucional nas TVs legislativas. legislativas. Os casos do Brasil e do México	Dissertação	UnB	Comunicação	Dulce Queiroz	2007
Antenas do legislativo: uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil	Tese	Unicamp	Ciências Sociais	Márcia Jardim	2008
TV Legislativa: TV Câmara de Ribeirão Preto e accountability	Tese	Unesp	Ciências Sociais	Maria de Lourdes dos Santos	2008
O Exercício da Comunicação Pública nas TVS Legislativas um Quadro Comparativo Luso-Brasileiro	Monografia	UFRN	Comunicação	Emille Gonçalves	2011
Reputação em tela: construção das reputações políticas por meio das televisões legislativas subnacionais	Tese	UFMG	Ciência Política	Raquel Novais da Silva	2012
A implantação da TV Sinal na Assembleia Legislativa do Paraná: um estudo de caso	Dissertação	UFPR	Comunicação	Clicéia Aparecida Alves	2012
Comunicação pública: função e legitimação das tevês legislativas federais	Tese	UnB	Comunicação	Mariana Martins Carvalho	2014
Estado e Comunicação: uma análise das TVs Legislativas estaduais no Brasil	Dissertação	UFS	Comunicação	Paulo Victor Melo	2014
A representação das identidades gaúchas na TV Pública: um estudo da TV Assembleia/RS	Dissertação	UFSM	Comunicação	Tiane Canabarro	2015
TV Legislativa, publicidade e comunicação pública: estratégias de endereçamento do Jornal da Alerj	Dissertação	UERJ	Comunicação	Felipe Barreto	2015
In(dependência) e Imagem Pública das TV's Legislativas: o caso da TV Assembleia/RN	Monografia	UFRN	Ciências Sociais	Gilmara Vicente de Oliveira	2015
Tribuna ao vivo: discussão, representação e os avessos suscitados pela midiaticização do parlamento	Tese	UFMG	Ciência Política	Rachel Barreto	2018

Televisão Legislativa e sua função pública na web: o caso do programa Em alta, da TV Senado, no YouTube	Monografia	UnB	Comunicação	Arícia Rocha	2018
Tvs legislativas e sua relação com a interatividade, produção de conteúdo, design audiovisual e audiência	Dissertação	UFPB	Comunicação	Isalci Becker	2019
TV Assembleia de Minas Gerais: uma análise do conceito de accountability à luz da Teoria Democrática Contemporânea	Dissertação	Fundação João Pinheiro/MG	Administração Pública	Rodrigo Mascarenhas	2019
Plenários ao vivo nos parlamentos americanos: transparência, publicidade e estímulo à accountability	Dissertação	Centro de Formação da Câmara dos Deputados	Comunicação	Ginny Carla Carvalho	2020
A radiodifusão pública na era da TV Digital: análise das possibilidades interativas da JFTV Câmara	Dissertação	UFJF	Comunicação	Helen Cristina Silva	2020
As reconfigurações do telejornalismo local em contexto de pandemia: análise do programa Assembleia Informa da TV ALE-RR	Dissertação	UFRR	Comunicação	Sonia Lucia Pinto	2021
Comunicação Pública: a TV Legislativa local-regional como canal de informação de interesse público	Dissertação	UFS	Comunicação	Fernando Moreira de Souza	2021
Qualidade em jornalismo: avaliação dos instrumentos de transparência e media accountability na gestão editorial das TV Legislativas do Brasil	Dissertação	UFS	Comunicação	Ana Rachel Gonçalves Pereira	2022

Fonte: elaboração própria

Oportuno dizer que muitas pesquisas nacionais aqui referenciadas, principalmente da primeira metade dos anos 2000, citam artigos sobre as TVLs, sejam analisadas exclusivamente ou em conjunto com outras mídias legislativas, publicados ainda no final dos anos 1990. Por ter transcorrido tanto tempo, estes trabalhos não foram encontrados em repositórios e anais de eventos, a exemplo do artigo ‘Senado: uma tentativa de transmissão democrática’ (Taveira; Lima, 1999 *apud* Sant’Anna, 2009), apresentado no 22º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) em 1999. Isso significa que antes desta temática ser trabalhada no âmbito de programas de pós-graduação, ela já estava chamando a atenção de pesquisadores(as).

1.5.1 Análise preliminar

De modo geral, as TVLs são alvo de um corpo de pesquisa proporcionalmente menor se comparado a outras TVs públicas e públicas estatais, como às ligadas ao Poder Executivo, universitárias e comunitárias. A análise das pesquisas indica que as emissoras legislativas começam a despertar interesse como objeto de investigação no início dos anos 2000. A dissertação de Letícia Renault, defendida em 2003, foi identificada como o trabalho pioneiro²².

A princípio, pode-se considerar um início tardio tendo em vista que essas TVs passaram a integrar os serviços de telecomunicação em 1995. Porém, como exposto na **subseção 1.3.1**, foi somente a partir de 2005 que houve um processo mais consistente de mediação das casas de leis. Em termos quantitativos, as dissertações são as modalidades de pesquisa majoritárias identificadas no Quadro 3: são 15 trabalhos desta natureza e cinco teses. Há também um amplo predomínio de pesquisadores(as) ligados(as) a programas de pós-graduação em comunicação: 14, seguidos por dois em ciências sociais, dois em ciência política e um em administração pública. A área da comunicação também predomina entre os três Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), sendo apenas um do campo das ciências sociais.

Em números absolutos, a liderança entre PPGs é da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que acumula quatro dissertações. Deduz-se que esse resultado é fruto da tradição do programa em desenvolver pesquisas sobre políticas públicas de comunicação, radiodifusão e Comunicação Pública. Em seguida, empatam a Universidade de Brasília (UnB), com duas dissertações e uma tese; e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com uma dissertação e duas teses.

Quanto à distribuição geográfica desses PPGs, a região Sudeste se destaca, principalmente por causa de Minas Gerais: são três estudos feitos na UFMG, um na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e outro na Fundação João Pinheiro. Já São Paulo aparece com três pesquisas, sendo duas teses e uma dissertação – todas defendidas em diferentes instituições: Unesp, Unicamp e Umesp. O pioneirismo da TVALMG, além da rápida expansão das TVLs entre câmaras municipais do interior de SP (Monteiro 2011; Melo, 2014), possivelmente explicam esse interesse acadêmico pelo assunto. Por fim, um trabalho

²² A dissertação da autora não está disponível no repositório da Capes. Porém, uma versão do trabalho foi publicada como livro em 2004 – ano empregado como referência.

feito no âmbito da Universidade Estadual do Rio Janeiro (Uerj) totaliza nove pesquisas desenvolvidas por PPGs da região Sudeste. A região Nordeste surge em seguida com seis trabalhos ao todo.

Já o restante dos títulos está pulverizado em PPGs diferentes Estados: Paraná (1), Rio Grande do Sul (1) e Roraima (1). Em termos cronológicos, 68% das pesquisas foram publicadas a partir dos anos 2010, sendo a maioria delas (13) a partir de 2012. A introdução da TV digital no Brasil e a posterior criação da Rede Legislativa de TV Digital certamente influenciaram esse avanço quantitativo, pois muitas TVLs regionais passaram a transmitir em sinal aberto e, assim, adquiriram mais visibilidade.

1.5.2 Abordagens preferenciais

Partindo, agora, para uma análise mais detalhada, os seguintes objetos de pesquisa foram identificados:

- a)** TVLs estaduais: nove pesquisas;
- b)** combinação entre TVLs de diferentes entes federativos e comparativos transnacionais: sete pesquisas;
- c)** TVLs de câmaras municipais: três pesquisas;
- d)** TVLs federais (TV Câmara e TV Senado ou ambas): quatro pesquisas

Começando pelo estudo de Renault (2004), o marco zero das TVLs, a autora abordou a fundação das emissoras pioneiras: TV ALMG e TV Senado. Para ela, essas mídias aperfeiçoam o processo democrático na medida que estimulam posturas dos parlamentares mais propícias à avaliação pública e a participação política dos cidadãos. Assim como Renault (2004), Alves (2012) detalhou a implantação da TV Sinal (agora TV Assembleia), da Assembleia Legislativa do Paraná.

Por meio de estudo de caso, a pesquisadora confirmou que a TV consegue incluir princípios de transparência em suas transmissões e impulsionou mudanças comportamentais positivas dos parlamentares. Porém, faltam ao canal instrumentos de participação social. Conclusão semelhante está na monografia de Oliveira (2015), que analisou os níveis de interação com a audiência promovidas pela TV ALRN, e também na dissertação de Becker (2019), que comparou os mecanismos de interação com o público da TV Senado, TV Assembleia da Paraíba e TV Câmara Municipal de João Pessoa.

A TV Senado também surge como temática da dissertação de Freitas (2004), que buscou discutir as implicações da midiaticização dos parlamentos. Ele estabelece uma correlação entre a fundação da emissora e mudanças na atuação político-parlamentar: mais uso da tribuna, discursos mais longos e elaborados e maior produtividade legislativa. Nessa perspectiva, Novais (2012) investigou como parlamentares de cinco diferentes TVLs Estaduais usam esses canais para construir a própria reputação política.

Monteiro (2004) publicou pesquisa sobre a TV Câmara de Bauru/SP, que classificou como um instrumento de ampliação de consciência cidadã. Outro estudo a abordar uma TVL municipal é o de Silva (2020), que investigou como TV da Câmara Municipal de Juiz de Fora/MG usa recursos interativos para se relacionar com a audiência. Encerram as pesquisas sobre câmaras municipais a dissertação de Souza (2021), que investigou o funcionamento da TV CMA (Câmara Municipal de Aracaju) e da TV Alese (Assembleia Legislativa de Sergipe). Considerando a CP e o princípio da diferenciação, o pesquisador investigou se esses canais conseguem ofertar conteúdos não disponíveis nas mídias comerciais.

O primeiro estudo a mapear todas as TVLs estaduais é o de Jardim (2008). Sua tese, do campo das ciências sociais, se situa na interface mídia e política, e apresenta um levantamento detalhado do ano de fundação, modelos de gestão, tecnologias de acesso e até dados sobre arranjos institucionais, como mecanismos de direção dessas emissoras. A pesquisa aborda, com mais ênfase, a TV Alesp, além de TVLs de 13 câmaras municipais do interior de SP. A autora conclui que as TVLs influenciam o comportamento parlamentar e estimulam mecanismos de *accountability* ainda que limitados.

Melo (2014) deu continuidade ao esforço de sistematização de Jardim (2008) e produziu um quadro ainda mais ampliado das TVLs estaduais. Guiando-se pela Economia Política da Comunicação (EPC), o autor discute como as dificuldades de constituição de um campo público de radiodifusão no Brasil influenciaram o advento das TVLs e seu funcionamento.

A EPC, além de referenciais da CP, também norteou a tese de Carvalho (2014), que defende a ideia de que a TV Senado e a TV Câmara se legitimam socialmente ao ofertarem um serviço de prestação de contas e *accountability*. Um programa da mesma emissora foi analisado por Rocha (2011) com o intuito de verificar se a emissora cumpre princípios da CP.

Chama a atenção um conjunto de trabalhos que se dedica a avaliar o conteúdo jornalístico do noticiário das TVLs. Ao analisar o Jornal da Alerj (TV Alerj), Barreto (2015) detectou a mobilização de ideais de transparência e prestação de contas, mas também um espaço desigual para diferentes parlamentares. Canabarro (2015) se baseou nos estudos

culturais para analisar sete programas da TV Assembleia do Rio Grande do Sul. A pesquisa conclui que a emissora dá espaço a manifestações culturais mais plurais e invisibilizadas, mas que continua a reforçar representações identitárias gaúchas hegemônicas.

Os estudos culturais, além da observação participante, deram substrato para que Pinto (2021) verificasse como a pandemia de covid-19 modificou o noticiário e a rotina produtiva do programa Assembleia Informa, da TVL de Roraima. Já a pesquisa de Pereira (2022) revela, tendo como base indicadores de qualidade jornalística, que os telejornais diários de 16 TVLs têm baixo grau de adesão a instrumentos de transparência e *media accountability*. Mascarenhas (2019) analisa o conceito de *accountability* aplicado à gestão e práticas da TV ALMG.

Quanto aos estudos que combinam TVLs de diferentes abrangências, destacam-se os que fizeram comparativos transnacionais. Queiroz (2007) comparou os noticiários da TV Câmara e do *Canal del Congreso*, do México, e verificou que ambos fazem ampla cobertura das deliberações legislativas, mas que dificuldades organizacionais dificultam o cumprimento pleno da *accountability*. A monografia de Gonçalves (2011) examina as práticas de CP da TV Senado e do Canal Parlamento, de Portugal.

Já Carvalho (2020) detalhou os modelos de transmissão ao vivo de 24 casas legislativas do continente americano e concluiu que a mediação jornalística qualifica o entendimento das deliberações e amplia a *accountability* parlamentar, mas que também pode ser empregada em países de governos autoritários. Por fim, Barreto (2018) também se debruçou sobre transmissões ao vivo, mas da TV ALMG, para compreender como elas afetam os discursos na tribuna.

Indiscutivelmente, a busca por identificar práticas e valores da CP e por compreender até que ponto as TVLs são ferramentas efetivas de *accountability* são as duas temáticas predominantes dos trabalhos aqui examinados. Oito deles, inclusive, explicitam estes termos no próprio título (ver Quadro 3). Estas temáticas se destacam, ainda, por fornecer fundamentação teórica às pesquisas, assim como os conceitos de prestação de contas, publicidade e transparência pública.

Embora isso também seja notado nos trabalhos do campo da comunicação, é nas ciências sociais e na ciência política que o interesse em relacionar as TVLs aos mecanismos de fortalecimento e aperfeiçoamento das democracias representativas e deliberativas é mais contundente. Pensando em termos metodológicos, nota-se que pesquisa documental, entrevistas em profundidade e observação participante emergem como as técnicas de pesquisa mais usuais. Já entre os métodos quantitativos, os questionários predominam. Nesse sentido,

chama atenção o trabalho de Gonçalves (2022) – o único a apresentar análises estatísticas sobre indicadores de qualidade jornalística calculadas por *software*.

1.5.3 Um campo a ser explorado

A revisão sistemática de estudos trouxe importantes pontos de reflexão. Primeiramente, tendo em vista a considerável capilaridade das emissoras legislativas, parece contraditório que essa rede não tenha rendido mais trabalhos. Levando em conta apenas o aspecto quantitativo, mesmo estabelecendo critérios de seleção que reduziram o escopo de produções selecionadas, ter 20 pesquisas de pós-graduação e três monografias não significa um número necessariamente pequeno, mas também não é expressivo.

É possível especular que o assunto ainda não seja tão explorado academicamente porque são emissoras públicas estatais e que, dada a histórica instrumentalização delas por parte de governos e grupos políticos, ainda carregam uma imagem negativa. A má reputação do Poder Legislativo certamente é outro fator que explica esse cenário. Entretanto, este conjunto de pesquisas mostra como as TVLs rendem contribuições diversificadas e estimulam debates relevantes.

De maneira geral, há um predomínio de investigações que buscam verificar as funções que as TVLs cumprem. Classificá-las como instrumentos de *accountability* e prestação de contas parlamentar é, seguramente, a função mais apontada pelas pesquisas, que também consideram essas televisões como vetores de transparência, meio de qualificar os debates públicos e também as relacionam ao aprimoramento das democracias representativas. Notou-se que esse último ponto é bastante salientado pelas investigações do campo das ciências sociais e ciência política. Um ponto pacificado nos estudos é que o advento das TVLs alterou o comportamento parlamentar – muitas vezes para melhor –, embora isso não seja algo linear e tampouco fácil de aferir.

Essas conclusões explicam por que a perspectiva da CP é tão recorrente. Como emissora pública estatal, uma TVL busca outros parâmetros e meios de legitimação apesar de os estudos evidenciarem muitas dificuldades nesse sentido, como pouca ou nenhuma participação social, dependência financeira e administrativa das casas leis e ingerência política. A EPC também oferece meios satisfatórios de se pensar esses aspectos.

Quanto às práticas e conteúdo jornalístico, cinco trabalhos têm essa abordagem. Embora valiosos como fonte de inspiração para esta pesquisa, sobretudo a dissertação de

Pereira (2022), há baixo interesse em se verificar as condições de produção jornalística e, principalmente, em compreender a realidade dos jornalistas como trabalhadores e como eles articulam valores profissionais e identitários no interior de uma mídia legislativa.

As contribuições mais próximas disso são a dissertação de Gonçalves (2010) e as teses de Sant’Anna (2009), Bernardes (2011) e de Rosso (2017), que, entretanto, não se encaixam nos critérios de seleção aqui propostos. Porém, eles dialogam bastante com esta investigação porque apresentam elementos que compõem o perfil profissional dos jornalistas legislativos.

O resultado desta revisão de certa forma subverte uma impressão pessoal desta pesquisadora de que as TVs legislativas federais seriam dominantes entre as contribuições acadêmicas na área. Constatou-se que isso não se sustenta ao menos em trabalhos de programas de pós-graduação. Porém, ainda resta a impressão de que as emissoras congressuais são a temática hegemônica em artigos publicados em periódicos, o que é esperado tendo em vista a abrangência nacional destes veículos.

O resultado desta revisão confirma que ainda há muitas perspectivas não exploradas, como já pontuado na subseção 1.3.1. De lá para cá muita coisa se alterou. As TVs Câmaras também merecem um olhar mais atento. Por fim, uma discussão que se mostra necessária é a vinculação entre TVLs como vetores de informação e fomento de consciência política. Nos tempos atuais, essa correlação pode soar controversa.

1.6 Síntese do capítulo

Este capítulo buscou evidenciar o contexto social e histórico que propiciou a emergência das TVLs. Procurou-se dar atenção às duas décadas de debates e embates entre governo, sociedade civil e conglomerados de comunicação para mostrar como foi tortuosa a longa trajetória até a sanção da Lei do Cabo. Essas dificuldades de certa forma ajudam a explicar a razão do vazio normativo que atinge as emissoras públicas. A histórica omissão do Congresso Nacional reafirma o desinteresse tanto em regulamentar adequadamente quanto em regular a radiodifusão e a telecomunicação no país.

Discutir a definição e a natureza desses veículos, mais que cumprir um protocolo acadêmico, serviu a um duplo propósito: situá-los no campo público da comunicação e reivindicar um espaço legítimo na comunicação pública. Essa é uma prática, um processo e

um discurso também reservados às emissoras públicas estatais, que seguem essa missão ainda que com mais dificuldades.

O pioneirismo da TV ALMG, seguida da TV Senado, foram inspiradores para outros parlamentos, e pode-se afirmar que a rede formada atualmente pelas emissoras legislativas está entre as maiores do Brasil. A velocidade de expansão do sinal aberto e digital entre elas comprova isso. Como um tipo de mídia consolidada mundo afora, as emissoras parlamentares já são “parte da paisagem”, isto é, são instrumentos de suporte à transparência pública incorporados ao processo legislativo. Essa função, contudo, não afasta os limites e contradições de uma ferramenta criada com a promessa de publicidade e transparência, o que não produz necessariamente um ambiente político mais democrático.

O mapeamento de estudos sobre o assunto por um lado evidenciou uma multiplicidade de abordagens, mas, por outro lado, evidenciou a incipiência dos estudos sobre TVLs no Brasil. Por aqui, há uma escassez de estudos empíricos sobre, por exemplo, as consequências da midiaticização nos parlamentos e se isso impacta a produção legislativa. O recrudescimento da extrema direita no mundo e as singularidades desse processo no Brasil, sobretudo como ele se arranja no interior dos parlamentos subnacionais, será discutido no próximo capítulo.

2. O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA E OS IMPACTOS SOBRE OS LEGISLATIVOS ESTADUAIS

Este capítulo discute como a extrema direita vem se tornando dominante no cenário político-ideológico global e como isso tem influenciado a representação política no Brasil e, como consequência, nas Assembleias Legislativas (ALs). A primeira seção traz um debate conceitual sobre o populismo – a abordagem que escolhemos para discutir o cenário político contemporâneo.

Os valores e as formas de atuação do populismo autoritário são apresentados em seguida e dão indícios de como ele se alia à extrema direita. O detalhamento das ideologias e ideias-chave desse fenômeno integra a subseção seguinte, que busca evidenciar as singularidades brasileiras. Destacamos a atuação do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, porque sua prática política e, principalmente, discursos reúnem um conjunto de características emblemáticas para exemplificar a cosmovisão da extrema direita brasileira.

A partir da seção 2.3 apresentamos um quadro de referência bastante importante a esta investigação, pois descreve o *ethos* e as motivações dos grupos sociais que dão sustentação à extrema direita: a nova direita ultraliberal e conservadora, evangélicos neopentecostais e militares. Essas forças políticas são determinantes no processo de renovação do bloco conservador do Congresso Nacional, o que gera vários precedentes para os arranjos políticos e ideológicos dos parlamentos subnacionais. Discute-se, ainda, como a arquitetura das redes sociais tem sido crucial para a expansão do neopopulismo. Uma análise dos dados das últimas eleições presidenciais e seus impactos sobre as eleições estaduais encerra o capítulo.

2.1 O que é populismo?

É desafiador definir o que é populismo, pois como um termo polissêmico, ele pode ser simultaneamente compreendido como uma ideologia, um movimento ou uma prática política. Além disso, ao ser costumeiramente empregado tanto para rotular políticos de direita quanto de esquerda, seu sentido foi historicamente adquirindo um aspecto pejorativo, sendo até considerado uma patologia política que ameaça as democracias liberais (Mudde, 2004). Por isso, o populismo se tornou, como indicam vários autores(as), algo que popularmente se atribui a alguém, mas que dificilmente alguém o reivindica para si.

Ao longo do século XX, o populismo foi pesquisado de maneira limitada, superficial e até estigmatizante, avalia Urbinati (2019), pois era tido como um fenômeno político restrito à América Latina, além de mera manifestação de oposição ao *establishment* ou até mesmo uma vertente do fascismo. Apenas recentemente, a partir do século XXI, é que ficou claro que há movimentos populistas em quase todas as democracias liberais representativas, incluindo as da Europa ocidental.

Segundo Mazzoleni (2023), embora exemplos anteriores de fenômenos populistas tenham sido registrados na Itália (*Lega Nord*), Austrália (*One Nation*), Índia (BJP), Venezuela (chavismo), entre outros países, é de 2013 em diante que o assunto finalmente se consolida no debate público, na cobertura da imprensa e na pesquisa acadêmica. O ponto de virada mais efetivo nesse movimento, contudo, veio com a eleição de Donald Trump, em 2016.

Mudde (2004) define o populismo como uma ideologia, ainda que tênue, como será visto mais adiante, que considera a sociedade “fundamentalmente separada em dois grupos homogêneos e antagonistas, ‘o povo puro’ versus ‘a elite corrupta’, e que defende que a política deveria ser expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo” (Mudde, 2004, p.267) ainda que essa ideia de povo não seja bem delimitada.

Já para Laclau (2009, 2013), o populismo é uma estratégia discursiva – e não uma anomalia das democracias representativas – que constrói fronteiras políticas que dividem a sociedade em dois campos opostos: os excluídos e os que estão no poder. Para ser considerada populista, uma prática política necessariamente precisa operar dentro da lógica dual de divisão do espaço social e não porque possui determinado conteúdo ideológico e político.

Sobre isso, Mouffe (2019) pontua que o populismo não tem um conteúdo programático específico, pois não se trata de um regime político. Os aspectos ideológicos que se ligam a essa forma de fazer política estão sempre mudando conforme o tempo, o país e as instituições locais. Além disso, o populismo pode ser manifestar de forma mais duradoura ou apenas em alguns episódios, isto é, pode haver um “momento populista” (Mouffe, 2019, p.25).

Assim como Mudde (2004), Laclau (2013) destaca a indeterminação da categoria “povo”, que não significa a junção de indivíduos, mas de identidades coletivas que resultam de uma pluralidade de demandas não atendidas. Quanto maior a incapacidade das instituições em atender a estas demandas, mais fortes os vínculos entre grupos insatisfeitos que formam essas identidades coletivas, o que promove a divisão das fronteiras sociais internas de modo a gerar discursos que antagonizam a sociedade entre “o bloco do poder” e “os de baixo”.

Barros e Lago (2022) também enfatizam que a lógica divisionista do “povo” *versus* “elite” não passa de uma construção discursiva que pretende rivalizar polos. Logo, “povo” pode se referir a muitas coisas diferentes, assim como a palavra ‘elite’. A rigor, populismo sequer precisa se basear nesses dois termos – basta que haja a construção de uma identidade coletiva que opõe os ‘de baixo’ contra os ‘de cima’ (Zicman de Barros; Lago, p.88). Em outras palavras, o “povo” e as “elites” podem mudar a depender das circunstâncias, do contexto e das idiossincrasias locais. Por essa razão, é possível se falar em diferentes populismos – da direita à esquerda.

Segundo Laclau (2013), para que a lógica populista opere é preciso, mais que a soma de demandas diferentes ignoradas, que uma dessas demandas adquira hegemonia suficiente sobre as demais a ponto de representar um discurso popular. Um ponto enfatizado por Mudde (2004) é que embora o populismo não se manifeste obrigatoriamente em contextos de crise, ele costuma aflorar em momentos de ressentimento político. Além disso, também constituem o *Zeitgeist* populista a presença de um líder, não necessariamente carismático, como geralmente se supõe.

Mais que promover a divisão dos espaços sociais entre grupos antagonistas, o populismo também é visto como um fazer político capaz de transformar as instituições, segundo Urbinati (2019). Essa transformação, para a autora, é necessariamente ruim, pois subverte e reconfigura os elementos constituintes das democracias liberais representativas, como a autonomia dos poderes, normas de justiça e do direito, o sufrágio universal, entre outros.

O processo eleitoral vira a busca pela “eleição do “povo certo” ou mera “celebração da maioria e de seu líder [...] baseada em uma representação (supostamente) direta entre o povo e o líder. Nesse enquadramento, as eleições funcionam como plebiscito ou aclamação” (Urbinati, 2019, p.7). Essa visão se alinha à proposta de Finchelstein (2020) de que o populismo rechaça o pluralismo político, pois supostamente fala “em nome de uma maioria imaginária e rejeita todas as opiniões que considera parte da minoria. Especialmente em sua versão de direita, seus inimigos geralmente incluem minorias religiosas e étnicas” (Finchelstein, 2020, p.17).

O autor vai além: o populismo seria uma forma de pós-fascismo para tempos democráticos, isto é, um tipo de fascismo, porém adaptado a um contexto democrático porque se serve das instituições de uma democracia para chegar ao poder, mas as corrompe logo em seguida. Nesse sentido, pontuamos que esta pesquisa se alinha à perspectiva trazida por Zicman de Barros e Lago (2022) e se aproxima também de Laclau e Mouffe quanto a não

valorar o populismo, ou seja, ele não seria essencialmente bom ou ruim, mas pode se tornar uma ameaça quando adota iniciativas autoritárias.

A definição do populismo como uma ideologia tênue (Mudde; Kaltwasser, 2019) explica sua ligação a valores antidemocráticos. Segundo os autores, o populismo possui uma forte plasticidade, o que faz com que se conecte e seja assimilado por conjuntos de ideologias mais robustas e estruturadas, como o fascismo, o liberalismo ou o socialismo. Além disso, ele adquire singularidades conforme o contexto e a cultura de cada país (Guazina, 2021). As subseções seguintes trarão algumas dessas variações.

2.2 Características do populismo autoritário

A relação hostil com os princípios basilares da democracia liberal é o ponto-chave para se entender os movimentos políticos autoritários e seus subgrupos. A extrema direita, conforme definição de Mudde (2019), rejeita a soberania popular, o princípio da maioria e a igualdade política. A apropriação dessa postura pelo populismo autoritário, na visão de Zicman de Barros e Lago (2022), se materializa na tentativa de desqualificar e destruir instituições democráticas, a divisão de poderes e de manter grande concentração de poder em uma liderança única. Líderes populistas autoritários não renunciam ao processo eleitoral. Ao contrário: cumprem os ritos da disputa, mas uma vez eleitos, distorcem e alteram regras eleitorais bem como instituições que os permitiram competir e ascender ao poder legitimamente. Por subverter as regras democráticas, Mudde (2019) considera a extrema direita revolucionária. Estão entre seus principais expoentes o nazismo e o fascismo.

Há uma literatura internacional já consolidada que vem expondo diversas dessas características (Levitzky; Ziblatt, 2018; Mounk, 2018; Fassin, 2019; Mudde; Kaltwasser, 2018), embora o diagnóstico de suas causas não possa ser universalizado para todos os países (o que será debatido na subseção 2.2.1). Essas obras apontam para uma crise das democracias liberais representativas causada por eventos que não seguem os “protocolos” tradicionais das rupturas de poder: não há a deposição de governos por meios violentos, e sim pelo rompimento gradual de arranjos institucionais, teorias conspiratórias contra a idoneidade dos processos eleitorais, difamação e desacreditização da imprensa, enfraquecimento de mecanismos de controle e regulação de agentes públicos, discurso antipolítica etc. Assim, empregam-se meios legais, embora questionáveis, que gradativamente rompem o tecido

democrático. Na prática, conclui Fassin (2019), fica difícil distinguir uma democracia formal de uma democracia real.

Não faltam experiências desse tipo na atualidade: Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria; Recep Erdogan, há mais de 20 anos no poder na Turquia; Vladimir Putin, da Rússia, Rodrigo Duterte, ex-presidente das Filipinas, Nayib Bukele, presidente de El Salvador, Georgia Meloni, na Itália, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi; Nicolás Maduro, da Venezuela, Javier Milei, atual presidente ultralibertário da Argentina.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, embora tenha seguido todo esse “receituário” durante seu primeiro mandato, agora expõe um nível de esgarçamento das estruturas de Estado até então não vista, pois vem ultrapassando seus poderes constitucionais e tomando uma série de medidas flagrantemente ilegais contra diversos alvos: imigrantes indocumentados, universidades, agentes públicos, governadores do Partido Democrata e até mesmo a soberania de outros países, como o Brasil. A ocorrência do populismo em lugares tão diferentes o leva a assimilar os valores culturais e fenômenos de cada região (Guazina, 2021). Sua ligação atual a movimentos autoritários e a lideranças políticas da *far-right* é classificada como uma quarta onda da direita (Mudde, 2019).

Zicman de Barros e Lago (2022) inserem no rol de práticas de um populismo que pode ser considerado autoritário a divisão do espaço social entre “nós” e “eles”, mas com clara intenção de eliminar adversários; quando as “elites” são convertidas discursivamente em inimigo, em “um grupo imoral, corrupto, que deve ser eliminado pelo bem do povo” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p.89). Embora a divisão “nós” *versus* “eles” pareça hostil, ela significa apenas um conflito de ideias, isto é, que há dissenso – algo típico e esperado de democracias liberais.

É justamente essa discordância que permite que se questione formas de dominação e que se lute para ampliar direitos, por exemplo. É o que Mouffe (2019) nomeia de agonismo: quando há discordância de posicionamentos, mas os lados adversários têm espaço e legitimidade para defender suas ideias. Já o antagonismo, na formulação da pensadora, é a recusa ao pluralismo, é a intolerância e o discurso que prega a aniquilação do outro de quem se discorda.

Em muitos casos, a conversão do “outro” ou das “elites” em inimigo passa por construções discursivas de forte teor moralista. Esse populismo hostil à democracia propaga que as elites que compõe o *establishment* (políticos tradicionais, instituições que protegem os direitos fundamentais, imprensa) a serem combatidas não são apenas inimigas, elas são malvadas (Mudde, 2004). Para o autor, esse tipo de populismo age numa lógica binária e

maniqueísta na qual qualquer oponente do povo é necessariamente ruim, alguém com quem não se negocia e que, portanto, deve ser rejeitado.

Essa é, essencialmente, uma forma de política moral que põe em primeiro plano uma disputa entre o “povo puro” e a “elite corrupta”. A busca dos populistas autoritários por uma distinção moral do “povo certo” está diretamente ligada à mobilização de certos afetos. Esse é um dos pontos centrais discutidos por Fassin (2019) ao tentar identificar a natureza das paixões políticas que capturam a atenção – e os votos – de quem apoia a extrema direita. O ressentimento tem papel de destaque nesta dinâmica.

2.2.1 Ressentimento, pânico moral e outras ideologias

Ao trazer uma análise crítica do ressentimento social para o campo político no âmbito das democracias modernas, Kehl (2020) observa que sociedades que colocam no horizonte dos sujeitos a possibilidade de ascensão e a igualdade entre seus pares, mas que não criam mecanismos que concretizem esse desejo propiciam o ressentimento social. Um dos resultados visíveis e mais nefastos é a passividade dos sujeitos, que paradoxalmente nutrem formas de prazer ao permanecerem na inação e, no limite, deixam de ocupar a arena política. Trata-se de uma “revolta submissa” e, também, conservadora.

Outra importante fonte de ressentimento social, observa a autora, vem das mudanças históricas que deslocam as posições de certas classes sociais, especialmente as ex-abastadas, que desfrutaram de prestígio, riqueza e poder. Apartados de uma posição hierárquica superior sobre a qual julgavam ter direito inalienável, surgem sujeitos que se ressentem das tentativas de ascensão de outros grupos semelhantes ou de camadas economicamente inferiores que não toleram mais ser intimidadas e inferiorizadas. Nesse sentido, políticas públicas de justiça distributiva que visam a reconhecer e contemplar minorias sociais historicamente oprimidas acabam sendo alvo dos ressentidos:

Na verdade, é daí que surge o ressentimento, não dos “perdedores” [...] mas daqueles que, independentemente do seu sucesso ou do seu fracasso, ficam remoendo o fato de que outros, embora inferiores **[do ponto de vista econômico e de capital cultural – grifo da autora]**, tenham se saído melhor. É nesses termos que se pode entender a raiva contra as minorias e as mulheres, mas também contra os “assistidos” (Fassin, 2019, p.64)

Dinâmica semelhante se aplica quando se pensa em termos étnicos e de gênero. Mudde (2020), ao enumerar as ideologias que povoam os populismos autoritários, sobretudo

na Europa, destaca como o sexismo é parte importante disso. Por um lado, há correntes que defendem o resgate e/ou a manutenção de papéis de gênero tradicionais: mulheres como sujeitos delicados, submissos e dedicados ao ambiente doméstico e à maternidade, enquanto homens devem ser a autoridade do lar e dos espaços públicos, provedores, fisicamente fortes e agressivos.

Por outro lado, cada vez mais cresce o sexismo hostil, que objetifica e degrada mulheres. Segundo essa corrente, os homens estariam sendo ameaçados e prejudicados política e socialmente pela emancipação feminina. Mulheres seriam sujeitos moralmente corrompidos e o feminismo, assim como homossexuais e transgêneros, são opressores e intolerantes. Populistas autoritários geralmente são sexistas ambivalentes, segundo Mudde (2019), pois mesclam as duas correntes, assim como cultivam posições misóginas e homofóbicas.

Compõem essa visão de mundo hierarquizada, conforme o autor, ideologias antiglobalistas, racistas, supremacistas brancas e xenófobas, como o familismo (a ideia de família tradicional heterossexual como base de uma nação) e o nativismo (uma nação deve ser habitada por pessoas nascidas nesse lugar; estrangeiros seriam uma ameaça). Essa constelação ideológica alimenta uma série de medos irracionais e paranoias direcionadas a alvos que supostamente seriam as causas dos problemas de uma nação: são os bodes expiatórios. Por essa razão, uma das lógicas de funcionamento atribuídas a líderes populistas é a oferta de soluções simplórias (e ilusórias) para problemas muito complexos.

É compreensível que, diante da vulnerabilidade, as pessoas sejam seduzidas por discursos que prometem certezas, segurança. O populismo reacionário oferece isso. Atribui a causa de nossa angústia a um bode expiatório ameaçador, desviando nossa atenção do fato de que somos irremediavelmente vulneráveis. Nesse esforço vão, reproduz a lógica de um condomínio: busca construir o “povo” como uma comunidade fechada, murada, protegida de tudo o que é diferente. O problema é que essas respostas são fantasiosas. (Zicman de Barros; Lago, 2022, p. 99-100)

Essa prática, que é também uma estratégia eleitoral, dá fôlego ao chamado pânico moral, que aposta no tom moralizante e apelo às emoções, e que pode ser definido como reações coletivas exageradas de preocupação, ansiedade, medo e raiva de uma suposta grave ameaça à ordem social (Zhang; Kaur, 2024). Esse medo desproporcional é destinado aos polos antagonizados pela lógica populista, ou seja, “eles” são os inimigos públicos, os bodes expiatórios culpados pelos problemas e desvios de uma nação ainda que evidências objetivas não sustentem essa percepção.

Além de vilanizar grupos sociais, esse alarde facilita a aceitação pública de medidas que reforçam desigualdades, retrocedem direitos e legitimam políticas discriminatórias e opressoras enquanto desvia a atenção dos problemas reais. No fim das contas, as rupturas promovidas por populistas autoritários buscam reafirmar hierarquias sociais e discriminar setores subalternizados (Zicman de Barros; Lago, 2022). Embora exista um conjunto de características comuns desse agir político em diferentes países, há diferenças também, bem como suas causas.

A compreensão desse fenômeno em países do Sul Global, por exemplo, exige considerar outras variáveis interpretativas (Miguel, 2021). Isso pressupõe tirar os Estados Unidos e a Europa ocidental do centro das análises. É que nessas regiões a onda reacionária é atribuída à imigração, ao empobrecimento e ressentimento da classe trabalhadora, ao colapso do Estado de bem-estar social, etc. São contextos políticos e socioeconômicos infrutíferos para se pensar outras realidades.

O Brasil e outros países em desenvolvimento não enfrentam crises de refugiados, sequer constituíram um Estado de bem-estar social, convivem com “persistente autoritarismo, conservadorismo, precariedade e colonialidade” (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023, p.17), e estão situados na chamada periferia do capitalismo. Como já pontuado antes, o populismo, como ideologia tênue, se combina às práticas e valores culturais locais. Uma “tradição” do populismo latino-americano, por exemplo, é o clientelismo (Guazina, 2021). Se há pontos convergentes nos dois lados é a crise de representatividade política e da própria democracia – a desdemocratização (Miguel, 2021; Nobre, 2022) e, principalmente, o neoliberalismo, que submete o Estado aos interesses do mercado enquanto exige políticas de austeridade, enfraquece medidas distributivas e, assim, amplia as desigualdades (Brown, 2019; Fraser, 2001).

2.3 Populismo autoritário à brasileira

O senso comum nos leva a crer que as jornadas de junho de 2013 sejam o ponto de virada para o avanço de grupos políticos reacionários no Brasil. Apesar de emblemático, esse acontecimento se liga a diversos outros, inclusive anteriores, que representaram a ampliação de espaços de lideranças políticas que já traziam em seus discursos ideias-chave autoritárias. Por essa razão, Nobre (2022) adverte que junho de 2013 não pode ser considerado um raio em

céu azul, ou seja, raro, particular e descolado de outros fenômenos políticos, sociais e econômicos.

Corrêa e Kalil (2020) apontam o lançamento da terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em 2010, no fim do segundo mandato de Lula, como um dos eventos iniciais da escalada de grupos autoritários no Brasil. O documento estabelecia diretrizes para assegurar os direitos humanos no país, como a descriminalização do aborto, a retirada de símbolos religiosos dos espaços públicos, a criação da Comissão da Verdade, o respeito à identidade de gênero etc. Houve, segundo as pesquisadoras, uma forte reação de setores conservadores ao texto do PNDH-3. Especialmente a temática de identidade gênero, mal compreendida desde o princípio, passou a compor a retórica desses segmentos.

Após o lançamento do programa do governo federal *Brasil sem homofobia*, em 2011, já no governo de Dilma Rousseff, as reações foram ainda mais intensas. Ao distorcer o teor do programa, nomeando-o de “kit gay” (pois “estimularia” crianças a serem homossexuais), o então deputado federal Jair Bolsonaro ganhou notoriedade como uma das vozes mais contundentes desse movimento autoritário.

O que se seguiu nos anos seguintes, segundo Corrêa e Kalil (2020), foi uma ofensiva contra a ideologia de gênero, expressão vaga e sem definição exata, mas que cumpre uma função retórica de atacar mudanças sociais, comportamentais e políticas públicas que reconhecem e respeitam as identidades de gênero. Uma das bases de apoio mais determinantes nessa virada à direita veio dos evangélicos, principalmente as denominações pentecostais e neopentecostais (Borges, 2024; Junior; Goulart; Frias, 2021; Nicolau, 2021).

Adeptos de uma visão de mundo bastante conservadora quanto às questões sexuais, reprodutivas e aos papéis de gênero, esse grupo é o maior responsável pelos elementos religiosos e morais da constelação de valores que compõe a extrema direita brasileira. Segundo Borges (2024), evangélicos interpretam as mudanças políticas e culturais promovidas por campos progressistas, e também pelo poder público, como o Supremo Tribunal Federal (STF), como uma ameaça aos seus valores e modos de vida. Esse grupo é particularmente importante quando pensamos o contexto do Sul Global, que não tem o secularismo como princípio bem estabelecido. Por isso, a interferência religiosa (e o fundamentalismo religioso) é sempre uma ameaça (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023).

Embora pareça algo impensável atualmente, lideranças evangélicas apoiaram os três primeiros governos do PT. Ao buscar as razões que expliquem como o segmento se tornou um dos oponentes mais vocais ao partido, Gracino Junior, Goulart e Frias (2021) mostram como a pauta moral continua sendo um elemento-chave. Ao ascender ao poder na eleição de

2002, o PT precisou acomodar muitos segmentos que lhe ofertaram apoio, incluindo os evangélicos. Naturalmente esses grupos demandaram o atendimento de suas reivindicações, o que motivou o governo a incorporar parte dessas cobranças à sua própria agenda, como as políticas afirmativas de ingresso nas universidades, o reconhecimento do nome social para pessoas LGBTQIA+, entre outras medidas.

Na avaliação dos autores, embora essa incorporação esteja longe de esgotar as demandas por direito, ela trouxe novas reivindicações, além de desafiar e desorganizar “as hierarquias sociais, ameaçando não só o privilégio das elites, mas, principalmente, as distinções que alicerçam as relações sociais como o patriarcalismo e o racismo” (Gracino Junior; Goulart; Frias, 2021).

Não surpreende, portanto, que igrejas evangélicas tenham promovido uma adesão massiva à candidatura de Bolsonaro em 2018 e, principalmente, em 2022. Esse deslocamento entra em rota de colisão com valores evangélicos, mas também com os interesses de outros setores que podem ser agrupados em torno da “nova direita” (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015; Messenberg, 2017; Nicolau, 2021; Rocha, 2021; Nobre, 2022; Borges, 2024).

Importante acrescentar que a manifestação do que se entende por extrema direita no Brasil está muito mais ligada aos discursos e ao comportamento político de nossos representantes do que à política partidária propriamente – constatação que guia esta pesquisa. Na classificação proposta por Bolognesi, Ribeiro e Cordato (2023) sobre os partidos políticos no Brasil, Patriotas e DEM (agora União Brasil após fusão com o PSL) seriam os únicos a ocuparem o espectro da extrema direita porque até então tinham comportamentos e uma retórica conservadora de tom polarizante. Quando o levantamento foi feito, em 2018, o PL ainda não figurava como o “partido bolsonarista”.

Segundo os autores, partidos de direita, extrema direita, mas especialmente os de centro e centro-direita têm em comum o baixo programatismo e alto pragmatismo. Em outras palavras, defendem bandeiras ideológicas vagas e difusas, enquanto se destacam pelo caráter fisiológico, ou seja, negociam poder em troca de recursos e/ou cargos.

2.3.1 As novas direitas

As novas direitas brasileiras, ou grande frente antissistema (Nobre, 2022), se diferenciam das direitas anteriores, na avaliação de Borges (2024), por serem mais conservadoras e reacionárias e por terem duas frentes de atuação: **1)** a ala pentecostal, de viés

moralizante e que tem forte representação eleitoral; 2) a ala que reúne movimentos liberais, como o Vem pra Rua, o Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados *On-line*, cujas bandeiras são o antipetismo, a anticorrupção e o antissistema – fortemente impulsionados pela operação Lava Jato e pela crise econômica no segundo governo de Dilma Rousseff. Usamos o termo “novas direitas” no plural por entendermos que, mesmo unidas em torno princípios e intenções comuns, elas não são homogêneas. Ao longo desta subseção, exporemos essas singularidades.

Ao mapearem a ocorrência de manifestações de rua que podem ser associadas à emergência das novas direitas, Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) constataam que desde 2007 já era possível identificar indícios de sua formação. Apesar de estarem claramente à direita do espectro político, não foi identificado pelos pesquisadores um projeto político claro entre esses manifestantes. O amálgama que os unia, entretanto, era evidente: “a luta contra o PT e contra a corrupção, a partir de um discurso que associa os governos petistas ao mau uso da máquina pública” (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015, p.198).

Por meio de um estudo mais robusto, que abrangeu a análise de postagens no *Facebook*, grupos focais com participantes desses movimentos e entrevistas com seus principais líderes de opinião, Messenberg (2017) identificou as chaves discursivas predominantes desses grupos: novamente o antipetismo, o conservadorismo moral e os princípios neoliberais.

A ideia-força mais recorrente, segundo a autora, foi o antipetismo. Nesse sentido, o PT ocupa a figura de um bode expiatório, pois surge como o culpado de todos os problemas do país; e a corrupção seria uma prática inerente ao fazer político do partido (Messenberg, 2017)²³. O conservadorismo moral, por sua vez, como mencionado na seção anterior, é levado a cabo com mais ênfase pelos evangélicos pentecostais, mas também por ampla parcela conservadora da sociedade.

Já os princípios neoliberais identificados por Messenberg (2017) são representados por movimentos ultraliberais e defensores radicais do livre mercado diretamente influenciados pelas teses da Escola Austríaca de Economia. Em linhas gerais, eles defendem a redução drástica do papel do Estado no mercado. Diferentes vertentes derivam da tradição liberal, como o neoliberalismo, que defende o Estado apenas como facilitador das atividades

²³ Parte desse desgaste é atribuído aos escândalos do mensalão, que eclodiu ainda no primeiro governo Lula (2003-2006), e do petrolão, que funcionou nos governos de Lula e de Dilma Rousseff (Almeida, 2019).

econômicas (Rocha, 2021)²⁴. As alas neoliberais estão justamente entre as mais vocais e que tiveram mais êxito em conquistar atenção, e a habilidade em usar as redes sociais como forma de autopromoção foi determinante nisso.

Ao traçar a cronologia de atuação desses grupos, que Rocha (2021) nomeia de *think tanks*²⁵ pró-mercado, ela aponta o escândalo do mensalão, em 2006, como um dos primeiros episódios de estímulo à organização mais efetiva dessa ala da nova direita e que culminou na criação do Movimento Endireita Brasil (MEB). O intuito inicial era o *impeachment* do então presidente Lula, o que acabou não se concretizando. O MEB, então, concentra sua atuação em criar e fortalecer fóruns digitais.

Nessa época, a internet funcionava como um refúgio para antipetistas, direitistas, ou simplesmente para quem não se sentisse representado pela bonança lulista. Sentindo-se acuada na esfera pública tradicional, tais pessoas descobriram nos meios digitais a possibilidade de encontrar outros com quem pudessem trocar ideias e se solidarizar por meio da interação em fóruns, blogs, sites e comunidades digitais. Nesse sentido, foi especialmente importante o surgimento da rede social *Orkut*, criada pelo *Google* em 2004, que acabou por se tornar o espaço principal de formação de arenas discursivas que dariam origem à nova direita brasileira. (Rocha, 2021, p.90)

Os fóruns digitais também viraram as arenas discursivas para diversos outros grupos, que foram se multiplicando e acompanhando o surgimento de outras redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*. As ideias-chave dos movimentos descritos por Messemberg (2017), Rocha (2021) e Borges (2024) já estavam sendo mapeadas por Alves (2014, 2016) desde 2014. Entre as *fan-pages* mais populares do *Facebook*, ele identificou as militaristas (Eu sou Caveira, Intervenção Militar Já etc), as reacionárias, moralistas e direitistas (que já incensavam o nome de Bolsonaro, como Canal da Direita, Fora PT, Super Reação, Esquadrão Conservador etc) e o grupo liberal e anticomunista (Libertários, Foco Liberal, Marx da Depressão, Esquerda Caviar). Esses mapeamentos lançavam grande parte das bases discursivas da guerra cultural estabelecida no país (Solano; Ortellado; Moretti, 2017).

;R6u9us*w%U'Z4@z

²⁴ Embora sejam usados como sinônimos no Brasil, os termos ‘liberalismo’ e ‘neoliberalismo’ são diferentes. Enquanto o primeiro, representado sobretudo por Ludwig von Mises, defende que o Estado não deve ter qualquer papel na regulação do mercado, os neoliberais apoiam que o Estado atue criando mecanismos jurídico-legais para o funcionamento da economia (Rocha, 2021). Seus defensores históricos são o austríaco Friedrich von Hayek e o americano Milton Friedman. O anarcocapitalismo, o libertarianismo etc, derivam diretamente dessas correntes.

²⁵ Organizações da sociedade civil alinhadas à direita para a difusão de ideologias políticas. O Instituto Liberal do Rio de Janeiro é o maior expoente pró-mercado do Brasil (Rocha, 2021).

Essa ala liberal também é conhecida como propagadora de teorias conspiratórias, paranoias e pânico moral, como o risco de venezuelização do Brasil e a ameaça comunista que o PT supostamente representa. Outra característica é a retórica antipartido e antissistema. Uma das marcas desta conduta é a progressiva despolitização das instituições em favor de princípios de mercado. Assim, abre-se espaço para discursos do mundo dos negócios como a possível solução para problemas administrativos. A redução de impostos é encarada como uma panaceia; governos seriam o problema e não a solução e estruturas supostamente inoperantes de Estado devem ser desmanteladas.

Os *outsiders*, sujeitos supostamente sem trajetória política prévia, são os escolhidos por esse grupo justamente pela ausência de expertise na área, pois dão forma ao discurso antiestatista, à agenda privatista, à eficiência do gestor. O *outsider* constrói seu status ao tentar se distanciar do modo tradicional de fazer política, o que o afastaria da corrupção e da incompetência dos governos anteriores (Mudde, 2019). Essa percepção, contudo, é enganosa, segundo o autor, pois muitos líderes populistas pertencem a alguma das elites que costumam atacar.

Apesar da liberdade pró-mercado, uma contradição distancia parcela considerável desse grupo dos princípios liberais: o conservadorismo nos costumes mesmo entre os não-religiosos. São os liberais-conservadores ou neoliberais-conservadores, que unem o ultraliberalismo com a defesa da família, da religião, da lei e da ordem, segundo Rocha (2021). A conclusão da autora, que converge com a de Nobre (2022), é que a principal característica das novas direitas é o desejo de romper o pacto democrático instituído pela Constituição de 1988, que pela primeira vez “abriu espaço para a ampliação de direitos de mulheres, negros, indígenas, crianças e jovens, alterando as dinâmicas existentes na esfera pública brasileira” (Rocha, 2021, p.15).

É dentro desse caldo ideológico, que inclui a dificuldade da esquerda de dar respostas a um descontentamento social sistêmico, que o então deputado federal Jair Bolsonaro alcança notoriedade (embora não se possa afirmar que a frente antissistema tenha se alinhado integralmente às suas ideias). De todo modo, ao difundir discursos que captam grande parte das insatisfações populares do período, Bolsonaro foi angariando ampla aceitação popular, até porque, observa Nobre (2022), a nova direita não conseguiu emplacar nenhum nome de perfil *outsider* realmente competitivo.

2.4 A retórica populista autoritária de Jair Bolsonaro

Nesta seção, apresentaremos e detalharemos as quatro bases de sustentação da retórica bolsonarista: **1)** antipetismo; **2)** conservadorismo moral; **3)** militarismo e **4)** discurso antissistema, bem como os elementos que lhes dão sustentação:

Quadro 6 - Valores que alicerçam a retórica bolsonarista

Base Retórica Bolsonarista	Elementos Centrais	Referências
Antipetismo	Discurso anticorrupção Desqualificação do campo progressista	Solano, Ortellado e Moretto (217), Messenberg (2017), Borges (2024)
Conservadorismo moral	Defesa da família tradicional Aceno a evangélicos Rejeição a direitos para minorias sociais	Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), Almeida (2019), Kalil (2020), Gracino Junior, Goulart e Frias (2021)
Militarismo	Autoritarismo Armamentismo Aniquilação de adversários Apoio à violência policial Justificativa para golpe de Estado	Starling, Lago e Bignotto (2021), Pi- nheiro-Machado e Vargas-Maia (2023), Gagliardi, Guazina e Albuquerque (2025)
Discurso antissistema	Antipolítica Ataques às instituições e à democracia Críticas à burocracia, intelectualidade, imprensa e artes	Guazina (2021), Zicman de Barros e Lago (2022), Lotta <i>et al.</i> (2023), Rocha (2023)

Fonte: elaboração própria

A lógica de divisionismo social se mostra muito eficiente nas construções discursivas nas quais Bolsonaro exaustivamente associa a “elite corrupta” à esquerda e, especialmente, ao PT. Os polos antagonistas da retórica bolsonarista não indicam classe social, ou seja, não se trata de “pobres” x “ricos”, como Lula costuma fazer. A “elite” a qual ele se opõe “é essencialmente a administrativa, a cívica e a intelectual. Não existe nenhuma oposição à burguesia financeira, industrial, eclesiástica ou agrícola” (Zicman de Barros; Lago, 2022, p.103).

A elite administrativa é representada por setores da burocracia estatal, principalmente carreiras típicas de Estado (com exceção das corporações policiais). Durante seu mandato, Bolsonaro direcionou muitos ataques a diversas outras carreiras do funcionalismo público enquanto seu ministro da Fazenda, Paulo Guedes, se referia ao segmento como “parasitas”. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estavam entre os alvos permanentes, considerados barreiras ao

progresso do país. Também houve forte interferência nos órgãos de controle, como Controladoria Geral da União (CGU).

Conforme levantamento de Lotta *et al* (2023), as áreas de políticas públicas ambientais, direitos humanos, desenvolvimento social, saúde, entre outras, sofreram uma série de desmontes, programas foram descontinuados, normas e legislações foram ignoradas e mecanismos de transparência e *accountability*, desconsiderados, etc. Ao investigarem como governos populistas autoritários de diferentes países lidam com a burocracia estatal, Bauer e Becker (2020) mostram um padrão que envolve a captura, o desmantelamento e a sabotagem de regimentos antes consolidados, de políticas públicas, aplicação de recursos, etc. Essas práticas reforçam a tática *anti-establishment* dos populistas autoritários.

O divisionismo discursivo bolsonarista contrapõe o povo, que seria formado pelos cidadãos de bem que cultivam valores morais tradicionais, às agendas progressistas das elites culturais/artísticas e intelectuais do Brasil. No cerne desse antagonismo, conforme interpretação de Zicman de Barros e Lago (2022), há uma visão de que a esquerda teria a hegemonia da produção de sentidos, ou seja, do plano cultural, o que inclui as artes, a intelectualidade e as universidades.

Assim, difunde-se “a ideia de um gozo obsceno: a elite do ‘marxismo cultural’²⁶ goza de maneira sexualmente depravada, e sobretudo goza às custas do povo, com o dinheiro extraído do suor do povo” (Zicman de Barros; Lago, 2022). Até mesmo os valores relacionados ao conceito de família estariam contaminados pela esquerda – um discurso que continua a alimentar pânico moral relacionado à “ideologia de gênero”, que teria o intuito de destruir a família tradicional brasileira – patriarcal e heteronormativa. O foco na pauta de costumes, segundo Rocha (2023), está no centro da guerra cultural, uma prática constituinte do bolsonarismo para manter sua militância sempre engajada.

Isso explica parte da paranoia e perseguição contra feministas e transexuais, por exemplo, considerados sujeitos que corrompem a ordem desejável e historicamente estabelecida das hierarquias de gênero, o que remete à observação de Mudde (2004) sobre o aspecto sexista e misógino do populismo autoritário. Tal hostilidade se materializou como diretriz política do governo Bolsonaro, pois houve redução de recursos para iniciativas de

²⁶ Marxismo cultural é uma expressão criada pelo escritor e jornalista Olavo de Carvalho (morto em 2021). Ele se apropriou do conceito gramsciano de “hegemonia” para produzir uma teoria conspiratória de que as esquerdas, derrotadas no plano econômico e político pós-Guerra Fria, criam mecanismos de domínio cultural da sociedade.

combate à violência contra a mulher, mecanismos para dificultar o acesso ao aborto legal, extinção de programas de diversidade nas escolas, etc (Biroli; Tatagiba; Quintero, 2024).

É possível, ainda, acrescentar à “elite degenerada” a imprensa de modo geral. Segundo Guazina (2021), populistas de direita costumam ser críticos à liberdade de imprensa e aos veículos de mídia não alinhados às suas agendas. Essa hostilidade compõe o estilo de comunicação oficial adotado por Bolsonaro, pois “a mídia, sem sombra de dúvida, é um elemento bastante importante para o sucesso ou fracasso dos populismos e a amplificação de discursos autoritários” (Guazina, 2021, p.58). Na prática, conforme levantamento de Paulino *et al.* (2021), o governo de Bolsonaro promoveu medidas que afrouxaram leis do setor de telecomunicações, o que resultou em menos exigências para os operadores privados, adotou uma comunicação institucional excessivamente personalista, usou canais oficiais para disseminar desinformação, sobretudo sobre a pandemia de covid-19, desmantelou estruturas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), além de promover ataques à imprensa.

Monitoramento feito pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) mostra que entre 2019 e 2022 o ex-presidente fez 570 ataques a veículos de comunicação e jornalistas – uma média de 142,5 por ano. Nesse período, houve um aumento total de 328% dos casos de violação à liberdade de imprensa, sendo o ano de 2022 o mais violento, com 557 registros²⁷, sendo que as mulheres foram os alvos preferenciais.

A cruzada moral que rivaliza o “bem” e o “mal” explica a adesão de grande parcela de cristãos ao bolsonarismo, mas também contempla sua mais longa base de apoio: as Forças Armadas (FA) e corporações policiais, sempre enaltecidas e privilegiadas em seu governo. O aceno às FA é uma das particularidades mais notáveis do levante autoritário no Sul Global. Vários países desse grupo ainda sofrem as “consequências de ditaduras sangrentas que resultaram em um *ethos* violento persistente dentro das forças armadas e da polícia em relação a grupos racializados e vulneráveis, que nunca experimentaram qualquer tipo de democracia” (Pinheiro-Machado; Vargas-Maia, 2023, p.18).

Capitão reformado do Exército, Bolsonaro naturalmente compartilha uma visão arraigada entre as FA de que elas personificam a ideia de nação (Gagliardi; Guazina; Albuquerque, 2025). Além disso, elas teriam a prerrogativa constitucional de exercer poder moderador, o que significa conduzir uma intervenção militar para garantir a ordem em caso de

²⁷ Fonte: Abraji. Disponível em <https://encurtador.com.br/rm6pG>

conflito entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário²⁸. Ataques ao Poder Judiciário, inclusive, são uma das características mais marcantes do populismo autoritário amplamente empregado em diversos países. Por várias vezes, o ex-presidente defendeu esta tese, sobretudo quando inconformado com decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Bolsonaro também se notabilizou desde o início da vida política pelas falas cheias de metáforas de violência – um projeto de poder calcado em uma linguagem de destruição (Starling; Lago; Bignotto, 2021). Muitos dos antagonismos de seus discursos carregam um tom beligerante, alusivo a confrontos de militares em combate, incluindo até menções explícitas a inimigos internos e a um golpe de Estado com intenção de contrapor os cidadãos de bem – a suposta maioria cristã e virtuosa – à petralhada, aos comunistas, à imprensa canalha, aos burocratas corruptos.

Nesta mesma linha retórica, usa-se a desesperança e o cansaço com a falta de medidas exitosas em segurança pública para defender o armamentismo da população e que forças policiais extrapolem suas funções. “Sou capitão do Exército. A minha especialidade é matar”, afirmou o então deputado federal e pré-candidato à presidência da República em 2017²⁹. O culto à violência e os discursos de aniquilação de adversários como meio de restaurar a ordem motivam pesquisadores a classificar Bolsonaro como fascista ou, ao menos, com tendências fascistas (Mouffe, 2019; Finchelstein, 2020; Bignotto, 2021).

Em síntese, a retórica bolsonarista é sustentada pelo forte tom emocional, coloquial e pelo negativismo que servem como fonte de conexão e adesão com seus grupos de apoio (Gagliardi; Guazina; Albuquerque, 2025). Esses elementos são potencializados no ambiente digital, atualmente o espaço primordial de expansão da extrema direita.

2.4.1 O populismo digital

A retórica populista explora características que, de acordo com Diehl (2017), atraem a atenção da mídia *mainstream*, como escândalos, a presença de um líder carismático, argumentos simples e, portanto, facilmente compreensíveis, dramatização, etc. Isso explica, em partes, como as ideias-chave do populismo autoritário penetraram o debate público no

²⁸ Baseada numa interpretação equivocada do jurista Ives Gandra Martins acerca do artigo 142 da Constituição Federal, a tese foi derrubada por unanimidade pelos ministros do STF no dia 08 de abril de 2024. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=531731>

²⁹ A fala foi proferida durante coletiva de imprensa em Porto Alegre (RS) no dia 30 de junho de 2017. Disponível em <https://encurtador.com.br/m2pUh>

Brasil e como a comunicação estabelecida por Bolsonaro com seus públicos foi determinante nesse processo. Por anos, a imprensa reproduziu suas falas preconceituosas e até criminosas. Levantamento de Guerreiro (2023) mostra como grande parte da imprensa normalizou esses discursos ao manter uma postura acrítica diante de ataques à democracia sem oferecer resistência e contraponto, inclusive se deixando pautar por Bolsonaro.

Por outro lado, além de uma imprensa subserviente, a ascensão bolsonarista, assim como de outros líderes populistas, incluindo aqueles à esquerda do espectro político, se deve à força das redes sociais digitais (Mazzoleni; Bracciale, 2018; Serpa, 2023; Rocha, 2021). Se a ideologia tênue do populismo permite que ele tenha singularidades conforme se articula a diferentes valores culturais e fenômenos de cada país, há um elemento transnacional, isto é, que une esse fazer político independentemente de seu local de ocorrência: a comunicação digital. Guazina (2021) mostra um compartilhamento e replicação de estratégias comunicativas entre o vice-primeiro ministro italiano Matteo Salvini e Jair Bolsonaro.

Essa nova dinâmica comunicacional exercida por eles é conhecida como populismo digital ou neopopulismo. Conforme Cesarino (2020), populismo digital se refere, simultaneamente: **1)** ao aparato midiático, que é o ambiente digital; **2)** ao mecanismo discursivo, que busca a mobilização dos usuários; e **3)** à tática política, que visa à construção de hegemonia.

Os recursos retóricos, como o nós x eles, a desqualificação do *establishment*, etc, são mantidos, mas a notoriedade do líder populista não está mais condicionada à lógica dos meios de comunicação de massa, pois não precisa da mediação de jornalistas e outros *gatekeepers* (Mazzoleni; Bracciale, 2018). O populismo digital segue o fluxo da comunicação em rede das plataformas digitais: horizontal, ubíqua e com funcionalidades que agregam pessoas que, de outro modo, estariam dispersas. Unidas por afinidades, essas "multidões solitárias produzidas pelo hiperindividualismo da sociedade neoliberal [...] se reformulam em uma nova identidade coletiva e senso de comunidade e solidariedade" (Gerbaudo, 2018, p.6).

O neopopulismo é mais que a mera transposição da lógica populista para as redes sociais. Para Mazzoleni e Bracciale (2018), o apelo emocional e a polarização política são ainda mais exacerbadas no populismo digital, enquanto Cesarino (2020) destaca que as pautas e demandas dos grupos ligados aos líderes populistas são altamente potencializadas tanto pelo modo de funcionamento mídias digitais quanto pela produção de conteúdo feita pelos próprios usuários. Esse segundo aspecto é o mais decisivo, segundo a pesquisadora.

Trata-se de uma produtividade responsiva, isto é, se no populismo "analógico" a eficácia da mensagem do líder depende de seus atributos pessoais, sobretudo sua oratória, nas

mídias digitais os próprios seguidores do líder se encarregam dessa tarefa ao reproduzirem, espontaneamente, os mecanismos populistas, como os padrões discursivos. Em outras palavras, “tanto líder quanto povo se co-constituem recursivamente em e através desse aparato digital: um tipo de mediação que produz o efeito paradoxal de uma ausência de mediação” (Cesarino, 2020, p.106).

O forte estímulo à mobilização e às paixões dos usuários só é possível devido à arquitetura e, principalmente, ao modelo de negócio das plataformas de redes sociais. Há um entendimento de que essas estruturas não são meras hospedeiras ou intermediárias neutras de circulação de conteúdo (D’Andréa, 2020; Recuero, 2025). É justamente o contrário. Fisher (2023) explica que as plataformas destacam e sugerem conteúdos detectados por seus sistemas automatizados como tendo maior potencial de maximizar a movimentação dos usuários, o que as faz vender mais anúncios.

Recuero (2025) acrescenta que a curadoria algorítmica estimula engajamento, alcance e visibilidade, ou seja, gera uma vantagem estrutural para conteúdos desinformativos, além de discursos de ódio. Os algoritmos promovem, ainda, um fluxo de notificações que incentivam usuários a seguir determinados conteúdos que reforçam seus próprios pontos de vista, o que favorece vieses de confirmação e as câmaras de eco (Fisher, 2023). É nesse ecossistema digital que muitos líderes populistas autoritários alcançam imensa popularidade e endosso de seus discursos.

Ao se apropriar desses incentivos estruturais com muita habilidade, a campanha eleitoral de Bolsonaro à presidência da República em 2018 é considerada disruptiva em termos de populismo digital no Brasil (Cesarino, 2020). Com pouco tempo disponível de propaganda para TV e rádio, ele focou sua atuação nas redes sociais praticamente copiando o que Donald Trump fizera em 2016 (Nunes; Traumann, 2024). Como já pontuado, o protagonismo de seus seguidores foi determinante. Antes e durante a campanha, milhares de apoiadores compartilhavam postagens em escala massiva e criavam comunidades *on-line* para divulgar seu nome³⁰.

“A família Bolsonaro usou a técnica *trumpista* de gerar raiva e impacto com seus *posts*, mas o meio de preferência foi o *WhatsApp*” (Nunes; Traumann, 2024, p. 42). Além do forte tom emocional, toda a retórica autoritária de Bolsonaro ganhou ainda mais tração neste ambiente, bem como um dos trunfos de sua campanha: a desinformação, principalmente aquelas para difamar adversários. Nemer (2018) salienta que o *WhatsApp* facilita a

³⁰ Fonte: BBC Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39837332>>

organização coletiva de apoiadores e também a viralização rápida de conteúdos, pois estes não passam pelos filtros e enquadramentos da mídia tradicional. Trata-se de um dos aspectos mais antissistema do populismo digital bolsonarista.

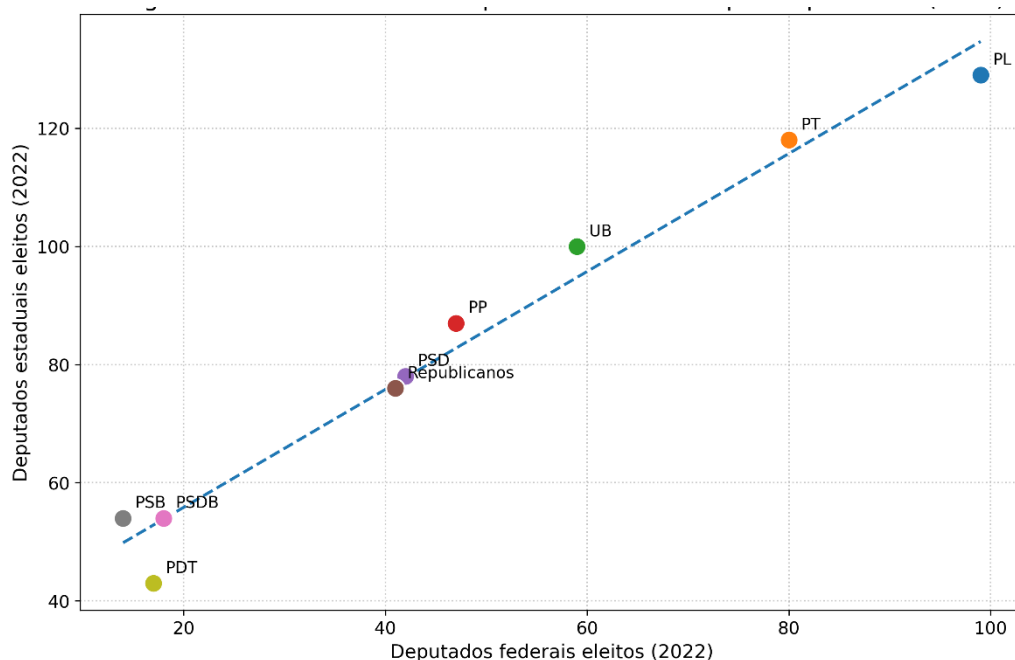
Mesmo eleito, Bolsonaro prosseguiu com a máquina digital antissistema. Ao analisar as lives semanais do então presidente transmitidas pelo *Facebook* durante o último ano de seu mandato, Serpa (2023) evidencia como a imprensa sempre foi um dos alvos preferenciais de ataques. Bolsonaro é o primeiro presidente digital do Brasil, pois “o uso intensivo de sua conta no *Twitter* substituiu a necessidade de um porta-voz formal; as transmissões semanais no *Facebook* viraram seu canal direto com a sociedade, dispensando as tradicionais entrevistas coletivas de imprensa” (Nunes; Traumann, 2024, p. 42).

Essa constatação dialoga com o conceito de partido digital, definido como uma organização política que usa “os meios digitais de mobilização e comunicação para atuar de modo independente da institucionalidade democrática e de seus princípios” (Nobre *et al.*, 2025, p.13). Isso significa ignorar as hierarquias dos partidos políticos tradicionais e também as instituições que regulam a competição política e eleitoral. Essa forte mobilização digital garante o engajamento permanente de bases de apoio na sociedade. Nobre *et al* (2025) defendem que há um partido digital bolsonarista que atua sob esses princípios e cujo projeto de poder tem sido amplamente replicado por parlamentares de extrema direita no Brasil, assunto da seção seguinte.

2.5 O avanço da extrema direita nas assembleias legislativas

Muitas das práticas e da retórica populista aqui descritas vêm sendo progressivamente incorporadas pelas disputas políticas estaduais nas duas últimas eleições, o que explica o recrudescimento do conservadorismo nos parlamentos subnacionais. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstram a virada à direita e, sobretudo, à extrema direita em todas as regiões do Brasil embora no Nordeste este movimento não se dê de maneira tão marcante e homogênea. Os dados da eleição de 2022 mostram, ainda, acentuada correspondência de desempenho dos 10 partidos com mais eleitos(as) no Congresso Nacional e nas ALs, o que significa que as legendas que chegaram fortes na Câmara dos Deputados, também foram fortes nas disputas estaduais. O gráfico a seguir expõe esse cenário:

Gráfico 1 - Correspondência no desempenho partidário Congresso Nacional x ALs



Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

Nota: as federações que disputaram as eleições para a Câmara dos Deputados foram representadas pelo partido principal (PT/PCdoB/PV e PSDB/Cidadania)

Cada ponto de cor no gráfico de dispersão acima representa um partido: no eixo horizontal está o número de deputados federais eleitos e no eixo vertical, o número de deputados estaduais. Quando os pontos se aproximam da linha tracejada diagonal no sentido ascendente, isso significa correspondência entre as disputas eleitorais nacionais e estaduais: PL, PT, UB, PP, MDB e PSD tiveram desempenho muito parecido nas duas arenas. Isso sugere um grau relevante de nacionalização da competição partidária.

Enquanto em 2018 os partidos de direita formaram as maiores bancadas de 11 Assembleias Legislativas (ALs), a partir de 2022 esse número passou para 16. Dos(as) 1059 deputados(as) estaduais eleitos(as), 552 (52,12%) são de partidos de direita. O resultado das eleições em parte da região Norte ilustra bem essa virada à direita: Roraima, Amazonas e Rondônia têm, pelo menos, dois terços (66%) de seus parlamentares filiados a partidos conservadores, enquanto no Tocantins eles chegam a 57%. Além disso, Roraima não elegeu nenhum parlamentar de esquerda.

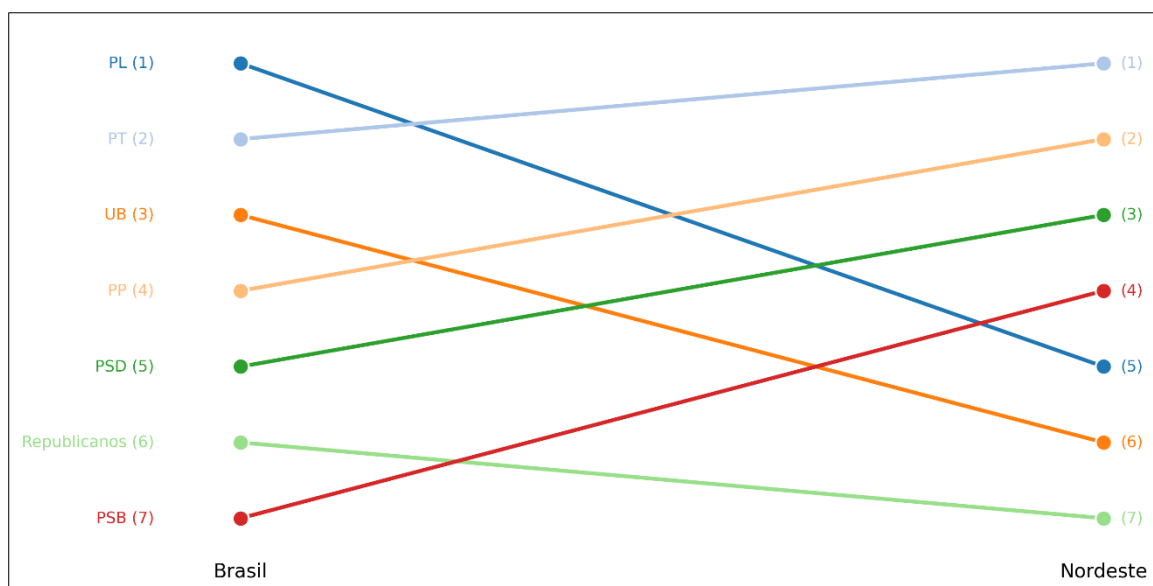
As legendas que elegeram mais candidatos(as) também são indicativos desse “endireitamento”. O Partido Liberal (PL), assim como na Câmara dos Deputados, se tornou a maior bancada nas ALs: foram 43 parlamentares eleitos em 2018 (quando ainda era PR) contra 129 em 2022. O partido conquistou maioria nas ALs de São Paulo, Rio de Janeiro,

Espírito Santo, Santa Catarina e na CLDF. Além disso, os deputados estaduais mais votados no Ceará, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Minas Gerais são da legenda.

Republicanos e Partido Progressistas (PP), que formaram coligação com o PL e têm sido o núcleo duro do bolsonarismo, também ampliaram cadeiras nas ALs em comparação com 2018. Apesar da baixa clareza ideológica e conteúdo programático dos partidos políticos brasileiros (Bolognesi; Ribeiro; Cordato, 2023), essas legendas são, hoje, os principais pilares de sustentação do chamado centrão (ao lado de Patriotas, PSD, Republicanos, União Brasil), mas são igualmente redutos preferenciais de parlamentares que, embora priorizem a agenda fisiológica, cultivam práticas e discursos conservadores alinhados à extrema direita.

Já o Partido dos Trabalhadores (PT) saltou de 85 para 118 deputados estaduais em 2022, conquistando, assim, a segunda maior bancada das ALs. Nos estados do Piauí, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, inclusive, o partido conseguiu maioria; êxito, contudo, que não se aplica a nenhuma outra sigla de esquerda e centro-esquerda. Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por exemplo, elegeram menos candidatos(as), com exceção do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), que saiu de 18 para 22 eleitos(as). Somados, partidos de esquerda totalizam apenas 28,59% das vagas nas ALs.

Estados do Nordeste, contudo, fogem à realidade predominante no País. A esquerda é relativamente majoritária, sendo dominante nas ALs do Piauí (40% das cadeiras), Ceará (50%), Pernambuco (45%) e Maranhão (48%). Embora ainda presentes no restante dos estados da região, a esquerda encolheu em Alagoas, Paraíba e Sergipe, por exemplo.

Gráfico 2 – Comparativo de ranking partidário Brasil x Nordeste

Fonte: elaboração própria a partir de código Python gerado por IA

A coluna da esquerda mostra o desempenho dos sete partidos com mais eleitos(as) em 2022 em todos os estados brasileiros enquanto no lado direito, apenas nos estados nordestinos. O movimento das linhas revela como cada partido predominante nas ALs se comportou no Nordeste. As linhas descendentes do PL, UB e Republicanos mostram uma diferença acentuada em relação ao cenário nacional, onde estes partidos tiveram desempenho melhor. Reforça essa interpretação as linhas descendentes do PSD e, principalmente, PSB, que foram bem mais exitosos no Nordeste que no restante do País.

A exceção fica por conta do PT, que teve resultado bastante satisfatório nas duas arenas, e é a sigla hegemônica no Nordeste: foram 40 eleitos(as) ao todo, seguido pelo PP (38). Embora partidos do centrão, que compõem o núcleo forte bolsonarista, também sejam expressivos na região, as diferenças aqui expostas mostram como o Nordeste possui uma dinâmica regional própria. A região não chega a inverter o ranking partidário, mas altera sua composição.

O panorama aqui descrito não significa apenas implicações para os arranjos político-partidários e eleitorais locais. Ele também indica as ideologias dominantes, os projetos de poder em curso e, principalmente, influencia a produção legislativa. Por isso, usar a proximidade ideológica com o bolsonarismo ainda rende um capital político relevante para muitos(as) parlamentares. Em diferentes proporções, esse perfil parlamentar povoa todas as ALs, sem exceção, e mesmo considerando as diferenças já pontuadas da região Nordeste.

O trabalho de Santana (2023) mostra isso ao traçar o perfil de líderes bolsonaristas nordestinos, como Leandro de Jesus (PL), na Bahia, Luizão Dona Trampi (União Brasil), de Sergipe, e Carmelo Neto (PL), do Ceará. O engajamento conquistado nas redes sociais é um fator determinante na eleição dessas pessoas. Embora sejam líderes regionais, alguns somam milhões de seguidores. Na Alerj, por exemplo, o deputado Filippe Poubel, conhecido por invadir um hospital de campanha no Rio de Janeiro durante a pandemia de covid-19³¹, tem 1,3 milhão somente no *Instagram*. Entre os que acumulam cerca de meio milhão de seguidores, os deputados estaduais mineiros autodeclarados bolsonaristas, como Bruno Engler (PL) e Cristiano Caporezzo (PL), se destacam.

Chama atenção, ainda, a presença de mulheres entre essas lideranças. Ao investigar a comunicação política nas redes sociais e o teor dos projetos de lei de deputadas estaduais mais bem votadas entre cinco estados das cinco regiões do País, Sena (2025) identificou 30 mulheres que, de alguma maneira, ajudam a propagar as ideias-chave da extrema-direita, como antifeminismo, fundamentalismo religioso, punitivismo nas pautas de segurança pública, etc. Estão entre elas Fabiana Bolsonaro, que integra um bloco informal de parlamentares criado na Alesp para cobrar o governador Tarcísio de Freitas que encabece pautas mais conservadoras³². Como estruturas pertencentes ao Poder Legislativo, as TVs Legislativas Estaduais têm seu funcionamento diretamente marcado por essas lideranças e as correlações de forças que elas trazem.

2.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, discutimos diferentes entendimentos sobre o conceito de populismo, com foco nas definições mais atuais do populismo autoritário. Expusemos diferentes tradições de pensamento e destacamos que, apesar de um conjunto básico de características que revelam as maneiras como o populismo autoritário opera, elas não podem ser universalizadas. Em países do Sul Global, como o Brasil, líderes autoritários chegam ao poder ao vocalizar determinadas demandas e insatisfações que pouco fazem sentido para nações desenvolvidas.

Essas singularidades se manifestam fortemente nos discursos muito mais que na política partidária. Por isso, enfatizamos os elementos da retórica de Jair Bolsonaro – uma personalidade política reconhecida pela pesquisa em comunicação política como um dos

³¹ Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://encurtador.com.br/QJbJ>

³² Fonte: O Globo. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eAeF>

principais representantes do populismo autoritário contemporâneo. A importância das plataformas digitais para a propagação de discursos e valores reacionários foi debatido em seguida. O populismo digital, ou neopopulismo, ajudam a explicar a velocidade e a efetividade com que a extrema direita se espalhou pelos parlamentos estaduais. No próximo capítulo, será discutido como jornalistas se tornam mão de obra dos legislativos estaduais e como isso acaba sendo determinante no modelo de programação das TVLs brasileiras.

3. O MUNDO DO TRABALHO DOS(AS) JORNALISTAS LEGISLATIVOS(AS)

Dois eixos estruturam este capítulo: os marcos históricos que impulsionaram a formação dos aparatos de comunicação institucional do Poder Legislativo e como esse processo fomentou um campo de trabalho para jornalistas. Para fundamentar esses eixos, destacamos como e por que o jornalismo, sua linguagem e formatos, acabaram sendo apropriados pelos legislativos como uma forma de se comunicar com a sociedade.

Importante pontuar que neste capítulo faremos algumas ressalvas quanto às práticas jornalísticas de uma TVL em relação aos veículos de mídia tradicionais, principalmente quanto a questões editoriais. Apesar das controvérsias sobre considerar como jornalismo o conteúdo feito por uma mídia que cumpre uma função institucional, esta pesquisa opta por não fazer essa distinção. De modo geral, no Brasil, considera-se como jornalistas os(as) profissionais que não trabalham diretamente na imprensa.

A sociologia do jornalismo o estabelece como um construto histórico (Ruellan, 2017), um espaço de sociabilidade sujeito às contradições e pressões sociais (Motta, 2005), e um “conjunto de práticas discursivas contingentes” (Charron; Bonville, 2016, p.124) que, a um só tempo, é uma profissão, uma atividade econômica e uma instituição política. Considerar isso evita entendimentos deterministas. Situamos, portanto, o jornalismo como uma construção histórica, mutável e que responde às transformações ao longo do tempo. E isso diz respeito às novas ocupações e ao deslocamento da redação como o único reduto simbólico das carreiras na área.

Ressaltamos, ainda, que o termo “o mundo do trabalho” presente no título deste capítulo é inspirado no conceito de mundos sociais. Trata-se de um quadro teórico aplicado a diversos objetos de interesse da sociologia, especialmente aqueles que envolvem grupos inseridos em atividades coletivas. A sociologia do trabalho/das profissões estão entre os campos que mais incorporam o conceito, mas ele também é usado nos estudos do jornalismo, como o *newsmaking*, “analisando espaços, pessoas e os processos que configuram os elementos de partilha de rotinas, normas, valores, coletividades, na forma como atividades e interesses se coordenam e conectam” (Langonné *et.al*, 2019, p.13).

3.1 Estruturas de comunicação do Poder Legislativo no Brasil

Bem antes de começar a televisionar o próprio trabalho, o Poder Legislativo, assim como todo o Estado brasileiro, há décadas vem se empenhando em criar departamentos de divulgação e em constituir equipes próprias para dar publicidade aos próprios atos e se comunicar com seus públicos. As TVLs, portanto, são parte de uma longa trajetória de estruturação de aparatos de comunicação institucional.

A transmissão em tempo real dos trabalhos legislativos no Brasil começa por meio de rádios educativas. Sant’Anna (2009) atribui o primeiro registro desse tipo à Rádio Sociedade Gaúcha que, em 1935, fez a transmissão de parte dos trabalhos de elaboração da Constituição do Rio Grande do Sul diretamente da Assembleia Legislativa do Estado. Ainda segundo o autor, com o fim do Estado Novo e a reabertura dos parlamentos brasileiros, as rádios adentraram de vez estes espaços.

A partir de 1947, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro passou a transmitir as sessões da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Essas emissoras, a exemplo da Rádio Nacional, começaram a contratar setoristas – jornalistas enviados exclusivamente para o Senado e Câmara dos Deputados –, que então dedicaram espaços para uso exclusivo da imprensa. Esse modelo de cobertura perdura até hoje em ALs e CMs Brasil afora. Já as transmissões dos trabalhos parlamentares feitas por iniciativa do próprio Poder Legislativo começam em 1952, quando algumas câmaras municipais contrataram “rádios locais para transmissão de suas sessões” (Barros; Bernardes; Rodrigues, 2014, p.11).

A década de 1960, com a mudança da capital federal para Brasília, dá início à estruturação mais efetiva do que Barros, Bernardes e Rodrigues (2014) nomeiam de mídias legislativas. Em 1962, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal implantaram os próprios serviços de radiodifusão que, juntos, criavam conteúdo para o programa *Voz do Brasil*³³. Voltado inicialmente à publicidade de ações do governo federal, o programa passou a incluir informações geradas pelos poderes Legislativo e Judiciário.

Nas duas décadas seguintes, com forte controle dos governos militares, as casas congressuais criaram serviços de relações públicas e de divulgação destinados à elaboração de comunicados à imprensa (Freitas, 2020). Segundo o pesquisador, outro passo importante na estruturação das mídias legislativas ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte

³³ Versão contemporânea do programa *A Hora do Brasil*, instituído em 1934 durante o governo de Getúlio Vargas (Barros; Bernardes, 2015).

(1987-1988), quando o Senado criou um serviço de divulgação, incluindo uma central de vídeo, para fornecer às TVs comerciais imagens e entrevistas sobre a elaboração da nova carta magna. Em 1993, essa central de vídeo foi restabelecida, dando origem ao que viria ser a TV Senado (Sant’Anna, 2009).

Gonçalves (2010) e Sant’Anna (2009) acrescentam que a realização dos primeiros concursos públicos para comunicadores sociais do Congresso Nacional também fomentou a expansão de aparato burocrático de divulgação legislativa. Esse sistema é constituído por portal/agência de notícia *on-line*, rádio, publicações impressas, e, mais recentemente, de perfis nas redes sociais, além das TVs. A constituição desse conjunto de mídias e a contratação de jornalistas como força de trabalho foram largamente replicadas pelos parlamentos subnacionais brasileiros embora com variações a depender da estrutura que a instituição consegue custear.

A consolidação dessas TVs no Brasil integra, ainda, o fenômeno de mídia das fontes – termo elaborado por Sant’anna (2009) para definir estruturas midiáticas não comerciais criadas por variados segmentos que buscam, por meio da difusão de informações em formatos jornalísticos, influenciar a esfera pública ao se relacionar diretamente com a sociedade sem necessidade de mediação da imprensa.

Como pontuado no 1º capítulo, há três razões principais que motivaram a criação das TVLs no Brasil: **1)** publicidade e transparência de atos oficiais; **2)** oferta de um noticiário alternativo ao da mídia *mainstream*; **3)** aprofundamento e visibilidade dos trabalhos legislativos desconhecidos por parte da sociedade. Ao investigarem o discurso fundador das mídias legislativas da Câmara dos Deputados, Barros *et al.* (2011) identificaram esses elementos, mas sobretudo a oferta de um contra-agendamento em relação à cobertura jornalística da mídia privada, pautada por denúncias, aspectos excessivamente negativos e que negligencia a maior parte dos trabalhos legislativos.

Segundo Rodrigues (2010), no afã de exercer seu papel histórico de *watchdog*, ou seja, vigiar e fiscalizar agentes e instituições públicas, os jornais pouco contribuem para qualificar os debates públicos e até esvaziam o sentido das críticas que decorrem da cobertura do Poder Legislativo. É que os imperativos impostos pelos valores-notícia e enquadramentos não favorecem “uma cobertura mais ampla dos assuntos políticos, a não ser o que tem mais apelo mediático, como conflitos, escândalos e polêmicas” (Rodrigues, 2010, p.175).

Para Noleto (2014), a cobertura que a imprensa tradicional faz do Poder Legislativo cumpre a missão de informar as audiências, mas também contribui para cristalizar uma

imagem negativa crônica dessa instituição. Mesmo feitas há mais de uma década, as reflexões do pesquisador adquirem um tom quase profético:

Ao representar o Parlamento de forma predominantemente negativa, [...] a mídia informativa contribui para o enfraquecimento do Poder Legislativo, uma das principais instituições democráticas republicanas. Consequentemente, **em uma eventual conjuntura de extrema crise institucional, como já ocorreu na história política do país, terá ela colaborado para criar uma base social que pode propiciar a adoção de experiências antidemocráticas** [grifo da autora]. Essa segunda hipótese remete ao chamado negativismo da mídia em relação às instituições públicas, o que constituiria fator de fomento ao ceticismo da sociedade quanto ao desempenho dos políticos e principalmente dos partidos políticos e do Parlamento. (Noletto, 2014, p.311)

O autor reconhece a importância do jornalismo, especialmente a editoria de política, como um polo de resistência ao autoritarismo do Estado brasileiro em várias ocasiões de nossa história por aumentar os níveis de informação da sociedade e por fiscalizar agentes públicos. Porém, atribui ao mesmo segmento um viés anticongressista e antiparlamentar.

Ao enumerar vícios do jornalismo político, Miguel (2008) destaca a superficialidade de certas coberturas, principalmente as relacionadas a reformas em áreas prioritárias, que não conseguem discutir os impactos desses eventos para a sociedade, mas são exímias em “especular sobre a influência que pode ter nos jogos do poder, como afeta a carreira política de seus promotores, quais grupos de pressão beneficia, quais apoios eleitorais em potencial ela adiciona ou retira” (Miguel, 2008, p.256).

Em outras palavras, uma cobertura mais incriminatória que esclarecedora. Por outro lado, embora caibam inúmeras críticas aos enquadramentos preferenciais da imprensa, é preciso reconhecer que nossos parlamentos definitivamente não são redutos das práticas mais republicanas. Por essa razão, a pertinência da crítica à cobertura da imprensa precisa igualmente considerar que os poderes constituídos devem ser submetidos à vigilância permanente e isso pode ocasionar um noticiário negativo.

3.2 O papel do jornalismo nas TVLs brasileiras

O êxito e a velocidade com que as assembleias legislativas brasileiras estruturaram as próprias emissoras se reflete no cumprimento da função precípua delas: a transmissão ao vivo das sessões plenárias e demais deliberações, o que deu mais abertura e transparência aos

trabalhos legislativos. Entretanto, Barreto (2019) adverte que “a transparência não se esgota na mera exibição de um conteúdo: é necessário torná-lo inteligível, possibilitar ao telespectador compreender e formar opinião sobre o que foi visto” (Barreto, 2019, p.45-46).

Por isso, as TVLs brasileiras têm ido além da simples obediência ao princípio da publicidade e, com o passar do tempo, o jornalismo assumiu o protagonismo no papel de apresentar conteúdos informativos dos legislativos capazes de preencher grades de programação com produção própria (Golembiewski; Flores, 2021).

Nas TVLs brasileiras, a organização dos trabalhos segue a dinâmica da rotina produtiva de uma redação convencional. Há repórteres, produtores, chefes de reportagens, editores de imagem e de texto, cinegrafistas, *deadline* e pautas a serem cumpridas. O que é notícia no âmbito de uma TV Legislativa é a atuação parlamentar e o processo legislativo – o que envolve tanto a elaboração, os embates e articulações para a votação e aprovação de leis, quanto a missão de fiscalizar outros poderes, sobretudo o Executivo.

Parte obrigatória dessas atividades é a cobertura jornalística das sessões plenárias, reuniões de comissões técnicas e permanentes, audiências públicas e demais atividades que envolvam o parlamento. Assim, as mídias legislativas fazem uma cobertura mais extensa e vão além no aprofundamento de questões legislativas como forma de compensar falhas da imprensa na cobertura do legislativo, como:

dificuldade de diferenciar conjuntura, indivíduo, político, instituição Parlamento e instituição partido, provocando a generalização de aspectos negativos; tratamento da classe política como sendo homogênea; e extensão da lógica de mercado, do entretenimento e da luta pela audiência, deixando de lado relevantes questões da agenda pública, em favor de assuntos carregados de drama, conflito, rivalidade, suspense, vencedores e perdedores. (Lima, 2000 *apud* Freitas, 2020)

Apesar de se pautar por um universo mais restrito, isso não significa que uma mídia legislativa seja refratária aos debates públicos e às questões extra-parlamento. Reportagens sobre temas variados são frequentes e, como observa Bernardes (2011), eventos que incitam mais atenção e que mobilizam a sociedade civil também geram cobertura e costumam ser repercutidos com os parlamentares. É frequente, ainda, dar mais densidade a determinadas questões que circulam na esfera pública. Os temas trabalhados pelo programa Mundo Político, da TV ALMG, ilustram isso:

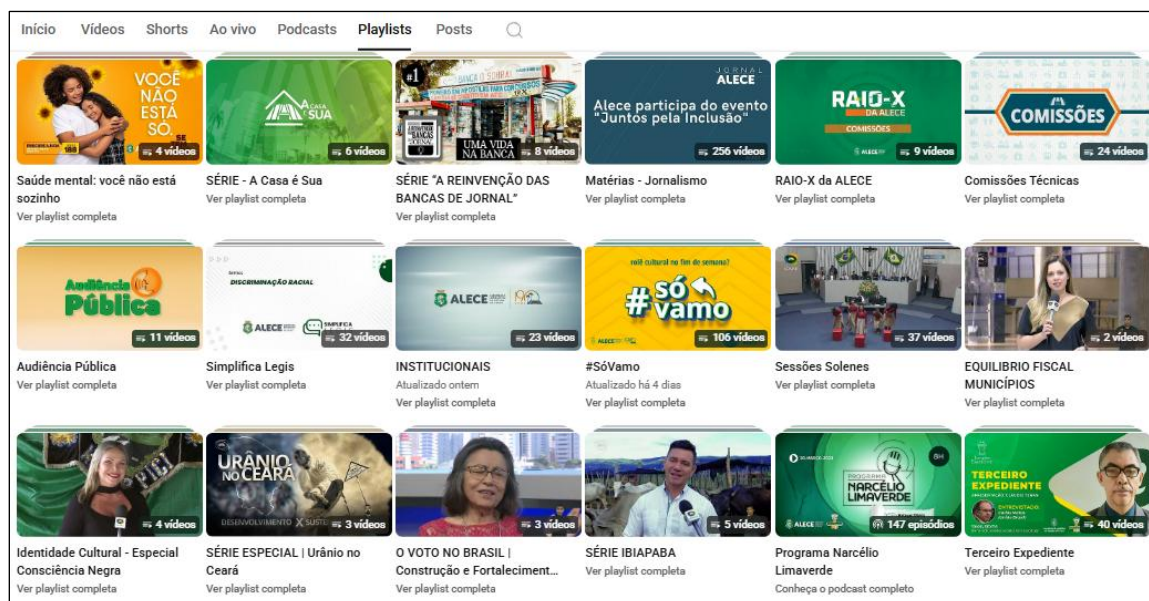
Figura 1- *Feed* do programa no *YouTube* ilustra a atualidade de temas em debate



Fonte: reprodução TV ALMG

Isso demonstra que esses canais legislativos não ignoram o que “é quente” no noticiário dos jornais. É comum que as equipes se empenhem em produzir reportagens especiais, séries de reportagens mais elaboradas, com mais apelo estético e textual, documentários que, muitas vezes, abordam assuntos que não têm ligação direta com as deliberações do dia a dia, mas com o cenário político e social nacional. A grade de programação de uma TVL, portanto, é tão variada quanto a de qualquer outra emissora pública, como pode ser visto abaixo:

Figura 2 - Variedade de conteúdo produzido pela Alece TV



Fonte: reprodução <https://www.youtube.com/@alecetv/playlists>

No entanto, dentro desse critério de noticiabilidade mais flexível, a pluralidade de pontos de vista para contemplar a diversidade político-ideológica do parlamento é uma questão mandatória (Sant'Anna, 2019). Como constatado por Carvalho (2014) ao observar as rotinas produtivas das TVs congressuais, há um controle rígido para que a diversidade de legendas políticas seja igualmente contemplada no noticiário. Esse critério é adotado pelas TVLs Estaduais, embora parlamentares que integram a Mesa Diretora, que presidem as comissões mais importantes, como a CCJ, além de CPIs naturalmente tenham mais visibilidade.

Por isso, é possível afirmar que há, nas TVLs, uma relativização da notoriedade/proeminência da fonte como um valor-notícia, ao contrário das mídias privadas, que geralmente valorizam as aspas de líderes de bancadas e de governo, presidentes de ALs ou parlamentares mais polêmicos, com atuação mais chamativa – uma hipervalorização de fontes oficiais. Portanto, embora as mídias legislativas se apropriem de parâmetros hegemônicos do jornalismo, seus critérios editoriais e de noticiabilidade são adaptados às especificidades das rotinas legislativas:

[...] parece eticamente defensável que as mídias legislativas definam um estatuto próprio de noticiabilidade, enfocando aspectos deixados de lado pela mídia comercial ou, ao menos, invertendo a prioridade dos assuntos e enfoques tradicionais. Especialmente, em relação ao interesse DO público, critério alçado ao primeiro lugar nas mídias comerciais e que serve como desculpa para a exploração

comercial da informação. Algo que não tem lugar nas mídias legislativas [...] (Bernardes, 2011, p.64-65)

Na prática, isso significa expandir e deslocar o foco do noticiário para além dos resultados de votações, articulações de bastidores, declarações polêmicas e desentendimentos entre diferentes agremiações. Assim, se dá destaque às etapas de tramitação de um projeto de lei, incluindo as modificações do texto por meio de emendas, até a aprovação definitiva ou rejeição (Barros; Bernardes; Lemos, 2008). Os autores acrescentam o recurso da tematização, que é tratar um mesmo assunto, muitas vezes debates polêmicos, sob diferentes perspectivas e vozes de diferentes atores sociais. O objetivo é aprofundar o debate sem reduzi-lo a uma visão dicotômica, polarizada e aos supostos “dois lados da questão” (Barros; Bernardes; Lemos, 2008, p.17).

Bernardes e Barros (2009) argumentam que a aceitação do jornalismo no interior dos parlamentos revela uma forma de apropriação da credibilidade jornalística enquanto instituição para ampliação da confiança no Poder Legislativo. Parte dessa confiança resulta justamente dos códigos de conhecimento empregados pelo jornalismo e de sua legitimidade (ainda que bastante relativizada atualmente) conquistada também por ser considerado uma prestação de serviço público.

A apropriação do jornalismo pelas TVLs brasileiras atende, ainda, a uma escolha editorial pautada pela inteligibilidade, ou seja, a busca pela clareza e compreensão, principalmente das transmissões ao vivo. O processo legislativo segue ritos próprios que abrangem a criação, análise e votação de diferentes tipos de proposições (propostas de emenda à constituição, leis ordinárias, decretos, resoluções etc). Isso exige uma sucessão de atos e procedimentos específicos que tornam esse processo complexo, com uma linguagem própria quase esotérica, segundo Barreto (2019).

Termos como pensar, sobrestar, aparte, emendas aglutinativas, voto em destaque, e diversos outros empregados em diferentes etapas e instâncias, seja no plenário ou comissões permanente, são um universo com o qual a maioria das pessoas não está familiarizada. Por isso, Carvalho e Lemos (2021) defendem que somente televisionar as etapas desse processo limita o entendimento e compromete a publicidade dos atos oficiais. Na prática, uma transparência opaca que até traz informações relevantes, mas sem explicações adicionais e contexto. Para contornar esse hermetismo tão característico, as TVLs brasileiras já incorporaram às suas rotinas um conjunto de procedimentos.

Conforme categorização de Carvalho e Lemos (2021), os procedimentos mais comuns são: **1) informações escritas em tela** – nome e partido do(a) parlamentar que está com a palavra, identificação do tipo de proposição que está sendo deliberada e, em alguns casos, uma descrição breve de seu teor; **2) jornalistas em vídeo** – profissionais aparecem durante as transmissões para fornecer informações complementares, como a etapa de tramitação das proposições, turno da votação e até entrevistam parlamentares; **3) informações faladas** – é um tipo de narração da sessão ou comissão feita por jornalistas para complementar as informações em tela. É, ainda, frequente que se use nestes procedimentos uma linguagem simples (*plain language*) para “traduzir” os aspectos complexos e técnicos com termos mais coloquiais e compreensíveis.

Essa escolha editorial, que carrega uma finalidade até pedagógica, é vista por Melo (2014) como um meio de formação e qualificação da audiência. O detalhamento do processo legislativo feito pelas TVLs e demais mídias legislativas servem, ainda, de fonte primária para a imprensa em geral, o que reforça seu papel como mídia da fonte (Sant’Anna, 2009). Pesquisa de Macedo (2020) mostra como reportagens da Agência Câmara costumam ser apropriadas por veículos jornalísticos comerciais, especialmente portais regionais de notícias, que são menores e não possuem equipes suficientes para coberturas *in loco*.

Outros levantamentos mostram que o uso de conteúdos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal também é uma prática bem estabelecida por parte de veículos consagrados da mídia *mainstream* (Sant’Anna, 2016). Imagens das transmissões das TVLs também costumam alimentar o noticiário da imprensa comercial. Exemplo notório disso são as CPIs mais polêmicas e midiáticas – ocasião em que as TVLs congressuais disponibilizam livremente sinal para retransmissão integral das reuniões às principais emissoras de televisão brasileiras.

O uso desses conteúdos não deixa dúvida sobre a confiança na qualidade técnica e acurácia das informações transmitidas pelas mídias legislativas. Entretanto, é preciso ponderar que mais do que apreço pelo conteúdo especializado oferecido, essa apropriação é também uma necessidade das redações, que estão cada vez mais enxutas e com jornalistas precarizados que acumulam muitas funções. Acompanhar uma sessão plenária importante sem precisar se deslocar para a casa legislativa ajuda muitos profissionais a cumprir o *deadline* diário.

As TVLs, como veículos que cumprem uma função institucional, não se equiparam totalmente em termos editoriais, de conteúdo e de atribuições, às mídias comerciais ou independentes. Até porque, como pontuado no Capítulo 1, estão entre as características da

radiodifusão pública o princípio da diferenciação, que é disponibilizar conteúdos não disponíveis nas mídias comerciais. Se, por um lado, a ausência de compromissos com anunciantes e com métricas de audiência propicia certas liberdades, por outro dificulta algumas práticas.

As TVLs não são conhecidas por produzirem pautas investigativas ou por exercerem a função canônica do jornalismo de vigiar os poderes constituídos. Essas iniciativas, contudo, são, sim, registradas nessas emissoras. Algumas, inclusive, conquistam os primeiros lugares em prestigiadas premiações jornalísticas³⁴ ainda que o segmento esteja limitado a enquadramentos mais restritos. Por outro lado, críticas diretas às casas legislativas e aos seus membros, por exemplo, não têm espaço nas TVLs.

Estudos que abordam essa temática constataam que muitas vezes as mídias legislativas oferecem um noticiário com tom excessivamente oficial e baixa variedade de fontes (Nogueira; Marques, 2016). Não se pode falar, portanto, de um noticiário sempre desinteressado, livre de um conjunto de influências e forças simultâneas. Essas ambiguidades colocam os canais parlamentares numa zona cinzenta, pois ainda que entreguem um serviço público, também são atravessados por tensões políticas e o dever institucional.

É preciso ponderar, porém, que essa mesma observação se aplica perfeitamente às mídias comerciais. Os constrangimentos organizacionais que acometem as empresas jornalísticas e, conseqüentemente, interferem nas relações de trabalho e até na saúde de jornalistas são um campo de estudo já consolidado (Moretzsohn, 2002; Reimberg, 2016; Lelo, 2020). Estar na iniciativa privada não necessariamente garante mais liberdade e autonomia ao jornalista. Às vezes, é justamente o contrário: menos autoderminação, margem para tomar decisões e condutas fortemente condicionadas a critérios alheios à deontologia jornalística (Kalsing, 2021). Ao medir os graus de autonomia relatados por jornalistas dos principais jornais de circulação nacional, Schmitz (2018) conclui que:

qualquer profissão está submetida a uma autonomia relativa, maior ou menor, em relação a campos externos. Mesmo os profissionais liberais, supostamente os mais autônomos, têm sua autonomia regida pelas entidades de classe, instituições, organizações, regulamentações, leis e sobretudo pelo público (cliente, paciente). (Schmitz, 2018, p. 149).

³⁴ A TV ALMG conquistou o 36º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos pelo documentário *Na Lei ou na Marra: 1964, um combate antes do golpe*, honraria também conquistada pelas TVs Câmara e Senado (Fonte: TV ALMG. Disponível em: <https://encurtador.com.br/KuYf>). A ALECE TV também acumula premiações diversas. Fonte: Assembleia Legislativa do Ceará. Disponível em: <https://encurtador.com.br/wEnh>).

Trazendo o debate para o Poder Legislativo, as questões que acometem os jornalistas que trabalham nesta instituição geram tensionamentos próprios, embora também perpassem a autonomia.

3.2.1 Jornalista legislativo: um novo subgrupo profissional?

Como visto até aqui, os jornalistas se tornaram uma importante mão de obra para a consolidação das estruturas de comunicação no interior do Poder Legislativo no Brasil. A implantação das TVLs, como parte desse movimento, acabou pavimentando a carreira de jornalista legislativo (Sant’Anna, 2009; 2018; Gonçalves, 2010; Freitas, 2020). A formação desse segmento, e de muitos outros, se deve, ainda, às questões que vêm transformando profundamente a profissão.

Estão entre essas transformações o esgotamento do modelo tradicional de negócios da empresa jornalística e sua substituição por novos arranjos, a plataformização de diversas etapas da produção noticiosa e a perda de monopólio informacional da imprensa. O corte progressivo de postos de trabalho na área é uma das principais consequências desse conjunto de fatores, o que, por sua vez, acaba resultando na “emergência de novos gêneros, rotinas e identidades profissionais, a partir de cruzamentos entre a atividade jornalística e práticas “vizinhas”, sobretudo a publicidade, o entretenimento e a comunicação (pública, organizacional e corporativa) (Pereira; Adghirni, 2011).

Levantamento feito por Nicoletti (2019) usando a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com base de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, revela que entre 2013 e 2016 foram perdidos 6.749 postos de trabalho formais nos cargos de jornalista, principalmente no campo midiático, como edição, reportagem (rádio e TV), direção de redação etc. Grande parte desse contingente tem sido fortemente absorvido pelas assessorias de imprensa, comunicação e marketing, além de criação e gestão de conteúdo digital seja no serviço público ou na iniciativa privada.

É o que constata Adghirni (2012; 2015), para quem as mídias das fontes são tributárias das mudanças estruturais que atingem o jornalismo brasileiro, pois elas também são polos de recepção desses trabalhadores, sobretudo na administração pública. Corroboram essa afirmação os dados do último relatório do Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022), que constatou que entre os trabalhadores empregados fora da mídia convencional,

38,7% estão no serviço público, sendo que a maioria está na esfera estadual (14,8%). Destes, 6,9% disseram trabalhar no Poder Legislativo.

Ainda segundo Adghirni (2015), a inserção de jornalistas nesses espaços institucionais sugere transformações na identidade profissional. É que muito dos componentes que constroem a identidade jornalística advêm de um reduto ainda simbólico para a profissão: as redações dos veículos de mídia. Quando a profissão passa a ser exercida fora desse espaço paradigmático, os profissionais articulam coletivamente outros conjuntos de valores, normas, práticas e discursos em suas rotinas até mesmo como um mecanismo para demarcar a própria autoridade e legitimidade profissionais (Pereira; Adghirni, 2011).

Vem de Sant’Anna (2009) um dos esforços iniciais de se pensar a singularidade da prática jornalística e, principalmente, do perfil identitário dos jornalistas que atuam nos parlamentos. Ao comparar os valores profissionais entre jornalistas do Senado e setoristas da imprensa tradicional que cobrem a instituição, ele concluiu que há poucas diferenças entre eles. Para Freitas (2020), esse grupo é uma derivação do jornalismo político especializado nas atividades político-parlamentares.

Ambas as pesquisas revelam que ao iniciarem carreira no poder público, os jornalistas não abandonam elementos identitários da profissão. Bernardes (2015) endossa essa posição ao tomar como objeto de investigação os jornalistas da Câmara dos Deputados. Porém, ela conclui que a identidade dessa categoria é bem mais ambígua, pois evoca o profissionalismo jornalístico e também ideais do serviço público. Segundo Gonçalves (2010; 2015), estes profissionais são “atores sociais que possuem relações de duplo pertencimento ou dupla identidade. Transitam em espaços de convivência e interação entre a imprensa, o meio político e a administração pública” (Gonçalves, 2010, p.12-13). Para o pesquisador, os jornalistas legislativos são um novo subgrupo profissional.

As iniciativas de se pensar o perfil identitário do jornalista legislativo aqui apresentadas resultam majoritariamente de pesquisas etnográficas nas mídias do Congresso Nacional. A exceção fica por conta da investigação de Rosso (2017), que buscou identificar valores, atributos e códigos profissionais de jornalistas que atuam na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc); e de Gonçalves (2010), que analisou as rotinas de 28 jornalistas de ALs, CMs, além do Congresso Nacional.

Embora o trabalho do autor seja inspirador para esta investigação, consideramos haver um importante ponto de divergência: ele usa como amostra apenas jornalistas concursados. Como será demonstrado no capítulo seguinte, a imensa maioria dos jornalistas das TVLs não é estatutária, então optamos por não restringir nossa amostra à categoria

funcional. Não há, portanto, estudos de alcance maior que abordem os legislativos estaduais e tratem da construção do perfil e identidade profissionais dos jornalistas.

De qualquer forma, apesar do hiperfoco nas mídias legislativas congressuais, a ideia de que o jornalista legislativo representa um subgrupo profissional é pertinente. Os capítulos seguintes vão expor como os profissionais que participaram desta investigação compartilham diversas convenções, estatutos e valores profissionais em suas rotinas produtivas.

Outro ponto de união entre eles e que reforça a noção de uma comunidade de jornalistas legislativos são os desafios que os acometem e geram tensionamentos próprios. Muitas dessas questões decorrem, observam Bernardes e Nunez (2020), de conflitos entre a racionalidade jornalística x racionalidade político-institucional – dualidade determinante na construção do mundo do trabalho e da identidade profissional dos jornalistas legislativos, assunto do Capítulo 5.

3.3 Síntese do capítulo

Procuramos, neste capítulo, evidenciar como o processo de mediação dos parlamentos atendeu a uma busca por uma melhor interlocução entre essas instituições e a sociedade. Essa finalidade pretendeu, ainda, quebrar o monopólio da imprensa como ente difusor de informações sobre o Poder Legislativo. Ao produzir um noticiário próprio, os parlamentos precisaram montar sofisticadas estruturas de comunicação. Esse movimento transcorreu simultaneamente a intensas transformações do jornalismo, sobretudo a perda de postos de trabalhos nos veículos de mídia, o que impulsionou a alocação de um enorme contingente de trabalhadores em outros setores, como assessorias de comunicação e mídias das fontes. Por fim, buscamos expor como a constituição dos parlamentos como um espaço de trabalho para jornalistas produziu uma cultura com influências sobre valores e ideologias profissionais próprias.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo é dedicado à descrição detalhada das escolhas metodológicas da pesquisa e de como ela foi operacionalizada. A primeira seção descreve todas as etapas seguidas e busca justificar cada uma delas levando em consideração as especificidades do objeto de investigação, principalmente os desafios que ele impõe. Nas três subseções seguintes serão apresentadas cada uma das três etapas empíricas adotadas: **1)** entrevistas estruturadas; **2)** observação participante e entrevistas em profundidade; **3)** elaboração e aplicação do *survey on-line*. O objetivo destas descrições é dar a exata dimensão dos caminhos trilhados. Já os resultados gerados por essa combinação de métodos serão expostos e discutidos no Capítulo 5.

4.1 Desenho da pesquisa

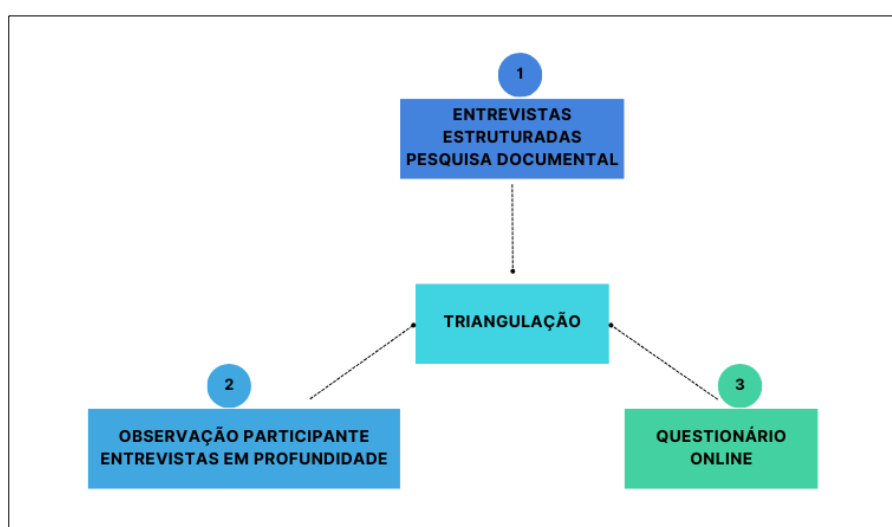
O intuito inicial desta pesquisa era investigar o perfil profissional dos jornalistas que trabalham nas TVLs estaduais. Porém, a fase exploratória trouxe indícios de que uma abordagem centrada na atual conjuntura política e sua possível interferência no cotidiano das TVLs trariam mais densidade e até uma contribuição acadêmica mais significativa por exigir uma interface entre comunicação e política, reflexões sobre autonomia jornalística, mas sem deixar de lado elementos identitários do mundo do trabalho dos jornalistas. Dessa forma, a identidade profissional adquiriu um papel secundário, mas ainda relevante, para se compreender as práticas jornalísticas no interior de um poder de Estado.

Essa mudança de rota exigiu alterações na pesquisa e, claro, repercutiu nos aspectos metodológicos. Para executar esta investigação, foi feita uma conjugação de diferentes técnicas de pesquisa: 1) entrevistas estruturadas, auxiliadas por pesquisa documental, feitas com as chefias das TVs; 2) *survey on-line* aplicado a jornalistas que trabalham nas TVs; e 3) observação participante e entrevistas em profundidade. Conhecida como pesquisa de métodos mistos ou triangulação, que combina métodos qualitativos e quantitativos, é uma maneira de encarar um mesmo objeto de estudo por diferentes perspectivas (Flick, 2015).

Para o autor, ao agregar diferentes fontes de dados e perspectivas, a triangulação amplia a validade dos resultados da pesquisa e permite compensar as limitações de cada método empregado, mas sem lhes retirar a autonomia posto que são complementares. Em síntese, trata-se de uma pesquisa de abordagem etnográfica, quali-quantitativa e de caráter indutivo,

pois parte da análise de um universo mais restrito (a realidade dos jornalistas de cada TVL) para compreender e conceber um quadro geral (de trabalhadores em suas respectivas emissoras) e, em alguma medida, generalizável. A articulação entre os diferentes procedimentos metodológicos adotados está sintetizada no abaixo:

Figura 3 - Diagrama da triangulação metodológica da pesquisa



Fonte: elaboração própria

Importante salientar que as etapas acima descritas nem sempre foram executadas de forma linear, pois sobretudo as etapas 1 e 2 transcorreram, em alguns momentos, simultaneamente. Outro ponto importante é que a análise e interpretação dos dados gerados pelo questionário *online* teve o apoio de ferramenta de Inteligência Artificial Generativa, mais especificamente para a construção dos gráficos (ver anexo DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA).

4.2 Etapa empírica 1: mapeando as TVLs Estaduais

Compor um quadro atualizado sobre o funcionamento de todas as TVLs Estaduais foi a primeira etapa empírica executada. Os mapeamentos feitos por Jardim (2008) e Melo (2014) serviram de inspiração, mas por terem sido publicados há mais de 10 anos, estão desatualizados e incompletos. Para fazer um novo mapeamento, foram contatadas diretorias,

gerentes, chefias das TVLs e, em alguns casos, secretários(as)/superintendentes de comunicação das Assembleias Legislativas (ALs).

Isso foi feito por meio de três maneiras: **1)** busca por contatos desses profissionais nos sites e portais da transparência das ALs; **2)** contatos repassados à pesquisadora pela Rede Legislativa de TV Digital³⁵; **3)** contato por telefone diretamente para a AL quando as duas primeiras tentativas não produziam resultado. Ao fim, foi possível contatar representantes de todas as 26 TVLs estaduais e da TV Câmara Distrital (DF). O contato foi feito principalmente por *WhatsApp*, além de e-mail e telefone fixo entre os meses de abril e junho de 2023, mas posteriormente refeitos entre março e abril de 2025.

As entrevistas estruturadas continham sete perguntas pré-determinadas relacionadas ao funcionamento das emissoras: **1)** número de jornalistas, **2)** categoria funcional (se efetivos, comissionados, terceirizados etc), **3)** tecnologia de acesso à TV (sinal analógico/ digital, canal aberto/fechado, internet), **4)** modelo de gestão (feito exclusivamente pela AL ou terceirizado parcial ou totalmente, gestão via fundação), **5)** produção de conteúdo jornalístico, **6)** se o conteúdo produzido preenche toda a grade de programação, **7)** existência de instrumentos/práticas de Comunicação Pública (conselho curador/editorial e mecanismos de participação social).

Esses sete tópicos foram pensados para se obter dados que revelassem o atual status de funcionamento das TVLs, a capacidade de produção de conteúdo, noções sobre as condições de trabalho dos jornalistas, indícios sobre níveis de interferência política (o que pode ser inferido em relação às formas de contratação de profissionais), e graus de aderência a princípios da comunicação pública tendo em vista que estamos falando de canais de TV geridos por um poder de Estado. Entretanto, ao refinarmos o problema de pesquisa após a banca de qualificação, optamos por concentrar as análises apenas nos tópicos **1, 2, 4 e 5**. O demais tópicos assumiram posições mais secundárias.

Das 27 chefias de TVLs, 21 se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Por isso, complementamos o mapeamento com uma pesquisa documental, o que envolveu a coleta de projetos de resolução, contratos de licitação de empresas que prestam algum tipo de serviço para as TVLs, normas, portarias de consignação de canais e outros regramentos mantidos no

³⁵ A entidade mantém um banco de dados com diversas informações sobre cada uma das TVLs e TVs de câmaras municipais associadas, como o contato de responsáveis técnicos, engenheiros de telecomunicação e profissionais da comunicação.

portal da Rede Legislativa de TV Digital³⁶. Esses documentos permitiram identificar, pelo menos, os modelos de gestão das emissoras.

Por fim, essa frente de trabalho foi reforçada com pedidos de Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei Federal nº 12.527/2011) direcionados às ALs do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Paraíba, Piauí e Rio de Janeiro. Destes pedidos, protocolados entre os meses de agosto e setembro de 2025, obtivemos respostas das TVLs do ES e PB. Os demais pedidos foram refeitos, mas sem resposta no prazo previsto por lei, que é de até 20 dias.

4.3 Etapa empírica 2: observação participante e entrevistas em profundidade

Desde o início da pesquisa, ficou evidenciado que alguma etapa metodológica deveria contemplar um acompanhamento presencial do cotidiano dos(as) jornalistas legislativos(as). Com origem nos estudos etnográficos desenvolvidos pela antropologia, sociologia e a psicologia, a observação participante, ou investigação etnográfica, foi o método escolhido. Ele consiste no trabalho empírico *in loco* para acompanhar fenômenos que se pretende compreender, como “comportamentos, estilos de vida, religiões, culturas, consumo do conteúdo midiático, tribos humanas e não humanas etc” (Krohling Peruzzo, 2007, p.169) com o intuito de agrupar informações sobre eles (Mazer; Marra, 2022).

O intuito principal de introduzir a observação participante foi o entendimento de que o ambiente regulatório, ou seja, o espaço em que o trabalho jornalístico é executado, o que inclui suas dimensões simbólicas e materiais, é uma variável determinante quando se busca examinar os processos de negociação de estatutos e convenções com atores sociais de fora do mundo do jornalismo (Pereira, 2012; 2020). É justamente o caso de um parlamento, onde esses jornalistas e parlamentares não estabelecem a relação convencional jornalista-fonte apenas. Observar de perto esse ambiente regulatório é também importante para se compreender os processos de construção identitária e de autonomia profissionais (Ruellan, 2017; Langonné, 2019).

Por se tratar de uma etapa cumprida nas redações de canais de TV, essa investigação se situa no âmbito dos estudos de *Newsmaking* porque parte da observação se concentrou em compreender as rotinas de produção dessas emissoras, processos decisórios, escolhas

³⁶ Fonte: Rede Legislativa de TV Digital. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv>

editoriais, identificar possíveis constrangimentos organizacionais, e, ainda, observar as equipes em atuação durante as coberturas e interações entre jornalistas e parlamentares.

Este trabalho se situa, ainda, no âmbito das pesquisas sobre o mundo do trabalho jornalístico, que “se constitui como território físico e simbólico no qual uma multiplicidade de relações, saberes, ações, poderes e disputas se materializam” (Figaro, 2018, p.179). Para a pesquisadora, o mundo do trabalho jornalístico supera a ideia de espaço físico, pois se constitui como um conjunto de inúmeras subjetividades e relações de poder sempre em constante contradição que são atravessadas por diferentes discursos.

Antes de iniciadas as visitas, foram estabelecidos alguns critérios para a escolha das emissoras:

1. **antiguidade:** embora haja exceções, as TVs mais longevas naturalmente são mais estruturadas em termos editoriais e até de espaço físico. Por essa razão, optou-se, sempre que possível, pelas emissoras mais antigas;
2. **alcance geográfico:** emissoras de diferentes regiões do País;
3. **modelo de gestão:** indica as formas de administração e gerenciamento técnico, do patrimônio e recursos humanos. Mais que uma questão técnico-administrativa, essa característica foi se revelando um fator determinante das condições de trabalho dos(as) jornalistas. Por essa razão, cogitou-se visitar TVs com diferentes modelos de gestão;
4. **arranjo político-partidário:** trata-se de uma extensão do 2º critério e que indica uma tentativa de contemplar as singularidades regionais, ou seja, aspectos políticos locais nem sempre extensíveis a todas as regiões do País;
5. **conveniência:** indica a disponibilidade e abertura das chefias em receber a pesquisadora. Algumas emissoras, embora reunissem todos os critérios estabelecidos, foram relutantes em participar da pesquisa, então foram descartadas.

Com base nesses critérios, as três emissoras escolhidas foram a TV ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais), TV Alba (Assembleia Legislativa da Bahia) e TV AL (Assembleia Legislativa de Santa Catarina). Cada visita durou uma semana (cinco dias úteis) e transcorreu durante os períodos matutino e vespertino para acompanhar desde as tradicionais sessões plenárias e reuniões de comissões permanentes até eventos diversos, como audiências públicas e gravações externas. A observação participante totalizou 99 horas – uma média de 6,6 horas diárias de trabalho que também foram aproveitadas para a realização das entrevistas em profundidade.

Ao todo, 17 jornalistas (oito homens e nove mulheres) foram formalmente entrevistados, escolhidos(as) com base na disponibilidade deles(as), sendo sete em MG, cinco

na BA e cinco em SC. Todos(as) concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver ANEXO A) e aceitaram gravar suas falas sob a condição de anonimato. As entrevistas duraram entre 30 e 90 minutos, seguiram um roteiro (ver ANEXO B), mas com liberdade para abordar assuntos que surgiam espontaneamente. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas por meio do *software* Escriba, codificadas e analisadas com auxílio do *software* Atlas.ti, o que será detalhado no capítulo seguinte.

A observação foi feita com o auxílio imprescindível de um diário de campo no qual registrei desde dados sobre as redações, trechos de falas e comportamentos dos(as) informantes que me chamaram atenção, impressões pessoais e *insights* de pesquisa que iam surgindo conforme o trabalho se desenrolava ao longo dos dias. Importante destacar que no diário de campo também constam depoimentos e reflexões de profissionais, entre repórteres, editores(as), produtores(as) e gerentes que não foram formalmente entrevistados(as), mas cujas impressões pessoais se mostraram muito ricas, pertinentes, além de essenciais para que eu entendesse melhor as dinâmicas internas das redações e o comportamento parlamentar.

Krohling Peruzzo (2007) explica que a observação participante deriva da pesquisa participante, que exige, além da presença do(a) pesquisador(a) no ambiente observado, um envolvimento nas atividades do grupo ou no contexto em questão, e até que exerça as atividades e se torne parte do grupo pesquisado. Já a observação participante pressupõe um distanciamento intencional. Segundo Lago (2007), distanciamento é uma categoria da antropologia e significa o compromisso epistemológico de refletir sobre a relação sujeito-objeto ao conviver com o outro, com o campo/grupo observado, considerando a alta subjetividade de ambos.

Na prática, significa se manter alerta para impedir que nossas inclinações pessoais assumam um protagonismo indevido. O ponto essencial desse debate é a inevitabilidade do envolvimento com nosso objeto de estudo, mas, por outro lado, reconhecer “que isso não constitui um defeito ou imperfeição” (Velho, 1999). A questão da subjetividade se intensifica quando fenômenos e grupos urbanos se tornam alvos preferenciais da pesquisa que recorre à observação participante, pois são objetos de estudo com os quais pesquisadores geralmente possuem maior proximidade. Por essa razão, Lago (2007) adverte sobre as implicações de jornalistas estabelecerem a própria profissão como campo de pesquisa.

Sendo eu mesma uma jornalista legislativa, logo mantenho uma alta reflexividade com meu objeto de pesquisa, pois ele faz parte de minha comunidade cultural. Embora isso não seja um impedimento à investigação científica, essa proximidade impõe problematizar a questão, o que exige vigilância quanto a importância do distanciamento e também de não virar

porta-voz do grupo investigado (Travancas, 2006). Outra estratégia é permitir um certo estranhamento do objeto, ensina Peirano (2014), no sentido de se deixar intrigar, surpreender, refletir e conectá-lo a situações conhecidas. Nesse sentido, a partir da proposta de Da Matta (1974 *apud* Velho, 1999, p.126) de tornar “o exótico em familiar e o familiar em exótico”, depreende-se que

o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. (Velho, 1999, p.126)

Em outras palavras, seria um exercício de compreender que não conhecemos com profundidade o que aparentemente nos é familiar. Podemos estar acostumados, segundo o autor, a determinada paisagem social onde tudo nos parece comum, mas um olhar mais apurado pode revelar um grande desconhecimento sobre as lógicas que organizam aquele espaço. Logo, se conclui que podemos até ter um mapa, mas não necessariamente compreendemos “os princípios e mecanismos que o organizam” (Velho, 1999, p.126).

Apesar de todos esses desafios, para Lago (2007), pertencer ao universo pesquisado pode se converter numa vantagem, sendo uma delas aproveitar a proximidade com o campo jornalístico para apreender algumas questões que talvez não seriam possíveis sem alguma dose de cumplicidade entre sujeito-objeto. Travancas (2006) também defende que essa proximidade identitária pode ser um trunfo, como a facilidade de acessar possíveis informantes e a expertise com entrevistas.

Classificado como uma etnografia das organizações, o trabalho de Bernardes e Nunez (2021) é inspirador para esta investigação. As pesquisadoras, também jornalistas, fizeram uma observação participante no próprio local de trabalho: as mídias legislativas do Congresso Nacional. Ao refletirem sobre a dupla condição de pesquisadoras e jornalistas, elas concluíram que uma pesquisa etnográfica nas mídias legislativas feitas por pesquisadoras internas adiciona camadas extras de complexidade. Estão entre os desafios generalizar certas percepções que, na verdade, pertencem ao grupo mais próximo do(a) pesquisador(a), o que exige um exercício de suspeição e ceticismo permanentes.

4.4 Etapa empírica 3: elaboração do survey

Como discutido no capítulo anterior, as pesquisas que se propuseram a investigar características e práticas das TVLs Estaduais em conjunto (Jardim, 2008; Melo, 2014; Pereira, 2022) são minoritárias. Elas revelam muitas questões estruturais dessas emissoras e também sobre o noticiário que elas produzem, mas acerca das pessoas que nelas trabalham, restam elementos que nos permitem, no máximo, presumir algo.

Os estudos de Gonçalves (2010) e Rosso (2017) são importantes, mas não se encaixam exatamente nos propósitos desta pesquisa. Um agravante é a ausência de bancos de dados, documentos ou até mesmo entidades que congreguem estes profissionais. Esse amplo desconhecimento motivou a realização de uma etapa exploratória desta pesquisa para proporcionar familiaridade com um objeto sobre o qual pouco se sabe (Gil, 2007). Assim, optamos por um *survey*, ou enquête em rede, como a técnica de pesquisa quantitativa para levantar informações sobre os jornalistas legislativos das TVLs.

É um método baseado na coleta de dados sobre indivíduos que compõem uma amostra para “descrever e explicar a população que representam” (Babbie, 2003, p.276). O questionário é o instrumento de coleta desses dados, pois com ele se obtém um grande volume de informações, sejam factuais ou subjetivas, de um conjunto de indivíduos da amostra. Pesquisas com este desenho, segundo Parizot (2015), têm o objetivo de medir a frequência relativa de certas características, atitudes, comportamentos, opiniões e, assim, estabelecer relações entre elas.

Um *survey* exploratório foi feito na primeira etapa da pesquisa, entre os meses de maio e julho de 2023, e gerou apenas 30 respostas válidas. Ainda assim a iniciativa foi essencial, pois retornou dados que permitiram começar a entender quem é o(a) jornalista legislativo(a), suas rotinas de trabalho e aspectos político-ideológico das ALs. O resultado também deixou claro que o grupo-alvo é resistente e pouco colaborativo a participar de pesquisas.

Um novo *survey* foi aplicado até como uma tentativa de aperfeiçoamento e, principalmente, para que ele refletisse melhor o problema de pesquisa. Nesse sentido, um dos desafios foi desenvolver perguntas que conseguissem medir possíveis influências e até constrangimentos às rotinas e decisões editoriais das equipes jornalísticas diante do contexto político, ou seja, perguntas que operacionalizassem um conceito. Segundo Babbie (2003, p. 180), isso significa reduzir conceitos “a indicadores empíricos específicos”.

Praticamente todas as questões são do tipo fechada com respostas predominantemente de múltipla escolha. Para a maioria das perguntas com respostas de múltipla escolha nem sempre foi possível reduzi-las a uma opção sucinta, o que exigiu respostas que medem o grau

de concordância/discordância ou a frequência de determinadas práticas, atitudes e comportamentos, também conhecida como escala *Likert* (Babbie, 2003).

As perguntas foram agrupadas em seis blocos/eixos temáticos: **1)** Características Sociodemográficas; **2)** Trabalho e Carreira; **3)** Política; **4)** Rotinas produtivas e Valores profissionais; **5)** Autonomia Profissional e **6)** Comunicação Pública. Embora tenham sido acrescentados uma seção extra (**Política**) e mais perguntas, o *survey* foi reduzido de 45 para 43 perguntas (ver ANEXO C).

Gramacho (2023) enfatiza a importância de se aproveitar o planejamento do *survey* para a leitura de pesquisas semelhantes à nossa. Esta investigação se inspirou em alguns estudos validados que forneceram diversas contribuições. Para a coleta de dados sociodemográficos, foi usada como modelo a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Mick; Lima, 2013), especificamente o relatório de 2021.

O estudo, assim como as pesquisas de Gonçalves (2010) e Rosso (2017), também ajudaram a fundamentar questões dos eixos 1, 3 e 4. De Gonçalves (2010) colhemos, ainda, inspiração mais específica para medir opiniões sobre as mídias legislativas. Para as questões sobre autonomia profissional e possíveis interferências políticas nas rotinas de produção foi usado o *survey* da tese de Schmitz (2018) como a principal referência, mas adaptada a uma mídia pública estatal.

Para compor o bloco **Política**, as pesquisas de avaliação presidencial da *Genial Quaest* e *Atlas Intel* foram usadas como parâmetro para elaborar perguntas baseadas na escala *Likert* e para aspectos de representação visual dos resultados. O *Google Forms*, aplicativo gratuito de gerenciamento de pesquisas, foi a ferramenta escolhida para produzir e aplicar o questionário porque é de fácil manuseio e atende aos propósitos da pesquisa.

A aplicação oficial do novo questionário foi precedida de uma rodada pré-teste no mês de abril de 2025. Cinco profissionais (dois homens e três mulheres) com o perfil do público-alvo participaram dessa etapa para avaliar a viabilidade do instrumento, a clareza e a pertinência das perguntas. O resultado foi descartado, mas serviu para calibrar as perguntas, sanar ambiguidades e imprecisões, reformular questões e eliminar aquelas desnecessárias.

Essa etapa também foi útil para se pensar como superar um grande desafio que já se manifestara ainda na etapa exploratória: como obter uma amostra probabilística. Segundo Gramacho (2023), a forma de seleção de indivíduos é o que torna uma amostra representativa, ou seja, com resultados generalizáveis para todo o grupo estudado. Logo, “todos os indivíduos de uma população devem ter a mesma chance de ser selecionados para que se produza uma amostra probabilística” (Gramacho, 2023, p.148). A estratégia adotada para alcançar todos(as)

os(as) jornalistas legislativos(as) foi estabelecer contato com quem tem acesso direto ou indireto ao grupo-alvo.

Para isso, duas frentes de trabalho foram adotadas. Além das chefias das TVLs, se buscou a colaboração da Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (Astral), pois a entidade possui canal direto com representantes das emissoras do segmento. A meta era que esses contatos repassassem o questionário para todos os(as) profissionais de maneira que todos(as) tivessem as mesmas chances de participar da pesquisa. Infelizmente, além de poucas chefias de TVLs terem contribuído, o contato com as entidades foi insatisfatório.

Complementou-se a formação dessa amostragem com a técnica bola de neve. Vinuto (2014) explica que a amostragem bola de neve é útil para estudar populações sobre as quais não há precisão de seu tamanho, quando há poucos membros dispersos em uma área muito grande e quando não há meios de garantir que todos/as tenham as mesmas chances de serem abordados. Cohen (2018) acrescenta que essa forma de amostragem é adequada quando se pretende abordar temas difíceis e sensíveis.

Assim, fiz uma busca ativa por jornalistas legislativos(as) pedindo que colaborassem com a pesquisa e que também indicassem colegas para participar. Eles(as) foram contatados por meio de redes sociais, como o *LinkedIn* e *Instagram*, e recrutados com o auxílio de integrantes do grupo da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) no *WhatsApp* ou durante eventos acadêmicos.

Trabalhou-se, ainda, com a perspectiva de uma amostragem propositiva não-probabilística (Merriam; Tisdell, 2015). A formação dessa amostra é baseada na procura subjetiva e intencional por respondentes considerados mais relevantes para os propósitos da pesquisa. Os critérios adotados foram escolher respondentes de todas as regiões do País, que exercessem diferentes funções e que estivessem nas TVs pelo menos desde 2019 (o que lhes permitiria comparar diferentes legislaturas).

Com base nessas estratégias, o questionário recebeu respostas entre maio e julho de 2025. Embora esses esforços tenham possibilitado a expansão numérica e geográfica da amostra, foram obtidas somente 33 respostas válidas de jornalistas de 15 Estados e do Distrito Federal. Em alguns casos, mais de um profissional de uma mesma emissora respondeu às questões. Apesar da frustração quanto ao pequeno número de respostas válidas e à resistência do grupo-alvo, os objetivos quanto à variação geográfica e funções exercidas foram cumpridos.

4.5 Síntese do capítulo

Este capítulo pretendeu justificar e detalhar as escolhas metodológicas da pesquisa. Foram apresentadas as razões que motivaram as técnicas empregadas nas três fases empíricas e as finalidades esperadas em cada uma delas. Apesar das dificuldades encontradas no caminho, como a resistência dos(as) jornalistas em responderem ao questionário e também de suas chefias colaborarem nesse processo, a execução de cada etapa retornou resultados satisfatórios. A apresentação e análise desses resultados serão feitas no próximo capítulo.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo é dedicado à apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos pelas etapas empíricas da pesquisa. Iniciamos com o resultado de um mapeamento do atual estado de organização e funcionamento das TVLs Estaduais obtido por meio de entrevistas estruturadas combinadas à pesquisa documental. Em seguida, apresentamos os dados coletados pelo questionário para desvendar quem é o(a) jornalista legislativo(a): perfil sociodemográfico e dados gerais sobre carreira e trabalho.

Nas seções seguintes, confronto esses dados com a interpretação das entrevistas em profundidade. Essas análises são intercaladas com as impressões pessoais e relatos colhidos durante a observação participante feita nas TVLs da ALMG, Alba e Alesc. Busquei, nas subseções subsequentes, relacionar os achados de cada etapa empírica sempre com o objetivo de compreender como o atual contexto político é percebido pelos(as) jornalistas e, mais concretamente, como isso repercute no noticiário desses canais.

5.1 Panorama atual das TVs Legislativas Estaduais: gestão e mão de obra

Como pontuado no capítulo anterior, a análise das informações geradas pelas entrevistas estruturadas feitas com 21 das 27 chefias de TVLs Estaduais se concentraram em identificar os modelos de gestão administrativa dessas emissoras, o número de jornalistas e suas respectivas categorias funcionais.

Para classificar as gestões das TVLs, Jardim (2008) e Melo (2014) usam as categorias “independente” (gestão feita por meio de fundações de direito público ou privado), “terceirizado” (a locação e operação de equipamentos, contratação de mão de obras etc, é repassada a empresas privadas contratadas após licitação) e “institucional” (gestão exclusivamente da Casa). Este trabalho incorpora essas categorias, como pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 7 - Modelo administrativo adotado pelas TVs

Estado	Emissora	Gestão administrativa
Acre	TV Aleac	Institucional
Alagoas	TV Assembleia	Terceirizada
Amapá	TV Alap	-

Amazonas	TV Aleam	-
Bahia	TV Alba	Independente
Ceará	Alece TV	Terceirizada
Distrito Federal	TV Câmara Distrital	Terceirizada
Espírito Santo (1)	TV Assembleia	Institucional
Goiás	TV Alego	Institucional
Maranhão	TV Assembleia	Institucional
Minas Gerais	TV Assembleia	Terceirizada
Mato Grosso	TV Assembleia	Institucional
Mato Grosso do Sul	TV Alems	Institucional
Pará	TV Alepa	Independente
Paraná	TV Assembleia	Terceirizada
Paraíba (1)	TV Assembleia	Terceirizada
Pernambuco	TV Alepe	Terceirizada
Piauí (2)	Alepi TV	Independente
Rio de Janeiro (2)	TV Alerj	Terceirizada
Rio Grande do Norte	TV Assembleia	Independente
Rio Grande do Sul	TV Assembleia	Institucional
Rondônia	ALE TV	Institucional
Roraima	TV Assembleia	Institucional
Santa Catarina	TV AL	Terceirizada
Sergipe	TV Alese	Terceirizada
São Paulo	TV Alesp	Independente
Tocantins	TV Assembleia	Terceirizada

Fonte: elaboração própria

Nota: dados trabalhados pela autora.

(1) obtidos via pesquisa documental no Portal da Transparência das ALs

(2) obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI)

Atualmente, há 11 TVLs que recorrem à terceirização e nove (9) com gestão estritamente institucional. Entre as cinco (5) consideradas independentes, quatro (4) são geridas por fundações de direito público: TV Alba (Fundação Paulo Jackson), TV Assembleia/ALRN (Fundação Djalma Marinho), TV Alepa (Fundação Rádio e Televisão Assembleia Legislativa do Pará - FRTPA) e TV Alepi (Fundação Deputado Humberto Reis da Silveira); e uma (1), por fundação de direito privado: a TV Alesp (Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação - Fundac).

Sobre a categoria “terceirizada”, Jardim (2008) entende se tratar de uma transferência total da gestão da emissora à iniciativa privada. As ALs contratam, após licitação, empresas (geralmente produtoras de vídeo) que oferecem diferentes serviços. Alguns contratos tratam de maquinário, como controle master, mesa de corte, câmeras, recursos para cenografia e iluminação, equipamento para transmissões externas etc; outros tratam exclusivamente de oferta de mão de obra especializada, principalmente para funções operacionais, como repórteres cinematográficos. Porém, há ALs que contratam as duas coisas. O que se verificou por meio das entrevistas estruturadas é que a terceirização não significa delegar decisões editoriais e sobre fluxos de trabalho embora possa haver interferências nesse sentido, pois se equipamentos não são fornecidos ou empregados não são remunerados adequadamente, isso traz implicações às rotinas de trabalho.

Na gestão administrativa institucional, todos os equipamentos da TV são patrimônio da AL, que também é responsável pela operação deles e gestão dos trabalhadores. Quanto à administração feita por fundações, assim como Jardim (2008) e Melo (2014), a nomeamos de independente. Elas possuem autonomia administrativa e financeira, pois recebem das ALs uma dotação orçamentária anual. Por outro lado, devem prestar contas anualmente aos tribunais de contas estaduais.

O mesmo vale para as fundações de direito privado, embora operem sob o regime de direito privado e prestem contas ao Ministério Público Estadual. Considerando o mapeamento de Melo (2014), as gestões feitas por fundações perderam espaço ao longo dos anos. TV Alego, TV Alesp, TV Alepe e TV Assembleia/Maranhão, por exemplo, iniciaram suas atividades geridas por fundações públicas, mas atualmente são administradas de outras formas.

Aparentemente, a gestão independente é mais exitosa em termos de liberdade de atuação devido à maior autonomia das fundações, sejam elas públicas ou privadas. Outra característica relevante e aparentemente positiva delas é a existência de conselhos curador/deliberativo e/ou editorial, um mecanismo de comunicação pública que favorece a participação social (Bucci; Chiaretti; Fiorini, 2012). Esses colegiados têm a função de deliberar sobre a programação e o noticiário das emissoras – algo não identificado nas emissoras terceirizadas e institucionais. Por outro lado, se constatou que as fundações públicas pouco se diferem das demais formas de administração quanto ao processo de ocupação de diretorias das TVs. Com exceção da Fundac, todas as chefias são escolhidas pelas mesas diretoras das ALs ou por meio de outros arranjos entre grupos políticos aliados.

5.1.1 Ponderações sobre os modelos de gestão

Inicialmente, o mapeamento das formas de gestão das TVLs não teve o intuito de verificar qual a melhor entre elas, mas, sim, aferir se a maneira como as TVLs se organiza repercute nas rotinas de produção, nas condições de trabalho dos(as) jornalistas e na função que elas cumprem conforme a percepção destes(as) profissionais. O resultado mostrou que, embora o modelo de gestão, qualquer que seja, se analisado isoladamente não sinalize maior ou menor grau de autonomia, qualidade de programação e liberdade para conduzir a linha editorial, acaba influenciando fortemente aspectos do clima organizacional e os níveis de interferência política com os quais as equipes precisam lidar.

Três episódios isolados, mas relacionados às TVLs e que aconteceram recentemente, amparam essa constatação. Em 2023, o Ministério Público de SP instaurou procedimento para apurar indícios de fraude na última licitação feita pela Alesp e que garantiu a continuidade da Fundac como mantenedora da Rede Alesp. A primeira de uma série de reportagens publicada pela *Folha de S Paulo*³⁷ revela diversas suspeitas sobre o certame, que gerou um contrato de 30 meses no valor de R\$ 31 milhões.

No histórico de notas taquigráficas das sessões ordinárias da Alesp, é possível encontrar queixas sobre a Fundac desde 2011³⁸. Essas queixas são sempre as mesmas: a fundação recebe os recursos da Alesp, mas atrasa salários e não deposita o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FTGS) da equipe (que é 100% terceirizada), desrespeita carga horária etc. Parlamentares voltaram a repercutir o assunto na tribuna neste ano³⁹.

O segundo caso aconteceu em dezembro de 2023, quando o deputado estadual Renato de Freitas (PT-PR) tornou público um esquema de corrupção comandado pelo atual presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), Ademar Traiano (PSD), e o ex-deputado Plauto Miró (antigo DEM), envolvendo a TV Icaraí, que venceu licitação para gerir a emissora da Casa entre os anos de 2012 a 2020. Freitas apresentou documentos comprovando que Traiano e Miró extorquiram o diretor da TV Icaraí em R\$ 200 mil para que esta continuasse na gestão da TV da Alep. Segundo a revista *Piauí*⁴⁰, em dezembro de 2022, Traiano e Miró fecharam um Acordo de Não Persecução Penal com o MP-PR admitindo terem recebido vantagens

³⁷ RODRIGUES, A.. Licitação milionária na Alesp teve ‘disputa’ entre empresas ligadas à vencedora. **Folha de São Paulo**, ano 102, 04 abr 2023. Brasil, p.10. Disponível em <https://encurtador.com.br/pUIY>

³⁸ Fonte: Assembleia Legislativa de SP. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/alesp/sessoes-busca/?texto=tv>

³⁹ Disponível em <https://encurtador.com.br/gWLC>

⁴⁰ Fonte: revista Piauí. Disponível <https://piaui.folha.uol.com.br/traiano-alep-parana-renato-freitas/>

indevidas da TV Icaraí e se comprometendo a pagar R\$187 mil como reparação. Com o acordo, o processo se encerrou sem o oferecimento de denúncia e, portanto, sem implicações penais.

Outro caso sobre licitação envolve a TV Alerj, que tem bens, serviços e mão de obra operacional fornecidos pela produtora Câmera 2. Em 2020, a empresa ganhou licitação para operar a emissora ao custo de R\$ 9,3 milhões mensais, mas a disputa foi judicializada após empresas concorrentes denunciarem possíveis irregularidades e favorecimento à vencedora. O certame foi conduzido pelo atual diretor da TV Alerj, Luciano Silva, apadrinhado político do ex-deputado estadual Domingos Brazão (MDB), réu acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco (PSOL-RJ) e seu motorista, Anderson Gomes. Durante o imbróglio judicial, as transmissões da emissora chegaram a ficar suspensas por 24 horas.

Esses três relatos, embora não se relacionem diretamente com o tema da tese, forçam algumas reflexões que dialogam com o mapeamento feito por Melo (2014). O autor já demonstrava o avanço da terceirização nestas emissoras, o que confirma ser uma prática definitivamente incorporada ao aparato de comunicação legislativa. Essa forma de organização é considerada “mais eficaz para a gestão do recurso público” (Gramacho, 2023, p. 147) porque agiliza a aquisição de equipamentos e equipes profissionais especializadas. Para algumas ALs, delegar a operacionalização de suas TVs é a única maneira de mantê-las funcionando, já que não possuem equipamentos e mão de obra especializada própria. Portanto, é uma necessidade.

Contudo, essa dependência pode resultar em interrupção das transmissões das deliberações em caso de encerramento de contratos de licitação. Isso significa a redução dos níveis de transparência legislativa e menor escrutínio público sobre as ações do Poder Legislativo. Sobre isso, acrescenta-se o fato de que essa delegação de atribuições é efetivada após processo licitatório na modalidade pregão, cujo único critério de julgamento das propostas é o menor preço ofertado. Embora essa prática atenda às regras dos Tribunais de Contas dos Estados, a quem cabe julgar as contas do Poder Legislativo, o critério de escolha adotado ignora completamente um requisito que deveria ser básico, que é a expertise das empresas concorrentes em operar um canal que presta um serviço público. Jardim (2008) já alertava sobre a total ausência de planos de trabalho ou de outras medidas que poderiam ampliar a *accountability* das TVLs.

Por fim, há, ainda, uma camada mais subjetiva, mas igualmente perniciosa como as demais, que é tornar as TVLs muito vulneráveis a práticas de corrupção e a incorporar práticas e vícios característicos da iniciativa privada, como a precarização da força de

trabalho. Somados, todos esses fatores vêm demonstrando que as ALs ficam suscetíveis a interferências políticas indevidas e a uma crise de imagem que obviamente atinge sua credibilidade e o bem estar de seus trabalhadores.

5.1.2 Gestão da mão de obra

Entender os modelos de gestão administrativa nos leva a um ponto crucial dessa pesquisa, que é desvendar o perfil do(a) jornalista legislativo(a). Contabilizar quantos profissionais atuam nas TVLs e suas respectivas categorias funcionais foi o ponto de partida deste mapeamento.

Tabela 1- Estimativa do número de jornalistas das TVLs

Estado	Emissora	Categoria funcional				
		Terceirizados	Comissionados	Temporários	Efetivos	Total
Acre	TV Aleac		3			3
Alagoas	TV Assembleia	2				2
Amapá	TV Alap					
Amazonas	TV Assembleia					
Bahia	TV Alba		14	5		19
Ceará	Alece TV	2	6	17	1	26
Distrito Federal	TV Câmara Distrital	6			6	12
Espírito Santo	TV Ales		7		24	31
Goiás	TV Alego		11			11
Maranhão	TV Assembleia	14	25		1	40
Minas Gerais	TV Assembleia				55	55
Mato Grosso	TV Assembleia		5		12	17
Mato Grosso do Sul	TV Alems		6		6	12
Pará	TV Alepa		2			2
Paraná	TV Assembleia Paraná	6	3			9
Paraíba	TV Assembleia	8	1			9
Pernambuco	TV Alepe	3			4	7
Piauí	Alepi TV					
Rio de Janeiro	TV Alerj					

Rio Grande do Norte	TV Assembleia	35	5			40
Rio Grande do Sul	TV Assembleia		3		2	5
Rondônia	ALE TV		2			2
Roraima	TV Assembleia	6	10		1	17
Santa Catarina	TV AL	2	3		3	8
Sergipe	TV Alese	8	14		1	23
São Paulo	TV Alesp	22				22
Tocantins	TV Assembleia		6			6
Total		114	126	22	116	378

Fonte: elaboração própria

As TVLs empregam, aproximadamente, 378 jornalistas. Trata-se de uma estimativa, pois, como se vê, não há dados do Amapá, Amazonas, Rio de Janeiro e Piauí porque as chefias das TVLs não quiseram fornecer os dados. Tampouco foi possível obtê-los por meio da pesquisa documental. Pedidos via LAI foram protocolados digitalmente nestas ALs, mas não houve resposta no período regulamentar e nem mesmo após eu reforçar os pedidos. No caso da AL do Amapá, o sistema de recebimento dos pedidos ficou inoperante durante todo o tempo em que essa etapa foi executada. Contatos telefônicos com as ouvidorias destas ALs também foram insatisfatórios.

Essa resistência reforça o resultado da avaliação do índice de transparência e governança pública das ALs feita pela Transparência Internacional Brasil em 2023. Conforme o ranking, Amazonas e Rio de Janeiro aparecem, respectivamente, em 22º e 24º lugares – um desempenho considerado “ruim”. Já Piauí e Amapá ocupam o 25º e 26º lugares, considerados como “péssimo” ⁴¹. Estima-se que, contando com essas emissoras, o número total de jornalistas nas TVLs estaduais chegue a 500.

Em números absolutos, as TVLs da região Nordeste têm 166 jornalistas, seguida das regiões Sudeste (108), Centro-Oeste (52), Norte (30) e Sul (22). Quatro TVLs têm menos de cinco jornalistas na equipe, sendo três delas na região Norte: TV Aleac (3), TV Alepa (2) e ALE TV/Rondônia (2). São emissoras com uma programação mais enxuta, com poucos programas e sem telejornais diários (que costumam ser substituídos por boletins curtos). Já a TV Assembleia de Roraima, com uma equipe de 17 jornalistas, é um ponto de inflexão na região.

⁴¹ Fonte: Transparência Internacional. Disponível em <https://transparenciainternacional.org.br/itgp/legislativo/>

O número de jornalistas sugere um indicativo do grau de profissionalização das emissoras legislativas, pois quanto menores as equipes, maior a dependência de material produzido por outras emissoras públicas. Esse intercâmbio de conteúdo não é necessariamente ruim, inclusive pode ser enriquecedor, mas revela a incapacidade técnica, material e humana da emissora de preencher a própria grade e, com isso, diversificar a programação, ampliar os debates para além dos plenários.

De modo geral, os dados revelam uma discrepância entre o número de profissionais de cada emissora. O pensamento mais intuitivo é atribuir esse resultado ao número de parlamentares que cada AL dispõe⁴². Assim, se há mais parlamentares, haveria maior demanda por trabalho jornalístico, mas esse argumento não se sustenta. Considerar o tamanho e representatividade dos nossos colégios eleitorais, ou seja, o número do eleitorado por Estado, também não elucida a questão.

São Paulo e Minas Gerais, as maiores ALs e também os dois principais colégios eleitorais do Brasil, possuem, respectivamente, 94 e 77 deputados(as) estaduais. Enquanto a TV Alesp possui 22 jornalistas, a TV ALMG tem 55. Algo semelhante se passa no Nordeste. A AL da Bahia possui 63 deputados(as), e a AL do Maranhão, 42. Entretanto, enquanto a TV Alba possui 19 jornalistas, a TV Assembleia Maranhão, mais que o dobro: 40. A Bahia é o 4º maior colégio eleitoral do Brasil, ao passo que o Maranhão é o 11º. Conclui-se que a estruturação das TVLs, que reflete o nível de profissionalização e maturidade delas, é resultado da vontade política e, principalmente, do quanto de recursos as ALs estão dispostas a investir nas TVLs. Não há, isoladamente, apenas uma variável que explique essa conjuntura.

O tipo de gestão administrativa das TVLs está diretamente relacionado à gestão de recursos humanos. Ao todo, o levantamento aponta 114 profissionais terceirizados. O número é quase o mesmo de servidores efetivos/estatutários (116), e pouco menor que o de comissionados (126) – a categoria mais numerosa e que reflete o fisiologismo histórico e característico da política brasileira, pois cargos em comissão são essencialmente manejados por indicações políticas. Detectou-se, ainda, uma quarta categoria funcional: os temporários (22), presentes nas ALs da Bahia e do Ceará.

Os trabalhadores terceirizados, diretamente ligados às empresas contratadas pelas ALs após licitação, estão submetidos à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a médias

⁴² Conforme o artigo 27 da Constituição Federal de 1988, o número de deputados de cada AL corresponde ao triplo da representação de cada Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número 36, será acrescido de quantos forem os deputados federais acima de 12.

salariais próprias dos mercados locais. Cargos em comissão, que são de livre provimento e exoneração, têm assegurados os direitos trabalhistas fundamentais: férias remuneradas, 13º salário, contribuições ao INSS, licença maternidade/paternidade.

Já os temporários estão submetidos ao Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), que trata da contratação temporária de trabalhadores sem concurso público em caso de excepcional interesse público. Ao menos em tese, têm ainda menos seguridade social, pois até mesmo os direitos trabalhistas fundamentais dependem de previsão contratual; não têm estabilidade e verbas rescisórias. Já os trabalhadores concursados desfrutam de estabilidade, melhores salários, direitos previdenciários e maiores níveis de seguridade social, além de benefícios como licenças remuneradas para estudo.

Somados, terceirizados, comissionados e temporários representam 69,31% do total de jornalistas legislativos. Essa realidade tem forte correspondência com os dados do Anuário de Gestão de Pessoas no Serviço Público, divulgado em 2024, que mapeou a força de trabalho pública no Brasil. Conforme o levantamento, entre 2003 e 2022, os cargos comissionados e temporários aumentaram 1.760%, passando de 38,5 mil para 716,2 mil⁴³.

Depreende-se, deste cenário, que as relações de trabalho nas TVLs Estaduais são baseadas em vínculos frágeis, estão excessivamente sujeitas a critérios mercadológicos e políticos, contrariam a previsão constitucional de provimento por concurso, reduzem as responsabilidades da administração pública, bem como os princípios de justiça social e dignidade no trabalho. Além disso, diferentes vínculos funcionais geram distinções injustas entre trabalhadores que exercem as mesmas funções.

5.2 Quem são os(as) jornalistas legislativos(as)? Análise preliminar do survey

Conforme o primeiro bloco do survey, destinado a coletar dados sociodemográficos, a maior parte das 33 respostas válidas vieram do Nordeste – a região que mais concentra jornalistas legislativos:

Tabela 2 - Distribuição geográfica dos(as) respondentes

Estado	Frequência	%
--------	------------	---

⁴³ Fonte: República.org. Disponível em https://republica.org/wp-content/uploads/2024/10/Anuario_Gestao_Pessoas_Web.pdf

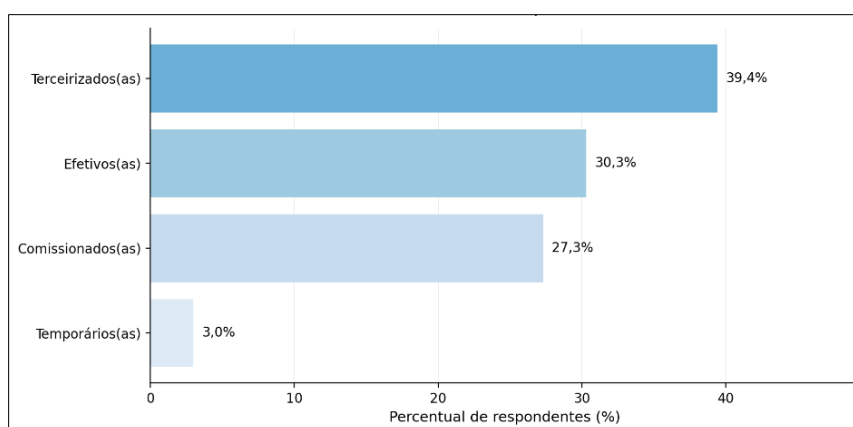
Bahia	1	3%
Ceará	2	6%
Distrito Federal	2	6%
Goiás	2	6%
Minas Gerais	2	6%
Pernambuco	3	9,1%
Piauí	2	6%
Rio Grande do Norte	2	6%
Rio Grande do Sul	4	12,1%
Roraima	1	3%
Santa Catarina	1	3%
Sergipe	4	12,1%
São Paulo	1	3%
Tocantins	6	18,2%
Total	33	100%

Fonte: elaboração própria

A maioria exerce a função de repórter (51,5%), seguida pela apresentação/ancoragem (39,4%) e produção (36,4%). Quanto a média de idade, a maioria tem entre 31 e 40 anos (30%), seguida das faixas 41 a 50 anos (24,2%) e 51 a 60 anos (21,2%). A participação de profissionais com 61 anos ou mais corresponde a 15,2%, enquanto a faixa 23 a 30 anos apresenta menor incidência (9,1%). A amostra, portanto, tem um perfil majoritariamente composto por profissionais em etapas mais avançadas e consolidadas de carreira.

Em termos de gênero, as mulheres são 60% da força de trabalho. Sobre essa predominância feminina, é possível afirmar que o ingresso de jornalistas no serviço público, especificamente no Poder Legislativo, também passou pelo processo de feminilização, algo já bem estabelecido nas pesquisas sobre as transformações do campo jornalístico brasileiro (Kikuti; Rocha, 2018; Dancosky; Mick; Rocha, 2022). Esse fenômeno, conceitua Yannoulas (2012), é o aumento quantitativo de mulheres em uma profissão. Acompanhado dele, temos a feminização, que significa uma piora das condições de trabalho quando o segmento se feminiliza.

Assim como evidenciaram as entrevistas estruturadas, jornalistas terceirizados(as) aparecem como a categoria funcional mais numerosa do *survey*. Por outro lado, o número de efetivos(as) supera o de comissionados:

Gráfico 3 - Distribuição das categorias funcionais

Fonte: elaboração própria

O resultado “não bate” com o mapeamento feito na primeira etapa empírica da pesquisa, pois, na prática, comissionados são mais numerosos nas TVLs do que efetivos. Esse resultado decorre, possivelmente, de um viés nas respostas, pois é notável uma melhor recepção ao questionário por parte de servidores concursados. Se levado em conta que esse grupo tem formação acadêmica mais elevada (o que será visto mais adiante), é provável que tenha mais familiaridade com instrumentos de pesquisa. De qualquer forma, se somados, os servidores não-estáveis (comissionados, terceirizados e temporários) totalizam 69,7% do total de respondentes, o que novamente reforça o avanço dos vínculos de trabalho mais precários e a resistência dos legislativos estaduais em promover concursos públicos.

Ao todo, 48,5% se consideram pessoas pardas, enquanto 45,5% se dizem brancas e 6,1% se consideram pretas. Entre pretos e pardos, 12,1% se declaram pessoas negras. O bloco sociodemográfico também mediu o nível de escolaridade. Sobre isso, convém mencionar que esta pesquisa inclui no rol de jornalistas quem exerce o jornalismo como profissão independentemente de formação acadêmica específica na área tendo em vista que não há mais esta obrigatoriedade para o exercício profissional no Brasil.

Conforme o levantamento, todos(as) têm ensino superior – a grande maioria somente em jornalismo (87,9%), mas há quem tenha se graduado em administração, ciências contábeis, turismo, pedagogia, engenharia de telecomunicações e direito. Enquanto 42% são apenas graduados, 36,4% fizeram especialização ou MBA e 21,2% são mestres(as).

Saindo da mera descrição estatística, confirmou-se uma suspeita inicial. O maior nível de formação foi registrado entre servidores públicos efetivos: cinco dos(as) sete mestres(as), sendo quatro mulheres e três homens. Destes(as), a maioria se declara como pessoa branca. Esse resultado decorre de um conjunto de fatores: servidores estatutários, além de uma remuneração melhor, se beneficiam dos regimentos internos e planos de carreira das ALs, que costumam conceder gratificações salariais por titularidade.

O segundo bloco do *survey* (Trabalho e Carreira) estimou a remuneração média bruta dos respondentes. O resultado mostra uma grande variação salarial; havendo uma predominância da faixa que vai de dois a quatro salários mínimos (de R\$ 2.824,00 a R\$ 4.236,00)⁴⁴. Tanto essa faixa salarial quanto as intermediárias, que alcançam até cinco salários mínimos (R\$ 7.060,00), são majoritariamente ocupadas por servidores terceirizados/comissionados, com poucas exceções. Como era de se esperar, efetivos são a maioria no grupo que recebe a partir de R\$ 11 mil e são 100% dos que afirmam ganhar mais de R\$ 22.600,00 ao mês.

Tabela 3 - Faixas salariais dos(as) respondentes

Remuneração mensal bruta	Frequência	%
Até R\$ 1.412,00	1	6,1%
De R\$ 1.412,00 a R\$ 2.824,00	2	12,1%
De R\$ 2.824,00 a R\$ 4.236,00	3	18,2%
De R\$ 4.236,00 a R\$ 5.648,00	2	12,1%
De R\$ 5.648,00 a R\$ 7.060,00	3	18,2%
De R\$ 7.060,00 a R\$ 11.300,00	1	6,1%
De R\$ 11.300,00 a R\$ 22.600,00	2	12,1%
Acima de R\$ 22.600,00	3	15,2%
Total	17	100%

Fonte: elaboração própria

Outro ponto importante para entender o perfil dos(as) respondentes do questionário é a orientação política⁴⁵:

⁴⁴ O *survey* adotou como referência o salário mínimo em vigência no ano de 2024: R\$ 1412,00.

⁴⁵ Em termos estatísticos, considerei 32 respostas válidas em vez de 33 porque um indivíduo optou por escrever seu posicionamento (“Nem direita e nem esquerda”).

Tabela 4 - Posicionamento político-ideológico

Espectro político	Frequência	%
Direita	1	3,1%
Centro-direita	1	3,1%
Extrema direita	0	
Centro	3	9,4%
Esquerda	12	37,5%
Centro-esquerda	11	34,4%
Extrema esquerda	2	6,3%
Não quero informar	2	6,3%
Total	32	100%

Fonte: elaboração própria

Se somados, 78,2% dos(as) dos respondentes estão à esquerda do espectro político. Embora os números sugiram um viés na amostragem, é importante salientar que eles se assemelham à pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro (Lima *et al.*, 2022), que aponta que 80,7% dos jornalistas brasileiros se consideram de esquerda. Logo, o segmento realmente se situa no campo progressista.

Outros dados também mostram considerável convergência com o Perfil do Jornalista Brasileiro – a principal referência usada aqui no quesito sociodemográfico, principalmente as variáveis gênero e étnico-raciais, que revelaram que mulheres são maioria nas redações das TVLs e têm maior escolaridade; e que pessoas negras predominam nos cargos não-estáveis e, portanto, de menor remuneração.

5.2 O planejamento da observação participante

Passo agora a trabalhar as informações colhidas durante a observação participante nas TVLs e a análises das entrevistas em profundidade. A visita às ALs foi pensada desde o início deste estudo, pois já se supunha que determinadas percepções e dados difíceis de extrair por meio do questionário talvez fossem mais acessíveis durante a pesquisa *in loco*. Optei por executar o trabalho de campo depois da fase exploratória da pesquisa, portanto quando já tinha uma noção relativamente construída sobre os modelos de funcionamento das TVLs.

As visitas não tiveram um planejamento rígido sobre os procedimentos que seriam executados durante a observação. A cada redação visitada, estabeleci um ritmo de atividades

de acordo com o fluxo de trabalho, demandas e tarefas das equipes. De qualquer forma, acabei repetindo uma dinâmica semelhante durante as três visitas. Enquanto o primeiro dia serviu para o reconhecimento do espaço e para uma conversa introdutória com as chefias das TVs, dediquei o restante a me aproximar dos(as) profissionais, a observar as rotinas de produção, a acompanhar as coberturas em plenário e reuniões de comissões.

A presença de uma “intrusa” obviamente causou surpresa e até desconfiança. Nesse momento, a problematização feita no capítulo metodológico sobre a alta proximidade com meu objeto de estudo se mostra necessária. Saber se distanciar, mas, principalmente, exercitar o estranhamento, como propõe Peirano (2014), me pareceu a saída mais adequada. Algumas práticas e decisões editoriais das equipes me pareceram familiares e até previsíveis, mas muitas outras, não. E foi nesse exercício de tentar ver além da superfície que pude perceber a contribuição de aspectos mais subjetivos, como a construção da cultura organizacional das TVLs e como isso impacta a busca por responder o problema de pesquisa.

Minha presença foi muito bem recebida nas redações e, na maior parte do tempo, me senti bem nas redações. Por isso, não tive grandes percalços para encontrar profissionais que topassem me conceder entrevista. Aparentemente, as fontes se mostraram à vontade para desenvolver um fluxo de consciência livremente, trazendo impressões pessoais sobre o relacionamento com as chefias, colegas, com parlamentares e como enxergam o contexto político atual. Como já mencionado, as visitas renderam 17 entrevistas em profundidade, que ficaram assim identificadas:

Tabela 5 - Distribuição de entrevistados(as) por função

Função	Nº de entrevistas	Código de identificação
Produção	6	F4, F7, F9, F11, F16, F17
Edição	1	F5
Reportagem / Apresentação	7	F1, F6, F8, F10, F12, F14, F15
Gerência	3	F2, F3, F13
Total	17	F1-F17

Fonte: elaboração própria

Ao todo, nove mulheres e oito homens foram ouvidos. Eles(as) têm entre 26 e 62 anos (média de 42 anos), exercem diferentes funções, são graduados(as) em jornalismo, trabalham nas ALs entre cinco e 15 anos e são predominantemente brancos(as), pois há apenas dois pardos e uma pessoa preta.

A boa receptividade, contudo, não me livrou de algumas frustrações. Houve, também, resistência e algumas entrevistas ficaram muito aquém do esperado. Além disso, por questões circunstanciais, nem sempre consegui entrevistar pessoas que me pareciam ter bastante a contribuir para a pesquisa. É nessas horas que o diário de campo se faz necessário porque nos momentos ociosos aproveitei para colocar no papel os sentimentos que aqueles lugares me despertavam, comentários e julgamentos acerca dos fluxos de trabalho, percepções sobre possíveis constrangimentos organizacionais, identificação de convenções e práticas coletivas, etc.

Além disso, consegui minimizar parcialmente alguns empecilhos buscando outros meios de obter informações. Conversas informais com outros(as) profissionais, incluindo até não jornalistas, como cinegrafistas, editores de imagem e chefes de departamentos operacionais, foram bem proveitosas. Estar entre repórteres e assessores de gabinetes nos intervalos das sessões, nos bastidores das gravações e acompanhar gravações fora dos parlamentos foram essenciais para entender o funcionamento e particularidades de cada TVL, e para comparar os pontos em comum.

Uma das semelhanças mais notáveis é que nenhuma TVL possui manual de redação ou linha editorial estabelecida. Os princípios e diretrizes se concretizam por meio de orientações verbais; não há nada escrito. As convenções, modos de fazer e de não fazer, assuntos que devem ser evitados ou que exigem cautela, são construções ao longo do tempo, mas podem sofrer mudanças bruscas a depender do perfil político das mesas diretoras, que mudam a cada dois anos.

E é justamente por meio da observação participante e conversando com as pessoas em seus locais de trabalho que é possível ver com mais clareza como se dão essas construções coletivas, quais critérios guiam as decisões profissionais, as singularidades de cada redação e, principalmente, as nuances das forças políticas locais. Considero, ainda, crucial ter acompanhado sessões plenárias e discussões das comissões de cada AL. Em síntese, considero que a observação participante foi exitosa. Nas subseções seguintes, faço breves relatos sobre as visitas às TVLs, como descrição física das redações, comentários sobre o cenário político local e sobre as equipes jornalísticas.

5.2.1 TV ALMG

A TV da Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi a primeira a ser visitada, entre os dias 17 e 21 de junho de 2024, totalizando 36 horas e sete entrevistas em profundidade, todas gravadas com o consentimento dos(as) participantes sob a condição de anonimato. Trata-se da primeira TVL fundada no Brasil e também na América Latina.

O pioneirismo da emissora naturalmente foi o principal fator de escolha, mas a emissora também atendeu aos outros critérios apresentados no capítulo anterior: arranjo político-partidário (historicamente, MG é um estado consagrado pelo campo da ciência política como um colégio eleitoral decisivo, capaz de antecipar tendências dos rumos políticos do País), variação geográfica (região Sudeste) e conveniência (houve plena aceitação da pesquisa por parte das chefias da emissora).

A TV ALMG está instalada no Palácio da Inconfidência, que desde 1972 abriga a sede do Poder Legislativo estadual mineiro, situado no bairro Santo Agostinho, região central de Belo Horizonte. A casa possui 77 parlamentares, o que dá a MG o posto de segunda maior AL do Brasil. As eleições de 2022 geraram um parlamento alinhado à composição político-partidária do Congresso, logo, mais conservador: são 40 deputados(as) de direita, 29 de esquerda e apenas oito são de centro, sendo 15 mulheres (uma marca inédita) e 62 homens.

Os partidos de direita e suas variações que obtiveram o maior número de eleitos(as) são PL, PSD, PP e União Brasil. Os campeões(ãs) de votos também indicam o tom polarizante do cenário nacional: Bruno Engler (PL), com 637.412 votos, seguido por Beatriz Cerqueira (PT), com 248.664 votos. Ambos foram reeleitos. Ao contrário da legislatura anterior, na qual o governador Romeu Zema (Novo) não soube articular uma base de apoio e enfrentou muitos desafios de governabilidade, nesta legislatura ele tem conseguido manter maioria, embora nem sempre confortável.

No último biênio desta legislatura, o plenário se organizou em três diferentes blocos: Minas em Frente, com 24 deputados de seis partidos, Avança Minas, composto por 22 deputados de nove partidos, e o bloco de oposição ao governo Democracia e Luta, integrado por 20 parlamentares de cinco partidos, todos de esquerda. Contudo, por desavenças com o governo Zema, 11 parlamentares da bancada do PL deixaram formalmente o bloco Avança Minas para atuarem de forma independente. Essa breve descrição da composição política da ALMG mostra um plenário bem mais conservador, pois as legendas de direita presidem a maioria das comissões permanentes; o bloco bolsonarista é bastante vocal, mas com o campo progressista também atuante e organizado.

Voltando à TV ALMG, o canal possui três gerências: edição, produção e reportagem, que estão diretamente subordinadas à diretoria da TV. E a TV, por sua vez, se subordina à

Diretoria de Comunicação Institucional da ALMG. Nem sempre foi assim. Há apenas sete anos – início da legislatura 2019-2023 – a TV está hierarquicamente abaixo da diretoria de Comunicação. Antes, eram duas diretorias diferentes sem ligação direta e hierarquicamente iguais.

De modo geral, os(as) jornalistas da TV ALMG foram receptivos à minha pesquisa e não houve recusa em participar das entrevistas, que duraram, em média, uma hora e foram feitas na própria TV, mas em salas privativas. Tive liberdade para permanecer e circular na redação para acompanhar o dia a dia, reuniões de pauta, gravações em estúdio, coberturas no plenário e reuniões das comissões permanentes.

No primeiro dia da visita, fui recebida pela diretora da TV, que me apresentou à redação e também aos(às) gerentes. Numa sala reservada, eles me deram explicações básicas sobre os fluxos de trabalho de cada gerência, eventos históricos e marcantes da emissora, elementos da linha editorial e também aspectos sobre a composição das forças políticas atuais da ALMG. Essa conversa inicial foi proveitosa para me situar adequadamente sobre a conjuntura política mineira, principalmente tendo em vista a proximidade das eleições municipais que estavam agitando a Casa (dois parlamentares disputariam a prefeitura de BH⁴⁶), mas sobretudo introduziu os ideais-chave da linha editorial.

Por ser a primeira emissora legislativa brasileira, a TV ALMG possui muito prestígio entre comunicadores sociais que trabalham no Poder Legislativo. Ao longo de 31 anos de existência, ela se tornou um modelo para outras TVs da área, recebeu inúmeras visitas técnicas e segue sendo bastante respeitada. Entendo que essa admiração não é apenas questão de longevidade. Ter mais tempo “de estrada” realmente deu à TV mais tempo de amadurecimento, de testar processos e apostar no que funciona, mas no convívio com os(as) colegas mineiros(as), o pioneirismo me pareceu apenas uma peça de uma estrutura maior.

As condições de trabalho certamente são um dos fatores preponderantes para esse resultado. E é justamente esse detalhe uma das singularidades da TV ALMG: embora tenha recorrido à terceirização de parte da mão de obra operacional, os(as) 55 jornalistas da TV são concursados(as) – algo único e sem qualquer paralelo entre as demais TVLs. Para entender isso, é preciso retroceder no tempo.

⁴⁶ Os deputados Mauro Tramonte (Republicanos) e Bruno Engler (PL) disputaram a prefeitura de Belo Horizonte com Fuad Noman (PSD), que acabou reeleito com 73,3% dos votos. Noman faleceu em 03/01/2025, e seu posto foi assumido pelo vice, Alvaro Damião (União Brasil).

Durante as entrevistas em MG, sobretudo as informais, soube que esse arranjo foi possível após a aprovação da constituição estadual, em 1989, procedimento que todos as unidades federativas fizeram para se adaptar à nova carta magna, promulgada em 1988. Imbuídos de uma atmosfera transformadora, de reconstrução burocrática e de valorização do serviço público, os deputados estaduais constituintes mineiros decidiram que todos os cargos de secretaria da ALMG (técnicos, de apoio parlamentar e que cuidam dos processos administrativos) deveriam ser ocupados estritamente por efetivos. Cargos em comissão ficaram restritos aos gabinetes parlamentares. Trata-se de uma atitude ousada, pois cargos em comissão são moedas de troca/negociação muito valiosas para a conquista e manutenção de poder em qualquer esfera de governo, independentemente do espectro político.

Além da estabilidade própria do serviço público, os(as) jornalistas que estão se aproximando dos 15 anos de ALMG têm remuneração média bruta acima de R\$ 22 mil, mas ultrapassando os R\$ 30 mil no caso de gerentes e de quem opta pela jornada estendida (40h semanais) – um ganho notável se comparado às médias salariais de outros legislativos estaduais. Trata-se de uma redação majoritariamente branca, com média de 44 anos, aparente equilíbrio de gênero, inclusive na ocupação das chefias. Dos sete entrevistados(as), há duas doutoras, dois mestres e o restante cursou especialização.

A redação tem um visual que pouco lembra uma emissora de TV, pois se parece bem mais com uma repartição pública qualquer. Esse visual é coerente com a sede do parlamento mineiro: um prédio de arquitetura modernista austero, sem ornamentos, de poucos andares e gabinetes simples. Contudo, os estúdios operacionais e de gravação dos programas são modernos e bem equipados.

Há 10 anos, a programação da emissora passou por um direcionamento. Antes, a cobertura, embora priorizasse o parlamento mineiro, também incluía assuntos diversos não relacionados ao legislativo, tal qual uma emissora comercial. Após um seminário interno com toda a equipe da TV, por unanimidade se decidiu produzir uma programação com foco no Poder Legislativo. Esse episódio, ocorrido em 2014, foi bastante mencionado nas entrevistas, principalmente pelo fato de a equipe ter tido ampla liberdade de expor descontentamento sem retaliações. Foi um momento, nas palavras de um entrevistado, de “lavar a roupa suja”. Desde então, a TV ALGM se destaca por priorizar a atividade legislativa, mas também trabalha conteúdos de cultura, cidadania, meio ambiente, saúde e, principalmente, política, que de alguma maneira tenham relação com o parlamento.

Não há uma linha editorial escrita. Os direcionamentos, como as pautas são conduzidas e o enquadramento dos conteúdos são construídos tacitamente no dia a dia; não há vedações

absolutas, tampouco liberdade irrestrita. Isso permitiu, ao longo do tempo, que a emissora produzisse conteúdos considerados ousados para uma emissora legislativa, como documentários que denunciam graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar e reportagens que expuseram embates até violentos entre parlamentares em audiências públicas. Atualmente, contudo, os(as) informantes relatam uma cobertura mais burocrática, excessivamente institucionalista, que parece temer expor o legislativo como ele realmente é.

Sem dúvida, foi na TV ALMG em que tive mais facilidade de entrevistar as pessoas. Algumas razões explicam isso: o número de profissionais é bem maior do que em SC e na BA; a segunda razão é que por ser pioneira, a emissora tem tradição em ser objeto de estudo, então as equipes estão mais habituadas à presença de pesquisadores(as) e também com instrumentos de pesquisa. Curiosamente, apesar das condições de trabalho melhores que os colegas catarinenses e baianos, os(as) jornalistas de MG foram os mais críticos quanto ao noticiário da emissora. Todos estão satisfeitos com a remuneração, carga horária e ambiente de trabalho, mas se queixam de alguns direcionamentos que interferem nas decisões editoriais cotidianas.

5.2.2 TV Alba

A TV Alba foi a segunda emissora a ser visitada, entre os dias 16 e 20 de setembro de 2024, e totalizou 32 horas de observação participante, além de cinco entrevistas em profundidade gravadas com o consentimento dos(as) informantes sob a condição de anonimato. A decisão por visitá-la atendeu ao critério do modelo de gestão, pois é uma das quatro TVLs Estaduais mantida por fundação de direito público, o critério de variação geográfica (região Nordeste) e houve imediata aceitação da direção do canal em me receber.

Fundada em 1999, a emissora está instalada no edifício-sede da Alba, o Palácio Luís Eduardo Magalhães, inaugurado em 1974, situado no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador. A Alba possui 63 cadeiras e, nesta legislatura, 34 são ocupadas por parlamentares de direita/centro-direita, 21 são de esquerda e apenas oito são de centro. Destes, 55 são homens e oito, mulheres. O União Brasil, reduto do grupo carlista⁴⁷, uma força política muito dominante no estado, detém a maior bancada, com 10 deputados, seguido das bancadas

⁴⁷ Referência a Antônio Carlos Magalhães (ACM), ex-governador da Bahia, deputado federal e senador, morto em 2007.

do PSD e do PT, com nove parlamentares cada, o PP, que elegeu seis, além do PCdoB, PV e PL com quatro parlamentares cada.

Apesar da liderança numérica de partidos de centro-direita e direita – bem mais alinhados às práticas clientelistas do centrão do que a questões ideológicas da extrema direita – a Alba não tem um plenário tão conservador quanto a ALMG e, principalmente, a Alesc. É inegável, também, que a extrema direita tem mantido presença, inclusive bastante estridente, vinda deputados assumidamente bolsonaristas.

Contudo, a ampla base de apoio conquistada pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT), inclusive tendo como vice-líder de governo na Alba um deputado do PL (Raimundinho da JR), acrescenta nuances mais complexas às disputas de poder no parlamento baiano. Assim como outros estados do Nordeste, a composição de forças políticas na Bahia não reflete o cenário reacionário e polarizado nacional, por isso alianças improváveis como PT-PL prosperam. Entender essas particularidades e como elas repercutem nas percepções dos(as) jornalistas tornou a Alba o local mais desafiador para mim dentre as ALs visitadas.

A TV Alba reúne, atualmente, uma equipe de 19 jornalistas que trabalham sob diferentes arranjos funcionais: há terceirizados (contratados diretamente pela fundação pública que gere a TV), comissionados (cargos cedidos por parlamentares) e temporários. Embora a Alba já tenha realizado concurso público para comunicação social, nenhum efetivo atualmente está lotado na emissora.

Das emissoras visitadas, a TV Alba certamente tem a “cara” mais comercial. Embora relativamente pequena, trata-se de uma redação muito bem equipada, esteticamente bonita e moderna, com estações de trabalho bem integradas às cinco ilhas de edição e à copa. Apenas uma sala de reunião/pauta e as salas das chefias são reservadas. As fontes entrevistadas relataram que o local antes tinha um aspecto de repartição pública, o que atrapalhava o fluxo de trabalho.

Contudo, uma reforma recente transformou por completo o local. O novo visual foi mencionado com entusiasmo e até orgulho por todos(as) porque favorece a rotina produtiva e trouxe mais bem-estar à equipe. Essa reforma é resultado da gestão que está à frente da emissora desde 2019. Como mantenedora do canal, a Fundação Paulo Jackson administra um orçamento anual, já previsto em lei, que o governo da Bahia repassa à Alba. Esta gestão também é responsável por uma guinada na linha editorial. Se antes a programação era exclusivamente focada no parlamento, hoje ela é bastante diversificada. É uma emissora que prioriza as atividades legislativas, mas que também veicula variedades em geral, incluindo esportes, e outros assuntos que não têm relação direta com o Poder Legislativo.

A princípio, essa opção por uma programação mais eclética me pareceu uma ideia equivocada porque coloca a TV Alba numa zona de competição com emissoras comerciais, que têm mais recursos materiais e humanos, além de expertise para uma cobertura ampliada. Entretanto, essa programação mais diversa é muito bem recebida pela equipe. Durante as entrevistas, percebi que esse ecletismo é até um fator de motivação para os(as) informantes que, majoritariamente, consideram as “questões de plenário” muito enfadonhas. No jargão interno, “o cardápio de programas” é bem amplo. Notei que repórteres têm liberdade para direcionar suas matérias, mas desde que não destaquem os embates mais acalorados no plenário.

Os destaques da programação são os telejornais. O principal é o Alba Notícias, que dura 40 minutos, e é exibido ao vivo de segunda a sexta-feira no início da tarde. O ALBAgora é o telejornal semanal noturno e que tem um quadro sobre política nacional. O restante da grade tem dezenas de outros programas fixos de variedades sempre intercalados com boletins de utilidade pública transmitidos diretamente da redação.

Assim como na TV ALMG, na Alba fui bem recebida. Quando planejei a viagem à Bahia, não me atentei para algo importante: as eleições municipais, que seriam realizadas em 15 dias. Esse período altera bastante a rotina parlamentar e, por consequência, as atividades legislativas. É que além de muitos(as) parlamentares disputarem a prefeitura de seus municípios de origem, outros(as) se dedicam a apoiar correligionários, negociar apoios etc. Por essa razão, poucas sessões plenárias e reuniões de comissões que acompanhei tinham quórum para deliberação. Então passei mais tempo na redação do que gostaria e acho que isso comprometeu o resultado final.

A equipe jornalística da Alba é bem diferente da TV ALMG e da TV AL seja em termos de trajetória profissional seja de formação. É uma redação com mais diversidade étnico-racial, pessoas mais jovens (duas de 26 anos), com menos experiência em *hardnews* e na iniciativa privada. Acrescento, ainda, que foram as entrevistas mais desafiadoras, que nem sempre me trouxeram muito material de análise. Atribuo isso a três fatores.

O primeiro deles é que havia menos repórteres disponíveis para entrevistas. Por ter mais contato com o “jogo político” do plenário, creio que essa categoria profissional consegue ter uma capacidade analítica melhor sobre a cena política local. O segundo fator é que os(as) profissionais baianos, via de regra, acumulam empregos em outros locais, seja como contratados ou *freelancers*, então praticamente não tinham tempo disponível. O terceiro e último fator decorre da categoria funcional. Comissionados, terceirizados e temporários, até por não terem estabilidade, têm menos autonomia profissional, o que significa mais receio e

temor de algum embaraço ou indisposição. Isso não é regra, claro, mas é algo perceptível e até mesmo verbalizado por eles(as). Apesar de críticas pontuais sobre estagnação e dificuldade de ascensão na carreira, os(as) profissionais baianos demonstraram o maior nível de satisfação com o ambiente de trabalho.

5.2.3 TV AL

A terceira e última visita foi feita na TV AL (Alesc) entre os dias 9 e 13 de dezembro de 2024, totalizando 32 horas de observação e cinco entrevistas feitas, gravadas com o consentimento dos(as) informantes sob a condição de anonimato. A decisão por visitá-la atendeu aos critérios de variação geográfica (região Sul) e aceitação da direção do canal em me receber.

Fundada em 1999, a emissora está instalada no edifício-sede da Alesc, o Palácio Barriga Verde, inaugurado em 1970, situado no Centro de Florianópolis. A Alesc possui 40 cadeiras e, nesta legislatura, elas são ocupadas por 26 parlamentares de direita, oito de centro e seis de esquerda. É uma AL formada só por pessoas brancas, sendo 37 homens e apenas três mulheres.

Se nas eleições de 2018 o plenário catarinense confirmou sua tendência à centro-direita e direita, em 2022 ele aprofundou a guinada a uma direita bem menos moderada. Quanto à composição partidária, o PL detém a maior bancada: 11 parlamentares, seguido por MDB, com seis eleitos, o PT, com quatro, e União Brasil, PP, PSD e Podemos, cada um com três eleitos(as).

A tônica polarizante nacional PT x PL aqui também se revelou. A campeã histórica de votos, a deputada Ana Carolina Campagnolo (PL), é logo seguida por Luciane Carminatti (PT), a segunda mais bem votada. A bancada da oposição ao governo de Jorginho Mello (PL), embora bem delimitada, tem representantes apenas do PT, Psol e PSD. Isso significa que a base governista é ampla e consolidada. Além dos 11 do PL, conta com representantes de pelo menos sete outras siglas.

A redação da TV AL tem oito jornalistas que dividem espaço com outros jornalistas da agência de notícias e seção de mídias digitais. Cada mídia legislativa possui um(a) coordenador(a), todos(as) subordinados(as) à diretoria geral de comunicação. O local tem aparência muito agradável e se parece com uma redação de jornal convencional, com estações de trabalho integradas, salas reservadas para as ilhas de edição e controle master, mas

curiosamente o único estúdio de gravação está inoperante. Repórteres/apresentadores usam a própria redação, a sala de imprensa e o plenário da Alesc para as inserções ao vivo e gravações do dia a dia.

De modo geral, as entrevistas foram proveitosas; as fontes foram colaborativas e suas falas trouxeram elementos significativos para o problema de pesquisa da tese. No primeiro dia de visita, fui recebida pelo então diretor da emissora, que me falou sobre os fluxos de trabalho e linha editorial. Na ocasião, a TV AL produzia três diferentes telejornais: Conecta (gravado e exibido duas vezes por semana, antes da Ordem do Dia das sessões plenárias), Alesc em Dia (destaques das sessões, exibido três vezes por semana diretamente do plenário) e Redação Alesc (resumo de até cinco minutos sobre as atividades que estão acontecendo na casa com entradas ao vivo de repórteres). Reportagens especiais, programas de entrevistas e outros formatos também compõem a programação. Nesta legislatura, a gerência de comunicação tem priorizado as redes sociais, então a produção de conteúdo da TV é pensada e adaptada a esta finalidade.

Assim como na TV Alba, a TV AL reúne profissionais sob diferentes arranjos funcionais. Das cinco pessoas entrevistadas, três são concursadas, uma é comissionada e uma é terceirizada. A média de idade é de 45 anos, todos(as) são jornalistas por formação, sendo três repórteres, um gerente e um produtor. A maioria acumulou bastante experiência na mídia privada e pública antes de ingressar na Alesc.

A equipe atual passou por diferentes linhas editoriais. Uma delas, que aparentemente durou até a última legislatura, considerava a TV AL como uma emissora de variedades. Embora a prioridade fossem as atividades legislativas, cobriam-se assuntos aleatórios não necessariamente relacionados ao parlamento. A gestão atual optou por restringir a cobertura somente ao que se passa na Alesc. Outras temáticas podem, sim, ser trabalhadas desde que haja alguma ligação, ainda que indireta, com o parlamento.

A decisão foi muito bem-recebida pelos(as) entrevistados(as), que a consideram mais coerente e adequada à rotina de produção da emissora. Focar no Poder Legislativo, para eles(as), é aprimorar a razão de ser e a expertise de uma emissora legislativa. Por outro lado, um ponto de discórdia que detectei, embora não unânime, é a decisão sobre a cobertura das sessões plenárias e reuniões das comissões permanentes.

As matérias são quase taquigráficas, isto é, se limitam a reportar as proposições deliberadas e votadas, às vezes intercaladas com as falas dos(as) respectivos(as) autores/relatores(as). Não se evidenciam, portanto, os debates, os conflitos, desentendimentos, possíveis manifestações do público nas galerias do plenário. O raciocínio por trás dessa

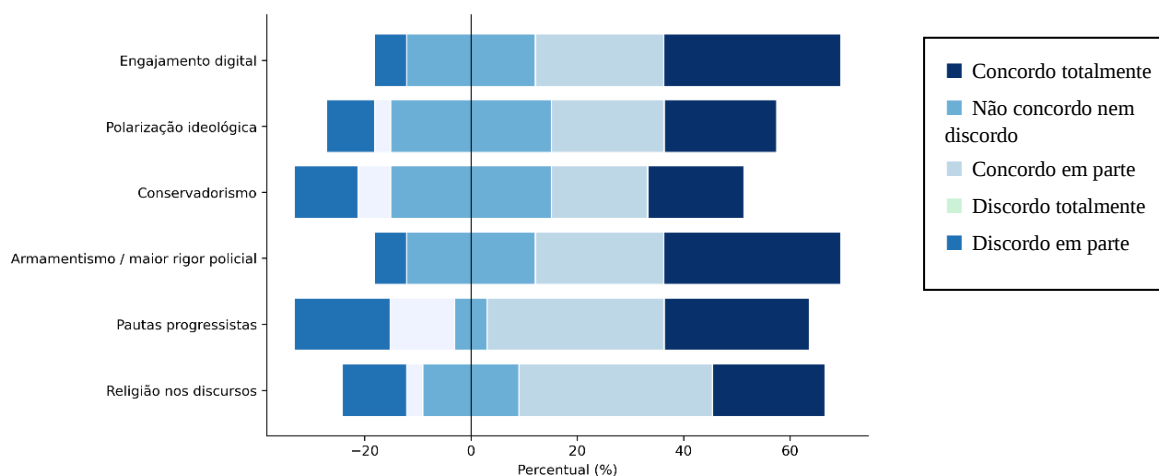
decisão é: as transmissões das deliberações já são feitas e podem ser acompanhadas tanto em tempo real quanto sob demanda no *YouTube* sem edições e cortes. Logo, a TV não precisa destacar as questões mais delicadas e problemáticas, como bate-boca entre parlamentares, discussões mais tensas etc. Apesar de críticas a essa decisão, de modo geral os(as) entrevistados(as) demonstram satisfação e bem-estar de trabalhar no local.

5.3 Análises dos dados: como os(a) jornalistas percebem a cena política local

A partir de agora, os achados das etapas empíricas, especialmente as entrevistas em profundidade, serão agregados e confrontados com os dados do questionário. O intuito é que eles se complementem mutuamente para ampliar o entendimento sobre como os(as) jornalistas percebem o cenário político local e como isso impacta suas rotinas de trabalho. Importante destacar que a elaboração das perguntas foi embasada pelo capítulo teórico, isto é, as ideias-chave do populismo, mais especificamente de sua vertente autoritária no Brasil, serviram para operacionalizar conceitos tratados no questionário e na análise das entrevistas.

O bloco/eixo temático **Política** é um dos mais importantes do *survey* a exemplificar esse procedimento. Uma das questões, focadas em comportamento parlamentar, pede ao(à) respondente que compare a legislatura anterior (2019-2023) com a atual (2023-2027) para medir o grau de concordância (escala *Likert*) quanto ao envolvimento dos(as) deputados(as) sobre determinadas questões.

Para analisar o gráfico desta questão (logo abaixo), deve-se considerar que o eixo X (horizontal) representa o percentual de respostas distribuídas em torno do ponto zero. Os valores posicionados à esquerda do ponto zero indicam discordância em relação às afirmativas enquanto os valores à direita indicam concordância. A posição zero corresponde à categoria “não concordo nem discordo”, portanto de neutralidade:

Gráfico 4 - Comportamento parlamentar diante de alguns temas

Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

Não há uma percepção homogênea dos respondentes sobre as afirmativas propostas com exceção dos temas **Engajamento digital** (Parlamentares priorizam cada vez mais o engajamento de seguidores em suas redes sociais em detrimento das atividades parlamentares) e **Armamentismo/menor rigor policial**. Nestes casos, o grau de concordância é acentuado.

Levando em consideração o percentual agregado de concordância, ou seja, unindo as opções “Concordo totalmente” e “Concordo em parte”, os temas **Religião nos discursos** (Há mais parlamentares que destacam a própria religião nos discursos e proposições, principalmente as denominações evangélicas), **Conservadorismo** (A legislatura atual é mais conservadora e resistente às transformações sociais) e **Pautas progressistas** também acumulam mais concordância, embora não acentuada, do que discordância ou neutralidade. Interessante notar como as duas últimas opções são contraditórias, o que sugere parlamentos heterogêneos e fragmentados.

Por outro lado, a afirmativa **Polarização ideológica** trouxe uma percepção muito difusa apesar da leve inclinação para a concordância. Além disso, há uma elevada neutralidade nas respostas (“Não concordo nem discordo”), o que pode indicar certa cautela ao responder à questão. Para aprofundar o assunto, a questão seguinte do *survey* trata dos temas que mais mobilizam os(as) parlamentares, geram debates e motivam a elaboração de proposições na avaliação dos(as) respondentes.

Gráfico 5 -Temas que mais geram mobilização parlamentar



Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

A pergunta admitia múltiplas respostas, portanto os percentuais não são excludentes e nem somam 100%. Temas de natureza econômica e produtiva (agronegócio e questões fiscais), que são de grande relevância e engariam muita articulação política, seguidos por questões sociais, centralizam as agendas legislativas segundo os(as) respondentes.

Um segundo bloco de temas, com percentuais entre 39% e 42%, envolve, de um lado, a **defesa de minorias sociais** e **questões ambientais** e, de outro, a **defesa de valores conservadores**. Por serem temas divergentes, é improvável que um parlamentar que defenda um dos lados também defenda o outro, o que mostra uma disputa de valores entre grupos com agendas opostas.

Seguindo tendência semelhante, o bloco seguinte, que traz os temas **defesa da democracia e das instituições** (27,3%) e **defesa de maior rigor policial** (24,2%), tem menor frequência relativa, mas ainda com menções significativas. Esses dados sugerem que, embora presentes no debate legislativo, tais pautas são percebidas como menos mobilizadoras do que aquelas associadas diretamente à economia e às disputas morais e identitárias.

Os temas **corrupção**, **desinformação**, **criminalidade** e **tráfico de drogas** apresentam percentuais mais baixos, indicando que, na avaliação dos(as) respondentes, são assuntos que

geram menos mobilização parlamentar e proposições legislativas, mas ainda recebem mais atenção do que o tema **denúncias da violência policial**, o menos citado neste recorte. Isso sugere que, no geral, o apoio a medidas repressivas/ punitivistas tem mais relevância nos debates do que críticas à violência policial.

Uma leitura comparativa entre o gráfico *Likert* e o gráfico que agrega os temas mobilizadores da atividade parlamentar revela pontos convergentes entre eles. Se no primeiro gráfico há elevada concordância quanto ao aumento da **religiosidade nos discursos** e ao **endurecimento do debate da segurança pública**, os resultados do segundo gráfico encontram correspondência quanto a **defesa do conservadorismo e dos valores tradicionais** e à **defesa de maior rigor das polícias**, ainda que tais temas não figurem entre os mais mencionados em termos absolutos.

Esse cenário conservador contrasta diretamente com a considerável correspondência entre **Pautas progressistas** (1º gráfico) e a **Defesa de minorias sociais** (2º gráfico). Embora não sejam temas que monopolizem os debates, eles indicam certa tensão na percepção dos respondentes acerca do comportamento dos deputados estaduais. Esse comparativo aponta para a coexistência de agendas normativas muito distintas e de disputas simbólicas em torno de valores e direitos, e sugere, ainda, que a atuação parlamentar é vista como mais orientada por disputas ideológicas pouco conciliáveis. Em outras palavras, as pautas mais relevantes do campo conservador têm poucos pontos de conexão com as pautas mais relevantes do campo progressista, o que resulta em ambientes mais polarizados e divididos.

5.3.1 Critérios para a análise qualitativa das entrevistas profundidade

As 17 entrevistas feitas durante a observação participante também trouxeram elementos úteis para se compreender as cenas políticas locais pelo olhar e entendimento dos(as) jornalistas. Elas foram transcritas e trabalhadas no *software Atlas.ti*, próprio para análises qualitativas de dados não estruturados. Embora o *software* ofereça uma ferramenta de IA, optamos por não utilizá-la por entendermos que não agregaria nenhuma vantagem adicional em termos de análise. Cada transcrição passou por um processo inicial de familiarização – uma leitura sistematizada para o estabelecimento de categorias.

Nesta etapa, foram criadas duas categorias (ou unidades analíticas) para agrupar os temas tratados: **1) Ação político-parlamentar** – abrange desde a noção estrita de poder legiferante, ou seja, criação de leis e até outras atribuições parlamentares, como discussão,

debate e deliberação dessas normas, e também condutas, valores e práticas dos(as) deputados(as); **2) Ação profissional** – abrange práticas jornalísticas, como decisões editoriais, além de atitudes, opiniões, percepções e relatos dos(as) entrevistados(as) em suas rotinas produtivas. A primeira categoria rendeu cinco códigos, enquanto a segunda, quatro. Esses códigos funcionam como um rótulo, uma etiqueta que classifica, qualifica e registra partes de um texto (Sampaio; Lycarião, 2022), e ficaram assim distribuídos:

Quadro 8 - Códigos gerados por categoria

Categorias/Unidades Analíticas	
Ação político-parlamentar	Ação profissional
acirramento / polarização	autonomia
antipolítica / antissistema	atenuação / mitigação
pauta moral	resistência
desinformação / negacionismo	subordinação
interferências	

Fonte: elaboração própria

A criação de códigos para cada categoria não foi aleatória; eles foram pensados conforme a leitura das entrevistas mostrava a ocorrência consistente de determinados padrões, reflexões e situações relatadas pelos(as) informantes. Em relação à categoria **Ação político-parlamentar**, os conceitos relativos ao populismo apresentados no capítulo teórico guiaram a elaboração dos códigos:

Quadro 9 - Breve dicionário dos códigos criados

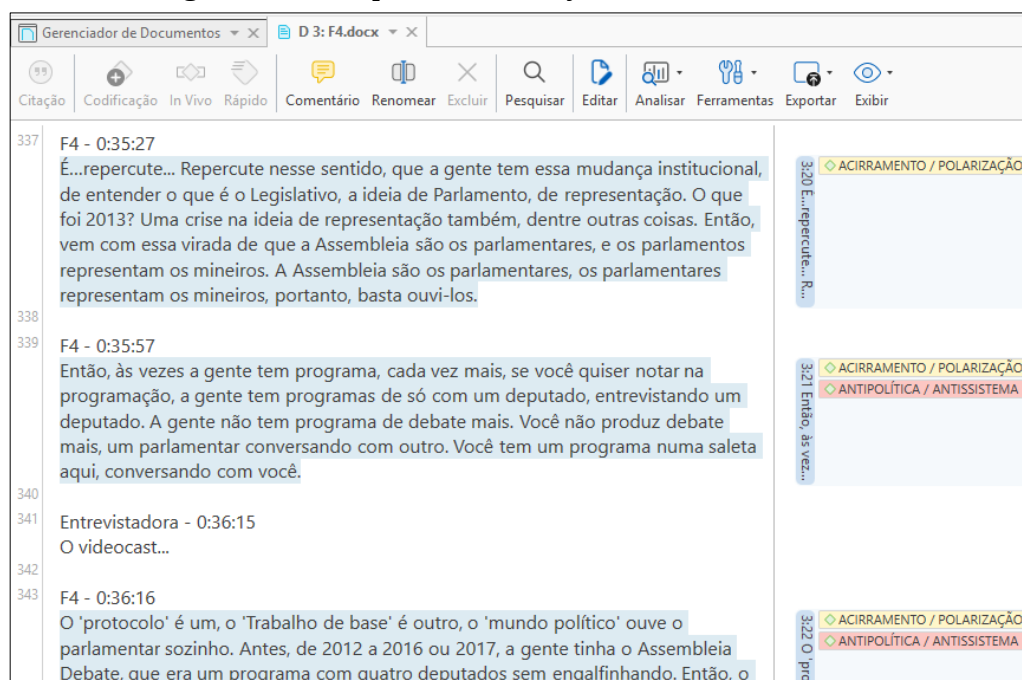
Códigos	Definição
Ação político-parlamentar	
Acirramento / polarização	Quebra de consensos, discursos autoritários, interdição dos debates, recusa ao diálogo, violência política de gênero, posicionamentos extremos
Antipolítica / antissistema	Manifestações de desprezo e de deslegitimação de instituições e práticas políticas tradicionais, enaltecimento da figura do <i>outsider</i>
Desinformação / negacionismo	Disseminação intencional e reiterada de informações falsas, distorcidas e/ou que negam consensos científicos e históricos.
Interferências	Ações deliberadas ou não que interferem direta ou indiretamente nas rotinas de produção e decisões editoriais das equipes jornalísticas
Pauta moral	Ênfase recorrente em pautas de costumes como eixo central do discurso político em oposição aos valores tradicionais; fundamentalismo religioso
Ação profissional	

Autonomia	Capacidade individual ou coletiva de tomar decisões, executar tarefas, estabelecer limites
Atenuação / mitigação	Redução de impactos de certos acontecimentos, discursos e práticas parlamentares considerados inapropriados ou problemáticos
Resistência	Mecanismos de oposição, sejam individuais ou coletivos, contra práticas que interfiram negativamente nas rotinas de trabalho ou reduzam autonomia
Subordinação	Cumprimento de ordens ou diretrizes sem questionamento; escolha deliberada pela resignação, sujeição e neutralidade para evitar embaraços

Fonte: elaboração própria

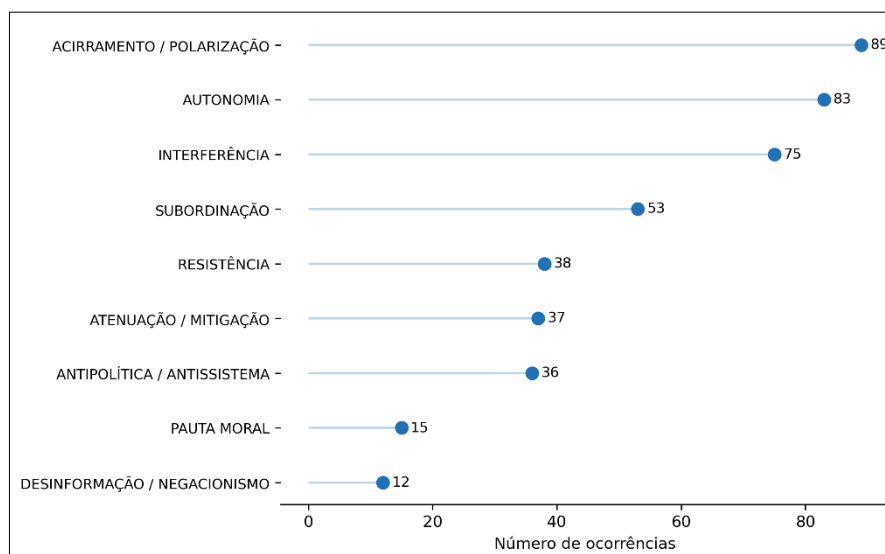
A ideia é que os nove códigos gerados conseguissem exprimir de forma sucinta as falas mais significativas dos(as) informantes, então nem sempre o termo foi literalmente dito por eles(as). O *Atlas.ti* foi um facilitador dessa análise, pois suas ferramentas permitem a seleção de grandes trechos de falas e a identificação delas com o código mais adequado à ideia expressada. Importante destacar que muitos trechos das entrevistas receberam mais de um código simultaneamente tendo em vista que os relatos são polissêmicos, então evocam muitas interpretações possíveis:

Figura 4 - Exemplo de codificação de entrevista no *Atlas.ti*



Fonte: reprodução *Atlas.ti*

A análise do *corpus* gerou a codificação de 316 trechos de falas assim distribuídas:

Gráfico 6 - Ranking de recorrência dos códigos identificados nas entrevistas

Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

O gráfico expõe um ranking de recorrência temática, isto é, a repetição de padrões envolvendo temas identificados nos relatos dos(as) informantes. Apesar da quantificação dos códigos mais frequentes, eles devem ser interpretados como indicadores de densidade discursiva que, por sua vez, servem de matéria-prima para análises estritamente qualitativas, portanto, sem fins de inferência estatística. Nas subseções seguintes, a análise e discussão do ranking de recorrência temática será feita por meio de blocos.

5.4 Bloco 1: Comportamento político-parlamentar

O primeiro bloco é dedicado à categoria **Comportamento político-parlamentar**. Os códigos serão analisados individualmente (**acirramento/polarização**, **interferência** e **antipolítica/antissistema**) com exceção dos códigos **pauta moral** e **desinformação/negacionismo**, que serão agrupados por terem um número de ocorrências muito próximo (15 e 12, respectivamente).

5.4.1 Código acirramento/ polarização

Por ser líder de recorrências (89), o código **acirramento/polarização** será analisado isoladamente dos demais. Ele indica situações de dificuldade de diálogo e construção de

consensos que envolvem desentendimentos motivados por diferenças ideológicas, passando por violência política de gênero até posições extremas, de agressões verbais e até físicas. Para além das disputas partidárias e ideológicas naturais em uma casa política por essência, esse código exprime posições parlamentares muito estanques, uma tendência de recusa ao entendimento que gera um clima mais tenso, propício até a troca de ofensas e que interfere na produtividade legislativa.

O relato de F2 sintetiza essa percepção: “Ter oposição, ter base, ter duas visões conflitantes é do jogo e sempre nos beneficiou, na medida em que o equilíbrio interno existe como coisa da força política [...] Ok, tá no jogo. A gente percebe, talvez, algumas coisas que extrapolam um pouco as regras de convivência da política, né? Entra um pouco lá no livro ‘Como as democracias morrem’, essas regras não escritas, elas passam a ser um pouco ignoradas”.

Jornalistas legislativos(as) mais experientes pontuam com mais clareza essa virada ao longo do tempo: “Eu acho que há um extremismo. Em 2015, eu acho que não tinha aquela divisão toda que teve só em 2017, 2018, enfim. Hoje há. E assim, eu acho que hoje essa coisa do extremismo, dentro das discussões entre eles, é muito mais forte do que antes” (F15). Com 15 anos de “casa”, F17 tem visão semelhante: “Então esse clima de entendimento, eu acho que mudou. De 2014 para cá, esse clima só foi piorando. E junta com as questões nacionais. Os protestos nas ruas [jornadas de junho de 2013]. E vem o impeachment da Dilma. E antes um movimento de contestar as eleições. Aí com a eleição do Bolsonaro há um avanço do conservadorismo, isso fica mais evidente, né? Inclusive no plenário. É....tudo muito mais pesado. Muito mais embates. Até pra cima das deputadas”.

Essas constatações partem, em grande medida, das respostas dos(as) informantes à pergunta ‘Você acha que a composição político-partidária do plenário impacta, de alguma forma, a cobertura da TV?’. Para a produtora F4 a animosidade no plenário influencia, sim, as equipes: “Eu acho que se reflete num medo muito grande de ouvir deputados diferentes [grupos ideológicos opostos] ao mesmo tempo. Então é isso, você perde um programa de debate! Você não faz o jornalismo de confronto mais. Você começa a ouvir um deputado, depois outro deputado, depois outro deputado. Você cria programas um a um. Você começa a ter muito dedo pra tratar de um tema”.

Naturalmente, as disputas políticas nacionais se refletem nos parlamentos subnacionais, mas F9 se queixa que elas assumem um protagonismo indevido: “De vez em quando eles têm umas brigas muito grandes, justamente a questão da bancada evangélica, principalmente depois de Bolsonaro, né? E aí um vai e chama o outro de “bolsonarista” [...] tinha muito isso

de eles se ofenderem ou se defenderem por conta do chefe do executivo, né? Ou pro Lula ou pro Bolsonaro. Tem muito isso. No começo, quando o Lula ganhou, ficou muito também. Eles brigavam. Ficou mais tenso”.

O relato de F9 traz à tona um componente importante dessa questão, que é uma nacionalização das pautas locais, isto é, deputados(as) estaduais se engajam fortemente em pautas que são de iniciativa privativa do Congresso Nacional ou até do Executivo federal. Bastante disseminada nos parlamentos estaduais, essa prática consome grande parte do expediente das sessões, especialmente o tempo de tribuna, com assuntos sem impacto direto para os estados, enquanto questões realmente relevantes são escanteadas.

Além de queda da produtividade legislativa, os desfechos desses embates podem ser violentos. Na Alba, os(as) informantes destacaram um episódio ocorrido no dia 18/06/2024 envolvendo a discussão sobre do chamado “PL do Aborto” (PL nº 1.904/2024)⁴⁸, iniciada pela deputada Olívia Santana (PcdoB), e com reações exaltadas do deputado Diego Castro (PL), que acabou sendo empurrado pelo colega Rosemberg Pinto (PT) e revidando as agressões. A nota taquigráfica da sessão registra o desentendimento:

A Sra OLÍVIA SANTANA: [...] a gente tem usado a tribuna para falar contra o PL nº1.904/2024, esse PL nefasto, vergonhoso, atrasado, que tenta violentar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres [...] Enquanto os deputados bolsonaristas estavam defendendo e votando a favor da liberação de armas; votando, dando golpe nos direitos das mulheres para tentar criminalizá-las, criminalizar meninas estupradas... Mas não levantam as vozes contra estupradores, agem na calada da noite, usam a fé das pessoas para manipular e acumular poder político, poder econômico.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Presidente, pela ordem, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (ZÉ RAIMUNDO FONTES): Pois não.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Eu peço... eu peço, por favor, que a Mesa...

O Sr. PRESIDENTE (ZÉ RAIMUNDO FONTES): Calma. Calma.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) retire, das notas taquigráficas, os termos indiretamente utilizados pela deputada que associam...

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Não teve ofensa a ninguém.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: retire, das notas taquigráficas, os termos indiretamente utilizados pela deputada que associam... associam a apologia ao estupro ao bolsonarismo e aos demais bolsonaristas. (BAHIA, 2024).

⁴⁸ O PL 1904/2024, de autoria do deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), propõe equiparar a pena de aborto após 22 semanas de gestação à de homicídio simples, mesmo em casos de estupro. Após forte mobilização social e pareceres de entidades, como OAB, atestando a inconstitucionalidade da proposta, ela teve sua votação adiada.

O episódio se conecta a outro aspecto mencionado pelos(as) informantes: a violência política de gênero⁴⁹. Os relatos colhidos em conversas informais durante a observação participante foram os mais contundentes nesse sentido, principalmente em Minas Gerais, onde as fontes mencionaram episódios da última e da atual legislatura na ALMG.

Um dos casos mais citados envolve o deputado Cristiano Caporezzo (PL-MG), que é réu pelo crime de violência política de gênero após a Justiça Eleitoral aceitar uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF) relacionada a publicações contra as deputadas Beatriz Cerqueira (PT) e Bella Gonçalves (PSOL). Segundo a denúncia do MPF, Caporezzo publicava em seus perfis nas redes sociais vídeos e montagens com cortes, edição de vozes e imagens, falas retiradas de contexto e memes para ridicularizar, constranger e limitar a atuação política das parlamentares.

Há uma percepção de que os embates envolvendo mulheres parlamentares são mais hostis, desproporcionais, isto é, o tratamento dispensado a elas é assimétrico em relação aos colegas homens mesmo em situações de enfrentamento semelhantes. Segundo o relatório do Monitor da Violência Política de Gênero e Raça 2025, que mapeou ações penais eleitorais desta natureza registrados entre 2021 e 2025, houve 245 ocorrências no período. As principais vítimas são as vereadoras (55% dos casos), seguida pelas deputadas estaduais (16%). Destas ocorrências, apenas 11% foram convertidas em ação penal eleitoral. Nas ALs, os conselhos de ética costumam arquivar estas denúncias.

Na Assembleia Legislativa de Goiás, por exemplo, seis representações feitas ao Conselho de Ética pela deputada Bia de Lima (PT) em desfavor do deputado Amauri Ribeiro (UB) foram arquivadas. Uma das representações foi motivada após o seguinte episódio, do dia 21 de maio de 2025:

DEPUTADO AMAURI RIBEIRO: Vai cuidar dos seus novinho [sic], deputada. Vai. Você gosta de novinho. Cuidado para você não pegar novinho demais.

DEPUTADA BIA DE LIMA: Questão de ordem, senhor presidente.

DEPUTADO CLÉCIO ALVES (PRESIDENTE DA MESA EM EXERCÍCIO): É... fala, deputada Bia de Lima. Questão de ordem.

DEPUTADA BIA DE LIMA: Questão de ordem! Senhor presidente, eu solicito à mesa diretora que substitua o secretário em exercício tendo em vista a falta de decoro.

(Tumulto na sessão. Deputados falando ao mesmo tempo)

DEPUTADO AMAURI RIBEIRO: Deixa eu falar uma coisinha pra senhora deputada. Eh, ontem a senhora disse aqui absurdos e de uma fala da senhora, de uma

⁴⁹ Segundo a Lei 14192/21, a violência política contra as mulheres é toda ação, conduta ou omissão cuja finalidade seja impedir, obstaculizar ou retingir os direitos políticos das mulheres. A norma acrescenta também que qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e das liberdades políticas fundamentais das mulheres, em virtude do sexo, também configura uma violência política.

fala da senhora onde a senhora disse em uma entrevista que gosta de novinho. Novinho é termo usado por pedófilo. Foi a jornalista, a qual a senhora deu uma entrevista ontem, que chamou a senhora de papa-anjo..E eu vou tomar as minhas atitudes porque eu acho um desrespeito uma deputada estadual, uma professora, presidente de um sindicato de professores, vim numa rede, num numa emissora e dizer que gosta de novinhos. (GOIÁS, 2025).

O encerramento da sessão impediu a votação do pedido de prorrogação do decreto de calamidade feito pela prefeitura de Goiânia. Outros episódios estão descritos em ação julgada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO)⁵⁰.

7º FATO - SESSÃO ORDINÁRIA DE 14.9.2023: "Deputada, vai tomar Gardenal. Gardenal é pra doido, a senhora não está bem. A senhora está com problema mental, tá? A senhora quer respeito, me respeite. Não venha mentir, não venha falar absurdos aqui não, não venha, tá? Eu não vou falar o que eu tenho vontade de falar pra senhora não senão é porque é mulher, não pode falar, né, tadinha da senhora. A senhora é submissa, né?"

9ª FATO - SESSÃO ORDINÁRIA DE 28.8.2024: “Quero dizer aqui à Deputada Euzébia de Lima do PT, só poderia ser do PT, pra subir na Tribuna e dizer que as queimadas que estão acontecendo são iniciativas de produtores rurais fazendo acero com fogo. A senhora está enganada Deputada Euzébia de Lima [...] É fácil da senhora me desmentir, tá bão. Fica caladinha, senta aí. A tribuna é minha. A senhora já teve seu tempo [...]” Não só a senhora, mas o seu partido do PT que não respeita os produtores rurais desse País e, provavelmente de lugar nenhum. Então se contenha. A senhora não tem o mínimo perfil pra tentar dar educação para ninguém. A senhora não tem o perfil de uma professora, pelo menos das professoras que eu estudei. A senhora nunca serveria (sic) para educar um filho meu, sequer um animal que eu crio lá na roça. (TRE, 2024)

O gerente F2, um dos informantes que reforçou esse fenômeno de hostilidade contra as deputadas, reflete: “Não ocorria tanto [violência política de gênero] porque tinha menos mulheres, era mais silenciado. Ou a partir do momento que a gente passa a ter, fica mais diversa a representação feminina e essa coisa aparece [...] então, por exemplo, no momento em que você coloca essas duas forças antagônicas no mesmo espaço, vai dar choque. A gente pode olhar como ela é fruto de um crescimento da extrema direita, mas ela é também fruto, digamos, de parcelas da sociedade que nunca foram tão bem representadas, começam a estar representadas ao mesmo tempo”.

Importante ressaltar que a percepção de uma escalada de tensão nos plenários ao longo do tempo não é unânime entre os entrevistados. Na Bahia, as avaliações são mais difusas

⁵⁰ A ação foi arquivada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) em maio de 2025, mas em novembro do mesmo ano, após recurso apresentado pelo Ministério Público Eleitoral, o tribunal reconsiderou a decisão e tornou o deputado réu por violência política de gênero (Bezerra, 2025).

quanto a isso. Dos cinco informantes, apenas dois foram categóricos sobre a percepção de mais hostilidade entre parlamentares, mas o restante, embora confirme uma subida de tom, não veem uma ruptura: “A oposição...ela atua, mas não é aquela como você vê na Câmara dos Deputados, em Brasília, que é aquela guerra, né? Aqui tem algumas coisas, mas não é aquela briga. Lógico que tem a oposição super presente, mas aqui é uma coisa mais tranquila”.

F7 segue a mesma linha: “Eles provocam mesmo...É o papel deles. Eles fazem o papel deles. O papel de oposição é o quê? Vamos provocar quem tá na situação e vamos tentar... Às vezes eles ultrapassam o limite no sentido de provocação pessoal, mas nada que seja... só nesse dia mesmo que foi meio fora da curva” [referência a uma discussão no plenário entre deputados do PL e do PT].

A Bahia, ao contrário de outras regiões do país, é bem mais influenciada por disputas políticas regionais, historicamente marcadas pela rivalidade entre carlistas x petistas/lulistas. Mesmo com quatro eleitos pelo PL na Alba em 2022, os arranjos políticos locais são singulares a ponto de deputados da sigla (e outros do PSD), comporem a base do atual governador Jerônimo Rodrigues (PT) – uma aliança impensável em outros estados.

5.4.2 Código Interferência

Começamos pelo primeiro código deste bloco: **interferência**, que figura em terceiro lugar geral em ocorrências (75). Ele se refere a ações que influenciam direta ou indiretamente as rotinas de produção e decisões editoriais das equipes jornalísticas. Importante pontuar que esse código classifica ações relacionadas aos impactos do atual contexto político, mas também eventos gerais vivenciados pelas equipes ao longo dos anos considerados constrangimentos organizacionais que, portanto, geram algum impacto nos fluxos de trabalho. Em conjunto, as entrevistas e o *survey* tentaram detectar interferências em dois âmbitos: **1)** gestão da TV e manejo das equipes (influência política para contratar e desligar servidores) e **2)** questões editoriais (influência dos arranjos políticos locais e do atual contexto político no conteúdo).

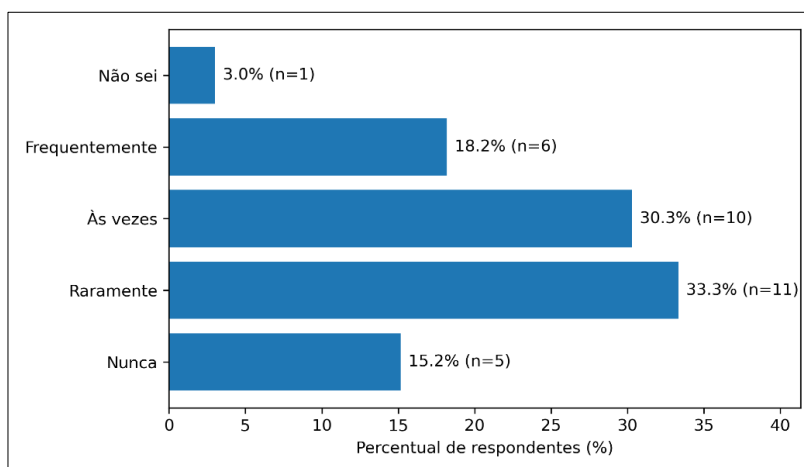
É possível dizer que, de modo geral, as TVLs Estaduais possuem liberdade para construir os enquadramentos de seus produtos e conteúdos. Obviamente que, como emissoras legislativas, elas cumprem uma função institucional, então as coberturas também contemplam atividades legislativas que não se resumem somente às deliberações estritas, como eventos, audiências, viagens etc, feitas em nome da instituição.

Um dado essencial nessa dinâmica é que todos os(as) informantes relataram que atividades políticas e partidárias de base que parlamentares fazem em nome de seus mandatos e que visam negociar apoio entre correligionários normalmente não recebem cobertura das TVs. Esse trabalho costuma ser feito pelas assessorias de comunicação/marketing dos próprios gabinetes. Isso demonstra uma tentativa de manter o princípio da impessoalidade. As ingerências, contudo, se manifestam mais na gestão da mão de obra.

Nesse sentido, a interferência mais pontuada é o poder de alterar as equipes profissionais, algo frequente na TV Alba e na TV AL, mas não identificado na TV ALMG. Isso ocorre devido a troca dos integrantes das mesas diretoras e também da presidência das ALs, o que normalmente acontece a cada biênio, e sempre causam mudanças nas emissoras. Na prática, é a manifestação do fisiologismo: o poder das indicações políticas que impõem contratações e desligamentos, mudanças na ocupação de diretorias e chefias, ou seja, cargos são moedas de troca. Mais uma vez fica evidente que trabalhadores(as) sem estabilidade são mais vulneráveis.

F14 fala sobre isso: “A gente vive conforme vai mudando a direção. Ela muda de um ano, de dois em dois anos, de três em três, quatro em quatro. E fica aquele burburinho. Vai sempre mudar”. F13 acompanha: “É quase impossível você conseguir fazer alguma coisa de longo prazo. Mesmo que você amarre de todas as formas, os mecanismos pra você desamarrar isso numa próxima diretoria, por exemplo, que não concorde com aquilo, são muito fáceis. Então você consegue reverter muita coisa. Entrou uma diretoria, mudou tudo. Entrou uma diretoria nova, agora vai mudar tudo”. O repórter F15 acrescenta: “Já ouvi falar: ‘ah, fulano tem que sair porque o deputado tal quer outra pessoa’. Já aconteceu!”.

O *survey* também buscou identificar essas **interferências**. A pergunta sobre o poder de influência da mesa diretora e demais parlamentares nas decisões editoriais e relativas à produção de conteúdo, atribuições e gestão de pessoal das TVs, teve as seguintes respostas:

Gráfico 7 - Percepção da influência política sobre as TVLs

Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

A percepção dos jornalistas acerca da interferência da mesa diretora se concentra majoritariamente entre níveis baixos e intermediários, pois as respostas “raramente” (33,3%) e “às vezes” (30,3%) representam mais de 60% do total, sugerindo que, embora a influência política seja reconhecida, ela não é percebida como sistemática. A categoria “frequentemente”, assinalada por 18,2% dos(as) respondentes, confirma experiências recorrentes de interferência, ainda que minoritárias no conjunto da amostra.

Em resposta à pergunta “Como você caracterizaria a linha editorial da TV na qual você trabalha?”, a grande maioria (72,7%) marcou a opção “A cobertura costuma ser equilibrada e o noticiário, sempre que possível, dá igual espaço para diferentes grupos político-partidários”. Em seguida, 12,1% marcaram “A cobertura costuma ser mais favorável ao grupo político-partidário do governo do Estado”, seguido por “A cobertura costuma ser mais favorável ao grupo político-partidário que preside a Mesa Diretora” (9,1%).

Isso significa que, embora preze-se por uma cobertura que contemple todos os espectros políticos das ALs, alguns grupos podem, sim, receber mais ou menos visibilidade. Isso também se estende às agendas desses grupos. F12 ilustra essa situação: “Acho que sim [interferência nos conteúdos]. Porque alguns temas acabam ficando meio de lado, assim, que a gente fazia [temas que eram trabalhados antes]. Tipo, pautas mais focadas em... mais de esquerda, tipo direitos humanos. Outras voltadas mais para a ecologia também. [Entrevistadora]: Alguma coisa de gênero? F12: Não, essas coisas também a gente não pode pautar [...] Porque, na verdade, como tem essas pessoas que estão aqui eleitas agora [mais

conservadoras], acabam mudando toda a diretoria de todos os setores. E daí, os assuntos que eram falados antes, de repente, eles não têm mais importância para essas pessoas que estão atualmente nas diretorias. Eles gostam de abordar outras coisas. "Ah, vamos falar só sobre desenvolvimento econômico de Santa Catarina".

De modo geral, o *survey* trouxe respostas bem mais difusas quanto aos níveis de interferência. As respostas confirmam, claramente, o poder de influência do plenário sobre a mão de obra, mas os níveis de interferência nas questões editoriais não ficaram tão claros. Já as entrevistas produziram resultados muito mais categóricos nesse sentido e isso será detalhado durante a análise dos códigos **resistência** e **subordinação**.

5.4.3 Código antipolítica/antissistema

Sétimo código mais recorrente (36), **antipolítica/antissistema** se refere a condutas que rejeitam e deslegitimam instituições, práticas políticas tradicionais e o próprio fazer político. Durante o processo de codificação das entrevistas, foi possível identificar um espectro de atitudes e valores, que vão desde a quebra dos protocolos esperados para quem exerce um cargo eletivo até tendências de comportamentos considerados nocivos à atividade parlamentar, inclusive atitudes antidemocráticas.

No caso do comportamento **antipolítica**, há uma tentativa de desqualificar práticas essenciais para o exercício do poder legiferante, isto é, importantes para a elaboração, propositura e votação dos projetos de lei – atividades que exigem negociação e arranjos coletivos, mesmo entre campos ideológicos opostos.

Informantes da Alesc mencionaram um episódio que exemplifica esse comportamento. A bancada feminina, embora sempre pequena em relação ao número de homens, historicamente se manteve unida e encampando proposições em conjunto a despeito das diferenças partidárias. Contudo, pela primeira vez a bancada está desfalcada porque a deputada Ana Carolina Campagnolo (PL) se recusa a compor o grupo por ser uma mulher conservadora e antifeminista. Além disso, ela tentou emplacar um projeto de resolução que determinava a extinção da bancada. A proposta, contudo, não obteve o número mínimo de assinaturas para tramitar. O episódio é emblemático porque compor bancadas/blocos parlamentares é vantajoso, pois amplia e fortalece determinadas causas e facilita articulações e negociações.

Com o tempo, essas práticas começam a alterar alguns aspectos da atuação parlamentar e, no limite, até da representação política: “Sim, mudança de perfil [...] À medida em que chegaram os deputados mais conservadores, eles passaram a criar mais polêmicas nessas reuniões, né? Às vezes... dificulta o trabalho [das equipes]. Então, e cada vez mais você tem visto algumas situações em que o contraditório não está presente naquela reunião. Você tem reuniões com só um espectro.... Você tem, às vezes, mais reuniões para tratar de um mesmo assunto porque chega a um certo ponto que fica inviável eles conviverem no mesmo espaço” (F5).

A baixa disposição para expor e ouvir ideias e um trato mais hostil em debates, sobretudo quando há divergências de posições, também são comportamentos frequentes identificados nas falas dos(as) informantes. Foi possível captar uma percepção coletiva da redução do tempo que parlamentares destinam aos pronunciamentos nas sessões deliberativas e até de desinteresse de durante a discussão de matérias (quando oradores se inscrevem para declarar as razões de serem favoráveis ou desfavoráveis a determinadas proposições) de solicitar aparte (quando parlamentares interrompem o orador, desde que autorizados e por tempo determinado, para acrescentar informações oportunas sobre a pauta debatida). Os plenários e comissões aparentam estar, portanto, menos interativos, dialógicos, com menos espaço para a formação de maiorias.

Muitos(as) têm valorizado mais as postagens nas redes sociais, principalmente os famosos cortes: vídeos editados, cheios de recursos visuais e sonoros, com linguagens de memes para manter a base de seguidores/eleitores sempre engajada porque se adaptam melhor aos algoritmos das plataformas digitais. Mesmo ao ocupar as tão simbólicas tribunas para defender ou criticar pontos de vista e apresentar suas proposituras, os discursos invariavelmente são convertidos em cortes pensados para viralizar. Nas palavras de alguns informantes, são “os deputados *tiktokers*”.

Esses cortes dificultam propositalmente entender o contexto da gravação e da fala do(a) parlamentar, pois as cenas da interação com os interlocutores são muito editadas para prevalecer determinada versão dos fatos, obviamente uma que favoreça o(a) autor(a) do vídeo. Um ponto importante nessa dinâmica é que adversários políticos são convertidos em oponentes, em inimigos que devem ser ridicularizados. “A gente percebe que esse tipo de coisa hoje é um pouco mais contaminada, por exemplo, da coisa da rede social. O cara vai ali, causa o tumulto dele, grava esse recorte para a rede social e vai lá falar: ‘ó, tá vendo? Eu enfrentei a esquerda e falei na cara deles’ [...] A realidade, digamos, há uma construção de uma realidade que é paralela em relação a isso” (F2).

São comportamentos que seguem a dinâmica do neopopulismo ou populismo digital, conceitos discutidos no capítulo 2. A notoriedade dos populistas não depende mais da mediação de jornalistas ou outros *gatekeepers*. A arquitetura das plataformas digitais favorece esse comportamento. “Eu acho que tinha mais debate, tinha mais enfrentamento. Era um pouco mais misturado, e isso foi segmentando. E aí isso vem junto com a mudança tecnológica que é o quê? Redes, né? Você tem rede, cada um fala pra sua audiência, de um pra muitos. Você não tem... não é muito debate ali, né? Você tem um deputado que fala na plataforma dele, ele tem o *Instagram* dele, tem o *Facebook* dele, ele quer que a TV seja isso também. Seja a voz dele. Então, ele não tem que se justificar com um deputado de direitos humanos.... um deputado da segurança pública não quer se meter com um deputado de direitos humanos, ‘brigando’ num programa da TV Assembleia mais. Se for pra isso, ele prefere fazer o vídeo dele no *Facebook*” (F4).

Parlamentares mais jovens, fenômenos de popularidade digital e mais alinhados à extrema direita, são mais adeptos dessa dinâmica, o que não exclui parlamentares de esquerda e os mais experientes, mas com menos intensidade conforme observação dos(as) informantes. Essa resistência quanto à liturgia do exercício de um mandato político em uma casa de leis rende um outro tipo de capital político, que é se apresentar como um *outsider*, alguém supostamente sem trajetória política prévia, que circula em um espaço tradicional de poder, mas que não pertence a ele, pois subverte suas regras. Paradoxalmente, isso revela um certo desdém pelo fazer político.

Alguns respondentes notam, ainda, um certo descaso quanto à imprensa em geral: “A gente sempre teve direita e esquerda, governistas e oposição [...] E a gente sempre tinha o cuidado de colocar os dois lados, mas as coisas ficaram um pouco difíceis, elas ficaram um pouco mais...Delicada a situação. Os ânimos acho que se afloraram um pouco mais, né? Houve um acirramento [...] há quatro anos, seis anos atrás. Os deputados novos que vieram dessa onda bolsonarista, que não eram da casa, eles tinham até acho que um pé atrás, porque eles já têm um pé atrás com a imprensa em geral” (F1).

F12 corrobora essa percepção: “Já se usou mais [os serviços da TV]. Mas hoje em dia eles têm a própria equipe de comunicação, eles filmam na hora, com o próprio celular, já usam do jeito que eles querem. Ou eles nem usam, porque eles também tão falando bem menos aqui durante as sessões, não tem mais tanto assim, fala. Entrevistadora: Você diz sobre usar a tribuna, discursando, nesse sentido? F12: Aham [...] Eles não querem”. Nesse ponto, pondera-se que, para além da postura antipolítica, parlamentos muito governistas, onde a

oposição é minoritária, não há estímulos para que os membros da maioria ocupem as tribunas, elaborem discursos para convencer seus interlocutores.

5.4.4 Códigos pauta moral e desinformação/negacionismo

Enquanto a **pauta moral** se refere à ênfase em valores familiares e religiosos tradicionais, **desinformação/negacionismo** indica a disseminação intencional, reiterada ou não, de informações falsas e distorcidas. Embora minoritários numericamente, esses códigos não deixam de ter relevância, pois fundamentam discursos, mobilização e, principalmente, projetos de lei, o que fortalece a consolidação de agendas controversas do ponto de vista democrático. Além disso, ambos, sobretudo as questões morais, são elementos importantes do populismo autoritário.

As entrevistas informais durante a observação participante foram as mais ricas e que motivaram a criação desses códigos. Conforme anotações do diário de campo, no cafezinho perto do plenário na ALMG, um grupo de jornalistas comentou, em tom de brincadeira, sobre a “inutilidade” de parte considerável de proposições apresentadas pela atual legislatura. Na Alesc, uma repórter que acompanhei fez observação parecida em relação a projetos de lei praticamente idênticos. As duas situações fazem referência a uma prática sistemática em diversas ALs, que é a replicação de projetos de lei sobre questões morais e de costumes, muito comum entre a extrema direita, mas também detectadas na ala progressista apesar de menos frequente.

Levantamento da Observatória⁵¹ sobre projetos de lei apresentados em todas as ALs e na CLDF que tratam da população LGBTQIA+ dimensiona essa questão. Entre janeiro de 2019 e junho 2025, foram apreciadas 378 proposições, sendo o PL, Republicanos e União Brasil as legendas que mais tentam legislar sobre esse universo.

⁵¹ Plataforma criada pela agência de jornalismo independente Diadorim para monitorar projetos de lei relacionados à população LGBTQIA+ do país.

Figura 5 - Ranking dos temas mais comuns entre os PLs



Fonte: reprodução Observatória. Disponível em <https://observatoria.org/#PLsAnti>

PLs que dispõem sobre a leitura obrigatória da bíblia nas escolas públicas, criação de escolas cívico-militares, que questionam cotas/ações afirmativas e, principalmente, preveem a obstrução aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres são os mais lembrados pelos(as) jornalistas. Este último tópico, inclusive, é um dos que mais movimentam as ALs, pois pelo menos 13 (incluindo Alesc e ALMG), já instituíram frentes parlamentares em defesa da vida e da família (com atuação pró-vida e contra antiaborto). Esses temas elencados coincidem com levantamentos de projetos de lei que têm sido feitos pela imprensa⁵².

O produtor F17 relembra o avanço desses temas: “Ficou perceptível até uma....tipo uma vigilância [...] De 2014 pra cá, alguns gabinetes tinham uma certa estridência com algumas

⁵² Direita fortalece pautas estratégicas do bolsonarismo em assembleias e câmaras municipais para vencer em 2026 (Fonte: O Globo. Disponível em: <https://encurtador.com.br/EJqG>); Nuvens de palavras mostram o que os deputados mais falam na tribuna da ALMG (Fonte: Estado de Minas. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gqKA>); Na era da polarização, casas legislativas duplicam pautas (Fonte: Correio Braziliense. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ErOV>); Assembleias Legislativas replicam pautas polarizadas das eleições em projetos de lei (Fonte: O Globo. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dyql>);

questões porque começa a se acentuar um pouco mais de conservadorismo. Então isso passou a se refletir mais nos temas abordados aqui [na TV], que usamos para trabalhar as entrevistas... aborto, homossexualidade, drogas”. A repórter F12 nota a uma apropriação calculada de temas de costumes: “Os discursos às vezes são focados até pra causar... Muita retórica. “Vamos falar de aborto porque é um assunto que rende e depois a gente pode usar em rede social”.

São projetos que promovem uma replicação ideológica de pautas que geram fortes reações emocionais. Importante ressaltar que entre as bancadas progressistas ocorre essa mesma replicação. Estão entre os temas mais copiados a implantação de tarifa zero para o transporte coletivo, ampliação de cotas/ação afirmativa e combate à discriminação contra a população LGBTQIA+, proibição do serviço público contratar pessoas que respondem a processo criminal por envolvimento nos atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023. Se, por um lado, essa replicação mostra que os legislativos estão atentos e conseguem captar temas que reverberam socialmente, por outro, mostra oportunismo, uma forma de manter latentes certos debates e, com isso, reforçar uma espécie de virtude entre a própria base de apoiadores. Além disso, não cabe às ALs legislar a respeito de muitos desses temas.

Quanto ao código **desinformação/negacionismo**, os relatos evidenciam que as falas desinformativas são mais frequentes quando parlamentares querem desqualificar adversários e campos políticos opostos, atribuindo a eles supostos atos de corrupção ou atitudes moralmente condenáveis, mas sem comprovação. A forte “moralização” das pautas e agendas favoreceria isso. Os projetos de lei sobre “ideologia de gênero” e sobre a proibição do uso de banheiros públicos por pessoas trans são exemplos de temáticas propícias ao pânico moral, de criação de inimigos públicos – estratégias discursivas características do populismo.

Em uma conversa informal, uma editora baiana lembrou um episódio dessa natureza: “Tive problema com uma deputada na legislatura anterior, uma de extrema direita. Ela fez uma audiência pública e mandou uma *fakenews* sobre crianças. Quando subimos o conteúdo no *YouTube*, ele deu *strike* [quando a plataforma exclui vídeos que violam direitos autorais ou contrariam as normas da comunidade, geralmente por conteúdo impróprio]. Aí chamamos ela e explicamos as razões, que ferimos os regulamentos, mas ela não gostou”.

Outro episódio, segundo ela, envolveu um parlamentar que presidiu um seminário sobre a Igreja Universal do Reino de Deus: “No intervalo da transmissão ao vivo, entrou um vídeo institucional sobre combate à intolerância religiosa. O deputado viu e reclamou muito com a gente! Achou que era proposital. E eu expliquei que não! Que era uma propaganda institucional como tantas outras que inserimos nos intervalos, já que não temos comercial

como uma emissora privada. Tive que explicar que aquilo não era contra ele, jamais, mas foi um perrengue para ele entender”.

A pandemia foi um período particularmente difícil nesse sentido, pois houve uma replicação massiva de projetos de lei e a realização de audiências públicas e CPIs contrárias à obrigatoriedade de documentos que comprovassem a vacinação, como o passaporte sanitário, especialmente para crianças. Convicções pessoais que contrariam consensos outrora estabelecidos também compõem os relatos das entrevistas.

Para F17, a cena política atual é permissiva para a disseminação de opiniões que antes seriam inadmissíveis: “...a atmosfera permite, mas antes de 2015, o golpe [de 1964] era entendido como o golpe que foi, mas a partir de 2014 eu percebo que tentou-se reescrever a história, tentar rever o golpe de outra maneira, pelas forças conservadoras”. E continua: “Há parlamentares que inclusive passaram a enaltecer né? Então, antes, até então era um ponto pacífico [que a ditadura de 1964 foi um golpe de estado], ninguém questionava. Havia um esclarecimento sobre o golpe, que foi uma coisa perversa que provocou morte, assassinato, foi uma ruptura política no país com graves consequências”.

O gerente F2 compartilha a mesma percepção: “Coincide com a Assembleia, com talvez pessoas que vão defender o golpe de 1964 como revolução. “Vamos falar que aquilo foi uma revolução”. Entrevistadora: Tem parlamentar que usa tribuna para falar isso? F2: Sempre tem, sempre tem. Os deputados hoje que representam esse campo não escondem o que pensam sobre o regime”.

5.5 Bloco 2: Ação profissional

Iniciamos agora as análises do segundo bloco, dedicado aos códigos da categoria **Ação profissional**. Ela foi estabelecida para reunir estratégias, sejam coletivas ou individuais, formais ou não, as quais os(as) jornalistas recorrem diante dos desafios em suas rotinas. As análises seguem dinâmica parecida com os códigos do primeiro bloco. Os códigos **autonomia** e **subordinação** serão discutidos individualmente, enquanto **resistência** e **atenuação/mitigação** serão examinados em conjunto.

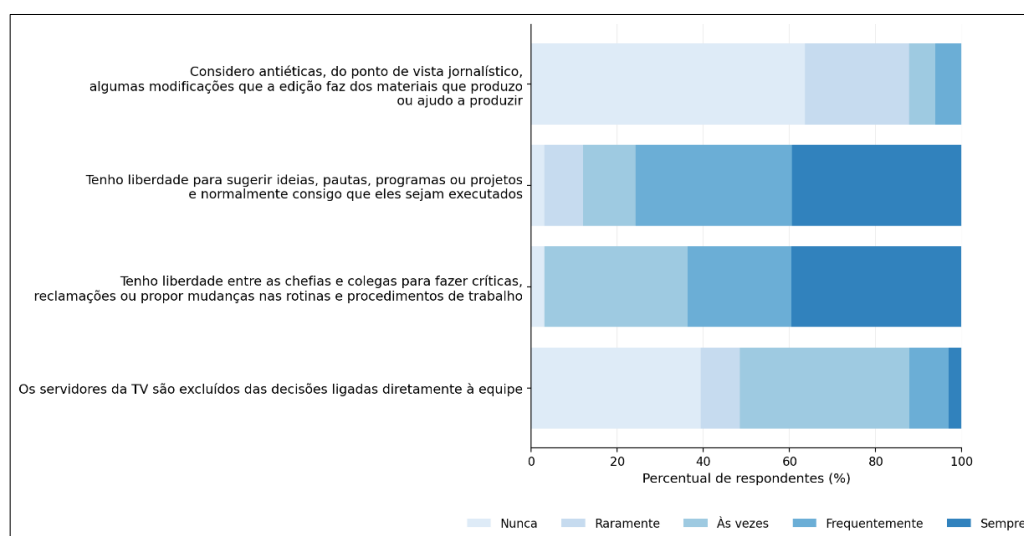
5.5.1 Código autonomia

Segundo código mais recorrente (83), **autonomia** foi atribuído a duas diferentes situações: **1)** mecanismos coletivos encontrados pela TV para fazer valer suas decisões diante de pressões externas seja por conta do contexto político mais conservador ou por conta das questões institucionais próprias de uma emissora pública estatal; **2)** mecanismos individuais que os(as) jornalistas desenvolvem para legitimar e exercer a própria função.

Este foi o código mais complexo em termos de análise, pois à primeira vista, se focarmos neste resultado em números absolutos, fica a impressão de que as TVLs desfrutam de elevada autodeterminação para tomar decisões sem interferências significativas. Na verdade, o alto número de ocorrências do código indica um processo acentuado e constante de negociação das emissoras e seus jornalistas para demarcar o próprio “território”, para estabelecer critérios adequados aos seus fluxos de trabalho e para que estes sejam cumpridos e, principalmente, respeitados dentro das ALs e por parlamentares. Como será visto nesta subseção, a autonomia não é uma condição garantida ou atributo fixo; ela precisa ser defendida e negociada o tempo todo.

Um dos blocos do *survey* foi justamente dedicado a medir a autonomia profissional em nível individual e retornou respostas que ajudam a compreender esses aspectos:

Gráfico 8 - Grau de autonomia das equipes



Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

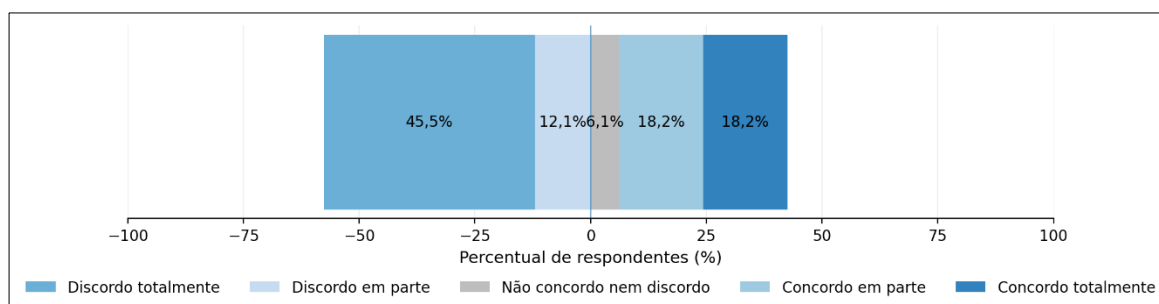
A percepção de interferência editorial considerada antiética é relativamente limitada entre os(as) respondentes porque 63,6% afirmam que tal situação nunca ocorre, e 24,2% indicam que ocorre raramente, enquanto apenas 12,2% relatam vivências mais frequentes (“às

vezes” ou “frequentemente”). Já as respostas sobre liberdade profissional revelam um cenário consideravelmente positivo: 75,8% dos participantes declaram que frequentemente ou sempre conseguem sugerir ideias, pautas ou projetos e vê-los executados, e 63,6% indicam dispor de liberdade para formular críticas, reclamações ou propor mudanças nas rotinas de trabalho.

F14 destaca essa liberdade: “Eu tenho autonomia total para chegar no editor e falar “eu quero isso” [...] eles [edição] mandam a minha matéria para o [REDACTED] corrigir, ele dá ok para publicar no *YouTube* e no outro dia eu chego, assisto, falo, “gente, aqui está errado, não era isso que eu queria”. “Ah, tira lá, faz do teu jeito e depois põe no *YouTube* de novo”. Nunca teve esse conflito. Que eu me lembro de assim de ter conflito e falar “isso aí você não vai poder falar”. Não lembro. Mas também a gente chegou aqui já foi orientado a ser um fazer um jornalismo sem grandes críticas, menos analítico”.

Por outro lado, a percepção de exclusão dos servidores das decisões diretamente ligadas à equipe apresenta um quadro mais ambíguo, com distribuição polarizada entre as respostas “nunca” e “às vezes” (ambas com 39,4%), sugerindo experiências heterogêneas entre os profissionais. Analisados em conjunto, os dados indicam que as TVLs são relativamente abertas à participação e à autonomia, ao mesmo tempo em que há tensões e assimetrias quanto aos processos decisórios internos. Entendo que essa assimetria se alinha às interferências sobre a gestão de pessoas discutidas antes.

O assunto foi alvo da seguinte pergunta no *survey*: Jornalistas terceirizados(as)/temporários ou que ocupam cargos em comissão perdem autonomia e independência profissional em relação aos(as) jornalistas efetivos(as). O gráfico deve ser interpretado a partir do eixo central, categoria “não concordo nem discordo” (número 0). À esquerda do eixo estão as categorias de discordância (“Discordo em parte” e “Discordo totalmente”), enquanto à direita localizam-se as categorias de concordância (“Concordo em parte” e “Concordo totalmente”):

Gráfico 9 - Percepção de autonomia conforme categoria profissional

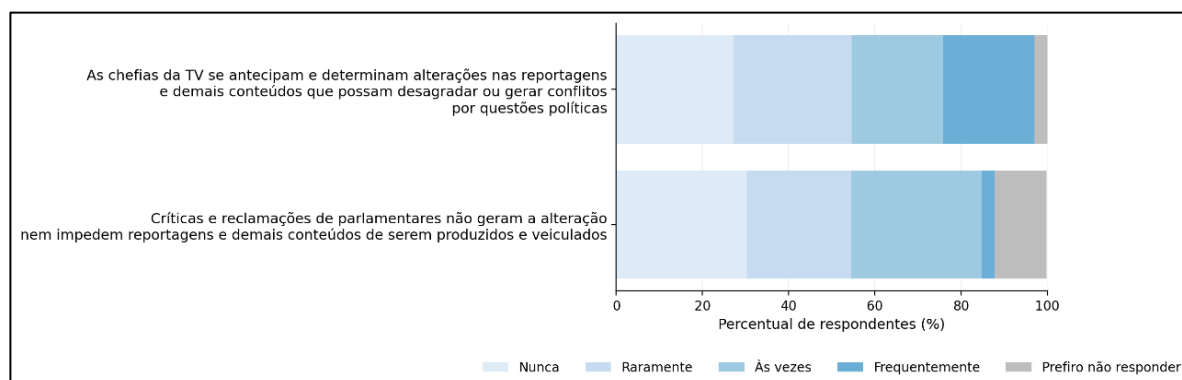
Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

Os resultados mostram que a discordância sobre a afirmação predomina: 45,5% declaram discordar totalmente e 12,1%, discordam em parte, totalizando 57,6% de respostas contrárias à ideia de perda de autonomia associada à categoria funcional. Em contrapartida, 36,4% dos respondentes manifestam algum grau de concordância (18,2% concordam em parte e 18,2% concordam totalmente), enquanto 6,1% adotam posição neutra. Conclui-se que, embora a maioria não relacione os diferentes regimes de contratação como fator determinante de perda de autonomia e independência profissional, parcela expressiva da amostra percebe, sim, a existência de diferenças.

Nas entrevistas a concordância é mais evidente, como relata a repórter F12: “Sim, rola um pouco de medo de falar as coisas porque a gente vê que muita gente não fala nada. Assim, tem muito comissionado aqui. Eles não têm essa liberdade, eles têm muito medo de... Ah, de contrariar, né? Você fica assim, "ah, pô... Eu recebi essa ordem, é assim que eu vou fazer", e a gente [efetivos] "não, né? Mas como assim? Isso é um absurdo, não tem como ser desse jeito!". E daí já aconteceu de a gente conversar. A gente fala com as chefias e acaba mudando alguma coisa... Já aconteceu, desde coisa que a gente não ia fazer e a gente fez, e coisa que iria fazer, mas a gente não fez...”.

Outra questão buscou extrair indícios de influências políticas sobre questões editoriais. O gráfico deve ser lido da esquerda para a direita, sendo que os tons mais claros de azul indicam menor recorrência da situação descrita, enquanto tons mais escuros representam maior frequência percebida:

Gráfico 10 - Percepções sobre possíveis influências parlamentares



Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

O gráfico traz as percepções dos(as) jornalistas acerca de uma atitude preventiva contra críticas ou reclamações de parlamentares sobre o noticiário das TVLs. No que se refere à atuação das chefias, os dados mostram relativo equilíbrio entre as respostas “nunca” e “raramente” (ambas com 27,3%), indicando que pouco mais da metade dos respondentes percebe alguma atitude antecipatória para evitar conflitos. Contudo, uma parcela expressiva (42,4%) afirma que tais situações acontecem “às vezes” ou “frequentemente”, o que sugere a existência de práticas editoriais orientadas por cálculos antecipatórios diante de possíveis reações negativas.

Em relação à influência direta de críticas e reclamações de parlamentares, os resultados revelam um quadro ambíguo: embora 30,3% indiquem que essas pressões “nunca” geram alterações e 24,2% apontem que isso ocorre raramente, proporção idêntica (30,3%) afirma que tais situações acontecem “às vezes”, confirmando que essas interferências podem até ser episódicas, mas não são insignificantes. O percentual elevado de respostas “prefiro não responder” (12%) mostra que é um tema delicado sobre o qual os(as) respondentes preferem não se expor.

As entrevistas ajudaram a preencher essas lacunas. De modo geral, os(as) informantes entendem que as emissoras conseguem construir e fazer valer suas próprias dinâmicas de trabalho de acordo com o que é mais conveniente para as equipes e dentro dos limites materiais e humanos disponíveis. As entrevistas formais e informais com gerentes e editores(as) mostram que mecanismos estabelecidos ao longo do tempo buscam “blindar” ou,

pelo menos, reduzir os graus de pressão externa sobre as redações e até protegê-las em caso de cobranças.

Isso é feito por meio de medidas formalizadas (memorandos ou outros documentos) ou não que comunicam critérios e estabelecem exigências para a realização de coberturas de eventos, transmissões ao vivo e viagens. Na prática, as TVs buscam meios de não se tornarem veículos a serviço do personalismo e promoção pessoal de deputados(as) embora nem sempre seja possível (presidentes das ALs e de comissões permanentes mais importantes naturalmente têm mais visibilidade).

F13 exemplifica isso: “A gente começou a ter pedido assim, ó “Ah, o deputado tem um negócio muito legal na casa dele. Seria legal que a TV fizesse um vídeo divulgando”. Então a gente tentou chegar a um consenso: “Vamos separar isso!” A gente faz uma cobertura institucional. O que é institucional? Institucional é atividade legislativa, é o trabalho do parlamentar [...] a gente começou a negar certas coisas e isso sempre foi bem recebido. Eventualmente tem uma reclamação ou outra, mas nada muito sério”.

A criação desses mecanismos é essencial até como uma forma de respaldar a TV de eventuais cobranças: “Aqui a gente tem condição de fazer uma coisa mais equilibrada porque os deputados vão cobrar, eles estão de olho. Se eu der voz pra um lado e não der pro outro, eles estão de olho. Isso é bom pra gente de certa forma. Eu não vejo isso como interferência. Entendeu? Não vejo. Mas tem exceções” (F5).

O principal critério adotado é que todos(as) os(as) parlamentares têm direito a igual espaço nas emissoras, que devem contemplar a diversidade político-ideológica da casa. Organiza-se um revezamento de parlamentares entre base e oposição para a gravação de programas em estúdio, ao escalar equipes para viagens e para as transmissões ao vivo⁵³. Na TV ALMG, as gerências estabelecem um rodízio entre as comissões permanentes que terão suas reuniões televisionadas ao vivo. Então a reunião de uma comissão menos atuante pode ser transmitida enquanto outra bastante ativa, não. Isso porque todas são consideradas igualmente e devem ter as mesmas chances de visibilidade. Contudo, há exceções. CPIs muito polêmicas podem ter preferência. Sessões plenárias escapam dessa dinâmica: são soberanas e sempre têm preferência até por determinação da Lei do Cabo.

O gerente F5 conta que a adoção de critérios objetivos, embora ainda gerem controvérsias, funciona bem: “De vez em quando você tem algum parlamentar que fala, “ah,

⁵³ As TVLs Estaduais têm capacidade técnica diferente para transmitir, por meio da internet, mais de um evento simultâneo em tempo real. Quando há muitos eventos ao mesmo tempo, é preciso adotar critérios para estabelecer uma ordem de preferência da transmissão ao vivo.

não, porque essa TV é de esquerda". Aí vem outro, "ah, não, porque essa TV é de direita". Principalmente com essa questão do rodízio, né? Aí alguns deputados, "ah, por que que só aparece o deputado A e deputado B na comissão?" Aí, a gente tem que mostrar. "Quantos requerimentos você tem? Quantas audiências foram feitas do deputado A? E quantas a sua comissão fez? A gente tenta mostrar objetivamente".

F4 aprova o "método": "Eu acho que isso protege a gente de vontade política. Já vi muito deputado ligando aqui e falando: "por que eu não tô ao vivo?" Aí o gerente tem uma tabelinha e fala, "ó, você apareceu aqui, aqui e aqui, agora é a vez da comissão de educação". Então, eu acho que, embora eu não conheça se os critérios são completamente equilibrados, mas a minha impressão é de que são, tem que ter, eu acho".

Um dado curioso que emergiu das entrevistas, mas de certa forma esperado, é que a maioria dos(as) participantes relatou mais autonomia trabalhando em uma emissora pública estatal do que em mídias comerciais. Há um sentimento compartilhado de que nas TVLs há menos amarras e proibições, reflete F12: "Eu não tinha muito mais autonomia antes porque sempre tem uma chefia, né? Então, mesmo quando eu trabalhava na imprensa escrita, tinha também os editores e tinha o dono do jornal que não gostava de determinados temas, os anunciantes todos, o que pode falar ou não. Daí, a gente tinha que fazer matéria de denúncia de governo. "Ah, não, mas agora não pode falar esse assunto porque o governo tá pagando anúncio do jornal". Então, tinha talvez até mais [interferência]". A repórter F15 concorda: "Porque o pessoal fala, "ah, jornalista de órgão público é jornalista chapa-branca". Eu falo assim: "E o cara que trabalha na TV comercial? Que atende os interesses do dono da TV, de anunciantes?"... eu acho que aqui é mais fácil eu ter uma ideia e colocar em prática do que na iniciativa privada".

5.5.2 Código subordinação

Com um número intermediário de ocorrências (53), **subordinação** indica, ao contrário de autonomia, o cumprimento de ordens e/ou escolha deliberada pela resignação, sujeição e neutralidade para evitar embaraços. Estabeleci esse código ao perceber, nas entrevistas, que em muitas ocasiões as TVLs precisam se alinhar às diretrizes do discurso institucional da presidência da AL a cada nova legislatura. O cenário político mais conservador ficou bem evidente também como uma das razões dessa subordinação. Essas escolhas editoriais, como

será visto nos depoimentos, gera implicações nas práticas coletivas, mas também nas condutas individuais.

Apesar dos níveis consideráveis de autonomia em diversos âmbitos (menos na gestão da mão de obra), situações que podem comprometer a imagem institucional da AL impõem mais interferências ao trabalho das TVs. Nesse sentido, plenários mais polarizados naturalmente multiplicam os confrontos menos amigáveis. F6 detalha algo desse tipo: “Eu vou bater na tecla da imagem institucional. Porque quando acontece alguma coisa, aí a casa entra forte no controle do discurso. Nós temos casos de deputados batendo boca em plenário [episódio mais tenso e que precisou de intervenção da polícia legislativa]. E a casa, a diretoria falar com a gente: “Não dá pra ignorar, falem, mas façam assim, assim assado”. Aí a liberdade acaba. Eu falo, a gente é livre igual táxi. O táxi tá rodando livre até que alguém chega e fala: “vai pra tal lugar”.

Outra repórter menciona situação parecida, mas o controle exercido pela emissora é menos discreto: “Aqui ou silencia, corta a sessão [interrompe a transmissão], ou muda o ângulo pra não mostrar esse lado [brigas mais acaloradas] ... Então, muitas vezes, a gente é bem lapidado aqui, fica adestrado. A gente dá a notícia de maneira extremamente imparcial, entende? Não fala o que aconteceu. Se fulano bateu, xingou, não se fala isso” (F10).

O tom mais beligerante e de confronto entre parlamentares adversários acaba interferindo diretamente no noticiário e, logo, na programação das TVLs na medida em que influencia o desenvolvimento de pautas, modifica enquadramentos e até os formatos dos programas, como expõe a produtora F4: “Se você notar a programação, a gente tem programas só com um deputado. A gente não tem programa de debate mais. [...] Antes, de 2012 a 2016 ou 2017, a gente tinha o Assembleia Debate, que era um programa com quatro deputados sem engalfinhando. Então, você tem uma mudança nos formatos, você tem uma mudança no entendimento do que é o parlamento e o que o trabalho de comunicação deve ser, então, ouvir os parlamentares e aí você tem uma mudança editorial, né?”.

Alguns episódios mais polêmicos e difíceis geram desconforto entre as equipes, e costumam ser analisados caso a caso, como relata F13: “Fizemos programetes com deputados apresentando o gabinete deles [...] Foi gravado com um deputado do Psol [...] No gabinete dele tem pessoas de religião de matriz africana, com vestimentas [típicas], e mostramos isso. Depois de um tempo foi a gravação com outro deputado, do PL, que é bastante extremista, e que falou um negócio bem chato, ‘que aqui no meu gabinete não tem macumbeiro’. Um termo pejorativo. E houve um debate do que a gente deveria fazer. ‘A gente deixa isso?’ A decisão, na época, foi de deixar. Esse caso gerou bastante debate em relação à qual é o limite que a

gente pode chegar de dar voz ao deputado ou cercear determinadas falas preconceituosas que geram impacto”.

Com o aumento de situações como essa, que colocam as equipes diante de dilemas editoriais e até éticos, nos quais critérios jornalísticos se opõem à racionalidade política, a TV na qual a repórter F12 trabalha optou por uma decisão drástica: “Nessa nova gestão, as matérias que a gente faz são só de aprovação de projeto de lei. Então, normalmente, quando tem discussão no plenário, a gente não faz matéria [...] Eu tô achando estranho. Normalmente a gente fazia isso, mas na atual administração a gente parou de fazer matéria que não seja de aprovação de projeto [...] Bem burocrático mesmo, bem protocolar. Mas assim, de matéria mais aprofundada, de coisas polêmicas, nesse caso simplesmente nunca entraria”.

Apesar disso, o repórter F15 aprova a medida: “Hoje, essa coisa do extremismo dentro das discussões entre eles é muito mais forte do que antes. Sinceramente? Eu acho maravilhoso a gente não precisar se envolver nisso porque aquelas discussões ali [...] umas questões morais, são coisas individuais”. O entrevistado entende que a imprensa *mainstream* já dá bastante destaque a essas discussões, então as TVLs podem se poupar dessas situações.

Além de repercussões coletivas, o aumento dessas zonas de tensão afeta, ainda, negativamente as condutas individuais, como expõe F4: “Bom, eu acho que essa guinada [conservadora] que ela é política, é tecnológica, ela acaba se refletindo institucionalmente aqui. E acho que realmente a gente começou a ter gerentes com muito medo de tratar as coisas, de tratar os assuntos, de mostrar conflito. E aí eles, com muito medo, começam também a blindar menos a gente aqui de interferência política”.

O produtor F17 faz a mesma observação: “Então, não estou aqui malhando o chefe, estou comentando como decisões de âmbito gerencial produzem impactos sobre um conjunto de pessoas, né? Mas que é comum isso... é as pessoas serem mais realistas que o rei. E se há uma preocupação no ar, seja real ou não, as pessoas começam a deduzir coisas com temor de não desagradar...a mesa [diretora]. Antes havia mais questionamento”.

F4 reflete como esse desgaste vem crescendo ao longo do tempo: “A gente vem com uma onda conservadora maior, uma polarização maior, uma pandemia que afasta completamente as pessoas do parlamento [...] e vem com uma guinada da instituição mais pra comunicação institucional, pra imagem da Assembleia, pro presidente, você não tem tanto desejo de interferir, de criar mais. Então, acho que talvez antes você tinha mais liberdade. A gente é docilizado nisso tudo, né? Essa mudança, ela é subjetiva também [...] reflete na nossa conduta. Eu vou ficar batendo a cabeça na parede? Eu não vou”.

5.5.3 Códigos resistência e atenuação/mitigação

Com 38 e 37 ocorrências, respectivamente, os códigos **resistência** e **atenuação/mitigação** completam a categoria **Ação profissional**. Enquanto o primeiro classifica condutas editoriais mais posicionadas por meio de medidas de oposição contra práticas que interfiram negativamente nas rotinas de trabalho, o segundo trata da minimização de discursos e práticas parlamentares considerados inapropriados ou problemáticos, que negativam a imagem das ALs.

Percebe-se uma sensação coletiva de que em um contexto político mais reacionário as equipes são cada vez mais provocadas a tomar essas decisões. Ao contrário de situações em que a subordinação é o caminho possível, a resistência surge nos momentos em que as TVLs buscam meios de manter certos padrões editoriais de qualidade ou são vigilantes para pelo menos não contaminar a programação com agendas, às vezes autoritárias, de alguns grupos políticos.

O gerente F2 discorre sobre o argumento que sua equipe já empregou para construir uma programação mais alinhada a valores democráticos: “De certa maneira, a Constituição é o grande valor que a gente vai ter ali [nas coberturas]. Respeito aos direitos humanos, é isso! Então, por isso as diretrizes, digamos que, como é que não vêm dali? Se precisar justificar é: ‘Eu não tenho que entrevistar torturador aqui’. Porque o torturador está fora desse campo [democrático]. Ele não é, digamos, um participante ativo dessa conversa. Ele é o que extrapola a regra do jogo. Então, nós vamos entrevistar a pessoa que foi torturada, quem vocaliza os interesses das pessoas que foram torturadas, mortas, desaparecidas”.

Em alguns momentos, a estabilidade do serviço público pode ser um aliado das estratégias de resistência: “Eu já bati o pé, já vi outras pessoas fazendo isso: ‘Olha, não é certo não cobrir esse negócio que tá acontecendo porque existe um posicionamento, porque a presidência não gosta de tal partido’. Daí a gente usa o poder de ser efetivo, de saber que tu não vai ser demitido, que você pode bancar de tal jeito, você pode discutir, você pode contrargumentar alguma orientação que foi dada”.

Há formas de resistência que se manifestam, também, na criação de conteúdos mais autorais que, embora relacionados ao parlamento, trazem uma abordagem mais ousada, posicionada, plural e ancorada a demandas sociais. Essa posição tem guiado a atuação da produtora F9, que busca incluir maior diversidade em suas produções a despeito do relativo “endireitamento” do plenário baiano: “a maioria de nós [equipe da TV] é da periferia, né?

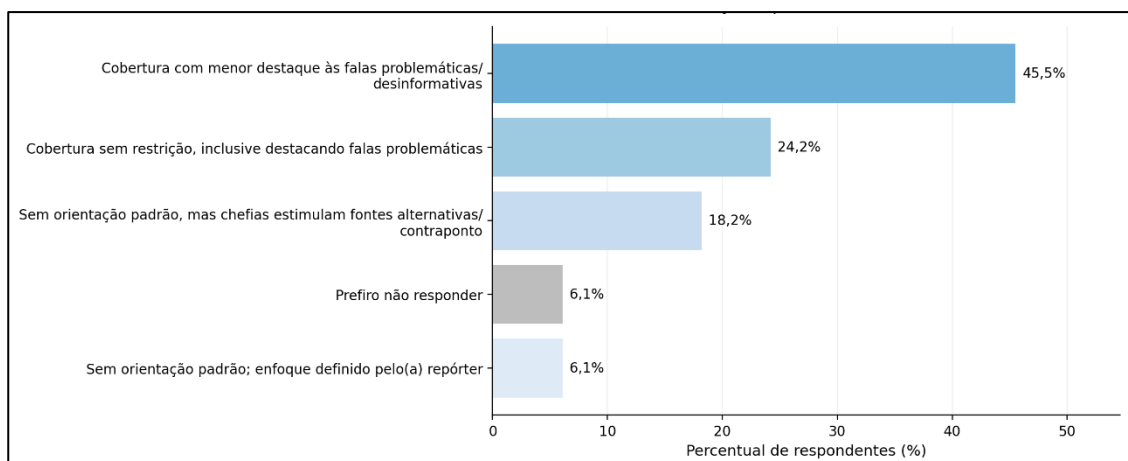
Temos um histórico de dificuldade pela cor, pela raça, de onde viemos. Então a gente fala assim: "bora puxar isso pra dentro? Aqui não é a casa do povo?". Eles mesmos, os deputados, nas sessões, eles sempre falam isso: "a casa do povo". E o povo da Bahia é o quê? Preto. Então, a pauta é preta! Isso não foi uma coisa de diretoria, nada. Aí já é uma coisa minha".

Por outro lado, o mesmo raciocínio guia a recusa a trabalhar certos temas que as equipes consideram equivocados – uma atitude que funciona quase como um cordão sanitário. Nesses momentos, critérios jornalísticos se impõem frente a racionalidade política do plenário: "Era uma complicação ter que falar de ideologia de gênero. Isso era uma briga na época [quando o assunto se popularizou, em meados de 2011/12]. Se for pra falar de ideologia de gênero, vou começar a falar o quê? Que a terra é quadrada agora? É um termo que não tem lastro nas ciências sociais. É uma falácia, é uma construção...Manipulada. Então, como é que a gente vai cobrir isso quando isso aparece? Eu vou trazer um cara aqui pra falar de ideologia de gênero? Eu não vou. Então, isso [o conservadorismo] se reflete na dificuldade de cobrir alguns temas" (F4).

Nesses momentos, integrar uma emissora pública pode ser um diferencial e até uma justificativa: "Nós também, além de ser a TV institucional do legislativo mineiro, nós também somos uma concessão de TV pública, né? A gente tem um sinal aberto... Que é onde a gente finca o pé, digamos, dessa prestação de serviço pra sociedade, né? Os temas que às vezes as forças internas da Assembleia não estão tratando, mas como a gente tem, digamos, esse braço, por assim dizer, de TV pública, a gente consegue tratar de alguma maneira?" (F2).

Em termos de coocorrência, o código **resistência** tem forte vínculo com o código **autonomia** – aparecem juntos 27 vezes, o segundo mais relevante do *corpus*. Como discutido antes, a autonomia não é uma condição garantida, mas algo a ser defendido e negociado constantemente, e os mecanismos de resistência apresentados fazem parte dessa estratégia.

Quanto ao código **atenuação/mitigação**, o *survey* contribui para esta análise. Uma das perguntas pede ao respondente que aponte a conduta mais semelhante à linha editorial da TV na qual trabalha em relação a seguinte situação hipotética: durante audiência pública sobre tema relacionado à saúde, o(a) parlamentar que preside o evento faz discurso apresentando informações e dados que contrariam consensos científicos e médicos globais, mas que estão alinhados ao posicionamento ideológico de seu partido/grupo político.

Gráfico 11 - Condutas editoriais diante de desinformação em saúde

Fonte: elaboração própria a partir de código *Python* gerado por IA

Predomina a alternativa segundo a qual a TV realiza a cobertura do evento, mas sem enfatizar falas consideradas problemáticas e/ou desinformativas (45,5%), indicando uma tendência a um enquadramento mais moderado. Em seguida, 24,2% apontam que a emissora cobre o evento sem qualquer restrição, inclusive destacando argumentos desinformativos. O gráfico não mostra a resposta completa, mas a justificativa é que “é dever de uma emissora legislativa dar publicidade à pluralidade de pensamentos e ideologias dos(as) parlamentares”.

Outra parcela relevante (18,2%) afirma que não há orientação padronizada, mas que as chefias estimulam, quando possível, a busca por fontes alternativas para fazer um contraponto às falas desinformativas. Em conjunto, os dados sugerem que a linha editorial percebida tende a equilibrar situações questionáveis com estratégias de mitigação da desinformação, seja por redução de destaque, seja contrapondo certas declarações, embora exista uma cobertura sem qualquer restrição sob a justificativa de pluralidade política.

Nas entrevistas em profundidade, essa situação divide opiniões. A tendência é que os embates e discordâncias que ultrapassam o limite do bom-senso devem ficar restritas às transmissões ao vivo (e que ficam disponíveis para consumo sob demanda nos perfis das ALs no *YouTube*), e, portanto, não serem enfatizadas nos produtos jornalísticos gerados pelas equipes.

O gerente F13, porém, acha que mesmo os posicionamentos mais questionáveis devem receber visibilidade no noticiário de uma TVL: “Se o tema que ele tá levantando é um tema do qual ele discorre, e muitas vezes é um tema até perigoso pra saúde pública, isso é responsabilidade dele. Não cabe a nós, comunicação institucional, censurarmos a posição de um deputado”.

Para o repórter F5, não é necessário agir como se um fato problemático protagonizado por parlamentares não aconteceu, mas ele é atenuado no noticiário: “É quando, assim, rola uma baixaria muito grande. Tu coloca lá no VT de plenário, de 3 minutos, coloca aquilo lá [a briga] como 10 segundos. O foco não é esse. O que pra imprensa de fora seria o *lead*, aqui, pra gente, é a nota de rodapé”.

Além de suavizar certas questões mais embaraçosas, é comum que as TVs aproveitem um tema que esteja forte na pauta de debates das ALs para abordá-lo. Com uma abordagem mais branda, até questões polarizantes como aborto costumam ser tratadas. “Isso talvez seja um pouco mais de um instinto de sobrevivência e menos uma lógica de autocensura. Você trata do assunto, mas escolhe uma forma talvez mais inteligente para não sacrificar o restante” (F2).

A tendência das audiências públicas e eventos temáticos nos quais parlamentares de um espectro político tratam certos assuntos sob apenas uma perspectiva, algo discutido nas subseções anteriores, é um exemplo em que se busca minimizar esse pensamento único: “Tentamos fazer a coisa justa, adequada, e sempre que possível dar o contraditório porque vai ter situação em que dentro daquela reunião você não tem um contraditório e o contraditório nem sabe daquela reunião. Então não faz sentido. Mas... tendo essa possibilidade a gente não deixa de dar. E muitas vezes a gente corre atrás. “Ah, diminuiu o quórum lá e só tinha um determinado espectro político”, aí, muitas vezes, a gente já correu atrás de deputado em gabinete”.

A prática, contudo, não é unânime, pois há quem questione a busca por um contraponto mesmo nos casos em que um lado ataca o outro que não está presente para se defender: “A gente vai ser mais realista que o rei? Jornalisticamente está correto. Institucionalmente não [...] Eu não faço isso, não! [...] As coisas são como são! Se só tem um lado, eu vou fazer o quê? É isso!” (F5). O repórter em questão entende que buscar o contraditório seria falsear o relato dos fatos, forçar uma versão que não corresponde ao que de fato aconteceu.

5.6 Discussão dos resultados

Tomando por base os dados trazidos pelo questionário, mas, principalmente, as interpretações que emergiram da análise das entrevistas, os achados desse confronto podem ser condensados em três eixos analíticos. Eles representam dimensões diferentes que estruturam as percepções e experiências narradas pelos jornalistas e também as impressões

colhidas no trabalho de campo. O quadro abaixo é uma tentativa de síntese interpretativa destes três eixos:

Quadro 10 - Eixos analíticos derivados da análise dos dados e do *corpus*

Eixo de Análise	Principais Códigos	Dinâmica Identificada
Eixo de Conflito	Acirramento / Polarização Antipolítica / Antissistema	Os entrevistados associam o acirramento do debate político à difusão de práticas antipolítica e antissistema, interpretados como fatores que tensionam o ambiente institucional e contribuem para a deterioração do debate público, afetando direta ou indiretamente o trabalho jornalístico.
Eixo de Pressão	Interferência e Subordinação	A interferência editorial é recorrentemente narrada em associação a relações de subordinação hierárquica, sendo compreendida como mecanismo institucional que estrutura e condiciona a atuação profissional, sobretudo em contextos de sensibilidade política.
Eixo de Reação	Autonomia e Resistência	A autonomia profissional emerge nos relatos como prática continuamente negociada, sustentada por estratégias de resistência cotidiana diante de pressões institucionais e políticas, indicando a agência dos jornalistas.

Fonte: elaboração própria

O **eixo de conflito** traz contexto e funciona como um tipo de diagnóstico situacional do atual momento político da maioria das ALs: acirrado, dividido e marcado pela antipolítica e antissistema. Além de um ambiente institucional e político mais conflagrado, que contamina o debate público, o conflito afeta negativamente as TVLs.

Já o **eixo de pressão** indica as consequências concretas e percebidas pelos(as) jornalistas como resultado da manifestação do **eixo de conflito**. Ele impõe diferentes tipos de interferência às questões editoriais das TVLs e isso implica em atos de subordinação – situações em que não há margem para reação. Importante aqui advertir que as interferências não decorrem somente do atual contexto político, como discutido durante o capítulo.

Já o **eixo de reação**, caracterizado por atos de autonomia e resistência, indicam táticas, sejam coletivas ou individuais, formais ou não, que as TVLs e jornalistas vêm exercendo como forma de reagir às influências e ao ambiente institucional negativamente contaminado.

Nos próximos parágrafos, procuro interpretar os três eixos por meio de tópicos que resumem as principais conclusões que extraio desta investigação: **1)** empobrecimento do debate público; **2)** aumento das zonas de tensão e dilemas éticos e editoriais; **3)** Interferências e subordinação coexistem com estratégias de autonomia e resistência.

1) Empobrecimento do debate público

Os temas majoritários que compõem as agendas das ALs e os que mais mobilizam seus membros, na visão dos(as) respondentes do *survey*, expuseram parlamentos subnacionais mais conservadores, reacionário e divididos. Embora as respostas estejam longe de ser taxativas e homogêneas, os jornalistas notam maior engajamento digital dos(s) parlamentares em detrimento das atividades legislativas típicas, defesa do armamentismo e maior rigor policial, discursos com maior apelo à religiosidade e defesa do conservadorismo e dos valores tradicionais.

Em contraste, igualmente geram mobilização parlamentar temas situados no campo progressista, como defesa de minorias sociais, preocupação com questões ambientais e ataque às instituições e à democracia – temas divergentes que colocam os deputados em lados opostos, o que eleva o tom “nós” x “eles”.

As entrevistas confirmaram essas impressões de forma bem mais contundente. Não à toa o código **acirramento/polarização** foi o líder de ocorrências na análise do *corpus*. Os embates e confrontos, que são esperados em uma casa política povoada por representantes democraticamente eleitos(as), extrapolam a discordância política e cada vez mais adquirem um aspecto autoritário, antipluralista, misógino e improdutivo.

A produção legislativa acaba sequestrada por pautas muitas vezes de tom moralizante, mas que mobilizam os afetos e rendem vídeos e memes nas redes sociais. Os discursos na tribuna e discussões acaloradas nas comissões e audiências públicas também viram estratégias de engajamento e viralização – atitude que paradoxalmente desqualifica o próprio parlamento enquanto instituição. Esse é, seguramente, um dos aspectos de maior confluência com a constelação de valores do populismo autoritário, que se sustenta em práticas e retóricas antipolítica, deslegitimação de instituições e em divisão moral do espaço público.

Entendemos que a soma de tudo isso produz o empobrecimento do debate público. Não se trata propriamente da abolição dos pronunciamentos e exposição de posições divergentes, pois elas ainda estão presentes, mas muitas vezes têm sido guiadas mais por lógicas afetivas, identitárias e, principalmente, morais, e menos por critérios compartilhados de verdade e argumentação.

2) Aumento das zonas de tensão e dilemas éticos e editoriais

Além dos obstáculos próprios de uma emissora pública estatal, que permanentemente se divide entre a racionalidade política e critérios jornalísticos e está sujeita a pressões político-partidárias, esta investigação trouxe evidências de que o atual momento político adiciona desafios a essa realidade. O rebaixamento dos discursos, o acirramento e o empobrecimento das agendas de interesses nos parlamentos são fatores que interferem em diferentes níveis nas rotinas de produção dessas emissoras.

De modo geral, os jornalistas legislativos percebem negativamente o atual momento político nos parlamentos estaduais. Na prática, há um comprometimento dos conteúdos, modificação dos enquadramentos e até dos formatos. Embora as TVLs não tenham linhas editoriais formalizadas, as orientações verbais são para ignorar ou minimizar fatos que envolvam xingamentos, agressões ou enfrentamentos mais pesados entre parlamentares.

Quando os(as) jornalistas relatam que minimizam falas problemáticas ou buscam contraponto para atenuá-las e lidam com discursos que negam consensos médicos e científicos, isso demonstra a adoção de estratégias editoriais. As TVLs se convertem, assim, em gestoras de danos discursivos, embora essa medida não seja uniforme entre as emissoras. Alguns dos relatos revelam que falas problemáticas, desinformativas e preconceituosas nem sempre são atenuadas sob a justificativa de que elas expõem a pluralidade ideológica dos parlamentos e seus membros.

Os relatos também mostraram que, de modo geral, se tem prezado por coberturas mais distantes e burocráticas, portanto sem muitos detalhes sobre os temas que agitam os plenários. Certas temáticas, ainda que relevantes e pautem os debates públicos, deixam de ser trabalhadas por temor das reações que porventura possam causar. Chefias se antecipam a possíveis embaraços e se tornam mais resistentes a veicular no noticiário materiais que expõem conflitos mais acirrados ou contrariam a posição político-ideológica majoritária das ALs.

Na minha avaliação, é perceptível que a polarização, materializada na tendência dos “debates” de pensamento único, moldam conteúdos das TVLs, que também deixam de desenvolver produções que antes expunham posições antagônicas sobre determinado assunto. Instaura-se, assim, um regime de visibilidade que limita a presença da correlação de forças envolvidas no processo legislativo. Não se trata de censura formal e de proibições explícitas, mas de zonas cinzentas que interferem, ora de forma mais clara, ora de forma mais insidiosa, no noticiário final das TVLs.

3) Interferências e subordinação coexistem com estratégias de autonomia e resistência

Essa conclusão dialoga diretamente com o **eixo de reação** apresentado anteriormente. Nele, argumentamos que os(as) jornalistas, embora às vezes se submetam ao ambiente reacionário e a ordens que limitem sua atuação, também buscam meios de contrariar essas diretrizes. A associação entre **autonomia** e **resistência** evidencia que os(as) profissionais não são sempre agentes passivos de pressões institucionais e políticas, mas agentes ativos que mobilizam estratégias cotidianas para preservar margens de decisão no exercício da profissão.

Como já mencionado, a autonomia, neste contexto, não se apresenta como um atributo institucional estável, mas como prática situada, construída a partir de negociações editoriais, escolhas de enquadramento e formas de mediação que buscam compatibilizar valores profissionais com as condições concretas de produção, que quase nunca são as ideais. A resistência, por sua vez, manifesta-se de maneira mais difusa, mas igualmente incorporada às rotinas de produção por meio de ajustes discursivos, contextualizações críticas e busca de contrapontos, afastando-se, assim, de formas explícitas de confronto.

Dos exemplos concretos relatados no decorrer do capítulo, entendemos que a resistência não se manifesta de forma ideológica, ou seja, os(as) jornalistas em nenhum momento impõem seus posicionamentos pessoais ao noticiário. A resistência, nesse caso, se manifesta como defesa das regras e do campo democrático, como proteção ativa de fronteiras democráticas do debate público.

Entendemos, ainda, que mitigar e/ou atenuar as questões mais problemáticas, como falas desinformativas e negacionistas ou mesmo posturas autoritárias, não significa omissão e nem sujeição profissional – pelo menos nem sempre. Significa hierarquizar, contextualizar e reduzir a centralidade de falas e comportamentos questionáveis, além de evitar a legitimação de falácias que ecoam nos discursos parlamentares. São filtros editoriais que reforçam o papel ético das equipes das TVLs. Logo, não há um determinismo dentro do **eixo de reação**, pois as emissoras e seus jornalistas alternam episódios de esquiva com táticas de imposição de critérios jornalísticos e éticos.

Por fim, acrescentamos uma última conclusão. Ela não decorre diretamente das circunstâncias políticas atuais, embora possa haver influências, mas consideramos relevante para o funcionamento dos canais legislativos: o avanço das terceirizações fragiliza e impõe critérios mercadológicos negativos às TVLs. Como ele não decorre diretamente dos motivos que ensejaram as três primeiras conclusões, ou seja, não é resultado do avanço da extrema

direita nas ALs (embora possa, sim, sofrer influências), julgamos pertinente analisá-lo isoladamente.

As entrevistas estruturadas feitas com as chefias das TVLs tiveram papel essencial para mapear o atual estado de funcionamento das TVLs. Levando em consideração um levantamento semelhante feito por Melo (2014), a delegação de atribuições dessas emissoras à iniciativa privada é uma prática progressiva e completamente incorporada pelas emissoras legislativas estaduais. Como ponderado no decorrer do capítulo, terceirizar algumas funções, como gestão de bens e de serviços, pode agilizar processos e, em alguns casos, ser a única forma de colocar uma TVL em funcionamento. Algumas delas, como a TV Aleac (Acre), não possuem equipamentos próprios para colocar uma programação no ar. Terceirizar é, portanto, imprescindível.

Entretanto, embora as chefias das TVLs relatem que essa realidade não traz influências em termos editoriais, entendemos que ela impacta a gestão de mão de obra e coloca as TVs à mercê de interesses que contrariam completamente suas atribuições. Quanto à mão de obra, o mapeamento mostrou que, embora comissionados sejam a categoria profissional predominante, jornalistas terceirizados e temporários respondem, juntos, por 35,9% das contratações.

Se servidores que ocupam cargos em comissão, que são de livre provimento e exoneração, portanto sem qualquer estabilidade, estão totalmente sujeitos aos arranjos e influências políticas, a realidade dos temporários e terceirizados é ainda pior. Terceirizados têm menos direitos trabalhistas que comissionados, e temporários têm ainda menos seguridade social que os outros dois. Logo, as relações de trabalho nas TVLs são majoritariamente precárias e regidas por vínculos frágeis, o que coloca esses(as) profissionais em acentuada desvantagem em comparação com servidores efetivos: trabalham da mesma forma, cumprem a mesma carga horária, estão sujeitos às mesmas regras, mas recebem bem menos.

Quanto à gestão, as terceirizações podem fragilizar as TVLs. O caso da TV Alesp, cuja estrutura é 100% terceirizada e mantida pela Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac), é exemplificativa. Jornalistas convivem continuamente com atrasos salariais e jornadas de trabalho acima do pactuado. Os casos também pontuados neste capítulo sobre a TV Assembleia do Paraná e da TV Alerj ilustram como processos de licitação deixam essas emissoras vulneráveis à corrupção. No próximo capítulo, apresentamos as considerações finais desta pesquisa.

6. CONSIDERAÇÃO FINAIS

No decorrer desta pesquisa, apresentamos referências, aspectos históricos e políticos, pesquisas e correntes de estudo que se debruçam sobre as formas contemporâneas de expressão do populismo autoritário e como sua ocorrência em diferentes lugares carrega consigo certas particularidades. Como um fenômeno global, ele interfere no fazer político e, por consequência, nas formas de representação política.

Seu avanço progressivo e consistente, que pode ser visto de forma mais clara no nosso Congresso Nacional, tem impactado também os parlamentos subnacionais ainda que de forma heterogênea. Como estruturas pertencentes ao patrimônio do Poder Legislativo, as TVs Legislativas Estaduais acompanham em tempo real o endurecimento dos tempos atuais e, claro, são influenciadas por ele.

Tentamos, especialmente ao fazer as escolhas metodológicas, entender como isso acontece na prática, o que nos leva à pergunta que motivou esta pesquisa: como o atual contexto político, marcado pelo avanço da extrema direita, repercute nas TVLs Estaduais e é percebido por seus jornalistas? Para responder ao problema de pesquisa, optamos por uma triangulação metodológica porque, isoladamente, as técnicas de pesquisa não dariam conta de respostas satisfatórias.

A primeira etapa empírica, dedicada às entrevistas estruturadas com as chefias das TVs, foi satisfatória, pois permitiu o mapeamento atualizado de quase todas as TVLs Estaduais e seus respectivos modelos de gestão administrativa, com exceção das ALs do Amazonas, Piauí, Amapá e Rio de Janeiro, que se recusaram a colaborar. O questionário representou um complemento essencial a essas informações. Sua aplicação trouxe percalços e ficou bem aquém das pretensões iniciais devido ao pequeno número de participantes, o que impossibilitou uma amostra probabilística.

A amostragem obtida, contudo, trouxe variabilidade geográfica (as cinco regiões do país representadas), de idade e funções exercidas pelos respondentes. O *survey* gerou algo que consideramos ainda mais importante em termos de pesquisa: dados sociodemográficos e sobre carreira e trabalho dos jornalistas legislativos. Essa espécie de censo não tem precedentes em trabalhos que abordam essas emissoras.

Já a observação participante, que permitiu as entrevistas em profundidade, finaliza essa combinação metodológica. Ver onde e em quais condições os(as) jornalistas trabalham, como são suas rotinas de produção e como se organizam foi essencial. Sem essas visitas, acreditamos que o resultado final ficaria comprometido. Assim como visto no *survey*, levantar

a categoria funcional dos jornalistas entrevistados não foi um mero detalhe. A natureza do arranjo trabalhista, em alguns casos, determinou a intenção ou não das fontes toparem conceder entrevista. Na prática, jornalistas não-estáveis se sentiram mais receosos em participar da pesquisa.

A avaliação do resultado é que as técnicas adotadas, cada uma a sua maneira, se complementaram mutuamente. Isso ficou mais claro durante o processo de interpretação dos dados gerados. O *survey* retornou, de modo geral, respostas pouco taxativas, embora elucidativas, enquanto as entrevistas foram bem mais posicionadas. Com o tempo, percebemos que o *survey* captou a percepção média declarada, enquanto as entrevistas revelaram os mecanismos cotidianos que sustentam essa percepção, ou seja, juntos, questionário e entrevistas funcionaram como um elo entre percepção e experiência.

Adotar como referencial teórico o conceito de populismo, principalmente sua vertente autoritária, se encaixou muito bem nos propósitos desta pesquisa. Esse conceito, embora polissêmico e com diversos autores e autoras que pensam de forma diferente sobre algumas questões, carrega um núcleo duro comum. O populismo autoritário, assim, é um quadro teórico que conseguiu amparar o que vi no trabalho de campo e nos relatos colhidos durante as entrevistas. Não o concebemos como causa dos eventos descritos e analisados, mas como um modelo interpretativo muito rico porque tem elementos para se pensar os aspectos retóricos e discursivos assim como para as práticas, comportamentos e atitudes parlamentares.

Os resultados desta investigação mostram, por meio de evidências quali-quantitativas, que parlamentos inseridos em contextos onde a extrema direita tem forte presença enfrentam mais turbulências e são percebidos negativamente pelos jornalistas. As conclusões finais foram reunidas em três tópicos: **1)** empobrecimento do debate público, **2)** aumento das zonas de tensão e dos dilemas éticos e editoriais, **3)** interferências e subordinação coexistem com estratégias de autonomia e resistência.

Esses tópicos condensam algumas constatações trazidas pela investigação: os plenários das ALs estão mais acirrados/polarizados e reproduzem as rivalidades do cenário político nacional, adversários políticos se convertem em inimigos, as agendas de interesse e que mais mobilizam a atividade parlamentar giram em torno de pautas morais e calcadas em valores tradicionais, em fundamentalismo religioso e que cobram mais armamentismo e rigor policial. Essas pautas rivalizam com o aumento de agendas pró-minorias sociais, de preocupação com a emergência climática e de ataques às instituições e à democracia.

Uma ressalva se faz necessária quanto ao desenho desse cenário político. Quando apresentamos esses desvios, muitos condizentes com as ideias-chave do populismo

autoritário, não queremos dizer que o conflito nos parlamentos é nocivo. Ao contrário; ele é necessário. Como discutido no capítulo teórico, sobretudo as reflexões da pensadora Chantal Mouffe (2020) e de Zicman de Barros e Lago (2022), o dissenso é parte do fazer político e é a discordância que permite o questionamento de estruturas excludentes e o avanço de pautas antes ignoradas.

Os tensionamentos mencionados antes repercutem tanto nas condutas individuais do(as) profissionais quanto nas decisões editoriais coletivas, que passam a envolver escolhas complexas sobre visibilidade, enquadramento, necessidade (ou não) de contrapontos, receio de abordar certos temas, até autocensura em alguns casos relatados e mudanças de formatos dos programas diante da circulação de discursos desinformativos e de condutas antipolítica.

Enquanto os dados quantitativos gerados pelo questionário indicam percepções mais favoráveis à autonomia e à liberdade profissional, as entrevistas revelam que tais percepções coexistem com experiências recorrentes de subordinação hierárquica e interferência editorial. Por outro lado, essas interferências também coexistem com exemplos inequívocos de táticas de negociação da autonomia profissional e de reação contundente contra práticas e discursos parlamentares considerados problemáticos. Jornalistas legislativos(as), portanto, são agentes ativos que ora se esquivam e se sujeitam, mas que ora resistem e buscam meios de garantir valores democráticos e de pluralidade ideológica no noticiário das TVLs.

Enumeramos, agora, algumas contribuições desta pesquisa. A primeira é o mapeamento mais completo e atualizado das TVLs e que aponta o avanço das terceirizações no segmento, os principais tipos de arranjos trabalhistas, incluindo a introdução de contratos temporários, algo mais recente. Como há um déficit normativo que atinge as emissoras públicas no Brasil, elas funcionam sem o estabelecimento de critérios mínimos de transparência. Dessa forma, os dados apresentados aqui tentam amenizar essa lacuna.

Outra contribuição é entender como e em que medida o populismo autoritário influencia os sistemas públicos de comunicação. Como mencionado na Introdução, enquanto há pesquisas que buscam entender essa influência na mídia *mainstream*, não se vê interesse semelhante na comunicação pública. Por fim, entendemos que este trabalho fortalece a tradição de estudos sobre as transformações do jornalismo. Isso implica compreender a atuação profissional fora dos veículos de mídia e como jornalistas cultivam valores e ideologias profissionais em ambientes atravessados por outras lógicas de funcionamento.

Apesar do êxito em cumprir os propósitos desta pesquisa, ela se encerra com algumas limitações. O questionário, embora importante para fundamentar as conclusões apresentadas, não trouxe ou trouxe poucos dados sobre importantes colégios eleitorais, como Rio de Janeiro

e São Paulo. Condicionar as entrevistas em profundidade somente às ALs onde a observação participante foi realizada deixou de fora outras regiões igualmente importantes. Entrevistar jornalistas, ainda que remotamente, de estados da região Norte e Centro-Oeste, como Roraima, Rondônia e Mato Grosso, que se destacam em termos de conservadorismo político, poderia ter sido cogitado metodologicamente. Isso certamente renderia elementos interessantes para as análises. Além de ampliar o número de entrevistas(as), permitiria, também, um comparativo mais completo entre as TVLs Estaduais.

Por se tratar de um estudo sobre as percepções pessoais dos(as) jornalistas, é plausível acreditar que os resultados tragam alguns vieses. Os instrumentos usados, seja o questionário ou as entrevistas, tentam compensar falhas mutuamente, por isso optamos por uma triangulação metodológica. Porém, as técnicas empregadas não necessariamente revelam uma realidade empírica dos fenômenos, pois dependem da memória e dos entendimentos pessoais de cada um(a).

Pensando em desdobramentos para esta investigação, uma agenda de pesquisa poderia contemplar diferentes frentes de trabalho embora não necessariamente façam uma interface entre comunicação e política: **1)** análise de conteúdo do noticiário produzido pelas TVLs para ampliar a compreensão sobre como o conservadorismo repercute e é “lido” por esses veículos; **2)** análise quali-quantitativa e comparativa do teor de projetos de lei de diferentes legislaturas. Isso permitiria identificar quais temas avançam e quais perdem fôlego ao longo do tempo. Relacionar esse movimento aos partidos políticos dos autores dessas proposições é uma variável que renderia um elemento interpretativo mais completo; **3)** análise da produção legislativa e da atuação de parlamentares com pautas de tom mais moralizante, como os pró-vida, pró-armamentismo e antifeministas, sobretudo mulheres; **4)** diretamente decorrente da proposta anterior, um estudo em perspectiva comparada entre parlamentares com atuação semelhante na América Latina para identificar semelhanças e diferenças; **5)** aprofundar o avanço da terceirização nas TVLs Estaduais sob a perspectiva da Economia Política da Comunicação.

Por fim, uma contribuição final, não em termos de pesquisa acadêmica, mas de ganhos sociais, é confirmar que colegas de profissão carregam consigo ideais democráticos e civilizatórios. E que, apesar das inúmeras barreiras, exercem o pensamento crítico e buscam, quando possível, meios de não se renderem diante de princípios que contrariam a diversidade de pensamento e de formas de existência.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Z. L. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**: relações entre mídia e política no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.
- ADGHIRNI, Z. L.. O Jornalista: do mito ao mercado. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 45-57, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2065>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>.
- ALVES, C. **Implantação da TV Sinal na Assembléia do Paraná**: um estudo de caso. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/28328>. Acesso em: 10 março 2023.
- ALVES, M. S. Cartografia das Redes da Revolta: fluxos políticos de oposição radical no Facebook. **Revista Contemporânea** (UERJ), v. 2, p. 106-120, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/13768>. Acesso em: 05 jan. 2026.
- ALVES, M. S. Coxinhas e petralhas: o fandom político como chave de análise da audiência criativa nas mídias sociais. **Revista GEMInIS**, v. 7, n. 1, p. 117-146, 2016. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/264>. Acesso em: 24 jan. 2026.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BAHIA. Assembleia Legislativa. **Notas taquigráficas**: 54ª Sessão Ordinária, de 18 de junho de 2024. Salvador, [2024]. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/notas-taquigraficas>. Acesso em: 14 dez 2025.
- BARRETO, R. C. Transmissões ao vivo nas tvs legislativas: das exigências de transparência aos desafios atuais. **E-Legis**, Brasília, p. 29-50, ago. 2019. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/511>.
- BARRETO, R. C. **Tribuna ao vivo**: discussão, representação e os avessos suscitados pela mediação do parlamento. 2018. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B79K37>.
- BARROS, A. T. Valores políticos dos jornalistas do Congresso Nacional. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 42, n. 1, p. 73-91, abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201914>. Acesso em 13 março 2023.
- BARROS, A. T. et al. História dos canais de comunicação do Legislativo. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Facasper, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1>. Acesso em 15 março 2023.
- BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; LEMOS, C. As mídias legislativas e a redefinição da noticiabilidade política no Brasil. **Em Questão**, v. 14, n. 1, p. 11-24, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/3610>. Acesso em 15 março 2023.

BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; RODRIGUES, M. R. O discurso fundador das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. **E-Legis**, v. 7, n. 14, p. 7-25, 2014. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/191>. Acesso em: 15 abril 2023.

BARROS, T. Z.; LAGO, M. **Do que falamos quando falamos de populismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BAUER, M. W.; BECKER, S. Democratic backsliding, populism, and public administration. **Perspectives on Public Management and Governance**, v. 3, n. 1, p. 19-31, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvz026>. Acesso em 19 jul 2025.

BERNARDES, C. B. A configuração da identidade profissional dos jornalistas da Câmara dos Deputados. In: ADGHIRNI, Z. L. (Org.). **Jornalismo e Poder Legislativo**. Curitiba: Appris, 2015.

BERNARDES, C. B. Comunicação política nas mídias legislativas: contradições e possibilidades de ação nos veículos da Câmara dos Deputados. **Revista Compolítica**, v. 2, n. 1, set./out. 2011. Disponível em: <https://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/22>. Acesso em: 15 maio 2023.

BERNARDES, C. B. Critérios de noticiabilidade e pauta da mídia legislativa da Câmara dos Deputados. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000300007>. Acesso em: 15 maio 2023.

BERNARDES, C. B. Parlamentares × jornalistas: a dinâmica política das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 151-182, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200007>. Acesso em: 15 maio 2023.

BEZERRA, R. **Jornal Opção**. TRE aceita denúncia e Amauri Ribeiro vira réu por violência política de gênero, *Jornal Opção*, Goiânia, 18 nov 2025. Disponível em <https://encurtador.com.br/Fkbnm>. Acesso em 15 jan 2026.

BIROLI, F.; TATAGIBA, L.; QUINTELA, D. F. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). **Opinião Pública**, v. 30, n. 1, p. e3013, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-019120243013013>. Acesso em 20 jul 2025.

BOLAÑO, C. **Mercado brasileiro de televisão**. 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

BOLAÑO, C. **Políticas de Comunicação e Economia Política das telecomunicações no Brasil**. 2. ed. Aracaju: UFS, 2003.

BOLAÑO, C.; BRITTOS, V. C. TV pública, política de comunicação e democratização. **Eptic: Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e Comunicação**, v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/245>. Acesso em: 24 jan. 2026.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, v. 66, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.289>. Acesso em 23 ago 2025.

BORGES, A. As duas faces da nova direita brasileira: antipolítica e reação conservadora. **Opinião Pública**, v. 30, n. 1, p. 3018, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-019120243013018>. Acesso em 25 ago 2025.

BRANDÃO, E. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Lei Nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

BUCCI, E. É possível fazer televisão pública no Brasil? **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 88, p. 5-18, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300001>. Acesso em: 24 jun. 2023.

BUCCI, E. **O Estado de Narciso**: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BUCCI, E.; CHIARETTI, M.; FIORINI, A. M. **Indicadores de qualidade nas emissoras públicas**. Brasília: UNESCO, 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216430>. Acesso em: 24 jun. 2023.

CALDEIRA NETO, O.; FORTI, S. A extrema direita em perspectiva: espaços, abordagens e alcances. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 49, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.43916>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CAMARGO, C. *et al.* **Perfil dos eleitos nas eleições de 2022**. Brasília: Inesc, 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/perfil-dos-eleitos-nas-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 17 nov 2026.

CANABARRO, T. D. **A representação das identidades gaúchas na televisão pública**: um estudo da TV Assembleia/RS. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6530>. Acesso em: 12 março 2023.

CARVALHO, G. C. M. **Plenários ao vivo nos parlamentos americanos**: transparência, publicidade e estímulo à accountability. 2020. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Brasília, 2020.

CARVALHO, G. C. M.; LEMOS, C. R. F. Plenários ao vivo: um mapeamento das transmissões dos parlamentos do continente americano. **E-Legis**, Brasília, v. 14, n. 36, p. 32-72, 2021. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/692>. Acesso em 18 set 2025.

CARVALHO, M. M. **Comunicação pública**: função e legitimação das TVs legislativas federais. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17158>. Acesso em: 12 março 2023.

CESARINO, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020. Disponível em: <https://revista.isoc.org.br/isoc/article/view/11>. Acesso em 07 ago 2025.

COHEN, N. How culture affects street-level bureaucrats' bending the rules. **The American Review of Public Administration**, v. 48, n. 2, p. 175-187, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0275074016665917>. Acesso em 16 nov 2025.

CORRÊA, S.; KALIL, I. **Políticas antigênero en América Latina**: Brasil. Rio de Janeiro: SPW, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Brasil-Resumen.pdf>. Acesso em 25 ago 2025.

CRAIN, M.; GOFF, B. **Televised legislatures**: political information, technology, and public choice. Norwell: Kluwer, 1988.

D'ANDRÉA, C. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32240>. Acesso em 20 ago 2025.

DANCOSKY, A. K.; MICK, J.; ROCHA, P. M. Jornalismo e política na cobertura de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n282662>.

DIEHL, P. Why do right-wing populists find so much appeal in mass media. **Dahrendorf Forum**, v. 20, 2017. Acesso em 04 ago 2025.

DINIZ, A. M. C. **Uma história da TV Pública**. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14107>.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **The Journal of Political Economy**, Vol. 65, No. 2, p. 135-150, 1957.

DURAZO-HERRMANN, J.; PEREIRA, F. H. Political stability and subnational media systems: Comparing Bahia and the Federal District (Brazil), **Communication Research and Practice**, v.8, nº3, p. 197–213. doi: 10.1080/22041451.2022.2056423. Acesso em 01 fev 2026.

FASSIN, E. **Populismo e ressentimento em tempos neoliberais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua nova**, n. 84, p. 65–94, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000300004>. Acesso em: 19 fev. 2025.

FINCHELSTEIN, F. Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2343>. Acesso em 12 mai 2025.

FISHER, M. **A máquina do caos: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023.

FRADKIN, A. **O desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade**. Rio de Janeiro: Rede Brasil, 2006.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia Hoje**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

FREITAS, L. C. S. **A mediação do parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2551>.

FREITAS, L. C. S. **Jornalismo Legislativo – Instrumento para a Cidadania**. Brasília: Senado Federal, 2020.

GAGLIARDI, J.; GUAZINA, L.; ALBUQUERQUE, A. Supreme is the People – Populist Elements of Bolsonaro's Rhetoric. In: **Media, Populism and Hate Speech**. Leiden: Brill, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1163/9789004683051_005. Acesso em 04 ago 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. **Notas taquigráficas: 37ª Sessão Ordinária, de 21 de maio de 2025**. Goiânia, 2025. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/transparencia/notas-taquigraficas>. Acesso em: 14 dez 2025.

GOLEMBIEWSKI, C.; FLORES, M. da R. 25 anos de TV legislativa no Brasil. **E-Legis**, Brasília, v. 14, n. 36, p. 73–94, 2021. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/665>.

GONÇALVES, R. M. F. **O super-homem pendura o paletó na repartição**: a gênese do jornalista legislativo. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8157>. Acesso em: 13 abril 2023.

GRACINO JR, P.; GOULART, M.; FRIAS, P. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. **Cadernos Metr  pole**, v. 23, n. 51, p. 547–580, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5107> Acesso em 12 mai 2025.

GRAMACHO, W. **Introdução à metodologia experimental**. São Paulo: Blucher, 2023.

GUAZINA, L.. Populismos de direita e autoritarismos: apontamentos teóricos para estudos sobre a comunicação populista. *Mediapolis revista de comunicação jornalismo e espaço público*, v 12, p.49-66, 2021. Disponível em <https://impactum-journals.uc.pt/mediapolis/article/view/8388>. Acesso em 07 ago 2025.

GUERREIRO, A. G. **A normalização do discurso de Jair Bolsonaro pela mídia mainstream brasileira**. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/47432>. Acesso em: 24 jan. 2026.

HABERMAS, J. Três Modelos Normativos de Democracia. In: **A inclusão do outro**. São Paulo: Loyola, 2002.

HERZ, D. **A Introdução de Novas Tecnologias de Comunicação no Brasil**. 1983. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1983.

HIER, S. **Moral Panic and the Politics of Anxiety**. 1. ed. Londres: Routledge, 2011.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. World e-Parliament Report 2024. E-book. Disponível em: <https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2018-11/world-e-parliament-report-2018>. Acesso em: 14 n ov. 2019.

INTERVOZES. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**. São Paulo: Paulus, 2009.

INSTITUTO ALZIRAS. **Monitor da Violência Política de Gênero e Raça 2025**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://alziras.org.br/monitor2025/>.

JARDIM, M. A. **Antenas do legislativo**: uma análise dos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281358>. Acesso em: 24 jan. 2026.

JARDIM, M. Antenas do Legislativo: os canais de televisão legislativos de Sarney a Severino. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 2., 2007, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2007.

JR, G. *et al*. Has Legislative Television Changed Legislator Behavior? **Public Choice**, v. 115, n. 1-2, p. 139-162, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1023531623116>. Acesso em 17 mar 2023.

JUNIOR, E. G. S. **O jornalismo da fonte como parte necessária de um jornalismo plural democrático**. 2015. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/733>. Acesso em 12 outubro. 2026.

KALSING, J. **Jornalistas metrificados e a plataformização do jornalismo**. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10183/225338>. Acesso em 12 outubro. 2026.

KEANE, J..¿**Democracia monitorizada? La historia secreta de la democracia desde 1945**. Conferência pública na Universitat Jaume I, 5 de fevereiro de 2009. Disponível em <https://encurtador.com.br/BTrI>

KIKUTI, A.; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: SBPJor, 2018. p. 1-14.

KROHLING PERUZZO, C. M. Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, vol. XXIII, 3, 2017, Universidad de Colima, México. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31652406009>.

LACLAU, E. **A razão populista**. Rio de Janeiro: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E. Populismo: qué nos disse el nombre? In: PANIZZA, F. (Org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: FCE, 2009.

LANGONNÉ, J. et al. Os mundos sociais do jornalismo: introdução. **Sur Le Journalisme**, v. 8, n. 1, p. 12-16, 2019. Disponível em: <https://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/387>.

LARA, G.; SILVEIRA, E. A transição do princípio do must-carry da comunicação pública para o cenário das plataformas digitais. In: **O futuro da TV**. Brasília: Edições Câmara, 2023.

LELO, T. V. O sofrimento ético no mundo do trabalho dos jornalistas. **E-Compós**, v. 22, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.1633>. Acesso em: 11 out. 2026.

LEMONS, C. et al. TV Câmara, TV pública? As TVs legislativas brasileiras na transição para a plataforma digital. ***Observatorio (OBS)****, v. 5, n. 2, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.15847/obsOBS522011475>.

LESTON-BANDEIRA, C.. Studying the relationship between Parliament and citizens. **The Journal of Legislative Studies**, v.18, p. 265-274, 2012. Disponível em <https://encurtador.com.br/Lqnb>.

LOTTA, G. S. et al. A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 40, p. e271510, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.271510>. Acesso em 19 jul 2025.

MACEDO, S. M. **Relatório sobre a utilização das reportagens da Agência Câmara por outros veículos**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020.

MACIEL, E. **A Globalização das Comunicações e a Lei do Cabo no Limiar de uma Nova Era**. 1997. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: CUP, 1997.

MARQUES, F. P. J.; MIOLA, E. Por uma definição de comunicação pública: tipologias e experiências brasileiras. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, 2017.

MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MATOS, H. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do Legislativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22., 1999, Rio de Janeiro. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 1999.

MATOS, H.; GIL, P. **Comunicação, políticas públicas e discursos em conflito**. São Paulo: ECA-USP, 2019.

MAURÍCIO, P. **Conflitos na TV digital brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2022.

MAZZOLENI, G. Research on populist political communication. In: **Media, Populism and Corruption**. Lisboa: UNL, 2023.

MAZZOLENI, G.; BRACCIALE, R. Socially mediated populism: communicative strategies of political leaders on Facebook. **Palgrave Communications**, n. 50, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-018-0104-x>. Acesso em 07 ago 2025.

MELO, P. V. **Estado e Comunicação**: uma análise das TVs Legislativas estaduais no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5267>.

MENDEL, T. **Serviço público de radiodifusão**. Brasília: UNESCO, 2012. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000215440_por. Acesso em: 24 jan. 2026.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: cosmovisão dos formadores de opinião e ativistas. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621-648, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220173203004>. Acesso em 12 mai 2025.

MICK, J. **Accountability e governança do trabalho jornalístico**. Brasília: Enap, 2021.

MICK, J. et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021**. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, v. 10, n. 19, p. 250–273, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222008000100010>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MIGUEL, L. F. **Despolitização e antipolítica**: a extrema-direita na crise da democracia. São Paulo: Boitempo, 2022.

MILANEZ, Liana. **TVE Brasil**: cenas de uma história. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Manual de procedimentos e redação da TV Assembleia**. Belo Horizonte, 2002.

MIOLA, Edna; MADURO, Maiara Carvalho Batista. Comunicação pública de Estado em xeque. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, 10., 2023, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: UFC, 2023.

MIXON JR., Franklin G. et al. Has legislative television changed legislator behavior? **Public Choice**, v. 115, p. 139–162, 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1023531623116>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MIXON, F. G. Does Legislative Television Alter the Relationship Between Voters and Politicians? **Rationality and Society**, v. 14, n. 1, p. 109–128, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1043463102014001004>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MONTEIRO, Carlos Jorge Barros. **TV Câmara de Bauru: papel social e relações com a comunidade**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2004.

MOUFFE, C. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MUDDE, C. **La ultraderecha hoy**. Barcelona: Editorial Planeta, 2021.

MUDDE, C. The populist zeitgeist. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2004.00135.x>. Acesso em: 24 jan. 2026.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **Populismo: una breve introducción**. Madrid: Alianza Editorial, 2019.

NEMER, D. A radicalização invisível da direita brasileira no WhatsApp. **HuffPost Brasil**, 2019. Acesso em 14 ago 2025.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, M. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

NOBRE, M.; TEIXEIRA, A.C.; COSTANZO, D.; BARBOSA, L.M.; ALVES, M.; YAMAWAKE, P.H. **O partido digital bolsonarista. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)**, 2025. Disponível em <https://encurtador.com.br/zwHGL>. Acesso em 12 ago 2025.

NOLETO FILHO, Pedro Aquino. **Mídia e política na imagem do Congresso**. Brasília: Edições Câmara, 2014.

OCDE. **Avaliação da OCDE sobre Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil 2020**. Paris: OCDE, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/d43e5953-pt>. Acesso em: 24 jan. 2026.

PARLAMENTO EUROPEU. Media channels covering parliaments. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/at-your-service/en/stay-informed/channels-covering-parliaments>. Acesso em 25 mar 2025.

PARIZOT, I.. A pesquisa por questionário. In: PAUGAM, S. (Org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAULINO, F. O. As tvs legislativas como instrumento de promoção do pluralismo e da diversidade. **E-Legis**, Brasília, n. 29, p. 21-28, 2019. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/510>.

PAULINO, F.O.; GUAZINA, L.; VALENTE, J.; URUPÁ, M.; CARVALHO, M.M.. Políticas de Comunicação no Brasil: Uma visão geral dos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. **Revista Eptic**, v. 24, n. 2, p. 115–134, 2022. DOI: 10.54786/revista_eptic.v24i2.17692. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/17692>. Acesso em: 05 ago 2025.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em 16 novembro 2025.

PEREIRA, A.R.G.. **Qualidade em jornalismo: avaliação das TVs legislativas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16149>. Acesso em 11 março 2023.

- PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, n. 24, p. 38–57, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/17696>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- PIERANTI, O.P.. **A radiodifusão pública resiste**: a busca por independência no Brasil e Leste Europeu. Brasília: UnB, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32336>.
- PIERANTI, O.P.. **Memória das Comunicações no Brasil**: entrevistas. Brasília: UnB, 2019.
- PINHEIRO, E.B.B.. Serviço de Radiodifusão Pública no Brasil. **Revista Rádio-Leituras**, v. 7, n. 1, p. 35-59, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/radio-leituras/article/view/638>.
- PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. Por que precisamos de uma nova estrutura para estudar a extrema-direita no Sul Global. **Global Dialogue**, v. 13, n. 1, p. 16, 2023.
- PINTO, S.L. **As reconfigurações do telejornalismo local em contexto de pandemia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2020.
- PITKIN, H.F. **Representação**: palavras, instituições e ideias. Lua Nova, São Paulo, v.67, p.15-47, 2006.
- QUEIROZ, D.. **Jornalismo institucional nas TVs legislativas**. Os casos do Brasil e do México. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2550>. Acesso em 19 março 2023.
- RAMOS, M.C. Televisão a cabo no Brasil: desestatização, reprivatização e controle público. **Intexto**, n. 4, p. 29-49, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3303>. Acesso em 15 fevereiro 2023.
- RAMOS, M.C. **Às margens da estrada do futuro**. Brasília: Editorial Eletrônica, 2000.
- RAMOS, M.C.; MARTINS, M. **A TV por Assinatura no Brasil**: conceito, origens, análise e perspectivas. Brasília: UnB, 1995.
- RECUERO, R. A systemic framework for disinformation on social media platforms. **Platforms & Society**, v. 2, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/27538664241285031>. Acesso em 12 ago 2025.
- RECUERO, R. *et al.* A desinformação narrada pela checagem: estudo das eleições de 2018 e 2022. **E-Compós**, v. 28, 2025. Acesso em: 29 jul. 2025.
- RECUERO, R.; GUAZINA, L. S.; ARAÚJO, B. **State-sponsored disinformation in Brazil**. New York: Routledge, 2024. Acesso em: 27 jul. 2025.
- RENAULT, Letícia. **Comunicação e Política nos canais de televisão do Poder Legislativo no Brasil**. Belo Horizonte: ALMG, 2004.
- ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.
- ROCHA, J. C. C. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- RODRIGUES, M.R.. **O papel da imprensa na qualidade democrática**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

ROSSO, A.L.D.. **O capital simbólico do campo jornalístico**. 2017. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180665>.

RUELLAN, D.. Um ser profissional – ou como percebê-lo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 6-19, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v13n1.2017.962>.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6115>.

SAMPAIO, R. C. *et al.* **Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa**. São Paulo: Editora Intercom, 2024.

SANTANA, B.S.. Deputados bolsonaristas no Nordeste: a trajetória marcada pelo discurso polêmico e pelo ativismo ideológico. In: ANPOCS 47º ENCONTRO ANUAL, 2023, Online, **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/TVSd>. Acesso em 12 jan. 2026.

SANT'ANNA, C.. A experiência da TV Senado e os desafios das emissoras legislativas no Brasil. **E-Legis**, Brasília, n. 29, p. 15-20, 2019. Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/509>.

SANT'ANNA, C.. **Mídia das fontes**: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro. Brasília: Editora Senado Federal, 2009.

SANT'ANNA, C.. Quem faz a notícia no parlamento brasileiro? **Revista de Informação Legislativa**, v. 45, n. 178, p. 293-306, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176535>.

SANTOS, M.L.. Breve história da TV legislativa no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2006.

SCHMITZ, A. A. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro**. 2018. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193910>.

SCHUMPETER, J.A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCORSIM, E.M. Delimitação conceitual das TVs estatal, pública e privada. **Observatório da Imprensa**, n. 473, 2008. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/delimitao-conceitual-das-tvs-estatal-pblica-e-privada/>.

SENA, N. B. **Mulheres de direita e neoconservadoras nas assembleias legislativas no Brasil**. 2025. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

SERPA, R. C. **Ataques e Alinhamentos**: Imprensa e Comunicação Neopopulista de Jair Bolsonaro nas Lives. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/47413>. Acesso em: 21 jan. 2026.

SOLANO, E. et al. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações. **Em Debate** (Belo Horizonte), v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SOROKA, S. N.; REDKO, O.; ALBAUGH, Q. Television in the legislature: The impact of cameras in the house of commons. **Parliamentary Affairs**, v. 68, n. 1, p. 203–217, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gst009>. Acesso em: 31 mar. 2025

TATAGIBA, L. *et al.* Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V. (Org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TRAVANCAS, I. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: BARROS, A.; DUARTE, J. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 98-109.

TRAVANCAS, I. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

URBINATI, N. **Me the people**: how populism transforms democracy. Cambridge: Harvard University Press, 2019. Acesso em: 19 fev. 2025.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, n. 67, p. 191–228, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000100007>. Acesso em: 19 fev. 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 10 mar. 2026.

YANNOULAS, S. C. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 271–292, 2012. DOI: 10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ZHANG, Y.; KAUR, S. Moral panic and (in)security. **Journal of Language and Politics**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/jlp.23055.zha>.

DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Esta tese foi inteiramente elaborada pela autora, mas contou com o auxílio de algumas ferramentas de inteligência artificial generativa. Para encontrar artigos e demais publicações acadêmicas sobre TVs Legislativas estrangeiras, foram usadas duas ferramentas de busca semântica: **1) Research rabbit** – a partir de palavras-chave, de nomes de pesquisadores(as) e de títulos de artigos, ele retorna trabalhos relacionados entre si e que compartilham citações; **2) Consensus** – a partir de perguntas diretas, ele retorna as mais relevantes evidências científicas reunidas em uma base de dados que agrega somente artigos revisados por pares. O **ChatGPT** (versão 5.2) foi usado para a geração de gráficos referentes às perguntas do questionário, principalmente aquelas de respostas em escala *Likert* de 5 pontos contendo muitas afirmativas. Após o uso destas ferramentas, a autora revisou e editou o trabalho em conformidade com o método científico e assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação. Esta declaração se baseia em proposta de Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024) sobre o uso ético de IAG por pesquisadores(as).

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Parlamentos subnacionais em tempos de extrema direita: um estudo sobre as TVs Legislativas Estaduais**, de responsabilidade de **Bruna Mastrella**, estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é informar sobre a condução deste estudo e solicitar a sua permissão para participar dele. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa. Sua participação é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória.

O objetivo desta entrevista é responder **como e em que medida questões político-partidárias próprias dos parlamentos estaduais interferem na atuação dos jornalistas das TVs das Assembleias Legislativas Estaduais**.

Caso aceite participar, você será submetido(a) a uma **entrevista semiestruturada**, também conhecida como **entrevista em profundidade**, que será feita com o auxílio de um gravador de voz. Pretende-se obter informações sobre sua rotina de trabalho, percepções e opiniões sobre questões jornalísticas e políticas de uma emissora legislativa. Sua identidade será mantida em sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. A gravação e as anotações provenientes de sua participação ficarão sob a guarda desta pesquisadora, que as utilizará apenas para fins acadêmicos e científicos.

Solicito, também, sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de jornalismo/comunicação/política e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome continuará sendo mantido em sigilo. Caso tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo telefone **xxxxxxx** e/ou pelo e-mail brunamastrella@gmail.com.

Os procedimentos éticos para esta entrevista se baseiam nas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016 e em diretrizes gerais elaboradas pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

Este documento foi elaborado em duas vias; uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra, com você.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Cidade, ____ de _____ de 2024.

APÊNDICE B

ROTEIRO DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

1. Nomes
2. Idade
3. Cargo
4. Quando ingressou na TV?
5. Carreira antes de ingressar na TV.
6. Como você se define profissionalmente?
7. Como você caracterizaria a linha editorial da TV na qual você trabalha?
8. Você a considera adequada? Modificaria alguma coisa?
9. Como essa linha editorial foi desenvolvida? Ela já existia quando você chegou?
10. A mesa diretora ou demais parlamentares participam direta ou indiretamente das decisões editoriais, contratação/desligamento de pessoas?
11. Comparando suas experiências anteriores como jornalista antes de ingressar na AL, você diria que tem mais ou menos autonomia?
12. O que você pensa sobre uma TVL? Qual a função dela na sua opinião? Qual a sua importância?
13. Você acha que a composição político-partidária do plenário impacta, de alguma forma, a cobertura da TV? Se sim, por quê? Citar exemplos/situações concretas
14. Você considera suficiente o grau de autonomia que possui atualmente?
15. Você acredita que há consenso, uma aceitação ampla entre seus colegas sobre a linha editorial da TV?
16. A liberdade de atuação da TV é respeitada por parlamentares e demais departamentos da ALBA?
17. A TV costuma fazer concessões a pedidos normalmente não atendidos caso sejam feitos pela mesa diretora ou presidente da Casa?

APÊNDICE C

Questionário *on-line*

Versão reduzida, mas preservando integralmente as perguntas e respostas.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Olá! Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa Autonomia, valores e práticas profissionais dos(as) jornalistas das TVs Legislativas Estaduais. Este trabalho é conduzido pela pesquisadora Bruna Mastrella, doutoranda em Comunicação na Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da professora doutora Liziane Guazina. O objetivo é obter dados sociodemográficos, sobre o perfil profissional e percepções sobre as rotinas de trabalho, questões jornalísticas e políticas dos(as) jornalistas legislativos(as). Se você é jornalista e atualmente trabalha na TV de um dos parlamentos estaduais, considere responder a este questionário.

Os procedimentos éticos deste instrumento de pesquisa se baseiam nas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016 e em diretrizes gerais elaboradas pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

O anonimato de quem responde ao questionário está assegurado. Seu nome e outras informações que permitam identificá-lo(a) não serão divulgados, e os dados gerados ficarão sob responsabilidade da autora da pesquisa, que os utilizará apenas para fins acadêmicos e científicos. Caso tenha dúvidas sobre este estudo, entre em contato com a pesquisadora pelo telefone XXXXXXXX e/ou pelo e-mail brunamastrella@gmail.com. Obrigada por sua participação!

1. E-mail

- ☐ Campo aberto (texto).

2. Você concorda em participar desta pesquisa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

3. Você trabalha na Assembleia Legislativa de qual estado brasileiro?

- ☐ Acre (AC)
- ☐ Alagoas (AL)

- ☐ Amapá (AP)
- ☐ Amazonas (AM)
- ☐ Bahia (BA)
- ☐ Ceará (CE)
- ☐ Distrito Federal (DF)
- ☐ Espírito Santo (ES)
- ☐ Goiás (GO)
- ☐ Maranhão (MA)
- ☐ Mato Grosso (MT)
- ☐ Mato Grosso do Sul (MS)
- ☐ Minas Gerais (MG)
- ☐ Pará (PA)
- ☐ Paraíba (PB)
- ☐ Paraná (PR)
- ☐ Pernambuco (PE)
- ☐ Piauí (PI)
- ☐ Rio de Janeiro (RJ)
- ☐ Rio Grande do Norte (RN)
- ☐ Rio Grande do Sul (RS)
- ☐ Rondônia (RO)
- ☐ Roraima (RR)
- ☐ Santa Catarina (SC)
- ☐ São Paulo (SP)
- ☐ Sergipe (SE)
- ☐ Tocantins (TO)

4. Qual a sua faixa etária?

- ☐ Entre 18 e 22 anos
- ☐ Entre 23 e 30 anos
- ☐ Entre 31 e 40 anos
- ☐ Entre 41 e 50 anos
- ☐ Entre 51 e 60 anos
- ☐ Acima de 61 anos

5. Qual a sua cor/etnia?

- ☐ Branca
- ☐ Parda
- ☐ Preta
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Outro (especifique)

6. Você se autodeclara uma pessoa negra?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Prefiro não responder

7. Com qual gênero você se identifica?

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro

8. Você tem filhos(as)?

- ☐ Não
- ☐ Tenho 1 filho(a)
- ☐ Tenho 2 filhos(as)
- ☐ Tenho 3 filhos(as)
- ☐ Tenho mais de 3 filhos(as)

9. Qual o seu nível de escolaridade?

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Técnico
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Especialização / MBA
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Pós-doutorado

10. Qual a sua graduação? (permitido marcar mais de uma opção)

- ☐ Cinema ou Audiovisual
- ☐ Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo
- ☐ Publicidade e Propaganda
- ☐ Rádio e TV
- ☐ Relações Públicas
- ☐ Não tenho graduação
- ☐ Outra área (especifique)
- Resposta: múltipla escolha.

11. Se cursou outra graduação, responda abaixo qual foi.

- ☐ Campo aberto (texto).

TRABALHO E CARREIRA

12. Qual o seu vínculo funcional com a Assembleia Legislativa (AL)?

- ☐ Efetiva(o) após concurso público de provas e títulos
- ☐ Efetiva(o) anterior a 1988 (e ingresso sem concurso público)
- ☐ Efetiva(o) anterior a 1988 (e ingresso com concurso público)
- ☐ Comissionada(o)
- ☐ Comissionada(o) de gabinete parlamentar
- ☐ Terceirizada(o)
- ☐ Outro (especifique)

13. Há quanto tempo trabalha nesta Assembleia Legislativa?

- ☐ Até 1 ano
- ☐ De 2 a 5 anos
- ☐ De 6 a 10 anos
- ☐ De 11 a 15 anos
- ☐ De 16 a 20 anos
- ☐ De 21 a 25 anos
- ☐ Mais de 26 anos

14. Você tem outro emprego ou exerce alguma atividade remunerada além da Assembleia Legislativa?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Outro (especifique)

15. Que função você exerce atualmente na TV? (é possível marcar mais de uma opção)

- ☐ Apresentadora(o)/âncora de noticiário
- ☐ Repórter
- ☐ Chefia de reportagem
- ☐ Edição de texto
- ☐ Edição de imagem
- ☐ Produção
- ☐ Criação e divulgação de conteúdo para mídias digitais
- ☐ Gerente/Coordenador/Superintendente
- ☐ Função técnica/operacional
- ☐ Outra (especifique)
- Resposta: múltipla escolha.

16. Além da TV, você trabalha em outra seção/departamento da Assembleia Legislativa? (é possível marcar mais de uma resposta)

- ☐ Não trabalho em outra seção/departamento além da TV
- ☐ Assessoria de imprensa/comunicação da Casa
- ☐ Gabinete parlamentar (função administrativa)
- ☐ Gabinete parlamentar (assessoria de imprensa/social media/assessoria política)
- ☐ Fotografia
- ☐ Publicidade/marketing da Casa
- ☐ Rádio
- ☐ Relações Públicas/cerimonial da Casa
- ☐ Site/portal/agência de notícias/social media da Casa
- ☐ Outro (especifique)
- Resposta: múltipla escolha.

17. Qual a sua renda bruta mensal na Assembleia Legislativa?

- ☐ Até R\$ 1.412,00
- ☐ De R\$ 1.412,00 a R\$ 2.824,00
- ☐ De R\$ 2.824,00 a R\$ 4.236,00
- ☐ De R\$ 4.236,00 a R\$ 5.648,00
- ☐ De R\$ 5.648,00 a R\$ 7.060,00
- ☐ De R\$ 7.060,00 a R\$ 11.300,00
- ☐ De R\$ 11.300,00 a R\$ 22.600,00
- ☐ Acima de R\$ 22.600,00

18. Com base no seu trabalho na Assembleia Legislativa, como você se define e apresenta profissionalmente? (múltipla escolha)

- ☐ Apresentador(a)
- ☐ Assessor(a) de imprensa/comunicação
- ☐ Chefe de reportagem
- ☐ Diretor(a)/Gerente/Coordenador(a) de programação
- ☐ Diretor(a)/Superintendente/Coordenador(a)
- ☐ Editor(a) de texto/imagem
- ☐ Jornalista
- ☐ Produtor(a)
- ☐ Produtor(a) de conteúdo/Social Media
- ☐ Repórter/redator(a)
- ☐ Servidor(a) público(a)
- ☐ Outro (especifique)
- Resposta: múltipla escolha.

19. Em média, quantas horas você trabalha por dia na TV?

- ☐ Até 4 horas
- ☐ Entre 5 e 6 horas
- ☐ Entre 7 e 8 horas
- ☐ Entre 9 e 10 horas
- ☐ Entre 11 e 12 horas
- ☐ 13 horas ou mais

20. Já ocupou ou ocupa cargo de chefia e direção nesta TV ou em outra TV Legislativa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

21. Em termos de gênero, como você avalia a ocupação de cargos de chefia/liderança nos departamentos de comunicação da Assembleia Legislativa?

- ☐ São predominantemente ocupados por homens
- ☐ São predominantemente ocupados por mulheres
- ☐ Há um equilíbrio de gênero
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder

22. Em termos de raça/etnia, como você avalia a ocupação de cargos de chefia/liderança nos departamentos de comunicação da Assembleia Legislativa?

- ☐ São predominantemente ocupados por pessoas brancas
- ☐ São predominantemente ocupados por pessoas negras
- ☐ São predominantemente ocupados por pessoas amarelas e/ou indígenas
- ☐ Há um equilíbrio de raça/etnia
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder

ROTINAS PRODUTIVAS E VALORES PROFISSIONAIS

23. Julgue as alternativas abaixo conforme seu grau de satisfação trabalhando em uma emissora legislativa.

- ☐ Carga horária
- ☐ Relacionamento com chefias
- ☐ Relacionamento com colegas
- ☐ Remuneração
- ☐ Volume de trabalho

- ☐ Oportunidades de crescimento
- ☐ Reconhecimento do seu trabalho por parte das chefias e colegas
- ☐ Saúde mental
- ☐ Ambiente de trabalho
- ☐ Estrutura física e material para trabalho (estúdios, equipamentos, computadores)
- Escala de resposta: Muito satisfeito(a) / Satisfeito(a) / Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a) / Insatisfeito(a) / Muito insatisfeito(a)

24. Você possui registro profissional de jornalista?

- ☐ Sim
- ☐ Não

25. Na sua rotina de trabalho na TV, você adota parâmetros e práticas jornalísticas?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

26. Você acha que o Código de Ética do Jornalista Brasileiro se aplica à sua atividade na Assembleia Legislativa?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

27. Se há obstáculos à aplicação do Código de Ética do Jornalista Brasileiro às suas atividades, quais são eles? (mais de uma opção pode ser marcada)

- ☐ Dificuldade de conciliar valores jornalísticos e as exigências internas para divulgação das atividades parlamentares
- ☐ A linha editorial adotada pela TV
- ☐ Falta de estímulo, pouca valorização e dificuldades com chefias/colegas e demais conflitos no trabalho
- ☐ Pressão da Mesa Diretora, parlamentares e governo
- ☐ Sobrecarga de trabalho e falta de tempo
- ☐ Não há obstáculos
- ☐ Prefiro não responder
- Resposta: múltipla escolha.

POLÍTICA

28. Como você caracterizaria a linha editorial da TV na qual você trabalha?

- ☐ A cobertura costuma ser mais favorável ao grupo político-partidário do governo do Estado
- ☐ A cobertura costuma ser mais favorável ao grupo político-partidário que preside a Mesa Diretora
- ☐ A cobertura costuma ser equilibrada e o noticiário, sempre que possível, dá igual espaço para diferentes grupos político-partidários
- ☐ Não há uma linha editorial estabelecida, então os(as) jornalistas têm autonomia para adotar o enquadramento que julgarem pertinente
- ☐ Prefiro não responder

29. Como você define seu posicionamento ideológico?

- ☐ Direita
- ☐ Centro-direita
- ☐ Extrema direita
- ☐ Centro
- ☐ Esquerda
- ☐ Centro-esquerda
- ☐ Extrema esquerda
- ☐ Não quero informar
- ☐ Outro (especifique)

30. Você é filiado(a) a algum partido político? Se sim, a qual?

- ☐ Não sou filiada(o) a partido político
- ☐ PL
- ☐ PT
- ☐ PSDB
- ☐ União Brasil
- ☐ MDB
- ☐ Republicanos
- ☐ Psol
- ☐ Solidariedade
- ☐ Agir
- ☐ PP
- ☐ Podemos
- ☐ Cidadania
- ☐ PSD
- ☐ Avante
- ☐ PCdoB
- ☐ PSB
- ☐ PDT
- ☐ PV

- ☐ PROS
- ☐ Outro (especifique)

31. Comparando-se as legislaturas anteriores com a legislatura atual (2023–2027), julgue seu grau de concordância com as afirmações abaixo.

- ☐ Há mais parlamentares que destacam a própria religião nos discursos e proposições, principalmente denominações evangélicas
- ☐ A defesa de pautas consideradas progressistas (igualdade racial e de gênero; defesa da população LGBTQIA+) se tornou mais frequente
- ☐ Temas relativos à segurança pública (armamentismo; maior rigor policial) conquistaram mais espaço nos discursos e projetos de lei
- ☐ Há mais parlamentares mulheres e/ou em comissões importantes (ex.: CCJ; Finanças/Orçamento)
- ☐ A legislatura atual é mais conservadora e resistente às transformações sociais
- ☐ A legislatura atual é mais progressista e aberta às transformações sociais
- ☐ Na legislatura atual, há mais embates e polarização ideológica entre parlamentares
- ☐ Os discursos e debates parlamentares estão mais incisivos e, às vezes, mais agressivos
- ☐ Atualmente, há mais parlamentares que defendem comportamentos e práticas autoritárias/antidemocráticas e que atacam instituições e outros poderes de Estado
- ☐ Apesar dos conflitos e da polarização, partidos e bancadas adversárias fazem alianças quando necessário e se unem para aprovar proposições de interesse mútuo
- ☐ Parlamentares priorizam cada vez mais o engajamento de seguidores em redes sociais em detrimento de atividades legislativas típicas
- Escala de resposta: Discordo totalmente / Discordo em parte / Não concordo nem discordo / Concordo em parte / Concordo totalmente

32. Quais são, na sua opinião, os temas que mais mobilizam os(as) parlamentares, geram debates, discursos e motivam a elaboração de proposições na legislatura atual? (mais de uma opção pode ser marcada)

- ☐ Corrupção
- ☐ Criminalidade e tráfico de drogas
- ☐ Denúncia e críticas contra a violência policial
- ☐ Defesa e apoio de maior rigor das polícias
- ☐ Questões tributárias (isenção fiscal; redução de impostos)
- ☐ Preocupação com o avanço da desinformação/fake news
- ☐ Defesa do conservadorismo e dos valores tradicionais
- ☐ Preocupação com o avanço de pautas conservadoras e/ou reacionárias
- ☐ Preocupação com o ataque às instituições e à democracia
- ☐ Defesa e fortalecimento do agronegócio
- ☐ Pobreza, desemprego e desigualdade social
- ☐ Defesa de minorias sociais

- ☐ Preocupação com questões ambientais e emergência climática
- ☐ Outro (especifique)
- Resposta: múltipla escolha.

AUTONOMIA PROFISSIONAL

33. Das afirmações abaixo, julgue a frequência com que elas se aplicam à sua rotina diária na TV.

- ☐ Considero antiéticas, do ponto de vista jornalístico, algumas modificações que a edição faz dos materiais que produzo ou ajudo a produzir
- ☐ Tenho liberdade para sugerir ideias, pautas, programas ou projetos e normalmente consigo que eles sejam executados
- ☐ Tenho liberdade entre as chefias e colegas para fazer críticas, reclamações ou propor mudanças nas rotinas e procedimentos de trabalho
- ☐ Os servidores da TV são excluídos das decisões ligadas diretamente à equipe
- Escala de resposta: 1 - Nunca / 2 - Raramente / 3 - Às vezes / 4 - Frequentemente / 5 - Sempre

34. A mesa diretora e demais parlamentares da AL influenciam, direta ou indiretamente, as decisões editoriais e relativas à produção de conteúdo, atribuições e gestão de pessoal das TVs?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder

35. Considere a seguinte situação hipotética: durante sessão plenária, um projeto de lei de natureza tributária enviado pelo governo estadual mostra-se desvantajoso à população, mas é aprovado. Assinale qual conduta você acha semelhante à linha editorial adotada pela TV na qual você trabalha.

- ☐ O(a) repórter deve se limitar a apresentar o teor do projeto, evitando qualquer análise ou interpretação (o público deve julgar os fatos por si próprio)
- ☐ O(a) repórter pode buscar abordagem mais crítica enfatizando argumentos contrários, mas sem deixar de expor o posicionamento da base governista (função do jornalismo alertar a opinião pública)
- ☐ Não há orientação padrão para coberturas; o enfoque é escolhido pelo(a) próprio(a) repórter

- ☐ Não há orientação padrão para coberturas, mas em temas mais polêmicos a chefia geralmente faz recomendações sobre o enfoque apropriado
- ☐ Prefiro não responder

36. Considere a seguinte situação hipotética: durante audiência pública sobre tema relacionado à saúde, o(a) parlamentar que preside o evento faz discurso apresentando informações e dados que contrariam consensos científicos e médicos globais, mas alinhados ao posicionamento ideológico de seu partido/grupo político. Assinale qual conduta você acha semelhante à linha editorial adotada pela TV na qual você trabalha.

- ☐ A TV faz cobertura do evento sem restrição, destacando argumentos do(a) parlamentar e participantes (dever de dar publicidade à pluralidade)
- ☐ A TV faz cobertura, mas busca dar menos destaque a falas/posicionamentos problemáticos e/ou com desinformação
- ☐ Não há orientação padrão; o enfoque é escolhido pelo(a) próprio(a) repórter
- ☐ Não há orientação padrão, mas as chefias estimulam buscar fontes alternativas para contraponto a falas problemáticas/desinformativas
- ☐ Prefiro não responder

37. Você já precisou cumprir ordens que contrariavam diretamente suas convicções pessoais ou valores jornalísticos?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Prefiro não responder

38. Julgue as afirmações abaixo com base na frequência com que elas acontecem na sua rotina diária.

- ☐ Algum material produzido por mim (ou com minha colaboração/coordenação/chefia) já deixou de ser veiculado por contrariar parlamentares ou grupos políticos
- ☐ Algum material produzido por mim (ou com minha colaboração/coordenação/chefia) precisou ser alterado depois de já ter ido ao ar por desagradar parlamentares e/ou o governo do Estado
- ☐ As chefias da TV se antecipam e determinam alterações nas reportagens e demais conteúdos que possam desagradar ou gerar conflitos por questões políticas
- ☐ Críticas e reclamações de parlamentares não geram alteração nem impedem reportagens e demais conteúdos de serem produzidos e veiculados

- Escala de resposta: Nunca / Raramente / Às vezes / Frequentemente / Prefiro não responder

39. Você é ou já foi orientado(a) a NÃO entrevistar/dar visibilidade a determinado(a) parlamentar ou integrantes de alguma bancada e/ou a omitir determinados fatos?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Prefiro não responder

40. Jornalistas terceirizados(as) ou que ocupam cargos em comissão perdem autonomia e independência profissional em relação aos(às) jornalistas efetivos(as).

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo em parte
- ☐ Não concordo nem discordo
- ☐ Concordo em parte
- ☐ Concordo totalmente

41. Repórteres têm liberdade para entrevistar o público que acompanha as sessões plenárias, comissões e demais eventos na Casa mesmo em situações mais polêmicas ou envolvendo aprovação de projetos de lei impopulares?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Não sei
- ☐ Prefiro não responder

42. Você já se negou a cumprir ordens que contrariavam diretamente suas convicções pessoais ou valores/ética jornalísticos?

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Às vezes
- ☐ Frequentemente
- ☐ Prefiro não responder

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

43. Na sua opinião, que razões justificam a existência das TVs Legislativas? As respostas devem considerar o grau de importância que você atribui às ações enumeradas abaixo.

- () Cumprir o princípio da publicidade ao divulgar fatos oficiais e ampliar a transparência pública (prestação de contas do Poder Legislativo)
 - () Facilitar a compreensão do público sobre o processo legislativo
 - () Divulgar os posicionamentos e as ações dos(as) parlamentares
 - () Escolher outros enquadramentos e destacar aspectos negligenciados pela imprensa tradicional
 - () Ofertar informações detalhadas e conteúdo especializado para qualificar o debate público e facilitar a cobertura da imprensa
 - () Contribuir para melhorar a reputação institucional do Parlamento
- Escala de resposta: 1 - Sem importância / 2 - Pouco importante / 3 - Relativamente importante / 4 - Muito importante / 5 - Extremamente importante

44. Avalie o seu grau de concordância com as afirmações abaixo.

- () A programação das TVs Legislativas deve priorizar conteúdos estritamente institucionais relativos às deliberações e debates em plenário, comissões e audiências públicas
- () A programação das TVs Legislativas deve contemplar conteúdos jornalísticos de caráter institucional (plenário, comissões, audiências), mas igualmente destacar questões culturais, educativas e que promovam a cidadania
- () As TVs Legislativas devem buscar um modelo próprio baseado em princípios da administração pública (publicidade, impessoalidade), participação social e enquadramentos não oferecidos pelas mídias comerciais privadas
- () As TVs legislativas devem se inspirar em práticas e critérios editoriais próprios das mídias comerciais privadas e cobrir assuntos variados não necessariamente relacionados ao Poder Legislativo
- () É função de uma TV Legislativa noticiar ações e eventos ligados ao mandato do/a parlamentar (articulações político-partidárias, contato com apoiadores e demais atividades não relacionadas diretamente à Casa)
- () As TVs legislativas devem ter um conselho editorial/curador com jornalistas, parlamentares, servidores(as) da Assembleia Legislativa e membros da sociedade civil para definir linha editorial, valores e princípios da programação/conteúdo
- Escala de resposta: Discordo totalmente / Discordo em parte / Não concordo nem discordo / Concordo em parte / Concordo totalmente

45. **Você aceitaria participar de uma entrevista sobre o tema desta pesquisa (online, por videoconferência, com garantia de que sua imagem e nenhum dado pessoal será divulgado)?**

- ☐ Sim ☐ Não